

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Tese (Doutorado em Geografia)

**A SOBERANIA ALIMENTAR ATRAVÉS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO BRASIL E A REDE *FARM TO CAFETERIA* CANADA (F2CC), NO CANADÁ**



Fonte: <http://www.plaas.org.za/blog/food-sovereignty-growing-activist-and-intellectual-movement>

Presidente Prudente

2016

**A SOBERANIA ALIMENTAR ATRAVÉS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO BRASIL E A REDE *FARM TO CAFETERIA CANADA* (F2CC), NO CANADÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT Unesp, *campus* de Presidente Prudente como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Geografia sob a orientação do **Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes**.

**Área de concentração:** Produção do Espaço Geográfico.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento Territorial.

Presidente Prudente, maio de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES  
ORIENTADOR



Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI  
(UNESP/FCT)



Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO  
(UNESP/FCT)



Profa. Dra. HANNAH WITTMAN  
(UBC/Canadá)



Profa. Dra. ROZANE MARCIA TRICHES  
(Universidade Federal da Fronteira do Sul)

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA

Presidente Prudente (SP), 24 de agosto de 2016.

RESULTADO: APROVADO

## FICHA CATALOGRÁFICA

Coca, Estevan Leopoldo de Freitas.

C591s A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil : o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), no Canadá / Estevan Leopoldo de Freitas Coca. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016  
357 f. : il.

Orientador: Bernardo Maçano Fernandes

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Soberania alimentar. 2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 3. Farm to Cafeteria Canada (F2CC). I. Fernandes, Bernardo Maçano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

## **A quem dedico**

À Thaís, minha esposa, uma pessoa fundamental na minha formação humana. Obrigado por ser uma fantástica companheira e por fazer questão de sonhar os meus sonhos ao mesmo tempo em que me convida a também sonhar os seus.

Aos meus pais, Valdir e Aparecida, que mesmo sem terem tido a oportunidade de seguir seus estudos formais sempre fizeram questão de criar as condições necessárias para que eu o fizesse. Com certeza, uma grande parte dessa conquista remete aos méritos deles.

## **Agradecimentos**

Conforme declaração do ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica, no dia 27 de abril de 2016: “Nunca triunfamos totalmente na vida. Não há um prêmio. O prêmio da vida é viver com uma causa, com sentimento”. Assim, as maiores adversidades podem ser vencidas na medida em que existe algo que nos dê razão de existir.

A trajetória do curso de doutorado representou para mim um grande desafio e durante esse período diversas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para que eu encontrasse sentido naquilo que fazia e assim, pudesse me realizar enquanto ser humano na atividade de pesquisa. Por isso, mesmo sabendo que eu, injustamente, possa esquecer de alguns desses, nesse espaço expresso meus mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente, como católico praticante que sou, agradeço a Deus pela oportunidade de concluir mais essa etapa em minha vida. É Ele quem me levou a entender que os temas escolhidos para minha pesquisa, além de sua importância social, também possuem um grande valor espiritual. Acreditando na opção preferencial pelos pobres como um compromisso não apenas ético, mas principalmente de fé, fiz do estudo de estratégias que buscam superar a mercantilização do alimento uma de minhas principais motivações nos últimos três anos. Terminado esse período de doutoramento em Geografia, com muita satisfação posso dizer que mesmo com algumas limitações, a pesquisa aqui apresentada é eivada de preocupações éticas e morais, pois pontua a incapacidade do capitalismo de prover uma alimentação adequada a milhões de pessoas no mundo todo.

Minha família também foi de fundamental importância durante essa etapa. Thaís, minha amada esposa, teve uma contribuição direta com os resultados da pesquisa. Primeiramente, porque ela foi a responsável pelas transcrições e pela organização de alguns dados quantitativos. Porém, além disso, também ofereceu um constante e oportuno apoio. Essas páginas trazem muito daquilo que temos sonhado enquanto casal nos últimos sete anos. Meus pais, como sempre, incentivaram-me para que eu seguisse adiante e adquirisse um conhecimento formal que não foi acessível a eles. Meu irmão, Diego, também merece ser citado porque além de ser um grande amigo, foi meu companheiro em alguns trabalhos de campo. Junto de sua esposa, Simone, e de meu sobrinho, João Pedro, permaneceu torcendo para meu sucesso durante esse período. Do

mesmo modo agiram meu sogro, Nelson, minha sogra, Linda Mara, e meus cunhados, Thaiane e Reynaldo. Sou muito grato por todos vocês e essa vitória não é apenas minha, mas de todos nós.

Não posso deixar de citar a importância que o Professor Bernardo Mançano Fernandes tem tido em minha formação acadêmica e pessoal. Com a conclusão desse período de doutorado já são dez anos em que temos trabalhado juntos e, através dos seus ensinamentos, tenho aprendido a lidar com maior rigor no cotidiano da vida acadêmica. Obrigado pela atenção, pela paciência e por ter uma capacidade enorme de levar seus orientandos e as demais pessoas que convivem contigo a acreditarem que podem ir muito além daquilo que já conseguiram.

Agradeço aos membros da banca, que trouxeram importantes contribuições para a versão final do trabalho: a Prof<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Hannah Wittman, da University of British Columbia (UBC) e o Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Eduardo Paulon Girardi, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp) – ambos presentes na qualificação e na defesa – além da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rozane Maria Triches, da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), *campus* de Realeza e do o Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Everaldo dos Santos Melazzo, FCT/Unesp, que participaram da defesa.

Deixo aqui também meu reconhecimento a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), da FCT/Unesp. Especialmente, expresso meu muito obrigado ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Everaldo Melazzo, o qual durante os seis primeiros meses do curso de doutorado aceitou ser meu orientador. Por mais que tenha sido um curto período de convivência, aprendi muitas coisas com essa experiência.

Somado ao trabalho desses, também contei com o apoio fundamental dos funcionários da Seção de Pós-graduação da FCT/Unesp. Todos os que trabalharam nesse espaço durante o curso de doutorado foram muito prestativos comigo e por isso, não poderia deixar de citá-los nesse momento.

Agradeço muito a todos os companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Desde quando passei a desenvolver pesquisas nesse coletivo do pensamento, tive a oportunidade de conviver com algumas dezenas de pessoas e todas elas aparecem mesmo que ocultamente nessa tese. Especialmente agradeço aos professores Eduardo Girardi, Ricardo Pires, Carlos Alberto Feliciano (Cacá), Luís Felipe Rincón, Clifford Welch e Janaína Francisca de Souza Campos Vinha. Também lembro dos colegas Herivelto “Tom”, Rafael Coelho, Diego

Vilanova, Camila Origuéla, Nallígia Tavares, Lorena Pereira, Elienai Constantino, Matuzalém Cavalcante, Anderson Silva, Elenira de Souza, Anna Araújo, Tiago Cubas, José Sobreiro (Nino), Rubens Romão, Rodrigo Camacho, Lara Dalpério, Djoni Ross, Juliana Motta, Valmir Valério, Lucas Pauli, Hellen Cristancho, Hellen Mesquita, Leandro Ribeiro e outros.

Do mesmo modo, também encontrei um apoio humano muito grande quando entre novembro de 2014 e outubro de 2015 realizei um estágio de pesquisa no *Institute for Resources, Environment and Sustainability* (IRES), da UBC, em Vancouver, no Canadá, sob a atenciosa supervisão da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hannah Wittman. Obrigado aos alunos e funcionários que me dedicaram muita atenção durante esse período. Especialmente aqui lembro do auxílio de Ricardo Barbosa Júnior, um brasileiro que conheci no Canadá e que tem sido um grande parceiro de pesquisa nesses últimos meses.

Ainda sobre o Canadá, agradeço à família Densky: Michael, Lúcia e filhos por cederem um espaço em sua casa onde pude viver confortavelmente. A saudável convivência com vocês foi fundamental para minha adaptação.

Gostaria também de partilhar esse momento com alguns amigos que fiz na vida acadêmica e que hoje são como irmãos para mim. São esses, Eder Pereira dos Santos e Ricardo dos Santos. Obrigado por me tolerarem, por me ensinarem muitas coisas e, principalmente, pela motivação que sempre me ofereceram. Estou terminando o doutorado, mas a gente ainda vai viajar muito junto “curtindo” os eventos de Geografia como temos feito nesses últimos dez anos.

Outros grandes amigos que não podem ser esquecidos são os seguintes: Jair de Silva, que foi meu “motorista” em diversas ocasiões; Bruno Guído, a quem considero como um filho; Edivando Bagli, que cuidou de muitas coisas referentes à minha vida pessoal enquanto estive no Canadá; Caio Gerônimo, que me trata como se fosse membro de sua família; Monsenhor José Antônio de Lima, que me ofereceu um precioso apoio espiritual; Lúcia Silvério e Elaine Cristina, amigas e excelentes profissionais da área da Psicologia, Helton Conceição, Cássio Antunes e muitos outros.

Nos últimos meses da pesquisa eu já estava trabalhando como Professor Colaborador de Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, no estado do Paraná. Agradeço demais ao modo extremamente cordial com o qual tenho sido acolhido. Minha primeira experiência como docente do Ensino Superior tem sido extremamente proveitosa.



Por fim, deixo aqui meu especial agradecimento a minha cachorrinha Tulipa, que entrou em minha vida no mesmo mês em que comecei o curso de Doutorado. Ela viveu a pesquisa como poucos: esteve em cima de mim enquanto eu lia e escrevia (até mesmo apagou por conta própria alguns trechos da tese), atrapalhou minha concentração latindo para que lembrasse que vida não é feita apenas de estudo, viajou para o Canadá e ainda aprontou diversas outras coisas que não cabem nessas páginas.

A todos esses fica aqui meu muito obrigado! Que Deus lhes retribua em dobro todo o bem que me fizeram!

## **Apoio financeiro**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado em Geografia contei com o fundamental apoio financeiro das seguintes instituições:

- a) A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma bolsa de estudos entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014. Esse auxílio foi de grande importância para que eu me dedicasse de maneira integral à pesquisa nos primeiros meses do curso de Doutorado em Geografia;
- b) A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me concedeu uma bolsa de estudos no Brasil, primeiramente entre março de 2014 e outubro de 2014 e depois, entre novembro de 2015 e julho de 2016. Além disso, a FAPESP também financiou o estágio de pesquisa em Vancouver, no Canadá, que foi realizado entre novembro de 2014 e outubro de 2015. Essa contribuição possibilitou minha dedicação integral à pesquisa; a realização de trabalhos de campo e a participação em eventos científicos.

Ao agradecer essas instituições, expressei meu sincero desejo de que muitas outras pessoas, assim como eu, também tenham a condição de encontrar no Poder Público o financiamento necessário para se dedicarem de maneira integral à construção do conhecimento científico brasileiro. O investimento público é fundamental para que a universidade cumpra com sua função social!

## Resumo

Em 1996, a coalização internacional de movimentos camponeses *La Via Campesina* apresentou a soberania alimentar como uma proposta alternativa de organização dos sistemas alimentares, indo além da hegemonia das grandes corporações. Nesses vinte anos, a soberania alimentar tem evoluído, sendo incorporada como bandeira de luta por outros movimentos do campo e da cidade e por alguns governos. Existe soberania alimentar quando um povo controla seu processo de alimentação, diminuindo a influência das grandes corporações. Assim, nessa proposta o alimento não é tratado como mercadoria, mas como um direito humano. Nesse contexto, o objetivo da presente tese é estudar experiências de compra públicas de alimentos e sua contribuição para a soberania alimentar no Brasil e no Canadá. Para isso, foram estudadas duas ações: i) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Cantuquiriguaçu, estado do Paraná e no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo – duas regiões nomeadas pelo pelo Governo Federal brasileiro como territórios da cidadania – e; ii) a rede *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), na região metropolitana de Vancouver, no Canadá. Defende-se a hipótese de que a soberania alimentar tem se constituído como uma alternativa ao regime alimentar corporativista e que, além disso, ela pode ser implementada por meio do protagonismo do Estado (exemplo do PAA) e da sociedade civil (exemplo da rede F2CC). Como elemento central dos procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares/camponeses, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), membros do Poder Público e outros. Constatou-se que o PAA tem contribuído para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema através da criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses e da melhoria da alimentação dos proponentes e dos beneficiários pela doação dos alimentos. Por seu turno, a rede F2CC tem sido um vetor para a mudança das relações de consumo de alimentos em Metro Vancouver.

**Palavras-chave:** regimes alimentares; soberania alimentar; compra institucional de alimentos; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC).

## Abstract

In 1996, the international peasant coalition *La Via Campesina* introduced food sovereignty as an alternative proposal for organizing food systems, going beyond the hegemony of large corporations. In these twenty years, food sovereignty has evolved, being incorporated as a flag of struggle for other social movements in the countryside, city and by some governments. Food sovereignty exists when the people control their process of nourishment, reducing the influence of large corporations. Thus, in this proposal food is not treated as a commodity, but as a human right. In this context, the objective of this thesis is to study public food procurement experiences and their contribution to food sovereignty in Brazil and Canada. For this, two programs were analyzed: i) the Food Acquisition Program (PAA) in Cantuquiriguaçu, the state of Parana and in the Pontal do Paranapanema, the state of São Paulo – two regions appointed by the Federal Government of Brazil as citizenship territories – and ; ii) the Farm to Cafeteria Canada (F2CC) network, in the metropolitan area of Vancouver, Canada. Thus, the central hypothesis is that food sovereignty has been established as an alternative food regime that, furthermore, can be implemented through the protagonism of the state (PAA as an example) and of civil society (the F2CC network as an example). As a central element of the methodological procedures, semi-structured interviews were conducted with family farmers/peasants, representatives of Non-Governmental Organizations (NGOs), Government Officials and others. We found that the PAA has contributed to food sovereignty in Cantuquiriguaçu and Pontal do Paranapanema by creating a new market opportunity for family farmers/peasants and a better feeding for proponents and beneficiaries by the donation of food. In its turn, the F2CC network has been a vector for change of food consumer relations in Metro Vancouver.

**Keywords:** food regimes; food sovereignty; institutional food procurement; Food Acquisition Program (PAA); Farm to Cafeteria Canada (F2CC).

## Resumen

En 1996, la coalición internacional de movimientos campesinos *La Vía Campesina* presentó la soberanía alimentaria como una propuesta alternativa de organización de los sistemas alimentarios, superando la hegemonía de las grandes corporaciones. En estos veinte años, la soberanía alimentaria ha avanzado, siendo incorporada como bandera de lucha por otros movimientos del campo y la ciudad y por algunos gobiernos. Existe soberanía alimentaria cuando un pueblo controla su proceso de alimentación, disminuyendo la influencia de las grandes corporaciones. Así, en esta perspectiva el alimento no es tratado como mercancía, y sí como un derecho humano. En este contexto, el objetivo de la presente tesis es estudiar experiencias de compras públicas de alimentos y su contribución para la soberanía alimentaria en Brasil y Canadá. Para esto, fueron estudiadas dos acciones: i) el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), en Cantuquiriguaçu, estado de Paraná y en el Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo – dos regiones nombradas por el Gobierno Federal brasileño como territorios de la ciudadanía – y, ii) la red *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), en la región metropolitana de Vancouver, en Canadá. Se defiende la hipótesis que la soberanía alimentaria se ha constituido como un régimen alimentario alternativo y que, además de eso, esta pueda ser implementada por medio del protagonismo del Estado (ejemplo del PAA) y la sociedad civil (ejemplo de la red F2CC). Como elemento central de los procedimientos metodológicos fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con agricultores familiares/campesinos, representantes de Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), representantes del Poder Público y otros. Se confirmó que el PAA ha contribuido a la soberanía alimentaria en Cantuquiriguaçu y Pontal do Paranapanema, mediante la creación de una nueva oportunidad de mercado para los agricultores familiares/campesinos y una mejor alimentación de los proponentes y los beneficiarios de la donación de alimentos. A su vez, la red de F2CC ha sido un vector para el cambio de las relaciones de consumo de alimentos en Metro Vancouver.

**Palabras claves:** regímenes alimentarios; soberanía alimentaria; compra institucional de alimentos; Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC)

### **Lista de quadros**

Quadro 01 - Sujeitos entrevistados e temas abordados na pesquisa sobre o PAA	25
Quadro 02 - Temas abordados na pesquisa sobre a rede F2CC	26
Quadro 03 - Categorização da (in)segurança alimentar na PNAD e na CCHS	56
Quadro 04 - Segurança e insegurança alimentar no Brasil conforme as PNADs de 2009 e 2013	56
Quadro 05 - Segurança e insegurança alimentar no Canadá conforme as CCHS de 2007/2008 e 2012	57
Quadro 06 - Alguns elementos do sistema alimentar nas propostas do regime alimentar corporativista e da soberania alimentar	113
Quadro 07 - Modalidades do PAA	133
Quadro 08 - Aspectos positivos e desafios do PAA no Cantuquiriguaçu	191
Quadro 09 - Aspectos positivos e desafios do PAA no Pontal do Paranapanema	245
Quadro 10 - Síntese das motivações e desafios para a implementação de ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver	308

### **Lista de tabelas**

Tabela 01 - Cantuquiriguaçu - Ocupações de Terras - 1988-2012	144
Tabela 02 - Cantuquiriguaçu - Assentamentos Rurais - 1984-2012	151
Tabela 03 - Pontal do Paranapanema - Ocupações de Terras - 1988-2012	204
Tabela 04 - Pontal do Paranapanema - Assentamentos Rurais - 1985-2012	205

### **Lista de figuras**

Figura 01 - Mapa da fome no mundo - 2014	53
Figura 02 - Os 120 Territórios da Cidadania	127
Figura 03 - Paraná - Localização do Território Cantuquiriguaçu no estado do Paraná	142

Figura 04 - Cozinha industrial da COOPERJUNHO	173
Figura 05 - Estrutura da Cooperativa Monjolo	174
Figura 06 - Venda instalada na sede da COOPAFI	176
Figura 07 - Feira agroecológica realizada na sede da COOPAFI	176
Figura 08 - Exemplo de diversificação produtiva no assentamento “08 de Junho”, em Laranjeiras do Sul	183
Figura 09 - Exemplo de diversificação produtiva em propriedade familiar/camponesa vinculada à COOPAFI	183
Figura 10 - Estudantes do Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva comendo suas merendas	188
Figura 11 - Localização do Território Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo	196
Figura 12 - Horta Comunitária do PA “Antônio Conselheiro”	230
Figura 13 - Exemplo de diversificação produtiva no PE “Engenho II”	237
Figura 14 - Exemplo de diversificação produtiva no PA “Antônio Conselheiro”	237
Figura 15 - Entrega de produtos do PAA “Compra com Doação Simultânea” no distrito de Costa Machado, em Mirante do Paranapanema	243
Figura 16 - População da região metropolitana de Vancouver	265
Figura 17 - Distribuição da ALR em Metro Vancouver	267
Figura 18 - Mercado de produtos locais - Vancouver	269
Figura 19 - <i>Hastings Urban Farm</i> - Vancouver	271
Figura 20 - <i>Navy Jack Garden</i> - West Vancouver	271
Figura 21 - <i>School Garden</i> da <i>Vancouver Technical Secondary School</i>	285
Figura 22 - <i>School Garden</i> da <i>David Thompson Elementary School</i>	286
Figura 23 - <i>UBC Farm</i>	302

### **Lista de pranchas**

Prancha 01 - Brasil - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a insegurança alimentar nas unidades federativas	136
Prancha 02 - Território Cantuquiriguaçu - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Número de camponeses beneficiários na	162

modalidade Doação Simultânea	
Prancha 03 - Território Cantuquiriguaçu - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Recursos investidos na modalidade Doação Simultânea	164
Prancha 04 - Território Cantuquiriguaçu - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Pessoas em condição de vulnerabilidade social beneficiadas na modalidade Doação Simultânea	165
Prancha 05 - Território Pontal do Paranapanema - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Número de camponeses beneficiários na modalidade Doação Simultânea	217
Prancha 06 - Território Pontal do Paranapanema - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Recursos investidos na modalidade Doação Simultânea	218
Prancha 07 - Território Pontal do Paranapanema - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Número de pessoas em condição de vulnerabilidade social beneficiárias da modalidade Doação Simultânea	219



## Sumário

<b>Introdução</b>	20
<b>PARTE A - Os tensionamentos do sistema alimentar mundial em tempos de globalização</b>	31
<b>1 - O alimento no capitalismo: controle dos mercados pelas grandes corporações, fome e marginalização da agricultura familiar/camponesa</b>	32
1.1 - Articulações escalares e o controle do mercado de alimentos pelas grandes corporações na globalização neoliberal	35
1.1.1 - O primeiro regime alimentar: a produção agropecuária das colônias abastece os centros industriais europeus	38
1.1.2 - O segundo regime alimentar: a Revolução Verde e a hegemonia estadunidense na orientação do modelo de desenvolvimento para o campo	39
1.1.3 - O terceiro regime alimentar: o aumento do poder das grandes corporações	41
1.2 - A fome como resultado do controle do mercado global de alimentos pelas grandes corporações	55
1.2.1 - Um panorama da fome no mundo atual	56
1.2.2 - A construção política da fome	59
1.3 - A Questão Agrária e a situação marginal da produção familiar/camponesa na disputa pelo mercado de alimentos	68
<b>2 - Soberania alimentar: uma alternativa ao regime alimentar corporativista</b>	73
2.1 - A segurança alimentar: solucionar os problemas do mercado de alimentos no capitalismo	78
2.2 - As articulações escalares da soberania alimentar: resolvendo os problemas do regime alimentar corporativista através do combate à hegemonia capitalista	82

2.3 - A importância das compras públicas para a soberania alimentar: a disputa pela escala do Estado-Nação	96
2.4 - A sociedade civil e a “segunda geração” da soberania alimentar	101
2.5 - Os limites que o capitalismo apresenta à soberania alimentar	105
2.6 - Refletindo sobre as disputas escalares entre o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar	111
<b>PARTE B - O PAA: a soberania alimentar através de uma política pública</b>	<b>116</b>
<b>3 - O PAA como parte da estratégia de desenvolvimento territorial</b>	<b>117</b>
3.1 - As políticas públicas de compra institucional de alimentos e o desenvolvimento territorial	121
3.2 - Aspectos legais e conceitos norteadores do PAA	128
3.3 - O desempenho do PAA em escala nacional	134
<b>4 - O PAA no Cantuquiriguaçu</b>	<b>139</b>
4.1 - Conflitos relacionados à produção e ao consumo de alimentos no Cantuquiriguaçu	141
4.2 - O desenvolvimento territorial no Cantuquiriguaçu	153
4.3 - A contribuição do PAA para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu	160
4.3.1 - A criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa	166
4.3.2 - A melhoria da alimentação dos agricultores familiares/camponeses proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social	184
4.3.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição do PAA para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu	190
<b>5 - O PAA no Pontal do Paranapanema</b>	<b>193</b>
5.1 - Conflitos relacionados à produção e consumo de alimentos no Pontal do Paranapanema	195

5.2 - O desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema	208
5.3 - A contribuição do PAA para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema	214
5.3.1 - A criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa	220
5.3.2 - A melhoria da alimentação dos agricultores familiares/camponeses proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social	238
5.3.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição do PAA para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema	244
<b>PARTE C - O F2CC: a soberania alimentar através da sociedade civil</b>	246
<b>6 - A rede F2CC e a contribuição da sociedade civil para a construção da “segunda geração” da soberania alimentar</b>	247
6.1 - Antecedentes da intervenção da sociedade civil no sistema alimentar canadense	250
6.2 - A rede F2CC como uma proposta de modificação do sistema alimentar através das relações de consumo	255
<b>7 - O F2CC em Metro Vancouver</b>	262
7.1 - Conflitos relacionados à produção e o consumo de alimentos em Metro Vancouver	264
7.2 - A contribuição da rede F2CC para a construção da soberania alimentar em Metro Vancouver	272
7.2.1 - A rede F2CC em instituições públicas de Metro Vancouver	277
7.2.1.1 - A rede F2CC em escolas de Metro Vancouver	277
7.2.1.2 - A rede F2CC na UBC, campus de Vancouver: a <i>UBC Farm</i> abastecendo pontos de venda do <i>UBC Food Services</i> e o <i>UBC Hospital</i>	299
7.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição da rede F2CC para a “segunda geração” da soberania alimentar em Metro Vancouver	306

**Conclusão** 309

**Referências** 323

## Introdução

Essa tese traz como tema central a soberania alimentar, que surgiu primeiramente como uma proposição da coalização internacional de movimentos camponeses *La Via Campesina*, no ano de 1996, e que atualmente tem sido defendida por diversos outros coletivos do campo e da cidade, em países considerados ricos e em países considerados pobres<sup>1</sup>, além de ser incorporada nos dispositivos legais de países como o Equador, a Bolívia, a Venezuela e o Nepal. A soberania alimentar busca a (re)aproximação entre produtores e consumidores de alimentos, valorizando a escala local e o direito de cada povo a prover sua própria alimentação, sem depender das grandes corporações que atuam em escala internacional. Ela é uma proposta que vai além do capitalismo, pois considera a diversidade de relações sociais no campo. Considerando que atualmente o regime alimentar é caracterizado pela hegemonia das grandes corporações, fato que traz problemas como o paradoxo entre a fome e a obesidade, a padronização das dietas alimentares e outros, nessa tese a soberania alimentar é lida como a proposição de uma alternativa ao regime alimentar corporativista. A soberania alimentar estabelece uma relação espaço-tempo diferente da que tem sido produzida pelo regime alimentar corporativista no processo de alimentação da população, pois valoriza a produção local e sob bases agroecológicas, além da centralidade da agricultura familiar/camponesa e dos povos indígenas no provimento de alimentos<sup>2</sup>.

O objetivo é compreender a implementação da soberania alimentar em duas estratégias de compras públicas de alimentos: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canada* (Da Fazenda para

---

<sup>1</sup> As expressões “países considerados ricos” e “países considerados pobres” são usadas em detrimento das expressões “países ricos” e “países pobres” numa proposta de abordar a riqueza e a pobreza para além da dimensão econômica da realidade.

<sup>2</sup> Nesse trabalho, entende-se o agricultor familiar e o camponês como o mesmo sujeito (FERNANDES, 2014). Ele é caracterizado por produzir relações sociais que são baseadas primordialmente no trabalho familiar (TAVARES DOS SANTOS, 1978), não podendo ser explicado por meio de conceitos da economia capitalista (CHAYANOV, 1981). Além do mais, as unidades de produção camponesas/familiars possuem como elemento central a multifuncionalidade (SHANIN, 2005).

o Refeitório Canadá - F2CC), no Canadá. O PAA possui dois objetivos centrais: i) a compra de produtos gerados em unidades de produção familiares/camponesas sem a ocorrência de licitação, ou seja, valoriza-se um grupo específico de produtores e; ii) a doação de parte dos mesmos para instituições que atendem pessoas em condição de vulnerabilidade social como creches, asilos e escolas. O F2CC visa aumentar o consumo de produtos de origem local por instituições públicas canadenses como escolas, unidades acadêmicas e hospitais. Enquanto o PAA é implementado como uma política pública, a rede F2CC é organizada por diversos grupos e instituições da sociedade civil que visam influenciar as políticas alimentares do Poder Público.

Vale ressaltar que primeiramente, a pesquisa de doutorado, iniciada em março de 2013, tinha por objetivo estudar o Programa Territórios da Cidadania (PTC) – uma estratégia de articulação de políticas públicas implementada pelo Governo Federal brasileiro com enfoque na abordagem territorial do desenvolvimento – no Cantuquiriguaçu, estado do Paraná e no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Com isso, visava-se dar continuidade a análises feitas na minha pesquisa de mestrado, quando foi estudada a tipologia dos assentamentos rurais e a atualidade da reforma agrária no Cantuquiriguaçu. Nessa oportunidade, como um dos objetivos secundários, foi possível evidenciar a influência dos movimentos socioterritoriais camponeses no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu (CONDETEC), fato que contribuiu para que eles obtivessem diversas conquistas como: i) investimentos na cadeia leiteira; ii) políticas de educação do campo; iii) a implantação de um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e outros (COCA, 2011). Esperava-se na pesquisa de doutorado aprofundar o conhecimento dessa realidade no Cantuquiriguaçu e ao mesmo tempo discutir semelhanças e diferenças com o Pontal do Paranapanema, onde fatores como a expansão do capital sucroalcooleiro (THOMAZ JÚNIOR, 2005) e dissensões nos movimentos socioterritoriais (SOBREIRO FILHO, 2013) têm enfraquecido a luta pela terra e a luta na terra.

Contudo, devido ao fato de que o objeto científico se constrói no decorrer da pesquisa e não *à priori* (MARRE, 1991), os objetivos iniciais foram

modificados. Para isso, ressalta-se primeiramente, a minha participação no Seminário “Institucionalização da soberania alimentar no Canadá e as diferenças e semelhanças com o Brasil”, ministrado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Hannah Wittman, da *University of British Columbia* (UBC), aos alunos do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, em abril de 2013. Um dos temas abordados foi o caráter inovador do PAA, que é uma das ações do PTC. Reconhecendo essa possibilidade, decidiu-se naquele momento continuar com o estudo do PTC no Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema, contudo, focando especificamente na contribuição do PAA para a soberania alimentar.

Já com uma leitura mais aprofundada sobre o PTC como estratégia de desenvolvimento, nesse momento defendia-se a tese de que ele continha um caráter compensatório, dentre outros fatores, por não considerar a conflitualidade entre as classes sociais, definindo como território o que a Geografia tradicionalmente entende como região. Ao mesmo tempo, o PAA era lido como uma política pública emancipatória pelo fato de contribuir para a implementação de alguns dos componentes da proposta alternativa de soberania alimentar.

Em 2014, no segundo ano de desenvolvimento da pesquisa, surgiu a possibilidade de realizar um estágio de pesquisa no *Institute for Resources, Environment and Sustainability* (IRES), da UBC sob a supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hannah Wittman. Isso ocorreu entre novembro de 2014 e outubro de 2015. Dentre as muitas contribuições que essa experiência trouxe para a pesquisa, duas merecem destaque: i) a incorporação de novas leituras para a interpretação de temas como a soberania alimentar, a segurança alimentar, a teoria dos regimes alimentares, as compras públicas de alimentos, dentre outros e; ii) a inserção do estudo da rede F2CC na região metropolitana de Vancouver (Metro Vancouver) como mais um estudo de caso.

Assim, com essa experiência é que foi definida de maneira mais clara a hipótese central da pesquisa, qual seja: a soberania alimentar se constitui como uma alternativa ao regime alimentar corporativista, sendo que alguns dos seus elementos podem ser implementados pela proposição do Estado ou da sociedade civil. O PAA é uma referência para o entendimento da contribuição do Estado e a rede F2CC destaca a participação da sociedade civil.

Além desse objetivo central, a pesquisa teve os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar o regime alimentar corporativista, que se desenvolve correntemente no contexto da globalização neoliberal; ii) aprofundar a definição da soberania alimentar como uma alternativa ao regime alimentar corporativista; iii) salientar a dimensão geográfica do regime alimentar corporativista e da soberania alimentar, principalmente enfatizando o conceito de escala geográfica; iv) discutir a “segunda geração” da soberania alimentar e o papel dos consumidores de alimentos para sua efetivação e; v) compreender o papel dos agricultores familiares/camponeses, do Estado e do setor privado para a alimentação da população.

O debate sobre a soberania alimentar como uma alternativa ao regime alimentar corporativista é feito por meio do escopo teórico-conceitual da Geografia, focando principalmente na dimensão escalar desse processo. As escalas são lidas como construções sociais (HORTA, 2013; MELAZZO; CASTRO, 2007; SMITH, 1988, 2000, 2002), de tal modo que faz-se importante levar em consideração como elas se articulam através de conflituosos processos que vão desde o local até o global (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983; VAINER, 2001, 2006).

Como parte dos procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento dessa pesquisa, merecem destaque:

**a) levantamento bibliográfico e documental:** foram lidos centenas de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos, resenhas e relatórios) sobre os temas discutidos na pesquisa como: teoria dos regimes alimentares, soberania alimentar, compra institucional de alimentos, sistemas alimentares globais e locais, fome, PAA, rede F2CC, políticas públicas, globalização, escalas, agricultura familiar/camponesa e outros. Também foram consultados centenas de documentos elaborados por governos, movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) sobre os temas e objetos pesquisados. Esses foram organizados no *software* de referenciamento bibliográfico Mendeley, onde após a leitura foram classificados em palavras-chave para facilitar sua posterior consulta;



**b) sistematização de dados quantitativos secundários:** para aprofundar o conhecimento e a caracterização das áreas e ações estudadas foram consultados bancos de dados disponibilizados por diversas fontes como o Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o PAA Data, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), da Rede DATALUTA,; o censo populacional do *Canada's National Statistical Agency* (Agência Nacional de Estatísticas do Canadá); o *site* do *BC Ministry of Agriculture* (Ministério da Agricultura da Colúmbia Britânica) e o *site* do *Farm to School BC* (Da Fazenda para a Escola da Colúmbia Britânica). Esses dados foram organizados em quadros e tabelas elaborados no *software* Microsoft Excel e em mapas elaborados no *software* Philcarto;

**c) produção de informações primárias:** as informações primárias foram produzidas através de visitas a campo realizadas entre junho de 2013 e outubro de 2014, no Brasil e entre novembro de 2014 e outubro de 2015, no Canadá. Nelas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que possuem importante significância para o entendimento do PAA e da rede F2CC. Como demonstrado por Triviños (2009), esse tipo de entrevista difere das que são aplicadas através de questionários fechados, pois partem de algumas questões que dão uma direção para o diálogo, todavia, sem “encapsulá-lo” por completo.

A escolha dos entrevistados foi motivada por informações obtidas em contatos prévios junto a pessoas envolvidas com a implementação do PAA no Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema e da rede F2CC em Metro Vancouver. O número de entrevistados foi definido à *posteriori*, respeitando a saturação das informações fornecidas pelos primeiros entrevistados.

Para os trabalhos de campo no Brasil, optou-se por entrevistar três grupos de sujeitos: lideranças dos colegiados territoriais (03 em cada território da cidadania), agricultores familiares/camponeses proponentes do PAA (09 em cada território da cidadania) e representantes de entidades beneficiadas com a doação dos produtos adquiridos pelo PAA (09 no Cantuquiriguaçu e 07 no Pontal do Paranapanema). O diálogo estabelecido com eles seguiu os tópicos apresentados no Quadro 01:

### Quadro 01 - Sujeitos entrevistados e temas abordados na pesquisa sobre o PAA

Sujeito entrevistado	Temas abordados
Lideranças dos colegiados territoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico da implantação do PCT na região.</li> <li>• Atuação das câmaras setoriais no território da cidadania.</li> <li>• Participação da agricultura familiar/camponesa.</li> <li>• Relação com as grandes corporações que atuam no território da cidadania.</li> <li>• Participação dos governos municipais no colegiado territorial.</li> <li>• Conflitos internos.</li> <li>• Desenvolvimento do PAA no território da cidadania.</li> <li>• Desafios para a consolidação da agricultura familiar/camponesa no território da cidadania.</li> </ul>
Camponeses que têm participado do PAA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vínculo com cooperativas ou associações.</li> <li>• O que era produzido antes da adesão ao PAA e o que passou a ser produzido depois.</li> <li>• Renda familiar após a adesão ao PAA.</li> <li>• Alimentação da família após a adesão ao PAA.</li> <li>• Relação do PAA com a luta para permanecer na terra.</li> <li>• Vínculo com as grandes corporações antes e depois da adesão ao PAA.</li> </ul>
Entidades que têm sido beneficiadas pela entrega dos alimentos oriundos do PAA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de público é atendido e com qual frequência.</li> <li>• Como era a alimentação antes e como ficou depois da adesão ao PAA.</li> <li>• Tipos de alimentos que são entregues.</li> <li>• Relação entre a alimentação do público atendido fora da entidade e dentro dela.</li> </ul>

Organização: Estevan Leopoldo de Freitas Coca, 2016.

Nos trabalhos de campo no Canadá, foram entrevistados *stakeholders* envolvidos com a implementação da rede F2CC em Metro Vancouver (03 vinculados à escolas, 01 a hospitais, 01 a universidades e 02 produtores de alimentos). Os temas abordados na entrevistas são apresentados no Quadro 02.

**Quadro 02 - Temas abordados na pesquisa sobre a rede F2CC**

Sujeito entrevistado	Temas abordados
Produtores de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• F2CC como oportunidade de mercado.</li> <li>• Entraves burocráticos para a participação na rede F2CC.</li> <li>• Importância do estabelecimento de circuitos-curtos de produção e comercialização de alimentos.</li> </ul>
Responsáveis por projetos desenvolvidos em escolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais motivações para a implementação de ações vinculadas à rede F2CC.</li> <li>• Critérios para a formação de equipes.</li> <li>• Importância das hortas escolares.</li> <li>• Entraves burocráticos para a participação na rede F2CC.</li> <li>• Abordagem pedagógica.</li> </ul>
Responsáveis por projetos desenvolvidos em universidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais motivações para a implementação de ações vinculadas à rede F2CC.</li> <li>• Relação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>• Entraves burocráticos para a participação na rede F2CC.</li> </ul>
Responsáveis por projetos desenvolvidos em hospitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais motivações de ações vinculadas à rede F2CC.</li> <li>• Relação com a recuperação dos pacientes.</li> <li>• Normas para a escolha dos alimentos.</li> <li>• Entraves burocráticos para a participação na rede F2CC.</li> </ul>

Organização: Estevan Leopoldo de Freitas Coca, 2016.

Após transcritas, essas entrevistas foram organizadas no *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Com isso, foi possível perceber que tanto o PAA quanto a rede F2CC têm contribuído para a implantação da proposta alternativa de soberania alimentar. No PAA, isso pode ser percebido através da criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses beneficiários e da oferta de alimentos frescos e de maior valor nutricional para pessoas atendidas por entidades socioassistenciais e para os próprios proponentes. Na rede F2CC se constata a preocupação central de modificar as relações de consumo de alimentos, diminuindo a ingestão de produtos processados pelas grandes corporações e aumentando a ingestão de alimentos *in natura*.

De tal modo, a presente tese está dividida em três partes e sete capítulos. Primeiro é apresentada uma discussão teórica sobre a definição da soberania alimentar como uma alternativa ao regime alimentar corporativista e depois busca-se, através de exemplos de caso (compras públicas de alimentos no Brasil e no Canadá), comprovar essa proposição.

A primeira parte, de cunho teórico, está dividida em dois capítulos. Visa-se discutir primeiramente, como as relações capitalistas têm se expandido através do regime alimentar corporativista e num segundo momento, destacar a emergência da soberania alimentar como uma proposta alternativa. Tanto o regime alimentar

corporativista como a soberania alimentar são lidos como estratégias de articulação de escalas e não como ações isoladas, por isso, foca-se na complexidade espacial de ambos.

No primeiro capítulo, é feita uma discussão sobre o significado do alimento no capitalismo. Toma-se por base a teoria dos regimes alimentares para discutir como desde a II Revolução Industrial, as potências capitalistas se utilizam do mercado de alimentos para manter parte de sua hegemonia. Ou seja, evidencia-se a dimensão geopolítica do alimento através de um poderoso processo de articulação entre diferentes níveis escalares. Ainda nesse capítulo, foca-se, de maneira especial, no terceiro regime alimentar, que se caracteriza pelo domínio das grandes corporações sobre todas as etapas dos sistemas alimentares, ocasionando problemas como: i) a padronização da dieta alimentar da população global pelo consumo de bens processados e o conseqüente aumento do número de obesos; ii) a persistência da fome como um problema político que afeta países do mundo todo; iii) a persistência da pobreza no campo, fato que prejudica diretamente grande parcela dos agricultores familiares/camponeses e; iv) a perda da soberania dos agricultores familiares/camponeses sobre os recursos genéticos essenciais para a manutenção do seu modo de vida e trabalho.

No segundo capítulo, a soberania alimentar é apresentada como a proposição de uma alternativa ao regime alimentar corporativista, que apesar de se manifestar no local, é gerada por um processo de articulação escalar que envolve movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e diferentes tipos de instituições. Destaca-se como ela tem se consolidado desde meados da década de 1990 como uma demanda de coletivos do campo e da cidade, estando atualmente, presente também em alguns dispositivos legais e em análises desenvolvidas por teóricos. Além do mais, também é feita uma relação da soberania alimentar com as compras públicas de alimentos; com as relações de consumo, constituindo a sua chamada “segunda geração” e com os modelos de desenvolvimento.

Na segunda parte, é feita a discussão sobre o PAA, tendo como foco central a importância do Estado para a implementação da propostas alternativa de soberania alimentar. Ela está dividida nos capítulos 03, 04 e 05.

No terceiro capítulo, consta uma apresentação do PAA como uma política pública que está vinculada tanto ao Programa Fome Zero (PFZ), quanto às políticas de desenvolvimento territorial do Governo Federal brasileiro, mais especificamente o PTC. Com base na bibliografia sobre o tema, são demonstrados aspectos positivos e problemas pontuais na implementação dessa política pública.

Nos capítulos 04 e 05 é feita a discussão sobre a implementação do PAA nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema, respectivamente. Apesar das diferenças, em ambos foi demonstrado como o PAA tem contribuído para a formação de associações e cooperativas familiares/camponesas, a diversificação produtiva, a geração/fixação de renda, a valorização do trabalho feminino nas unidades de produção dos proponentes e nas cooperativas e associações, além da melhoria da alimentação de proponentes e beneficiários. Ao mesmo tempo apareceram como dificuldades para um maior aproveitamento dessa política pública fatores como a sua descontinuidade, o baixo valor das cotas anuais a que os proponentes têm direito, a legislação sanitária e outros.

Na terceira parte é discutida a contribuição da rede F2CC para a implementação da “segunda geração” da soberania alimentar. Para isso, visa-se situar a rede F2CC num contexto em que diversos grupos da sociedade civil têm criado estratégias para aumentar o consumo de produtos locais, sendo que isso é motivado por fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O capítulo 06 destaca primeiramente, como tem sido cada vez mais frequente a emergência de grupos formados por representantes de sociedade civil com a intenção de sanar alguns dos problemas dos sistemas alimentares. Nesse contexto, é feita uma descrição tanto do processo histórico de formação da rede F2CC como de seus principais objetivos e modelos de aplicação.

No capítulo 07, é debatida a implementação da rede F2CC em Metro Vancouver. Mostra-se como, através do suporte de algumas ONGs, escolas e a UBC têm adotado estratégias que visam aumentar o consumo de produtos de origem local em seus espaços de alimentação. Ao mesmo tempo também é evidenciado o caráter ainda limitado dessas ações, ou seja, elas possuem pouca

capacidade de influenciar estruturalmente os sistemas alimentares locais.

Por fim, nas considerações finais é feita uma discussão sobre como os exemplos de caso abordados na pesquisa contribuem para a defesa da tese de que a soberania alimentar é uma alternativa ao regime alimentar corporativista.

# **PARTE A**

**Os tensionamentos do sistema alimentar nos tempos de  
globalização**

**Capítulo 01**

**O alimento no capitalismo: controle dos mercados pelas grandes corporações, fome e marginalização da agricultura familiar/camponesa**



“Escasso alimento é o sustento do pobre, quem dele o priva é homem sanguinário. Mata o próximo o que lhe tira o sustento, derrama sangue o que priva do salário o diarista”.  
(Bíblia Sagrada - Livro do Eclesiastes - 34,25-27).

**A**tualmente, o sistema alimentar global é controlado pelas grandes corporações, o que gera resultados como a padronização da dieta alimentar da população mundial (McMICHAEL, 2013; POLLAN, 2007; STÉDILE; CARVALHO, 2011); elevados índices de obesidade (KOC et al., 2008; NESTLE, 2002; PATEL, 2012; ROMAN-ALCALÁ, 2013) e, principalmente, a fome (SCHANBACHER, 2013; WEISS, 2012; ZIEGLER, 2012), que persiste como uma das mais cruéis realidades do mundo contemporâneo (FAO, 2015). As grandes corporações formatam a relação espaço-tempo do processo de alimentação tendo a obtenção de lucros ampliados como objetivo principal. Elas são exemplos de que cada vez mais, a articulação de escalas se faz importante para a implementação do projeto de reprodução das relações capitalistas (VAINER, 2006).

No capitalismo o alimento não é tratado pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca, ou seja, ele assume a função de mercadoria (PATEL, 2009). Em razão desse fato, os preços de alguns importantes gêneros alimentícios e/ou energéticos são controlados pela movimentação das bolsas de valores, especialmente a *Chicago Commodity Stock Exchange*, nos Estados Unidos. Por isso, mesmo com uma produção de alimentos suficiente para alimentar toda a humanidade, a fome ainda persiste como um problema que carece de solução no mundo atual (De SCHUTTER, 2015a; ZIEGLER, 2012).

Nesse sentido, a análise de ações que visam modificar a correlação de forças no sistema alimentar como o PAA e o F2CC deve partir da consideração de que existem problemas estruturais relacionados à economia capitalista, que fazem com que milhões de pessoas não tenham uma alimentação em quantidade e/ou qualidade adequada.

Com base em tal perspectiva, nesse capítulo é destacada a relação entre a economia capitalista em sua fase neoliberal/corporativista e o mercado global de alimentos. Na primeira parte, enfatiza-se que na atual fase de globalização neoliberal, através de um processo de articulação escalar, as grandes corporações exercem o controle do regime alimentar, padronizando a alimentação da maior parte da população mundial. Tal fato gera graves consequências para a saúde pública e para o meio ambiente. Na sequência, a fome é discutida como

um problema político-econômico e não como uma questão de ordem natural, o que faz com sua solução passe por uma alteração na correlação de forças entre as classes sociais. Com isso, é colocada em xeque a tese de que a difusão de novas tecnologias no campo é uma medida capaz de mitigar ou até mesmo resolver o problema da fome. Por fim, é feita uma discussão sobre a Questão Agrária, enfatizando como a agricultura familiar/camponesa ocupa um espaço marginal no mercado de alimentos, o que faz com que os produtos por ela gerados sejam de difícil comercialização. Como resultado disso, cada vez mais aumentam os índices de fome e pobreza no campo.

### **1.1 - Articulações escalares e o controle do mercado de alimentos pelas grandes corporações na globalização neoliberal**

Na atualidade, os problemas relacionados ao mercado de alimentos devem ser entendidos como de origem estrutural, ou seja, são consequência do capitalismo e do seu contínuo processo de acumulação. Uma das principais perversidades da economia capitalista é fazer com que a produção e a distribuição dos alimentos se deem com base na obtenção dos lucro ampliados. Em razão disso, as grandes corporações, que são responsáveis pela maior parte da produção, do transporte, do beneficiamento e da comercialização dos gêneros alimentícios e/ou energéticos em escala mundial, produzem o que lhes é mais rentável, onde lhes é mais apropriado e vendem para quem lhes paga mais. Elas formatam a relação espaço-tempo que configura o processo de alimentação de acordo com os seus interesses, criando problemas como a fome e a desestabilização de milhões de agricultores familiares/camponeses. Isso denota que “o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global... mas na capacidade de articular *escalas*, de analisar e intervir de modo *transescalar*” (VAINER, 2006, p.28, grifos do autor).

Nessas circunstâncias, vale membrar que Marx e Engels (1967, tradução nossa) desvendaram que “a necessidade de um mercado em constante expansão persegue a burguesia sobre toda a superfície do globo. Ela deve se alinhar em todos os lugares, se assentar em todos os lugares, estabelecer conexões em

todos os lugares”. De tal modo, o capitalismo funciona sistemicamente, sendo inerente a ele a divisão entre centro, periferia e semiperiferia, ou seja, onde ele predomina, existe a desigualdade espacial (WALLERSTEIN, 1998). Devido a isso, a economia capitalista busca integrar todas as partes do mundo ao processo de acumulação que é capitaneado pelas grandes empresas e legitimado pelos governos dos estados (HARVEY, 2001a; SANTOS, 1986).

Como resultado desse processo de articulação escalar como forma de exercício do poder, o sistema alimentar mundial é controlado pelo mercado capitalista. O alimento não é reconhecido como um direito de pessoas de todas as partes do mundo e de todas as condições sociais, mas como uma mercadoria por meio da qual as grandes companhias agropecuárias, industriais e mercantis garantem seus lucros (PATEL, 2012).

O controle capitalista do processo de alimentação da população manifesta-se espacialmente e temporalmente. No espaço, ele se caracteriza pelo distanciamento entre produtores e consumidores. Grande parte dos alimentos percorre milhares de quilômetros até ser consumido pela população, ao mesmo tempo em que agricultores familiares/camponeses locais não possuem canais de comercialização suficientes para sua produção. No tempo, percebe-se cada vez mais a utilização de mecanismos de controle dos recursos genéticos com o intuito de maximizar o processo produtivo, todavia, desprezando os conhecimentos tradicionais da população do campo.

Deve-se ressaltar que, desde meados do século XVIII, quando ocorreu a II Revolução Industrial, o controle do mercado de alimentos tem sido um importante instrumento para a consolidação da economia capitalista em escala mundial (McMICHAEL, 2009). Ele é exercido como forma de manter o processo de acumulação do capital através da dimensão geopolítica da produção agrícola<sup>3</sup>. Ou

---

<sup>3</sup> Sobre a dimensão geopolítica dos regimes alimentares é importante destacar que, no campo das Relações Internacionais não é unanimidade que o controle sobre os sistemas alimentares pode contribuir para a hegemonia de um país frente aos demais. O trabalho de Lima (2014), por exemplo, pontua que a conversão de alimentos em recurso de poder é algo que ocorre apenas de maneira residual, devido à própria dinâmica dos grandes produtores que se beneficiam da liberalização dos mercados e dos defensores dos direitos humanos, que entendem que o uso político do alimento é um recurso desprovido de ética. Contudo, ao trazer a teoria dos regimes alimentares como elemento central desse trabalho, acredita-se que na história do capitalismo tem sido mostrado que ora os estados-nação, ora as grandes corporações têm se utilizado do controle

seja, os países que ocupam o centro da economia capitalista se utilizam do mercado de alimentos para exercer parte do seu domínio sobre os países periféricos. São alternados momentos de liberalização, onde ocorre a desregulamentação dos mercados e a concentração de riqueza com outros onde existe um maior protecionismo (HOLT-GIMÉNEZ, 2010).

Com base nesses fatos, a consolidação do capitalismo pode ser analisada através de etapas denominadas “regimes alimentares”, como foi apontado, primeiramente por Friedman e McMichael (1989) e depois, por diversos outros autores, como Pritchard (1996); Holt-Giménez (2010); Holt-Giménez e Shattuck (2011), dentre outros. De acordo com McMichael (2009, p.140, tradução nossa):

O conceito de regime alimentar historiciza o sistema global de alimentos: problematizando linearmente as representações da modernização agrícola, sublinhando as regras centrais do alimento na economia política mundial e conceitualizando as principais contradições históricas, em particular nos regimes alimentares, que produzem crises, transformações e transições. Desse modo, a análise dos regimes alimentares constroi uma perspectiva estrutural para o entendimento da agricultura e das regras alimentares na acumulação de capital através do espaço.

Portanto, através da análise dos regimes alimentares é possível conhecer as estratégias capitalistas para controlar o mercado agrícola e manter a situação de dependência política e econômica dos países periféricos. Os regimes alimentares nos permitem compreender os tensionamentos da economia política mundial e as formas de ajuste estrutural do capitalismo. Em outras palavras, os regimes alimentares “suportaram o exercício do poder estatal dominante na expansão e sustentação das áreas do mercado e da dominação ideológica” (McMICHAEL, 2009, p. 144, tradução nossa).

Além do mais “o conceito de regime alimentar oferece uma interpretação não somente das bases agrárias da hegemonia mundial, mas também a evolução histórica dos modelos de desenvolvimento que expressam e legitimam aquelas relações de poder” (McMICHAEL, 2009, p. 145, tradução nossa). Portanto, pela

---

sobre a produção e a comercialização dos bens alimentares como forma de defender os seus interesses. Além do mais, acredita-se que esse fato possui relação direta com as formas de hegemonia no espaço global.

análise dos regimes alimentares pode-se conhecer a relação entre os períodos de acumulação do capital e a predominância de determinadas dietas em escala global.

Na sequência, são destacados os regimes alimentares que caracterizam as diferentes etapas de acumulação capitalista, com especial ênfase para o atual, que é caracterizado pelo neoliberalismo e pelo controle do sistema alimentar pelas grandes corporações.

### **1.1.1 - O primeiro regime alimentar: a produção agropecuária das colônias abastece os centros industriais europeus**

O primeiro regime alimentar global ocorreu entre os anos de 1870 e 1930<sup>4</sup>, sendo caracterizado por uma divisão internacional do trabalho em que a Europa exerceu a função de importadora de bens primários - especialmente a carne e o trigo - de antigas colônias ao mesmo tempo em que era incrementado seu processo de industrialização (HOLT GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011). Ou seja, no primeiro regime alimentar global, a Europa foi o centro do sistema estatal mundial (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989), controlando o fluxo de alimentos no espaço e articulando escalas com o intuito de manter sua hegemonia. Por outro lado, as colônias importavam da Europa bens manufaturados, trabalho e capital, especialmente para as ferrovias. Não obstante, foram abertas “novas fronteiras” para a atuação do capital em terras que até então eram virgens, como ocorreu na Argentina, no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos (BERNSTEIN, 2011).

Colaborou para essa conjuntura o fato de a Inglaterra ter estimulado os demais países europeus a adotarem o livre-comércio, pois até então as colônias só podiam comercializar os produtos delas extraídos com as suas metrópoles<sup>5</sup>. Assim, a Inglaterra passou a encontrar maior oferta de bens primários para as suas indústrias, reafirmando-se como a “oficina do mundo” (McMICHAEL, 2009),

---

<sup>4</sup> O primeiro regime alimentar emergiu na fase de transição da I para a II Revolução Industrial. A economia, que até então era baseada no ferro, no carvão e na energia a vapor foi substituída por outra baseada no aço, produtos químicos, eletricidade e petróleo (BERNSTEIN, 2013).

<sup>5</sup> Bernstein (2011) lembra que o marco para a abertura de mercado por parte dos países europeus foi a revogação da Lei do Trigo, por parte da Grã-Bretanha, em 1846. Com isso, os agricultores e proprietários de terras britânicos deixaram de ser protegidos dos grãos importados, que eram mais baratos do que os que eles produziam.

ou seja, ela assumiu a vanguarda mundial do processo de industrialização.

Conforme Friedman e McMichael (1989, p. 94, tradução nossa):

Nós definimos a formação do Estado-Nação no século XIX como um processo sistêmico em que as colônias desempenharam um papel fundamental. A exportação de culturas temperadas competiu com a agricultura europeia, de tal modo que as colônias independentes: (i) contribuíram com o crescimento do proletariado europeu através de alimentos compatíveis com os salários e; (ii) inauguraram a base de um novo modelo de mercado na nova ordem internacional, ao lado da relação colonial pela qual as metrópoles administraram (complementaram) a agricultura de exportação tropical.

Durante esse período, também foi reafirmada a predominância da monocultura em antigas colônias, haja vista que a nova ordem internacional “encorajou um movimento em direção não apenas das vantagens comparativas, como um aparente mecanismo de especialização” (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989, p.94, tradução nossa). Esse fato veio acompanhado da concentração de terras e de poder por parte dos grandes proprietários do campo. No Brasil, isso contribuiu para o fortalecimento do poder político-econômico dos coronéis (LEAL, 1975) e para a consolidação de grandes latifúndios, retardando o desenvolvimento econômico do país (GUIMARÃES, 1981). No Canadá, houve a incorporação de métodos de produção agrícola europeus, todavia, com custos mais baixos, atraindo recursos que garantiram seu processo de industrialização (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989).

No que se refere aos conflitos pela posse da terra, durante o primeiro regime alimentar global, eles possuíram apenas contornos nacionais. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo que se rebelaram contra a ordem estabelecida foram pontuais, não existindo lutas por mudanças na ordem global.

Em suma, como saldo do primeiro regime alimentar houve a predominância, sobre a maior parte da população mundial, de uma dieta influenciada pelo poderio político-econômico dos estados europeus, baseada, sobretudo, no leite, na carne e no trigo. Essa conjuntura possibilitou que a Inglaterra mantivesse a vanguarda do processo de industrialização mundial, pois ela foi hegemônica na condução dos fluxos de alimentos no espaço. Por outro

lado, as colônias foram reafirmadas como produtoras de bens primários. O primeiro regime alimentar global começou a entrar em declínio no ano de 1914 quando em decorrência da 1ª Guerra Mundial ocorreu uma depressão econômica e os países capitalistas passaram a adotar medidas de proteção aos seus mercados (BERNSTEIN, 2011).

### **1.1.2 - O segundo regime alimentar: a Revolução Verde e a hegemonia estadunidense na orientação do modelo de desenvolvimento para o campo**

O segundo regime alimentar global ocorreu entre os anos de 1950 e 1970, sendo caracterizado pelo contexto geopolítico pós Segunda Guerra Mundial. Nesse período ocorreu a Guerra Fria, um conflito político ideológico entre os governos dos Estados Unidos (representante do capitalismo) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (representante do socialismo). Esses países disputaram aliados com a finalidade de se impor como grande potência mundial.

Também marcaram essa fase a descolonização de países da África e da Ásia e a independência de países da América Latina, o que “efetivamente destruiu as bases da especialização colonial dentro de blocos de mercados centrados na metrópole” (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989, p.103, tradução nossa). Tais fatos modificaram as regras de comercialização da produção agrícola em escala mundial, de tal modo que:

[...] a integração no segundo regime alimentar procedeu em duas novas frentes complementares: a) a importação de trigo vindo de antigas colônias, especialmente os Estados Unidos, na expansão da produção doméstica, e b) o declínio dos mercados de exportação tropicais, notavelmente os de açúcar e de óleos vegetais, através da substituição de importações dos países de capitalismo avançado (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989, p.103, tradução nossa).

Nessas condições, os Estados Unidos se tornaram o país *dominant exporter* (exportador dominante) (FRIEDMANN, 1993), assumindo a hegemonia da condução dos fluxos de alimentos no espaço. Na teoria e na prática a construção do poderio estadunidense serviu como uma ponte entre o primeiro e o



segundo regimes alimentares globais.

Isto é, a agricultura dos Estados Unidos precisa ser entendida como uma distinta forma social que, uma vez resolvidos os problemas europeus de barateamento dos bens de salários pela tradicional agricultura doméstica do século XIX, antecipou a agricultura industrial no século XX (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989, p. 95, tradução nossa).

Nesse período, assim como na indústria automobilística, “novos produtos não-perecíveis e práticas industriais intensivas tornaram-se importantes para a acumulação” (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989, p.95). A dieta da população mundial passou a conter cada vez mais, a presença de alimentos processados, como explicado por Bernstein (2011, p.61):

O aumento da renda real no hemisfério norte, durante o *boom* econômico do pós-guerra, refletiu-se no aumento do consumo, a ponto de criar uma nova cultura de massa: o consumismo. O consumo diário de carne e de alimentos processados e de conveniência, em particular, aumentou muito, revelando assim o crescimento das indústrias ‘agroalimentares’ da agricultura a jusante no ‘complexo agroalimentar transnacional’.

O segundo regime alimentar também se caracterizou pela incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde, através de fatores como: mecanização das atividades agrícolas, utilização de insumos químicos, produção em larga escala etc. (PATEL, 2012), além da construção de uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012). O argumento utilizado pelos defensores da Revolução Verde era que somente com a mecanização das atividades agropecuárias e a aplicação de estratégias de melhoramento genético seria possível produzir alimentos em uma quantidade suficiente para suprir o crescimento populacional mundial. Essas ideias vinham a calhar para uma realidade na qual a população urbana crescia de maneira exorbitante, especialmente nos países pobres que passavam pelo processo de industrialização. Contudo, a Revolução Verde trouxe resultados negativos como “a perda de variedades antigas e a perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícias” (PEREIRA, 2012, p.687), além da “tendência à concentração na agricultura, onde um número menor de fazendas, maiores e

mais capitalizadas, vêm aumentando a escala e a produtividade do trabalho” (BERNSTEIN, 2011, p.60).

Além do mais, esse período também foi marcado pela forte regulação estatal da agricultura, através de subsídios e créditos bancários. A escala do Estado-Nação exercia um papel preponderante para a expansão global do modelo capitalista de gerenciamento dos sistemas alimentares. Os países europeus reproduziram a prática dos Estados Unidos de favorecer o caráter nacional da produção agrícola, apoiando as exportações (BERNSTEIN, 2011). Isso fortaleceu a competitividade dos países ricos ao mesmo tempo em que aumentou a vulnerabilidade dos países pobres no mercado global de alimentos (McMICHAEL, 2000).

O declínio do segundo regime de alimentação global começou a ocorrer na década de 1970 quando houve a repentina escassez de grãos no mercado mundial. Isso ocorreu porque o governo dos Estados Unidos embargou a venda de grãos para a União Soviética e ofereceu grande quantidade de trigo a preços preferenciais (FRIEDMAN, 1993). Essa situação “[...] expôs a contradição da superprodução, e também do escoamento de excedentes e dos custos para manter os preços estáveis, com resultados para o lado ‘mercantil’ do segundo regime” (BERNSTEIN, 2011, p. 65).

### **1.1.3 - O terceiro regime alimentar: o aumento do poder das grandes corporações**

O terceiro regime alimentar, ou então, regime alimentar corporativista, teve início na década de 1980 e perdura até a atualidade<sup>6</sup>. Nele, ocorreu a integração de novas partes do globo, como o Brasil e a China, à cadeia de proteína animal, realizando a *supermarket revolution* (revolução do supermercado) (McMICHAEL, 2009), ou seja, acentuou-se a articulação de escala com vista a manter o domínio

---

<sup>6</sup> Conforme Holt-Giménez e Shattuck (2012), dentre os autores que trabalham com o conceito de regime alimentar não existe unanimidade quanto a existência do terceiro regime alimentar. Muitos acreditam que ainda vigora o segundo regime alimentar. Nesse trabalho foi feita a opção por levá-lo em consideração devido ao entendimento de que ele está inserido no período neoliberal em que ocorre uma nova etapa no processo de acumulação capitalista, diminuindo, a ponto de quase anular o poder de intervenção do Estado sobre o mercado.

capitalista sobre o processo de alimentação da população global. Isso se dá porque um dos principais resultados desse período de expansão do capitalismo é a ocorrência da globalização (DESMARAIS, 2007; HARVEY, 2001b; MCMICHAEL, 2000; SWYNGEDOUW, 2004; WALLERSTEIN, 1998), que se refere a formas de acumulação do capital como:

[...] a desregulamentação dos mercados financeiros e a “financeirização” de todos os aspectos da atividade econômica; a liberalização do comércio internacional; mudanças na estratégia e tecnologia de produção, fornecimento e vendas, do agronegócio transnacional e das corporações industriais; e todas as novas possibilidades relacionadas à tecnologia da informação, tão importante para a mobilidade do capital financeiro e para a organização da produção e dos mercados (BERNSTEIN, 2011, p.53).

Esse formato da globalização foi gerado pela recessão da economia mundial e o consequente ajuste do capitalismo através da expansão dos fluxos dos mercados e da financeirização. No regime alimentar corporativista, o capitalismo entrou em sua fase neoliberal. Um importante marco desse período é o Consenso de Washington, de 1989. Nele, sob a influência do então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan e da então primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, economistas e instituições de diversas partes do mundo propuseram dez medidas para a economia em escala mundial:

1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de cambio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e 10) propriedade intelectual (NEGRÃO, 1996, p. 106).

O neoliberalismo é um programa político e ideológico gerado pelos

interesses do capital (HARVEY, 2005). Por ele, é incentivada a liberdade e a mobilidade do capital, além da diminuição da importância do Estado, mesmo que “na prática, seja altamente seletivo” (BERNSTEIN, 2011, p.54).

Desde a década de 1990, instituições de fomento internacional como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) acoplaram esse receituário às suas políticas, de tal modo, que só conseguiriam obter fundos vindos delas os países que se adequassem a tais premissas. Isso criou uma situação em que se tornou quase inevitável a adesão dos países pobres ao neoliberalismo. Peet (2007) exemplifica essa estratégia demonstrando que no princípio da década de 2000, em um momento de ajuste estrutural do capitalismo, o BM e o FMI condicionaram o perdão da dívida dos países pobres à adoção de políticas de desenvolvimento para o campo com a suposta finalidade de “crescimento e redução da pobreza”. Apesar de essas medidas aparentarem contribuir para a melhoria de vida das comunidades subalternas, na verdade mantinham as relações capitalistas.

Assim como o “pobre merecedor” é obrigado a um ato de contrição para ganhar sua esmola caridosa, ou o sem-teto finge instantânea conversão cristã para conseguir uma cama para a noite, encontramos agora os países ricos ditando aos países pobres do mundo como eles devem se “regenerar” para conseguir alívio de suas dívidas (PEET, 2007. p.20).

Isso corrobora a ideia de que o desenvolvimento, em qualquer momento, em qualquer lugar e de qualquer forma, quando proposto por instituições que visam à expansão do capital, sempre assume a função de “controle social” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006), reformando o capitalismo, mas não modificando seu caráter desigual. Na gênese dessas políticas de desenvolvimento propostas pelas instituições multilaterais aos países pobres está a intenção de manter a ordem econômico-social capitalista, não entrando em conflito com os fatores geradores das desigualdades causadas por esse sistema.

Não obstante, através de estratégias como essa, em sua fase neoliberal, o capitalismo se desenvolve por meio de ações que possuem como eixo principal a ideia do “Estado mínimo”, em que o mercado internacional dita às regras. Isso favorece a expansão das grandes corporações, que são as principais

articuladoras de escalas.

Também ilustra esse *modus operandi* a condução das políticas fundiárias. Na década de 1990, por exemplo, o BM incentivou países da América Latina, da África, da Ásia e do Leste Europeu, a proporem alternativas às desapropriações de terras através de financiamentos, constituindo a denominada Reforma Agrária de Mercado (RAM) (RAMOS FILHO, 2008). Com origem diferente, mas com lógica semelhante, também podem ser citadas as Vilas Rurais, no Brasil, as quais surgem como alternativa a luta pela terra, oferecendo via financiamento com taxas subsidiadas, um lote de 5.000m<sup>2</sup> e uma casa de 44m<sup>2</sup> feita em alvenaria para famílias que desejam viver no campo (ASARI; PONTE, 2001). Em ambos os casos, se percebe a proposição do neoliberalismo em tais ações quando se frisa o mercado como meio de solução para um problema social, no caso a existência de pessoas que demandam pela posse da terra e da concentração fundiária.

Todavia, deve-se ressaltar que mesmo com a premissa da abertura dos mercados, durante o neoliberalismo tem sido frequentemente a adoção de medidas protecionistas por parte de países ricos na condução da agricultura (BERNSTEIN, 2011). Ou seja, ao mesmo tempo em que estimulam os países pobres a não intervirem no mercado de alimentos, eles subsidiam parte da produção agrícola em seus territórios. Isso colabora para que os países ricos mantenham sua hegemonia durante o terceiro regime de alimentação global.

Como exemplo dessa contradição pode-se citar a crítica apresentada pelos governos dos Estados Unidos e do Canadá na Organização Mundial do Comércio (OMC), no dia 26 de setembro de 2013, de que os programas de compra institucional de alimentos adotados no Brasil como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) “feriam a livre iniciativa do mercado” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). Dentro do receituário neoliberal essa crítica até poderia ter sentido se não fosse o fato de os governos desses países constantemente serem acusados de subsidiar parte de sua produção agrícola, como ocorre no caso do algodão. Ou seja, esses países tidos como ricos cobram os países pobres para não adotarem medidas de proteção da agricultura de base familiar, mas ao mesmo tempo eles interferem no mercado, defendendo alguns setores de sua agricultura. Tal fato deixa evidente a dimensão geopolítica do terceiro regime

alimentar global.

Contudo, o terceiro regime alimentar também tem se caracterizado por uma expansão vigorosa das grandes corporações. Além de empresas como a Bunge (Holanda), a Cargill (Estados Unidos), a BASF (Alemanha), a Bayer (Alemanha), a Syngenta (Suíça/Holanda) e outras, que atuam nas etapas de produção e beneficiamento dos gêneros agrícolas, a internacionalização do mercado de alimentos também tem ocorrido através da cada vez maior influência das grandes corporações do setor varejista (NESTLE, 2002; SAGE, 2012)<sup>7</sup>. Sobre isso, Burck e Lawrence (2009, p. 268, tradução nossa) dizem que ocorreu

[...] uma mudança no foco de controle sobre o estabelecimento e o gerenciamento das cadeias do setor manufatureiro para o setor de varejo, dominado por grandes supermercados que atuam em cadeia global, como Wal-Mart, Tesco e Carrefour. Esta mudança tem resultado em um sistema alimentar governado pelo modelo neoliberal de regulação, caracterizado pela flexibilização da produção e a pelos termos estabelecidos pelos varejistas internacionais e pela crescente organização ao redor de um conjunto de precauções baseadas na conveniência, escolha, saúde e “bem-estar, frescura e inovação.

Um dos principais resultados dessa crescente influência das grandes corporações varejistas no mercado de alimentos tem sido a padronização da dieta alimentar em escala mundial. Com isso, o terceiro regime alimentar tem se caracterizado pela substituição dos produtos *in natura* por produtos processados, os quais são ricos em gorduras, carboidratos, açúcares e sódios. Evidentemente, isso traz graves consequências para a saúde pública, aumentando o número de pessoas obesas, diabéticas, hipertensas e com problemas cardiovasculares. Sobre isso, Monteiro e Cannon (2012, p.1, tradução nossa) defendem que o processo de obtenção do controle do mercado de alimentos por parte das grandes corporações

[...] não é meramente comercial, mas também ideológico. A

---

<sup>7</sup> De acordo com Stopford, Strange e Henley (1991), o aumento de poder das grandes corporações tem feito com que ocorra até mesmo mudanças na relações entre os países por meio de organismos internacionais. Para os autores, atualmente a Política Externa deve ser vista na perspectiva da “diplomacia triangular”, ou seja, tem aumentado cada vez mais a tendência de os estados-nação levarem para as reuniões em insituições internacionais os interesses de grandes empresas por eles representadas.

globalização econômica, a sistemática privatização e a mínima regulação do capital foram todos deslocados no balanço entre os governos e as corporações. Atualmente, governos e instituições internacionais tendem a ceder o dever de defender o interesse público das grandes corporações internacionais, os quais têm como principal responsabilidade a dos seus acionistas.

Portanto, devido à globalização neoliberal, os governos e as instituições internacionais têm perdido poder de influência sobre a saúde pública, já que as grandes corporações são hegemônicas na orientação do mercado de alimentos. Isso se dá não somente através da dominação econômica, mas também da dominação ideológica. Por exemplo, é comum em países de todo o globo que muitas crianças sejam convencidas pela mídia de que comer *fast food* é melhor do que comer alimentos *in natura*<sup>8</sup>, o que tem feito com que exista um crescimento vertical de franquias especializadas nesse estilo de alimentação no mundo todo (SCHLOSSER, 2001).

Isso tem sido acompanhado pela emergência de um grande número de problemas de saúde que têm origem na adoção de um modelo de alimentação desregrado. Com base no caso dos Estados Unidos, por exemplo, Pollan (2009), demonstra que um dos motivos para que o governo desse país gaste o dobro do que a média europeia com saúde por pessoa é que sua população tem adotado cada vez mais hábitos alimentares que lhes são prejudiciais.

Além do mais, a padronização da dieta alimentar através do crescente consumo de produtos processados tem afetado a cultura de povos de diversas partes do mundo. Alimentos produzidos e consumidos há várias gerações passam a ser substituídos por produtos industrializados, os quais são padronizados internacionalmente. Tem sido cada vez menos frequente o consumo de alimentos frescos e produzidos localmente. Uma interessante observação desse fato é feita por Stédile (2013, não paginado):

Entre a população que consegue se alimentar, nos foi imposta

---

<sup>8</sup> A influência do modelo de alimentação delineado pelas redes *Fast Food* sobre as escolhas alimentares de pessoas de todas as idades, mas especialmente das crianças é explicada no livro *Fast Food Nation: the dark side of the all american meal*, escrito por Eric Schlosser (2002). O autor afirma que 96% das crianças estadunidenses conhecem o palhaço-símbolo da rede McDonald's, que só perde em popularidade para o Papai Noel. Afirma-se que isso ocorre porque redes de *Fast Food* ferem um princípio ético, direcionando uma série de propagandas para o público infantil.

uma padronização dos alimentos. Há quatrocentos anos, antes do advento do capitalismo, os humanos se alimentavam com mais de 500 espécies diferentes de vegetais. Há cem anos, com a hegemonia da revolução industrial, reduziu-se para 100 espécies diferentes de alimentos, que depois da lavoura passavam por processos industriais. E há trinta anos, depois da hegemonia do capitalismo financeiro em todo mundo, hoje, a base de alimentação de toda a humanidade está representada em 80% na soja, milho, arroz, cevada e mandioca.

De tal maneira, tem diminuído o número de alimentos que compõem a dieta da população mundial, tornando-a padronizada e pobre em nutrientes (POLLAN, 2007). Ocorre um privilégio aos produtos processados em detrimento dos produtos *in natura*. Evidentemente, isso interessa as grandes corporações, pois lhes garante o controle do mercado de alimentos e o aumento dos seus lucros (NESTLE, 2002). Tais fatos provam que “os sistemas alimentares não têm sido direcionados para atender às dietas próprias dos seres humanos, mas para maximizar os lucros” (STUCKLER; NESTLE, 2012, p.1, tradução nossa). Ou seja, a comida tem se tornado mercadoria e seu aspecto cultural tem sido suplantado por sua importância econômica.

Também faz parte da padronização da dieta da população mundial o controle exercido pelas grandes corporações sobre os recursos genéticos vegetais, especialmente a produção de sementes (PFRIMER; COCA; BARBOSA JR, 2016). Prova disso é que no ano de 2011, a empresa Monsanto foi processada pela Autoridade Indiana de Biodiversidade por ter desenvolvido uma variedade de berinjela geneticamente modificada através de variedades locais sem que ela fosse autorizada para isso (KATZ, 2006). Essa situação aponta para dois fatos: i) as grandes corporações do campo possuem tecnologia para modificar os recursos genéticos vegetais de acordo com seus interesses comerciais e; ii) muitas vezes, nem mesmo a soberania nacional é respeitada para que as grandes corporações coloquem em prática seus projetos, ou seja, a biopirataria tem sido uma prática frequente.

Conforme Kloppenburg (2008), atualmente existe uma “erosão” da soberania dos agricultores familiares/camponeses sobre as sementes, de tal modo que eles já não podem mais escolher quais sementes plantar e quais sementes salvar. Isso acontece devido aos seguintes fatores:



A indústria de sementes tem perseguido essas rotas - técnica e social - para os mais restritos acessos dos agricultores de sementes para confinar e aumentar um conjunto estreito de mecanismos de mercado. [...] Tanto as estruturas de governança nacionais quanto as internacionais - que são, instituições como a Organização do Comércio Mundial (OMC) e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), bem como as leis nacionais - têm sido usadas para a elaboração global de um conjunto de direitos de propriedade intelectual (DPI) baseados no princípio da exclusão. Por fazerem poupanças de patentes de sementes ilegais, esses acordos são efetivamente prisões das práticas dos agricultores, bem como de seus descendentes (KLOPPENBURG, 2008, não paginado, tradução nossa).

Portanto, devido ao acesso desigual às tecnologias, as sementes têm deixado de ser patrimônio da humanidade para se tornar propriedade de grandes corporações que investem grande gama de dinheiro para a realização de pesquisas de melhoramento genético (CARVALHO, 2003). Na medida em que o direito de propriedade intelectual sobre essas sementes é adquirido pelas grandes corporações, ocorre uma concentração de poder por parte delas, fato que prejudica os agricultores familiares/camponeses.

Outro fator que caracteriza as mudanças na forma de produção dos alimentos no capitalismo neoliberal é o crescente uso de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes). Isso tem sido cada vez mais frequente desde que ocorreu a Revolução Verde e a opção pelo aumento da produtividade agrícola, durante o segundo regime de alimentação global (MARSHALL; PERKINS, 1997). Um primeiro problema desse fato é que quando os agricultores familiares/camponeses usam parte de sua renda para comprar insumos químicos, ocorre o fortalecimento das grandes corporações que produzem esses produtos, como explicado por Bombardi (2011, p.2):

[...] há uma forma específica do capital se apropriar da agricultura que, aliás, é a sua grande forma de lucrar no campo. Esta especificidade da reprodução do capitalismo vinculado à agricultura se dá de forma indireta. Ou seja, as grandes indústrias voltadas para a agricultura não precisam produzir diretamente no campo, mas encontram formas de subordinar a produção no campo. A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir.

Para atingir o objetivo de otimizar seus lucros, o capital segue o seguinte ciclo: 1 - controla a produção de sementes; 2 - oferece os insumos químicos para combater pragas, pestes e outros e; 3 - relaciona o tipo de semente com o tipo de veneno a ser usado, ou seja, a produção só se desenvolve se houver a utilização de tipos específicos de insumos químicos. É interessante a afirmação de que essas grandes empresas conseguem controlar os rumos da agricultura mesmo sem produzir diretamente no campo. Contudo, as piores consequências da utilização dos insumos químicos se manifestam no comprometimento da saúde dos produtores e dos consumidores, sendo comuns problemas como: tremores no corpo, aumento da ansiedade, queimaduras na pele, irritação, nervosismo, depressão, sudorese, convulsões, câncer e outros. Em casos extremos, o uso desses insumos químicos é responsável até mesmo pela ocorrência de suicídios entre os agricultores, que submetidos a estados de depressão avançada, os ingerem como forma de atentar contra a própria vida (HENRY, 2015).

Essas modificações na forma de produzir têm ocasionado a desintegração social e étnica de comunidades familiares/camponesas e indígenas, colocando em risco seus modos de vida e trabalho.

No meio rural, em particular para os camponeses e povos indígenas, a adoção massiva das sementes híbridas e transgênicas e a aceitação ideológica e prática de uma dieta a partir de alimentos industrializados determinou mudanças tanto na matriz tecnológica e na forma de organização da produção como na matriz de consumo alimentar familiar. Essas mudanças desorganizaram a base social e familiar da vida camponesa e dos povos indígenas facilitando a perda da sua identidade social e étnica. Essa perda de identidade vem contribuindo sobremaneira para a exclusão social dessas populações (CARVALHO, 2003, p.97).

Ao adotarem formas de produzir que são funcionais ao modelo capitalista de desenvolvimento para o campo, comunidades indígenas e familiares/camponesas se descaracterizam em relação às suas formas de organização social e étnica. Com isso, muitos costumes tradicionais, transmitido de geração em geração, de forma oral ou não, são deixados de lado (ROSSETO; GIRARDI, 2012).

Além do mais, as comunidades familiares/camponesas e indígenas também têm sido afetadas com o processo de apropriação das terras pelas grandes corporações internacionais. Autores como Clements e Fernandes (2012), White et al. (2012), Borrás Júnior et al. (2012), Cotula et al. (2009) e Moreira, Bonolo e Targino (2014) têm chamado a atenção para o fato de que, como parte do processo de internacionalização do capital, grupos estrangeiros têm se apoderado de grandes porções de terras em países da África e da América Latina, seja como reserva de valor ou para utilização imediata. Como consequência disso, ocorre

[...] a dominação formal e real do capital estrangeiro sobre a terra. A dominação formal, na medida em que ele, malgrado os limites da legislação, passa a deter não só o controle como o mando sobre a terra. A dominação real, na medida em que esse processo implanta sobre as terras por ele apropriadas, métodos e técnicas próprios, estabelece alterações nas relações de trabalho, quer pela exigência da intensificação do ritmo de trabalho e da produção quer pela redução da mão-de-obra empregada e da exigência de uma qualificação seletiva, ou ainda pela determinação do que produzir. As consequências no mais das vezes se fazem sentir através da ampliação do desemprego, da intensificação dos processos de degradação do meio ambiente e de crises na produção de alimentos afetando a segurança alimentar (MOREIRA; BONOLO; TARGINO, 2014, p. 235-236).

A aquisição de terras por empresas estrangeiras - processo conhecido como estrangeirização das terras, no Brasil e como *land grabbing* nos países de língua inglesa - tem contribuído para o fortalecimento das grandes corporações internacionais no mercado global de alimentos, favorecendo a padronização da dieta global. Além dos mais, é importante ressaltar que isso coloca em risco a soberania dos países sobre seus próprios territórios.

Na atualidade, chama a atenção o registro de casos de estrangeirização de terras vinculada à expansão dos agrocombustíveis<sup>9</sup>. A origem desse problema está no fato de que a grande dependência do petróleo, além de gerar sérias preocupações geopolíticas para algumas das grandes potências globais, por outro

---

<sup>9</sup> Ao contrário dos combustíveis fósseis, os agrocombustíveis caracterizam-se por sua origem agrícola. São exemplos: i) o biodiesel, que tem origem em óleos vegetais e em gorduras animais e; ii) o álcool (etanol), que pode ser obtido em plantas ricas em sacarose como a cana-de-açúcar, a beterraba e o milho (GÖRGEN, 2012).

lado, também tem causado consideráveis danos ao meio ambiente, sendo uma das principais razões para o aumento da temperatura da terra (ERICKSEN; INGRAM; LIVERMAN, 2009; HINRICHS, 2013; McMICHAEL, 2009; WEBER; SCOTT, 2008). Em razão disso, diversos países têm incentivado a produção de energia através dos agrocombustíveis (BAVIERA; BELLO, 2009; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012; GÖRGEN, 2012). Ocorre que, como esse tipo de produção requer grandes extensões de terras, algumas grandes corporações financiadas por governos nacionais para se dedicar a essa atividade, têm buscado possibilidades de produzir agrocombustíveis em outros países, especialmente os que são considerados pobres<sup>10</sup>.

Um exemplo disso é o acordo selado entre a empresa sul-coreana Daewoo e o governo de Madagascar para a exploração de 1,3 milhões de hectares (área semelhante à da Bélgica) do território dessa ilha africana durante o período de 99 anos. Nesse caso, seriam produzidos óleo de dendê e milho para a geração de energia. Semelhantemente, o governo da Tanzânia cedeu 22.230 acres à empresa britânica Sun Biofuels, também pelo período de 99 anos, para a produção de alguns tipos de biocombustíveis, especialmente a jatrofa. Em contrapartida, essa corporação se responsabilizou por investir U\$ 20 milhões na construção de estradas e de escolas nesse país (HOLT-GIMENEZ; SHATTUCK, 2009). Com isso, percebe-se que o avanço das grandes corporações também possui uma dimensão geopolítica, pois elas têm aumentado seu poder de influência sobre o controle de parte dos territórios nacionais e seus recursos (FERNANDES, 2009a).

Além da estrangeirização de terras para fins comerciais, o regime alimentar corporativista também tem se caracterizado pelos casos de *green grabbing*, que é a apropriação de terras por forças estrangeiras com o intuito de desenvolver atividades supostamente de cunho ambiental (JAMES; LEACH; SCOONES,

---

<sup>10</sup> Holt-Giménez e Shattuck (2009) destacam que alguns dos principais países que têm incentivado a produção de agrocombustíveis, na verdade, não possuem sequer terras suficientes para serem auto-suficientes em relação aos combustíveis fósseis. Um exemplo é o Estados Unidos, onde desde o mandato de George W. Bush (2001-2009) tem sido adotada uma política de incentivo à produção do milho para a geração de etanol. Contudo, conforme os referidos autores, apenas 12% das terras agricultáveis desse país poderiam ser usadas para esse tipo de produção, o que, evidentemente, acarreta na necessidade de as grandes corporações estadunidenses procurarem expandir sua produção de milho nos territórios de outros países.

2012). Isso tem acontecido, por exemplo, na Amazônia brasileira, onde empresas internacionais se apoderam de grandes porções de terras para a efetivação de atividades que trazem o lema do desenvolvimento sustentável (BACKHOUSE, 2013).

Portanto, o terceiro regime global de alimentos tem se caracterizado pela expansão do neoliberalismo no campo através financeirização da economia e da diminuição da capacidade de intervenção do Estado. As grandes corporações tornam-se, cada vez mais, responsáveis por direcionar o tempo e o espaço do processo de alimentação da população.

White et al. (2012, p.627, tradução nossa) defendem que esse contexto pode ser caracterizado por seis formas de acumulação do capital, “algumas das quais repetem manobras históricas do manual colonial, enquanto outras envolvem novas configurações de velhas relações”. Entendê-las é importante para melhor analisar como o capitalismo tem construído o terceiro regime alimentar global.

A primeira forma de acumulação do capital é a **antecipação global da insegurança alimentar**, que nesse trabalho é classificada como fome<sup>11</sup>. Ela tem sido acompanhada pelos investimentos das grandes corporações nas culturas agrícolas. Defende-se o aumento da produção de *comodities* como se essa medida fosse contribuir substancialmente na contenção dos casos de fome. Um dos fatores para que isso ocorra é o aumento do consumo de carne pela população mundial, o que tem incentivado o aumento da produção de soja e de milho em países da América Latina (WHITE et al., 2012). Como mostrado por autores como Cavalcante (2008), Girardi (2008) e Sage (2012), o Brasil é um exemplo de como as lavouras de soja têm sido incrementadas, dada a grande procura mundial por esses grãos, sendo a China um dos principais destinos da exportação desses produtos. Uma das piores consequências disso é a expansão da soja para a floresta amazônica, colocando em risco sua rica biodiversidade (COSTA, 2007).

A segunda forma de acumulação do capital tem sido o **aumento e a volatilidade dos preços dos combustíveis**, afetando a soberania energética de

---

<sup>11</sup> Nesse trabalho, utiliza-se o termo fome e não insegurança alimentar por que assim como Patel (2012) e Valério (2015), acredita-se que o primeiro faz referência a um problema social, enquanto o segundo frequentemente é utilizado para tratar do acesso dos indivíduos aos alimentos.

diversos países. Isso tem criado as condições necessárias para que sejam procuradas novas formas de obtenção de energia, como é o caso do etanol (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012; GÖRGEN, 2012; HOLT-GIMENEZ; SHATTUCK, 2009; THOMAZ JÚNIOR, 2013)<sup>12</sup>. Como mostrado anteriormente, nesse processo, grandes corporações como a Monsanto e a Cargill têm desenvolvido projetos de produção de energia por meio do milho, da soja, da cana e outros, nas terras de países tido como pobres da América Latina, da África e da Ásia (WHITE et al., 2012). Entretanto, isso tem sido acompanhado por diversos problemas como a desestabilização de comunidades agrárias e o comprometimento da soberania alimentar, devido ao fato de que ocorre uma intensificação da produção de *comodities* ao mesmo tempo em que diminui a produção de comida (HOLT-GIMENEZ; SHATTUCK, 2009).

**Os novos imperativos e ferramentas ambientais** formam a terceira forma de acumulação do capital que tem caracterizado o terceiro regime alimentar global. Um dos principais elementos desse recurso de expansão do capitalismo é a criação de nichos do mercado voltados para produtos que supostamente são gerados através de atividades ambientalmente sustentáveis, fomentando o chamado *marketing* ambiental. Um exemplo disso é o grande apelo comercial dos produtos com selo orgânico, que têm sido cada vez mais frequentes nas prateleiras dos supermercados (RIGBY; CÁCERES, 2001). Assim, a “neoliberalização da natureza e do meio ambiente criam novas alianças, novos parceiros da comoditização e novas formas de governança” (WHITE et al., 2012, p. 629, tradução nossa).

A quarta forma de acumulação do capital é o **estabelecimento de extensivos corredores de infraestrutura e zonas econômicas especiais**. Com isso, são criadas ligações entre as áreas onde são realizadas atividades extrativistas e os grandes centros metropolitanos (WHITE et al., 2012). São exemplos a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e o Plano Puebla Panamá (PPP), que visam facilitar o transporte da

---

<sup>12</sup> O Pontal do Paranapanema, uma das escalas de análise dessa pesquisa, é um exemplo de como a produção de cana para fins energéticos foi incrementada na última década. Nessa região também ocorreram tentativas de utilização do pinhão-manso para geração de combustível, projeto que não foi adiante.

produção do agronegócio de países da América Latina através de obras de infraestrutura. Isso tem gerado a desestabilização de diversas comunidades familiares/camponesas e indígenas dos países latino-americanos (MONDRAGÓN, 2008). Fernandes (2008) considera, inclusive, que tais iniciativas podem ser chamadas como “transterritórios”, pois manifestam o poder de articulação do capital para além das fronteiras nacionais.

A tentativa de reduzir os riscos do mercado através da **criação de novos instrumentos financeiros** é a quinta forma de acumulação do capital no terceiro regime alimentar. Como representantes dessa prática podem ser citados o fundo de pensão estadunidense Tiaa-Cref; a Berkshire-Hathaway, liderada por Warren Buffet; a Pharos Group, liderada por George Soros e a Black River Asset Management, liderada pela Cargill (WHITE et al., 2012).

Por fim, a sexta forma de acumulação do capital no terceiro regime alimentar é a **emergência de um conjunto de regras, regulações e incentivos, promovidos pela comunidade internacional**. Como já foi mostrado nessa tese, isso ocorre com a proposição de instituições multilaterais de pacotes de investimentos que devem ser incorporados pelos países pobres, facilitando o processo de penetração do capital no campo.

Portanto, percebe-se que o terceiro regime de alimentação global reflete as diversas estratégias de articulação escalar do capitalismo. Ao mesmo tempo em que ocorre uma concentração de poder por parte das grandes corporações na condução do mercado de alimentos, também são desestabilizadas comunidades familiares/camponesas de diversos países. Em contrapartida o agronegócio se estabelece cada vez mais como hegemônico no campo, sendo o principal responsável pelo direcionamento dos fluxos de alimentos no espaço.

## **1.2 - A fome como resultado do controle do mercado global de alimentos pelas grandes corporações**

Durante o segundo regime de alimentação global, os defensores da Revolução Verde acreditavam que o aumento da produção agrícola gerado pela mecanização do campo traria como resultado o fim da fome, que havia se

acentuado com a Segunda Guerra Mundial. “Modernizar” as bases tecnológicas da produção no campo e substituir o trabalho braçal pelo mecanizado eram requisitos para lidar com esse grave problema social. Essa compreensão era tão forte, que no ano de 1970, o engenheiro agrônomo estadunidense Norman Ernest Borlaug, considerado uma das principais referências da Revolução Verde, recebeu o prêmio Nobel da Paz.

De fato, a Revolução Verde foi responsável por um considerável aumento na produção agrícola mundial. No período de 1979 a 1981, por exemplo, a produção de cereal era de 1,6 bilhões de toneladas, já em 2004 esse número tinha atingido a casa de 2,3 bilhões. O mesmo pode ser percebido com a produção frutas e vegetais que no mesmo período de análise foi de de 0,63 para 1,4 bilhões de toneladas (BORRAS JÚNIOR, 2009).

Contudo, estamos no terceiro regime de alimentação global e a fome ainda persiste como um problema carente de solução. Sua presença é mais intensa nos países tidos como pobres do hemisfério sul, onde a população possui um menor poder aquisitivo. Não obstante isso, nos países considerados ricos do hemisfério norte também existem “bolsões” onde grande parte da população não possui uma alimentação que supra suas carências energéticas, sendo exemplo disso a grande procura por bancos de alimentos (RICHERS, 2002). Como se não bastasse, fatores como a projeção de que a população mundial chegará ao número de 9 bilhões na metade do presente século (GODFRAY et al., 2010; TOMLINSON, 2013); o aumento do consumo de proteínas por parte da população, o que tem contribuído para que grande parte das terras agrícolas seja destinada exclusivamente para criação de animais (LEE; EISLER, 2014) e outros; a fome tem se afirmado como um dos principais desafios do mundo atual (FAO, 2008).

Reconhecendo tal contexto, nessa parte enfatiza-se que a fome é uma construção política que está atrelada ao processo de expansão do capitalismo e da busca por lucros cada vez maiores por parte das grandes corporações. Defende-se que ela só pode ser superada com a ocorrência de mudanças estruturais que sejam geradas por um massivo processo de conscientização internacional.



### 1.2.1 - Um panorama da fome no mundo atual

A fome é um dos principais problemas gerados pelo controle que as grandes corporações exercem sobre o mercado de alimentos na atual fase de globalização neoliberal. Dentre os devastadores resultados por ela gerados consta a morte diária de 24 mil pessoas, das quais 70% são crianças, o que faz com que ela mate mais do que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a malária e a tuberculose juntas, sendo considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos 10 maiores riscos à saúde humana (ZIEGLER, 2012). Devido a essa perversa realidade, a persistência da fome deve ser entendida como uma calamidade global (CASTRO, 1984), ou então, como a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta (ZIEGLER, 2012). De tal modo, a fome não pode ser tratada como um fator isolado, mas como um problema latente que evidencia a desigualdade social gerada pelo capitalismo (PAPA FRANCISCO, 2013).

No artigo XXV da Declaração dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, consta que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, **inclusive alimentação**, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, 1948, não paginado).

De tal maneira, ao menos teoricamente, a ONU considera a alimentação um direito de todo ser humano, o qual está relacionado à saúde e ao bem-estar dos indivíduos e de suas famílias. Evidentemente, isso não coaduna com a realidade do capitalismo neoliberal em que as grandes corporações têm tratado o alimento como uma mercadoria. Tal fato faz com que Ziegler (2012, p.19) chegue à seguinte conclusão: “Dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais massivamente violado em nosso planeta”.

Mesmo assim, a posição da ONU de combater a fome foi reafirmada em 13

de novembro de 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, na Itália. Naquela ocasião, os 126 países que compunham a ONU se comprometeram a diminuir o número de subnutridos de cerca de 800 milhões para 400 milhões até o ano de 2015 (ONU, 1996)<sup>13</sup>.

Esse objetivo foi corroborado mais uma vez em 2000, quando 189 países reunidos pela ONU na Cúpula do Milênio, realizada em New York, nos Estados Unidos, discutiram os principais problemas que afligiam a humanidade. A erradicação da fome e da pobreza foi apontada como a principal meta a ser atingida até o ano de 2015. Para isso, foram elencados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os quais devem ser atingidos através de políticas públicas que contemplem a melhoria da saúde, do saneamento básico, da educação, da habitação, da promoção da igualdade de gênero e do meio ambiente (ONU, 2009).

A persistência do tema da fome nesses importantes encontros, manifestos e documentos da ONU indica que, mesmo com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia - bandeiras levantadas pelos defensores do capitalismo - ela ainda continua sendo um problema que carece de solução no mundo atual (BORRAS JÚNIOR, 2009).

Além do mais, como demonstrado por Ziegler (2012), a Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) – órgão criado pela ONU para tratar do tema da alimentação - e o Programa de Alimentação Mundial (PAM) – principal ação de combate à fome - possuem recursos insuficientes para causarem uma significativa mudança do panorama da fome no mundo atual. Nas palavras do autor: “[...] se o PAM, bem ou mal, consegue assumir uma parte da ajuda alimentar de urgência às populações que dela necessitam, em função da miséria, a FAO se encontra arruinada” (ZIEGLER, 2012, p.13).

De acordo com o estudo *State of the Food Insecurity in the World* (O estado da insegurança alimentar no mundo)<sup>14</sup>, cerca de 795 milhões de pessoas

---

<sup>13</sup> Como mostrado posteriormente, nesse evento foi fortalecida a incorporação do proposta de segurança alimentar, pela ONU, para tratar do acesso ao mercado de alimentos. Por julgá-lo como incompleto, a Via Campesina passou a trabalhar, desde então, com a proposta de soberania alimentar.

<sup>14</sup> De maneira resumida, para que seja elaborado esse estudo comparativo sobre a fome no mundo, pode-se afirmar que são levados em consideração os déficits em termos de calorias

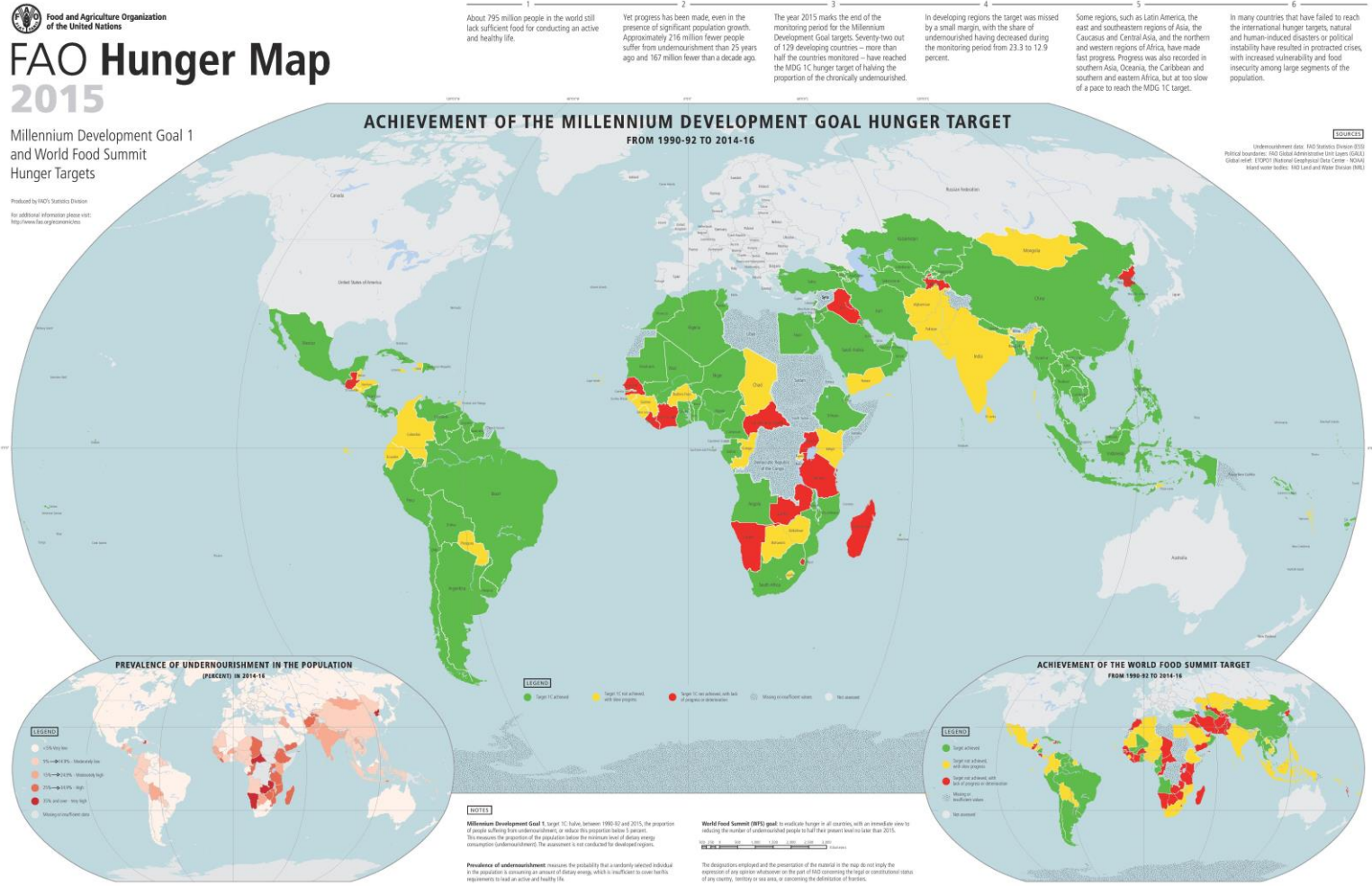
são consideradas subnutridas no mundo<sup>15</sup> (FAO, 2015). Esses dados remetem ao fato de que aproximadamente uma em cada nove pessoas no mundo não tem acesso a uma quantidade de alimentos suficiente para poder viver saudavelmente. Ou seja, a meta estabelecida durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, no ano de 1996 de diminuir para 400 milhões o número de pessoas sujeitas à fome não foi atingida. Nesse quadro destacam-se negativamente a África Subsaariana, onde uma em cada quatro pessoas sofre de desnutrição crônica e o continente asiático, com 526 milhões de desnutridos (FAO, 2015). De tal modo, pode-se constatar que o capitalismo tem promovido o desenvolvimento de apenas algumas áreas do globo, em sua maioria situadas no hemisfério norte, sendo a persistência da fome uma prova de que milhares de pessoas estão inseridas precariamente nesse modo de produção. Tal fato fica evidente na Figura 01, que traz a distribuição espacial da fome no mundo.

---

(proteínas, glucídios e lipídios), ou seja, parte-se da ingestão de macronutrientes. Alguns críticos argumentam que a grande limitação dessa metodologia é que ela não leva em consideração a ingestão dos micronutrientes como as vitaminas, minerais e oligoelementos. Outra crítica é que esses dados são obtidos junto aos governos nacionais, ou seja, os pesquisadores não vão a campo para terem um conhecimento empírico da fome em diferentes contextos.

<sup>15</sup> A fome crônica caracteriza-se por uma constante falta de alimentos necessários para que um grupo de pessoas possa viver de maneira saudável. Ela é diferente da fome aguda, que ocorre em momentos de calamidade pública como em guerras e desastres naturais, por exemplo.

### Figura 01 - Mapa da fome no mundo – 2014



A ocorrência da fome é mais visível nos países tidos como pobres e se dá através de um ciclo que possui determinações sócio-biológicas, envolvendo pais e filhos.

A maldição da fome se prolonga biologicamente. A cada ano, milhões de mulheres subalimentadas dão à luz crianças condenadas desde o nascimento. Estas já são vítimas de carências antes mesmo desde o seu primeiro dia sobre a terra. Durante a gravidez, a mãe subalimentada transmite essa maldição à sua criança. A subalimentação fetal provoca invalidez definitiva, danos cerebrais e deficiências motoras (ZIEGLER, 2012, p.21).

Nessas condições, após o nascimento de seus filhos, por não possuírem uma alimentação adequada, muitas mães não conseguem amamentá-los. Pior ainda, outras mães morrem no momento do parto, pois devido à fome, não possuem estrutura física suficiente para suportar o esforço que lhes é exigido nessa situação. Na ótica do autor, tais fatos fazem com que a fome seja uma espécie de “maldição” que afeta diversas famílias em países considerados pobres.

Dada essa realidade, para título dessa tese é importante ressaltar que dentre os fatores que motivam a implantação de ações que visam democratizar o mercado de alimentos como o PAA e o F2CC, consta a persistência da fome no Brasil e no Canadá. Evidentemente, nesses países a fome não possui um caráter tão catastrófico como em outras regiões do globo, como a África Subsaariana e algumas partes do continente asiático, por exemplo. Contudo, é importante salientar que ela se faz presente em países do mundo todo.

Tanto o Brasil como o Canadá usam como referência para a mensuração da fome o *Household Food Security Survey Module* (Módulo de Pesquisa sobre Segurança Alimentar nos Domicílios - HFSSM), que foi criado em meados da década de 1990 pelo *United States Department of Agriculture* (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA) . A grande limitação dessa proposta é que ela se baseia na percepção dos entrevistados e não em fatores nutricionais como o balanço entre peso e altura e a ausência de vitaminas. Assim,

dependendo da resposta do entrevistado, esse pode ser computado como em condição de segurança alimentar mesmo ingerindo alimentos de baixo valor nutricional, por exemplo.

No caso do Brasil, não existem pesquisas que permitam a compreensão da fome em escala municipal. A principal referência para a mensuração da fome no país tem sido a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a qual abordou o tema da fome nas edições de 2004, 2009 e 2013. Na PNAD são visitados alguns domicílios em alguns municípios selecionados para compor uma amostra, majoritariamente as capitais estaduais e os que compõem as regiões metropolitanas. Na última edição, a de 2013, por exemplo, foram visitados mais de 148 mil domicílios, onde viviam mais de 362 mil famílias. A segurança alimentar é um dos temas dessa pesquisa, ao lado de outros como renda, acesso a programas sociais e condição de saúde. Sua análise é efetivada com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que foi criada por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como uma adaptação da HFSSM.

No Canadá, uma versão do HFSSM tem sido implementada anualmente desde 2007, em pesquisas desenvolvidas pelo *Statistics Canada*, na *Canadian Community Health Survey* (Pesquisa Canadense sobre a Saúde Comunitária - CCHS). Assim como ocorre na PNAD, essa pesquisa também aborda outros temas, além da (in)segurança alimentar e traz apenas uma amostra da situação geral do Canadá, já que ela é aplicada em cerca de 65 mil respondentes, apenas.

Tanto a EBIA como a CCHS adotam quatro categorias para avaliar a (in)segurança alimentar nos domicílios pesquisados. No Quadro 03 consta uma tentativa de resumí-los.

### Quadro 03 - Categorização da (in)segurança alimentar na PNAD e na CCHS

Situação	Descrição
Segurança alimentar	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Os entrevistados sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

Fonte: IBGE, 2013 e Canada Statistics, 2012. Org. Estevan Coca.

Os dados das últimas PNADs demonstram que nos últimos anos a fome tem sido menos intensa no Brasil. Isso pode ser percebido no Quadro 04, que traz uma comparação entre os dados de 2009 e 2013.

### Quadro 04 - Segurança e insegurança alimentar no Brasil conforme as PNADs de 2009 e 2013

Situação	Porcentagem dos domicílios pesquisados em 2009	Porcentagem dos domicílios entrevistados em 2013
Segurança alimentar	69,8	77,4
Insegurança alimentar leve	18,7	14,8
Insegurança alimentar moderada	6,5	4,6
Insegurança alimentar grave	5,0	3,2

Fonte: IBGE, 2009 e 2013. Org. Estevan Coca, 2016.

Por esse desempenho, a FAO (2015) reconheceu que o Brasil foi um dos 40 países que atingiram a meta do milênio para a alimentação. Além do mais, no período 2012-2014 pela primeira vez o Brasil não constou entre os países com miséria e desnutrição do "Mapa da Fome". Sobre esse avanço, a presidenta brasileira, Dilma Rousseff, fez a seguinte declaração na abertura da Assembleia da ONU de 2014: "Essa mudança foi resultado de uma política econômica que criou 21 milhões empregos, valorizou o salário básico, aumentando em 71% seu poder de compra. Com isso, reduziu a desigualdade" (Dilma Rousseff - Presidente da República Federativa do Brasil - 24/09/2014).

Contudo, ainda é possível perceber uma grande desigualdade socioespacial na distribuição da fome no Brasil. Dentre as macrorregiões, a melhor situação é presenciada no Sudeste, onde 85,5% da população está em condição de segurança alimentar. A pior condição é encontrada no Nordeste, em que 38,1% da população está sujeita à fome. Além dos mais, os dados da PNAD de 2013 também mostraram que os centros urbanos possuem 79,5% dos domicílios analisados em situação de segurança alimentar, enquanto no campo o índice cai para 64,7% (IBGE, 2014).

Mesmo com médias menores, se comparadas às do Brasil; em todas as províncias e territórios do Canadá também existem pessoas que passam fome. Como pode ser observado no Quadro 05, entre 2007/2008 e 2012, o número de pessoas considerada como livres da fome diminuiu.

**Quadro 05 - Segurança e insegurança alimentar no Canadá conforme as CCHS de 2007/2008 e 2012**

Situação	Porcentagem dos domicílios pesquisados em 2009	Porcentagem dos domicílios entrevistados em 2012
Segurança alimentar	92,3	87,4
Insegurança alimentar leve	Não mensurada	4,1
Insegurança alimentar moderada	5,1	6,0
Insegurança alimentar grave	2,7	2,6

Fonte: Canada Statistics 2007/2008 e 2012. Org. Estevan Coca, 2016.

Em números totais, conforme a CCHS de 2012, estima-se que mais de 4 milhões de canadenses (13% dos domicílios) estavam classificados em algum nível de insegurança alimentar. O território de Nunavut, localizado no extremo oeste do país, que é formado, em sua maior parte, por povos *inuits*<sup>16</sup>, é o que apresenta a maior quantidade de famílias em condição de fome severa, com 18,5%. Ainda de acordo com a pesquisa, um em cada seis domicílios canadenses onde vivem crianças está num dos estratos de insegurança alimentar (STATISTICS CANADA, 2013).

Soma-se a isso o fato de que cerca de 850.000 canadenses acessam bancos de alimentos mensalmente, dentre os quais: 36,4% são crianças e jovens, 4,3% possuem mais de 65 anos, 11,3 são aborígenes e 11,5% perderam o

<sup>16</sup> Os *inuits*, popularmente conhecidos como esquimós, são povos tradicionais canadenses. Com a colonização inglesa grande número deles foi dizimada.



emprego recentemente (FOOD BANKS CANADA, 2014). Um dos motivos para que isso ocorra é que a maior parte dos alimentos consumidos pelos canadenses é importada, ou seja, mesmo tendo grande quantidade de terras agricultáveis, o país não produz o suficiente para atender a demanda de sua população (WIEBE; WIPF, 2011).

Portanto, existe fome no Brasil e no Canadá. Essa realidade só pode ser entendida se forem levados em consideração os tensionamentos da relação entre o capitalismo neoliberal e o mercado global de alimentos<sup>17</sup>. Isso porque, a fome é uma produção social que faz parte do processo de internacionalização do capital e que remete a fatores como a diferenciação de classes, o controle do mercado de alimentos pelas grandes corporações e a marginalização da agricultura familiar/camponesa.

Nesse contexto, como será mostrado nas partes B e C dessa tese, o PAA e a rede F2CC são duas ações que podem contribuir para a amenização desse problema. No que se refere ao PAA, além de a geração de renda no campo contribuir indiretamente com o combate à fome, também merece destaque o fato de que parte dos produtos adquiridos pelo Governo Federal são doados para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Já no que se refere à rede F2CC, apesar de o combate à fome não constar dentre os seus objetivos principais, essa proposta pode contribuir para a amenização desse problema na medida em que visa remodelar as políticas alimentares nas escolas, cobrando do Poder Público uma participação mais efetiva na alimentação de crianças e adolescentes. Nas universidades e hospitais isso não é tão evidente.

Contudo, por ora visa-se destacar a fome com um problema macroestrutural, o qual é causado pelo e no capitalismo. Isso é feito no próximo subitem.

### **1.2.2 - A construção política da fome**

---

<sup>17</sup> Nesse trabalho reconhece-se que a fome não é um problema exclusivo do capitalismo, tendo existido também em outros modos de produção (CASTRO, 1959). Contudo, atualmente, o capitalismo neoliberal tem colocado em evidência esse problema social por ser hegemônico na condução da economia.

Como foi dito anteriormente, um dos motivos que contribui para que a fome persista em diversas partes do mundo é que o capitalismo fez com que os alimentos se transformassem em mercadorias. Em razão disso, fatores como o acesso precário ao mercado de trabalho nos centros urbanos e no meio rural e o controle exercido por empresas capitalistas sobre o sistema alimentar fazem com que com que uma grande quantidade de pessoas não consiga comprar comida em quantidade e qualidade suficientes para que possam viver de maneira saudável. Ao mesmo tempo, também é crescente o número de pessoas em situação de fome no campo, ou seja, nem mesmo aqueles que possuem a função social de produzir alimentos para a população, estão isentos da fome (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Para realizar a discussão da fome como um problema político-econômico é fundamental retomar a contribuição de Josué de Castro<sup>18</sup>, quem em diversos trabalhos (CASTRO, 1959, 1983, 1984, por exemplo) tratou da fome como um processo que vai além das causas naturais. Em meados da década de 1950, o autor considerava que a fome, assim como o sexo, era um tabu de ordem moral, de tal modo que poucos estudiosos tinham coragem de expor sua existência e os males que a ela estavam atrelados (CASTRO, 1959). Esse fator contribuía para que a fome persistisse em diversos contextos sociais, mesmo com os notáveis avanços tecnológicos que o mundo já havia presenciado até então. Todavia, além de ser um tabu de ordem moral, a fome também era ocasionada por razões como os interesses econômicos das minorias dominantes e privilegiadas “[...] que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno” (CASTRO, 1959, p.49). Nessa perspectiva, a fome era tratada como uma produção social, sendo que era do interesse de uma pequena parte da população mundial que ela fosse escondida.

Esse tratamento negligente ao tema da fome contribuía para sua persistência, prejudicando a vida de milhares de indivíduos em todos os continentes, mas principalmente nos países considerados pobres. Na América

---

<sup>18</sup> Josué de Castro foi um médico brasileiro que se destacou nos estudos sobre o problema da fome. Em seus trabalhos científicos usou a Geografia para tecer abordagens que destacassem a fome como uma questão política. Entre os diversos cargos que ocupou destacam-se os de deputado federal por Pernambuco e o de presidente do Conselho Executivo da FAO.

Latina, por exemplo, o autor demonstrou que entre dois terços e três quartos da população não ingeria os nutrientes necessários para poder suprir suas necessidades físicas e intelectuais (CASTRO, 1984). Tais fatos contribuíram para que o autor defendesse que a fome se colocava como uma calamidade, que vinha gerando consideráveis impactos negativos, assim como ocorria com as guerras e as epidemias.

Se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo – a guerra e as pestes ou epidemias, - verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por essa última calamidade são maiores do que as das guerras e epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto. E há mais, a favor deste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatório, para a eclosão de grandes epidemias (CASTRO, 1984, p.12).

Além disso, em Castro (1959), o autor justifica a defesa da fome como uma construção política quando escreve que ela e a guerra surgem na medida em que o ser humano passa a acumular riquezas e com isso, buscar a proteção de seus bens materiais. Através dessas colocações, Castro (1984) visava demonstrar a necessidade de se tratar da fome como algo que carece de premente solução, principalmente por parte das políticas públicas e não apenas como uma questão de ordem natural. O caráter político de sua abordagem fica ainda mais explícito no modo em que o autor conceitua a fome. Ele deixa claro que seu objetivo não era estudar a fome individual, e sim, a fome coletiva, aquela que “atinge endêmica ou epidemicamente grandes massas humanas” (CASTRO, 1959, p.77). O foco da análise é o aspecto social da fome, buscando saber como ela está relacionada com as condições políticas e econômicas da realidade estudada. Para isso, eram valorizadas, principalmente, as fomes parciais ou ocultas, aquelas que remetem a situações em que as pessoas se alimentam, porém, não da forma adequada, prejudicando a sua saúde. Dois fatores contribuiriam para a existência desse tipo de fome: i) o homem civilizado adquiriu o hábito de nutrir-se com número reduzido

de nutrientes e; ii) o uso generalizado dos alimentos concentrados, purificados ou refinados. A fome parcial ou oculta ocorreria por fatores quantitativos e qualitativos. É interessante perceber que já naquela época, ainda durante o segundo regime alimentar, o autor reconhecia os efeitos nocivos da padronização da dieta alimentar e da substituição dos alimentos *in natura* por alimentos beneficiados em razão de questões mercantis.

De grande importância na leitura que Castro (1984, 1959, 1983) faz da fome é o debate que ele realiza com os neomalthusianos<sup>19</sup> sobre a relação entre o número de pessoas e a oferta de alimentos no mundo. Os neomalthusianos consideravam que a explosão demográfica ocasionaria um desequilíbrio no que se refere ao número de pessoas e a quantidade de alimentos disponíveis para o consumo. A solução apresentada para esse problema seria o emprego de políticas de controle de natalidade. Castro (1983) combate essa leitura afirmando que a fome não está relacionada ao número de pessoas, mas a incapacidade que essas possuem de adquirir alimentos em quantidade e qualidade suficiente para poder viver de maneira saudável. De acordo com o autor, a população mundial não cresce obedecendo a uma variável independente, mas está relacionada ao ecossistema natural e ecológico. Ele defende que o crescimento da população mundial nos diferentes períodos da história deve ser entendido através de ciclos e não de modo progressivo. Sendo assim:

A fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome que dizimava as populações do Terceiro Mundo era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era tabu. Hoje já se fala abertamente e o problema transformou-se num grande escândalo internacional. Não só a fome existia antes, mas também existe hoje em regiões que estão longe de ser superpovoadas. Muitas áreas de fome no mundo são áreas de baixa densidade de população, como acontece na África e na América Latina, continentes subpovoados, com uma média de 9 habitantes por quilômetro quadrado de superfície, quando a Europa bem alimentada dispõe de mais de 86 habitantes por quilômetro quadrado (CASTRO, 1983, p.32).

---

<sup>19</sup> Os neomalthusianos foram pensadores que fizeram uma leitura da teoria criada pelo demógrafo Thomaz Malthus. Dentre as concepções que defendiam destaca-se a de que a superpopulação dos países subdesenvolvidos era consequência da pobreza neles existente.

Nesse sentido, a abordagem de Castro (1984, 1959, 1983) é importante por caracterizar a fome como um problema que é gerado pela desigual distribuição de renda, fato que impede com que grande número de pessoas em todos os continentes não tenha condição de comprar alimentos em quantidade e qualidade suficientes para ter uma vida saudável. Isso quer dizer que o problema da fome reside na distribuição dos alimentos e não na disponibilidade deles. O acesso desigual ao mercado é o principal responsável para que a fome persista como um problema que ainda carece de solução no mundo atual. Essas ideias permanecem atuais e nos ajudam a fazer uma análise crítica do acesso ao mercado de alimentos no terceiro regime alimentar global.

Autores contemporâneos também têm buscado explicar a fome como uma construção política que persiste no regime alimentar corporativista. Romano (2008, não paginado), por exemplo, demonstra que a especulação financeira é um dos fatores que incrementa a fome em escala mundial, pois faz com que os alimentos sejam tratados como mercadoria e não como um recurso essencial para a manutenção da via humana.

A especulação financeira chegou ao mercado de alimentos. E não há indícios de que vá parar. Para os produtores, essa movimentação pode representar preços maiores. Para os investidores, a possibilidade de aumentarem seus lucros. Para as bolsas, uma liquidez mais atraente. Para os pobres, simplesmente a fome.

Dentre os fatores que têm contribuído para que a especulação aumente o preço dos alimentos e colabore para a ocorrência da fome no mundo contemporâneo destacam-se a demanda, a oferta e as questões estruturais (ROMANO, 2008). A relação entre elas faz com que o mercado de alimentos tenha uma formatação propícia para a manutenção dos interesses das grandes corporações do campo. No que se refere à demanda, pode-se constatar dois fatos: i) o aumento do consumo em países emergentes, a exemplo da China e da Índia. Isso ocasionou uma maior procura por carnes, ovos e laticínios e; ii) o êxodo rural, que força muitos agricultores familiares/camponeses a deixarem produzir (ROMANO, 2008). Ou seja, o crescimento populacional tem feito com que a demanda por alimentos seja maior, o que força um deslocamento do fluxo

das exportações mundiais. Ao mesmo tempo, agricultores familiares/camponeses têm deixado suas terras por não obterem rendimento suficiente com as práticas agrícolas.

Dentre as mudanças na oferta de alimentos que têm colaborado com a fome, podem ser citados: i) a quebra de safra em alguns países, devido às alterações climáticas, sendo que nesses casos, os agricultores familiares/camponeses são os maiores prejudicados; ii) o aumento dos preços dos fertilizantes e dos fretes, em razão da elevação dos preços do petróleo; iii) a utilização de alimentos para a produção de energia como a beterraba, na França, a soja, no Brasil e o milho, nos Estados Unidos e; iv) a desvalorização do dólar em escala internacional (ROMANO, 2008). Isso reforça a compreensão de que no sistema econômico capitalista a prática agrícola está subordinada à movimentação do mercado. Isso não ocorreria se existisse um sistema de segurança global, ou seja, se a fosse tomada e medida essencial de colocar em prática o Direito Humano à Alimentação Adequada (MALUF, 2006).

Já dentre as questões estruturais, podemos pontuar as seguintes: i) os acordos neoliberais, que têm contribuído para que muitos países deixem de produzir seus próprios alimentos e passem a se dedicar a exportação<sup>20</sup>. O Brasil e o Canadá são exemplos disso, já que a maior parte de suas terras agricultáveis é ocupada pelo agronegócio com a finalidade de atender ao mercado externo; ii) o baixo investimento estatal na agricultura, o que se dá, principalmente, pelo fato da OMC incentivar a prática do livre-mercado no setor agrícola; iii) a adoção de subsídios agrícolas pelos países ricos, ao mesmo tempo em que exigem a abertura do mercado nos países pobres; iv) a insustentabilidade do modelo extensivo de produção agrícola, fato que tem sido acompanhado do encarecimento das sementes, da cartelização dos circuitos comerciais, das tecnologias pesadas, da esterilização dos solos pela quimização e do uso excessivo de água para irrigação e; v) a especulação dos alimentos nas bolsas de futuro, o que faz com que o preço de importantes gêneros alimentícios seja definido com base no interesse de obtenção do lucro por parte das grandes

---

<sup>20</sup> Borrás Júnior (2009) destaca que entre 1970 e 2005 os valores envolvidos em exportações de alimentos aumentaram 12 vezes, indo de \$ 52 bilhões para \$ 654 bilhões.

corporações (ROMANO, 2008).

Toussaint e Millet (2009, não paginado, tradução nossa), por sua vez, assinalam que a dependência que os países tidos como pobres possuem em relação às instituições de financiamento internacionais é outro elemento que corrobora para a persistência da fome.

O mecanismo infernal da dívida pública é o principal obstáculo para assegurar a satisfação das necessidades humanas fundamentais, sendo que entre as quais está uma alimentação decente. Sem dúvidas, a satisfação das necessidades humanas fundamentais deve primar sobre qualquer outra consideração geopolítica ou financeira. No plano moral, os direitos dos credores, rentistas e especuladores não podem pesar o mesmo que os direitos de 6.000 milhões de cidadãos pisoteados pelos mecanismos implacáveis que representam a dívida.

De tal modo, a preocupação com o pagamento da dívida adquirida junto a instituições internacionais de financiamento como o BM e o FMI faz com que muitos países pobres deixem de investir na democratização do acesso ao alimento, colocando em risco a segurança e a soberania alimentar de sua população. Evidentemente isso traz consequências negativas para a autonomia dos países no mercado internacional de alimentos. Mais uma vez percebe-se que a fome é construída politicamente, estando relacionada às desigualdades que são geradas pelo capitalismo neoliberal. Instituições como o BM e o FMI que supostamente existem para ajudar os países a manter sua estabilidade econômica acabam sendo as grandes responsáveis pela persistência da fome.

Patel (2012) lembra que a fome não é causada pela baixa produtividade agrícola, como frequentemente se acredita no imaginário social influenciado pelo capitalismo. O verdadeiro motivo da persistência da fome é a desigual distribuição dos gêneros agrícolas nas diversas escalas do mercado de alimentos, haja vista que eles são tratados como mercadorias.

Uma das concepções mais comuns sobre a fome é que ela é, primeiramente, o resultado do *déficit* global da produção agrícola. Se isso fosse verdade, deveria haver alimento para serem abastecidos todos os lugares em todos os momentos em que as pessoas têm fome (PATEL, 2012, p.1, tradução nossa).

Portanto, atualmente existe uma produção agrícola suficiente para abastecer os quase 7 bilhões de habitantes do globo e ainda ter excedentes<sup>21</sup>. Isso quer dizer que o terceiro regime alimentar global se destaca pela alta produtividade, fato que é ocasionado pelas tecnologias que visam otimizar a prática agrícola. Contudo, a dificuldade reside no fato de que os alimentos produzidos pelas grandes corporações são mal distribuídos. Em escala internacional isso fica mais evidente, pois os países ricos acabam importando boa parte dos gêneros agrícolas dos países pobres, dentre os quais muitos possuem elevados índices de fome dentre sua população. De tal modo, o “entendimento sobre a fome e a má-nutrição requer o conhecimento de quais sistemas e instituições mantêm o poder sobre o alimento” (PATEL, 2012, p.2, tradução nossa).

Tal leitura é reforçada por Ziegler (2012, p. 246), que explica como as grandes corporações se articulam para controlar o acesso ao mercado global de alimentos.

Algumas sociedades transcontinentais privadas dominam o mercado agroalimentar. Elas decidem, a cada dia, quem vai morrer e quem vai viver. Controlam a produção e o comércio dos insumos que os agricultores e criadores devem comprar (sementes, produtos fitossanitários, pesticidas, fungicidas, fertilizantes, adubos minerais etc.). Seus *traders* são os principais operadores nas *commodity stock exchanges* (bolsas de matérias-primas agrícolas) do mundo. São elas que fixam os preços dos alimentos.

Fica evidente que a fome é fabricada politicamente, de tal modo que ela existe devido ao controle que as grandes corporações exercem sobre as diversas dimensões do sistema alimentar. É uma questão muito séria, pois conforme o autor, tais decisões influenciam na definição daqueles que ficarão vivos e daqueles que morrerão. Ou seja, a opção pelo livre mercado - característica central do terceiro regime alimentar global - tem trazido como um dos seus resultados mais drásticos a fome, especialmente nos países pobres do hemisfério sul. O motivo disso é que os países deixam de ter o direito de exercer a proteção

---

<sup>21</sup> Conforme Ziegler (2012), a produção agrícola mundial atual é suficiente para alimentar 12 milhões de pessoas.



social em relação aos seus cidadãos.

Não bastasse o grave quadro geral que a fome apresenta no mundo atual, já que milhares de pessoas não têm acesso a uma alimentação que supra suas carências energéticas, deve-se reconhecer que ela vem acompanhada de outros problemas que também afetam a vida das pessoas e indicam a perversidade do sistema capitalista. Conforme avaliou o professor espanhol Esquinas-Alcázar (ESQUINAS-ALCÁZAR, 2014, não paginado) em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos:

A fome e a pobreza são o caldo de cultivo no qual crescem problemas que tanto preocupam o Ocidente, como a migração ilegal e a violência internacional.

Num mundo tão inter-relacionado e interdependente como o atual, a fome passou de flagelo para os que a sofrem a um perigo para toda a humanidade. Sem segurança alimentar não há, nem poderá haver nunca, paz, nem segurança mundial.

Fica claro que a fome corrobora problemas que não estão diretamente relacionados ao mercado de alimentos, mas que lhes são correlatos. Isso faz com que a solução dela seja de extrema urgência para que ocorra uma maior conformidade nas relações internacionais e também maior justiça social. Contudo, mais uma vez é preciso destacar que na economia capitalista isto é impossível, pois é inerente a ela a desigualdade social, a existência de pobres e de ricos, de exploradores e explorados, dentre outros. O que prevalece no capitalismo é o atendimento dos interesses das classes sociais que possuem os meios de produção e exercem o controle sobre o mercado em suas diferentes escalas. Isso faz com que ao mesmo tempo em que aumentam os lucros das grandes corporações, também ocorra uma maior vulnerabilidade de milhares de pessoas que vivem nos países pobres.

De tal modo, as contribuições apresentadas até aqui nos possibilitam chegar à seguinte síntese: i) a fome não é uma questão de ordem natural, mas sim, uma construção social, gerada por fatores políticos e econômicos. Atualmente ela pode ser explicada como consequência do modo de funcionamento do sistema capitalista; ii) no terceiro regime de alimentação global, o qual é hegemônico no presente momento, a fome está relacionada ao controle

que as grandes corporações exercem sobre o mercado de alimentos, fazendo com que a comida seja tratada como mercadoria e não como um direito de pessoas de todas as partes do mundo e de todas as condições sociais e; iii) a fome em escala mundial só poderá ser superada se ocorrerem mudanças estruturais, ou seja, é necessária a substituição do capitalismo por outro sistema econômico mais democrático em que os recursos essenciais à vida humana não fiquem sob o controle de poucos agentes financeiros.

Além da fome, o controle do sistema alimentar pelas grandes corporações também tem gerado a desintegração de diversas comunidades familiares/camponesas, como abordado na sequência.

### **1.3 - A Questão Agrária e a situação marginal da produção familiar/camponesa na disputa pelo mercado de alimentos**

No ano de 2003, durante a conferência ministerial da OMC, em Cancun, no México, ocorreu o suicídio do camponês sul-coreano Lee Kyung Hae. Tal ato foi uma forma extrema de protesto contra os efeitos perversos que a opção pelo livre-mercado tem causado sobre a agricultura familiar/camponesa no mundo todo (ANDRÉE, 2014). Esse exemplo serve para ilustrar o fato de que o controle do sistema alimentar global pelas grandes corporações faz com que uma das principais características do terceiro regime alimentar seja a inviabilização da agricultura familiar/camponesa (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015). Destacar esse fato é importante para entendermos os tensionamentos que envolvem a participação dos agricultores familiares/camponeses nas diversas escalas do mercado de alimentos, assim como o cada vez maior distanciamento entre produtores e consumidores.

Assim, nesse tópico visa-se discutir os efeitos perversos que o regime alimentar corporativista tem causado sobre os agricultores familiares/camponeses no mundo todo e como isso contribui para a resignificação da Questão Agrária<sup>22</sup>. Isso porque, ao contrário do que ocorria nos regimes alimentares anteriores,

---

<sup>22</sup> O entendimento da Questão Agrária que perpassa esse trabalho tem como referência o trabalho seminal de Kautsky (1988), o qual a caracteriza como o processo de expansão do capitalismo sobre as unidades de produção familiares.

quando a Questão Agrária possuía contornos nacionais, atualmente, tem sido cada vez mais influente a ação da globalização neoliberal na condução da agricultura (MARQUES, 2011; McMICHAEL, 2006). Ou seja, as dificuldades que os agricultores familiares/camponeses encontram para poder permanecer na terra estão cada vez mais atreladas aos mecanismos de expansão do capitalismo para além das fronteiras nacionais (OLIVEIRA, 2015), o que caracteriza a articulação de diferentes escalas como uma das suas principais estratégias de conquista e manutenção do poder.

Conforme o relatório da (ONU, 2014) “Perspectivas da Urbanização Mundial”, a atual população do campo é de mais de 500 milhões de pessoas, ou cerca de 46% da população da população mundial. Dentre esses, os agricultores familiares/camponeses são 98%, porém, ocupam somente 53% das terras agrícolas (GRAEUB et al., 2015). Eles são fundamentais para a oferta de alimentos, haja vista que a grande maioria de sua produção é comercializada localmente e também para a conservação da biodiversidade, em razão de que produzem através de bases mais sustentáveis do que as utilizadas pelo agronegócio (ALTIERI, 2009; CARVALHO, 2014; SCOONES, 2009).

Porém, nas últimas décadas, o êxodo rural tem se acentuado, desestruturando milhares de comunidades familiares/camponesas. Conforme a FAO (2006), entre a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI, mais de 800 milhões de pessoas deixaram o campo e migraram para as cidades. Isso fez com que, desde 2007 esteja ocorrendo uma reversão histórica em que a população urbana tem sido maior do que a população rural (BORRAS JUNIOR, 2009). Dentre os fatores que contribuíram para isso podem ser citados a pressão demográfica, a escassez de terras, a baixa produtividade agrícola e principalmente, a baixa renda obtida nas atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, o agronegócio cresce a passos largos, aumentando o poder das grandes empresas do campo que atuam em escala global, como foi mostrado anteriormente.

A maior parte dos agricultores familiares/camponeses que abandonam o campo passa a compor o exército industrial de reserva nos centros urbanos, o que comprova que a Questão Agrária repercute diretamente nas cidades

(OLIVEIRA, 2007). Outros, por não terem o conhecimento formal para ocuparem cargos com melhor remuneração, quando conseguem um emprego, frequentemente são sujeitos a salários que não suprem as principais necessidades de suas famílias (alimentação, vestuário, saúde e outros). Dentre esses, muitos vão viver em moradias precárias. No Brasil, parte dessas pessoas, ao não se adaptar às condições que encontra nos grandes centros urbanos, passa a formar os quadros dos movimentos socioterritoriais, buscando sua reterritorialização (FERNANDES, 2000).

Tal situação se agrava quando constatamos que a maior parte dos que permanecem no campo é formada por pessoas idosas, sendo cada vez mais frequente o número de jovens que opta por viver nas cidades (De SCHUTTER, 2013). Essa situação causa um desequilíbrio na composição do trabalho familiar necessário para que a unidade de produção familiar/camponesa se mantenha ativa.

Além do mais, dentre os que insistem em permanecer na terra, muitos estão sujeitos a níveis extremos de pobreza. Conforme o documento *Agriculture for development - world development report 2008* (Agricultura para o desenvolvimento - relatório do desenvolvimento mundial de 2008), do BM (2008), dentre os miseráveis do mundo, três quartos vivem no campo<sup>23</sup>. Por isso, a fome é um problema mais intenso no campo do que na cidade e sua existência está atrelada, principalmente, à dificuldade que os agricultores de base familiar possuem para acessar o mercado de alimentos.

A maioria das pessoas que têm fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimentos, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas. E seu número elevado não é uma simples herança do passado, mas o resultado de um processo, bem atual, de empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos (MAZOYER; ROUDART, 2009, p.26-27).

Desse modo, a fome é muito mais intensa no campo do que nas cidades. Enquanto o agronegócio concentra tecnologias e poder, a agricultura

---

<sup>23</sup> De acordo com Ziegler (2012), os três grupos de pessoas mais vulneráveis à fome são: os pobres rurais, os pobres urbanos e as vítimas de catástrofes. O autor assegura que dentre esses, a pior situação é dos que vivem no campo.

familiar/camponesa ocupa um espaço marginal no sistema capitalista, sendo esse, um dos resultados do desenvolvimento contraditório e desigual desse modo de produção (OLIVEIRA, 2007). Muitos agricultores familiares/camponeses sobrevivem apenas da produção familiar, já que não possuem condição financeira suficiente para adquirir outros alimentos que poderiam enriquecer sua dieta. Ziegler (2012, p.25), aprofunda essa constatação ao demonstrar que a “maioria dos seres humanos que não têm o suficiente para comer pertence às comunidades rurais pobres dos países do Sul. Muitos não dispõem de água potável, nem eletricidade”. O autor também lembra que dentre os agricultores familiares/camponeses do hemisfério sul predomina um evasivo acesso às tecnologias produtivas, o que prejudica ainda mais sua busca por conquistar maior espaço no mercado alimentos:

90% dos camponeses do Sul só têm como instrumentos de trabalho, a enxada, a foice e o machete. Mais de um milhão deles não têm animais de tração nem tratores. Se se duplica a força de tração, duplica-se também a superfície cultivada. Sem tração, os agricultores do Sul permanecerão confinados na sua miséria (ZIEGLER, 2012, p.27).

Portanto, a inviabilização da agricultura familiar/camponesa no capitalismo neoliberal tem sido gerada, dentre outros fatores, pela concentração de tecnologia por parte do agronegócio, sendo esse um dos principais componentes da Questão Agrária atual (FERNANDES, 2004). Isso faz com que o modelo capitalista de produção para o campo seja capaz de produzir em maior quantidade e com custos mais baixos do que os agricultores familiares/camponeses. Mesmo que isso não represente a oferta de alimentos com melhor qualidade, não se pode negar que na concorrência pelo mercado eles possuem muitas vantagens. Além dos problemas já citados, esse processo também é acompanhado de uma desintegração do sistema agrário:

[...] a crise dos estabelecimentos agrícolas estende-se a todos os elementos do sistema agrário: diminuição dos instrumentos de trabalho, degradação do ecossistema e baixa de sua fertilidade, má nutrição das plantas, dos animais e dos homens e degradação geral do estado sanitário. A não durabilidade econômica do sistema produtivo leva à não durabilidade ecológica do ecossistema cultivado (MAZOYER; ROUDART, 2009, p.511).

A crise da agricultura familiar/camponesa no capitalismo neoliberal é um fato que repercute não só na piora da qualidade de vida de milhares de famílias que vivem no campo, pois também ocorrem outros problemas como os de cunho ambiental. Isso porque a expansão do modelo capitalista de exploração da terra tem sido acompanhada de fatos como a perda da produtividade do solo, a contaminação do solo e da água e a diminuição da diversidade biológica.

Mazoyer e Roudart (2009, p. 312, grifos dos autores) defendem ainda, que devido a fatores como a pobreza, a subalimentação e a degradação do meio “esses camponeses enfraquecidos aproximam-se perigosamente do *limite de sobrevivência*”. Isso quer dizer que, na medida em que uma de suas colheitas dê errado, eles ficam sujeitos a ter como inviabilizadas suas unidades de produção. Nessas ocasiões, por não terem como suprir suas necessidades familiares apenas com a renda que obtêm de suas colheitas, eles se veem sujeitos a liberar um dos membros de suas famílias para trabalhar fora da unidade de produção, de maneira fixa ou temporária, quando não a família toda abandona sua terra. Salvas as diferenças, autores como Kautsky (1988) e Chaynov (1981) chamam isso de “trabalho acessório”, que resumidamente, representa um estratégia das famílias camponesas para poder permanecer na terra frente às dificuldades que encontram no capitalismo.

Para evitar esse tipo de situação, é necessário que os governos tenham a compreensão de que o preço dos alimentos não pode ser orientado pelo mercado internacional, já que isso faz com que eles sejam nivelados por baixo, contribuindo para fortalecer a situação de miséria a que muitos agricultores familiares/camponeses estão sujeitos. Nesse sentido, a criação de mercados alternativos, através dos quais os produtos dos agricultores familiares/camponeses são vendidos por preços que possibilitem aos agricultores permanecer na terra é uma condição *sine qua non* para se discutir o combate à fome e à pobreza.

Para permitir que todos os camponeses do mundo construam e explorem sustentavelmente ecossistemas cultivados, capazes de produzir, sem danos ao meio ambiente, um máximo de gêneros alimentícios seguros e de qualidade é imprescindível parar a

guerra de preços internacionais. É preciso romper com a liberalização das trocas, que tende a alinhar por toda parte os preços sobre aqueles mais baratos dos exportadores de excedentes. Como vimos, tais preços empobrecem e deixam famintos centenas de milhões de moradores do campo, que intensificam o fluxo de êxodo rural, o desemprego e a miséria urbana, reduzindo, assim, para bem abaixo da demanda daqueles que têm poder aquisitivo. Além disso, ao excluir da produção regiões inteiras e milhões de camponeses e ao desencorajar a produção daqueles que permanecem, esses preços limitam a produção agrícola a muito aquém do que seria possível com as técnicas de produção sustentável conhecida em nossos dias. Tais preços, que engendram por sua vez o subconsumo alimentar e a subutilização dos recursos agrícolas, são, portanto, duplamente malthusianos. Além do mais, eles pressionam negativamente o meio-ambiente, a segurança sanitária e a qualidade dos produtos. Os produtos agrícolas e alimentares não são mercadorias como as outras: seu preço é o da vida e, abaixo de um certo patamar, o da morte (MAZOYER; ROUDART, 2008, p. 34).

É defendida a tese de que a liberalização dos mercados - característica central das políticas neoliberais - é um dos fatores que contribui para que os agricultores familiares/camponeses tenham dificuldade em obter uma renda suficiente para poder permanecer na terra. O fato de a OMC incentivar o livre mercado diminui o poder de influência dos governos sobre seu setor agrícola<sup>24</sup> (DESMARAI, 2002; OLIVEIRA, 2015). Os agricultores familiares/camponeses ficam expostos, tendo que competir com as grandes corporações para comercializar seus produtos (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015). Ou seja, as atuais regras internacionais de comercialização dos produtos agrícolas não prezam pela construção de estratégias nacionais de autossuficiência (McMICHAEL, 2006). Essa colocação é importante para que seja feita a análise do PAA e do F2CC, pois ambos são ações que visam a compra governamental de alimentos com base em critérios ecológicos e sociais e não apenas econômicos.

Assim, após abordados alguns dos diversos problemas que têm sido gerados pelo controle das grandes corporações sobre o sistema alimentar global, no próximo capítulo a soberania alimentar é apresentada como a uma alternativa ao regime alimentar corporativista.

---

<sup>24</sup> O incentivo ao livre-comércio por parte da OMC fica claro no documento “Acordo sobre a Agricultura” (Acordo Agrícola), resultado das discussões realizadas na Rodada Uruguai (WTO, 1994).

**Capítulo 02**  
**Soberania alimentar: uma alternativa ao regime alimentar corporativista**



“Porque o Senhor, teu Deus, vai conduzir-te a uma terra excelente, cheia de torrentes, de fontes e de águas profundas que brotam nos vales e nos montes; uma terra de trigo e de cevada, de vinhas, de figueiras, de romãzeiras, uma terra de óleo de oliva e de mel, uma terra onde não será racionado o pão que comeres, e onde nada faltará; terra cujas pedras são de ferro e de cujas montanhas extrairás o bronze. Comer à saciedade, e bendirás o Senhor, teu Deus, pela boa terra que te deu”.

(Bíblia Sagrada - Livro do Deuteronômio 8, 7-10).

**A**pós ter sido demonstrado que o regime alimentar corporativista tem se caracterizado por gerar problemas como o controle do mercado de alimentos pelas grandes corporações, a padronização da dieta alimentar, o paradoxo entre o aumento do número de obesos e a persistência da fome, além da marginalização da agricultura familiar/camponesa, nesse capítulo a soberania alimentar é destacada como uma articulação de escalas que funciona como alternativa ao regime alimentar corporativista (AKRAM-LODHI, 2013; McMICHAEL, 2013; ROBBINS, 2015). Ela surgiu como um contraponto à proposta de segurança alimentar, a qual tem sido utilizada por instituições multilaterais e por governos de diversas partes do mundo para solucionar alguns problemas dos sistemas alimentares, todavia, sem modificar a correlação de forças que garante a reprodução capitalista, de modo mais específico, o agronegócio (PATEL, 2009; WITTMAN, 2011).

A segurança alimentar prevê o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades da população (FAO, 1996). Contudo, não traz uma preocupação sobre qual modelo de agricultura deve atender a essa premissa (WITTMAN, 2011), o que nos permite entender que reformas em algumas bases do capitalismo são suficientes para que os problemas do sistema alimentar sejam resolvidos. A soberania alimentar vai além dessa concepção, pois, dentre outras coisas, ela pontua a necessidade de uma maior valorização dos circuitos alimentares locais (McMICHAEL, 2014; ROBBINS, 2015; VALÉRIO, 2015), através do fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e das comunidades indígenas. Com isso, ela vai além do capitalismo (AKRAM-LODHI, 2015)<sup>25</sup>.

Desde 1996, a *La Via Campesina*, que é uma coalizão global de movimentos camponeses, tem sido a principal referência para a construção da proposta alternativa de soberania alimentar, qualificando-a como uma das suas principais bandeiras de luta (DESMARAIS, 2007, 2015). Ela tem defendido que o

---

<sup>25</sup> Vale ressaltar que, a concepção de circuitos alimentares locais utilizada nesse trabalho para referenciar uma das articulações escalares da soberania alimentar não é sinônimo da expressão *alternative food networks* (redes alimentares alternativas), que têm aparecido em trabalhos como os Goodman e Goodman (2010), Hergeseheimer e Wittman (2012), Jarosz (2008) e Renting, Marsden e Banks (2003). Isso porque, as *alternative food networks* não possuem como preocupação a alteração do modelo de desenvolvimento do campo, rompendo com o agronegócio, mas sim, o consumo de alimentos locais.

alimento não pode ser tratado como uma mercadoria que é usada pelos capitalistas para a ampliação dos seus lucros. Pelo contrário, para ela o alimento tem que ser tratado como um direito de pessoas de todos os lugares, de todas as raças, de todos os matizes culturais e de todas as condições econômicas. Com isso, é feito um questionamento quanto ao domínio que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar global e sobre a capacidade que cada povo tem de prover sua própria alimentação, dependendo o mínimo possível de alimentos vindos de outras partes.

A bandeira da soberania alimentar tem sido levantada em diversas partes do mundo, pois constitui-se numa estratégia de articulação de escalas. Possuem como objetivo central a construção da soberania alimentar lutas que estão vinculadas a temas como a defesa por uma justa distribuição de terras, a busca por melhores condições de comercialização dos produtos da agricultura familiar/camponesa e o aumento da oferta de produtos frescos e saudáveis para a população urbana (HOLT-GIMÉNEZ, 2010). Ela está presente em discursos vindos do hemisfério sul (STÉDILE; CARVALHO, 2011; VIEIRA, 2008) e também do hemisfério norte (SCHIAVONI, 2009; WIEBE; WIPF, 2011), em países considerados ricos (ANDERSON, 2013; LESLIE, 2014) e em países considerados pobres (PECHLANER; OTERO, 2008; PEÑA, 2013; WITTMAN, 2015)<sup>26</sup>. Ela coloca a agricultura familiar/camponesa como elemento fundamental para se pensar na promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável para o campo, através da produção sob bases agroecológicas (ALTIERI, 2009; De SCHUTTER, 2015a; McMICHAEL, 2014).

Além de se constituir como bandeira de luta de diversos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo e da cidade, ela também tem sido

---

<sup>26</sup> Vale ressaltar que conforme pontuado por Akram-Lodhi (2015), essa diversidade de grupos e movimentos que têm incorporado a soberania alimentar como bandeira de luta deve ser lida como parte de um processo contraditório. Isso porque, esses podem ser divididos entre progressistas e reformadores. Os primeiros entendem a necessidade de substituir o capitalismo, ou seja, possuem uma perspectiva revolucionária. Esses, estão de acordo com as primeiras leituras sobre a soberania alimentar elaboradas pela Via Campesina, como mostrado adiante. Os segundos não trazem explícita uma proposta de mudanças estruturais, estando alicerçado quase que exclusivamente em relações de consumo, e por isso, fogem da leitura que embasou a origem da proposta alternativa de soberania alimentar. Nesse trabalho, a opção é por ler a soberania alimentar como uma proposta revolucionária, que busca construir uma alternativa ao regime alimentar corporativista.

objeto de ampla discussão acadêmica. Como prova disso foram organizados dois eventos internacionais sob o título *Food sovereignty - a critical dialogue* (Soberania alimentar - um diálogo crítico) em setembro de 2013 e janeiro de 2014. O primeiro, que foi sediado pela *Yale University*, em New Haven, no Estados Unidos e organizado pelo *Yale Program in Agrarian Studies* (Programa em Estudos Agrários Yale) e pelo *Yale Sustainable Food Project* (Projeto de Alimentação Sustentável Yale) reuniu mais de 300 participantes. O segundo, que foi sediado pelo *International Institute of Social Studies* (Instituto Internacional de Estudos Sociais - ISS), em Kortenaerkade, na Holanda e organizado pelo *Transnational Institute* (Instituto Transnacional) e pelo *Food and Development Policy* (Política Alimentar e Alimento - *Food First*) teve a participação de mais de 350 pessoas. Somando esses dois eventos, foram apresentados mais de 100 trabalhos sobre diversos aspectos da proposta alternativa de soberania alimentar (ALONSO-FRADEJAS et al., 2015).

Também são exemplos da incorporação da soberania alimentar pela academia as coletâneas organizadas por Wittman et al. (2010); Wittman et al. (2011) e Andrée et al. (2014), as edições especiais do *Jornal Peasant Studies* (volume 41, edição 6, de 2014), da *Third World Quarterly* (volume 36, edição 3), do *Canadian Food Studies* (volume 02, edição 02, de 2015), dentre outros.

Além disso, essa proposta de remodelagem dos sistemas alimentares também sido incorporada nos dispositivos legais de países como o Equador (PEÑA, 2013), a Bolívia (KERSSEN, 2015), a Venezuela (KAPPELER, 2013), o Nepal (POKHAREL, 2013) e outros. Esses exemplos confirmam que além de a soberania alimentar ser uma bandeira de luta de grupos contra-hegemônicos, ela também tem se institucionalizado (WITTMAN, 2015).

Considerando essa abrangência, no presente capítulo é apresentada a trajetória da proposta de soberania alimentar e alguns dos seus princípios. Primeiro consta uma discussão sobre a segurança alimentar, demonstrando que ela busca solucionar alguns dos problemas do terceiro regime alimentar global sem a ocorrência de mudanças estruturais no sistema alimentar mundial. Na sequência, enfatiza-se como a proposta de soberania alimentar passa a ser utilizada por diversas organizações do campo e da cidade, especialmente a *La*

*Via Campesina*, desde meados da década de 1990, como um contraponto à proposta de segurança alimentar. Depois disso, é feita uma discussão sobre a relação entre a compra institucional de alimentos e a soberania alimentar, focando, de maneira especial, como isso pode contribuir com a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalista. Após, discute-se a participação da sociedade civil, principalmente através das relações de consumo, na construção da “segunda geração” da soberania alimentar. Por fim, é feita uma síntese sobre as diferenças entre o regime alimentar corporativista e a proposta alternativa de soberania alimentar.

## **2.1 - A segurança alimentar: solucionar os problemas do mercado de alimentos no capitalismo**

Nos capítulos precedentes foi demonstrado como atualmente todas as etapas do sistema alimentar são influenciadas pelo mercado internacional, obedecendo aos ditames do neoliberalismo. Isso acontece sob forte influência das grandes corporações, contribuindo para a persistência da miséria e da fome no campo e na cidade. Nessa seara, através do incentivo de organizações multilaterais como a FAO, o FMI e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), governos de diversas partes do globo têm utilizado a alcunha da segurança alimentar como forma de solucionar os problemas do terceiro regime de alimentação global. Contudo, nessas iniciativas não existe a preocupação de fortalecer a agricultura familiar/camponesa, pois acredita-se que a solução está dentro do próprio capitalismo (VALÉRIO, 2015). Ou seja, pode existir segurança alimentar mesmo em um contexto onde o agronegócio é hegemônico, haja vista que essa proposta não prevê restrições para fatores como a prática de *dumping*, a utilização de sementes geneticamente modificadas e outros<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> A leitura sobre o conceito de segurança alimentar contida nesse tópico é embasada na sua compreensão hegemônica, isto é, aquela que tem sido divulgada pela maior parte das instituições multilaterais que atuam na escala internacional. Todavia, vale ressaltar que, a segurança alimentar é um conceito ainda em construção e por isso, existem diversas disputas pelo seu significado (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000). No Brasil, por exemplo, desde o ano de 2003, como mostrado posteriormente, desde 2003 tem se constituído uma leitura ampliada da segurança

A proposta de segurança alimentar surgiu na Europa, no período subsequente a I Guerra Mundial (1914-1918), estando relacionado à concepção de segurança nacional (CLAPP, 2015). Nesse contexto, em vários países que haviam sido devastados pelo conflito bélico se discutia o abastecimento de alimentos como uma questão fundamental para a recuperação da autonomia política e econômica (K. CASARIL; C. CASARIL, 2005). Em outros termos, “tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos” (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Após a II Guerra Mundial, com grande parte da Europa devastada e com boa parte dos países europeus incapacitados de produzir alimentos em quantidade suficiente para sua população, novamente a segurança alimentar entrou na pauta de discussões como uma necessidade para a segurança nacional (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010). Com isso, sob influência do governo dos Estados Unidos, que disputava com a União Soviética o posto de maior liderança mundial, ela passou a compor os objetivos da FAO, que foi criada em 1945 (CLAPP, 2015).

Entre os anos de 1972 e 1974 ocorreu uma grande crise de escassez de alimentos em escala global, que dentre outros fatores, caracterizou-se pelo aumento do número de famintos no continente africano - especialmente nas regiões do Chifre da África e do Sahel - e no sudeste asiático (SAGE, 2012). Tal fato fez com que, durante a Conferência Mundial de Alimentos, realizada pela FAO, em Roma, no ano de 1974, a segurança alimentar fosse discutida como uma medida de urgência. Com isso, aprofundou-se a difusão internacional dessa proposta de combate à fome (COATES, 2013; CUSTÓDIO et al., 2011). Todavia, ainda nesse momento, ela era entendida na perspectiva da autossuficiência alimentar de cada país (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Isso começaria a mudar no final da década de 1980, quando as questões nutricionais também passaram a compor a proposta de segurança alimentar (CUSTÓDIO et al., 2011). Passou-se a valorizar os aspectos psicobiológicos da alimentação, relacionando a ausência de micronutrientes e calorias com

problemas como a falta de energia psicológica e a falta de concentração (SAGE, 2012). A segurança alimentar deixou de ser definida simplesmente como o acesso a alimentos em quantidade suficiente, pois também se passou a levar em consideração a qualidade dos mesmos. Também na década de 1980 ocorreu um acréscimo do número de estudos que buscavam compreender a distribuição da insegurança alimentar em nível residencial, considerando questões de renda, idade e gênero (SAGE, 2012).

Atualmente, a principal referência que se tem do conceito segurança alimentar é a definição elaborada pela FAO durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, no ano 1996. No documento “Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação mundial da cimeira mundial da alimentação” consta a seguinte observação:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, ou os nossos representantes, reunidos na Cimeira Mundial da Alimentação a Convite das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), reafirmamos o direitos de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito de uma alimentação adequada e com direito fundamental de todos a não sofrer de fome (FAO, 1996, não paginado).

Observa-se que a segurança alimentar entrou na pauta política dos países participantes desse evento como uma questão de urgência. O acesso a alimentos seguros e nutritivos é entendido como um direito, o que aumenta as obrigações dos governos em criar políticas públicas de combate a fome (CLAEYS, 2015; WILKINS, 2005). Isso aconteceu porque se percebia que mesmo com os avanços científicos e tecnológicos obtidos pelo capitalismo a fome ainda persistia. No documento considera-se que existe segurança alimentar quando “[...] as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (FAO, 1996, não paginado)<sup>28</sup>. Essa definição traz a compreensão de que todos devem ter condições de adquirir

---

<sup>28</sup> Tal concepção foi reafirmada no documento final da Cúpula Mundial de Alimentação de 2009, realizada pela FAO, em Roma, consolidando a incorporação da proposta de segurança alimentar pelas instituições multilaterais.

os alimentos necessários para suprir suas necessidades vitais. Considera-se que os alimentos têm que ser saudáveis e de acordo com as preferências dos consumidores.

Contudo, percebe-se que a forma como a FAO (1996) define a segurança alimentar - concepção que é adotada por diversos governos e instituições no mundo todo - não traz uma discussão sobre qual modelo de desenvolvimento da agricultura deve prover os alimentos. Ela é uma proposta que visa solucionar um problema criado pelo capitalismo sem modificá-lo estruturalmente. Em razão disso, a segurança alimentar tem sido utilizada “para promover o aumento da liberalização do mercado agrícola e a concentração da produção alimentar nas mãos de poucas e grandes corporações do agronegócio” (WITTMAN et al., 2010, p. 3, tradução nossa).

Também não consta nessa definição uma compreensão de que a fome é, antes de qualquer coisa, uma construção política (CASTRO, 1953, ZIEGLER, 2012) e que o modo de produção capitalista é o principal responsável por sua existência. Essa ausência faz com que a proposta da FAO (1996) seja contraditória, pois faz parte da lógica capitalista o enriquecimento de poucos e a pobreza de grande parte da população, sendo que a fome é um componente importantíssimo dessa premissa. De acordo com Wittman (2011, p. 91, tradução nossa, grifos da autora), essa definição de segurança alimentar “[...] trata o alimento mais como um problema da insuficiente comercialização do que da fome, privilegiando o acesso à comida ao invés do *controle sobre* os sistemas de produção e consumo”. Ou seja, não existe a preocupação com o modelo de produção onde a segurança alimentar deve ser gerada (PATEL, 2009).

Ainda sobre as contradições da proposta de segurança alimentar, Akram-Lodhi (2013, p.3), assevera que:

A segurança alimentar não fala sobre os termos e as condições em que o alimento é produzido [...] A segurança alimentar não fala sobre as estruturas desiguais e políticas que têm destruído modos de vida e o meio-ambiente e assim, produz a insegurança alimentar.

Portanto, a proposta de segurança alimentar busca solucionar o problema



da fome sem propor uma mudança nas regras do mercado internacional de alimentos, que é controlado pelas grandes corporações, ou seja, ela não faz um ataque direto ao capitalismo, apontando a necessidade de fortalecer relações sociais diferentes das que ele gera. Em razão disso, tal concepção de segurança alimentar “[...] traz importantes implicações sobre como a agricultura e a política de alimentos são desenvolvidas e desafiadas” (WITTMAN, 2011, p. 91, tradução nossa). Pode-se considerar que a incorporação da proposta de segurança alimentar por parte de governos de diversas partes do globo, através da influência de instituições multilaterais, é uma estratégia de fortalecimento da ordem social estabelecida. Ela é utilizada para que a relação do capitalismo com o mercado de alimentos seja apresentada sob nova roupagem, contudo, com os mesmos elementos estruturais.

Isso acontece porque em seus momentos de crise, o capitalismo usa um conjunto de práticas e saberes para manter sua hegemonia (MONTENEGRO-GÓMEZ, 2006). Nesse caso, sendo a persistência da fome uma catástrofe global (CASTRO, 1984; ZIEGLER, 2012), o uso da segurança alimentar pelos estados capitalistas faz com que seja transmitida a ideia de que têm sido tomadas medidas para democratizar o acesso aos alimentos (FAIRBAIRN, 2012). Contudo, não se leva em consideração que a fome a fome é gerada pelo próprio capitalismo, devido ao fato de que nesse modelo econômico o alimento é tratado como uma mercadoria (OLIVEIRA, 2015).

Essas limitações que a segurança alimentar possui para se pensar numa efetiva mudança no sistema alimentar motivaram a incorporação da proposta de soberania alimentar pela rede internacional de movimentos do campo *La Via Campesina*, por outros setores da sociedade civil que se preocupam com a questão alimentar e até mesmo pelos governos de alguns países do hemisfério sul, como é demonstrado na sequência.

## **2.2 - As articulações escalares da soberania alimentar: resolvendo os problemas do regime alimentar corporativista através do combate à hegemonia capitalista**

No tópico anterior foi abordado como a proposta de segurança alimentar foi consolidada pela FAO (1996) como uma articulação escalar que visa solucionar alguns problemas do mercado de alimentos, todavia, sem alterar as condições que permitem a reprodução ampliada do capitalismo. Contudo, como consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo (SMITH, 1988), o que se percebe é que a fome ainda permanece como uma realidade cruel, que aflige milhares de pessoas no mundo todo, porém, de maneira mais intensa nos países tidos como pobres do hemisfério sul (FAO, 2014). Isso se dá porque a segurança alimentar não prevê o rompimento das relações que garantem a hegemonia das grandes corporações no sistema alimentar global. Ela é uma proposta voltada para a democratização do consumo dos alimentos e não para a transformação estrutural das bases nas quais ele é produzido. Mesmo com a criação de diversas políticas que visam a melhoria da alimentação da população de baixa renda como a doação de cestas básicas, a criação de restaurantes populares, ações de distribuição de renda, dentre outros, o mercado de alimentos ainda é condicionado pela economia capitalista. Como resultado disso, a parcela da população que não possui condições financeiras para adquirir alimentos em quantidade e qualidade suficiente para suprir suas necessidades energéticas, permanece dependente de auxílios estatais ou de instituições de caridade para poder se alimentar.

Nesse tópico é explanado como a soberania alimentar surgiu como uma narrativa escalar alternativa a esse contexto. Defende-se que a soberania alimentar vai além da crítica ao domínio que as grandes corporações têm exercido sobre a orientação dos sistemas alimentares em suas diversas escalas, haja vista que ela se qualifica como uma alternativa ao regime alimentar corporativista.

Apesar de ganhar destaque global apenas em meados da década de 1990, através de sua incorporação pela *La Via Campesina*, a soberania alimentar foi apresentada primeiramente na década de 1980, quando movimentos do campo e governos da América Central trabalharam pela conquista de melhores condições no mercado de alimentos (EDELMAN, 2014). Mesmo que com menções pontuais e com objetivos pouco definidos, essas primeiras referências foram importantes

para que a soberania alimentar fosse incorporada por diversos movimentos do campo, outros setores da sociedade civil e governos de alguns países anos depois, ou seja, ela se expandiu para diferentes escalas de poder.

A emergência da *La Via Campesina* na década de 1990 representou uma ampliação do escopo da soberania alimentar e a articulação de novas escalas a essa proposta alternativa. Ao trabalhar contra os efeitos nocivos do capitalismo neoliberal, ela colocou a soberania alimentar como o elemento central da construção de um novo modelo de sociedade. A *La Via Campesina* é composta por 164 organizações camponesas, distribuídas por 73 países de todos os continentes. No Brasil, fazem parte dela o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). No Canadá, são membros da *La Via Campesina* a *Union Paysenne* (União Camponesa) e o *National Farmers Union* (União Nacional de Agricultores - NFU). Ela é um exemplo de como na atualidade, a realidade deve ser apreendida não através de uma compreensão de espaço lento, haja vista que estar em rede constiu-se como um dos componentes essenciais do fazer político (MOREIRA, 2007). De tal modo, entender como se dá a emergência dessa coalizão de organizações camponesas que atua em escala mundial e conhecer suas bandeiras de luta e articulações escalares são passos fundamentais para avançar na análise da proposta alternativa de soberania alimentar.

A *La Via Campesina* começou a ser gestada no ano de 1992, no II Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua* (II Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas do Nicaragua) realizado em Manágua, capital do Nicaragua (DESMARAI, 2007). Naquela ocasião, o avanço do modelo de desenvolvimento capitalista no campo e suas nefastas consequências fizeram com que lideranças camponesas dos continentes americano e europeu decidissem criar uma organização internacional para articular suas lutas. Em outros termos, a constituição dessa coalizão global era vista como uma possibilidade para fortalecer lutas que ocorriam na escala local

em razão do processo de expansão do capitalismo.

Dado esse primeiro passo, a criação dessa coalizão camponesa foi efetivada na I Conferência Internacional da *La Via Campesina*, realizada em Mons, na Bélgica, em 1993, evento que teve a participação de 55 organizações camponesas de 36 países. Nessa oportunidade foram definidas as linhas políticas que iriam nortear a ação da *La Via Campesina*, assim como a forma como se daria sua organização interna (DESMARAIS, 2007; VIEIRA, 2008). Desde então, a *La Via Campesina* tem se constituído como uma importante referência crítica aos efeitos perversos do neoliberalismo no campo (BORRAS JÚNIOR., 2008).

Conforme pontuado por Borrás Júnior (2004), a *La Via Campesina* deve ser entendida como “um movimento de movimentos”, pois além de articular as lutas de diferentes organizações camponesas de diversas partes do globo, ela também é propositiva. Como exemplo disso, pode-se perceber que no Brasil movimentos que utilizam a ocupação como tática de luta pela terra fazem parte dela ao mesmo tempo em que ela própria a realiza, como ocorreu entre 2000 e 2013 nas seguintes unidades federativas: Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins (REDE DATALUTA, 2014). Isso evidencia sua postura de disputar o modelo de desenvolvimento em diversas escalas.

As linhas políticas da *La Via Campesina* deixam claro o objetivo de modificar a correlação de forças que faz com que os agricultores familiares/camponeses e indígenas sejam subalternos ao agronegócio na condução do desenvolvimento do campo. São defendidos temas como a reforma agrária, a diminuição do controle dos recursos naturais pelas grandes corporações e principalmente, a soberania alimentar. Conforme consta em sua *Web page*, a *La Via Campesina* (2015, não paginado, grifo nosso) possui como principais objetivos

**[...] realizar a soberania alimentar e interromper o processo de destruição neoliberal.** Isso é baseado na convicção de que são os pequenos agricultores, incluindo camponeses pescadores, pastores e povos indígenas que compõem quase metade da população mundial, que são capazes de produzir comida para suas comunidades e alimentar um mundo de um modo saudável e sustentável.

Essa colocação deixa evidente que a Via Campesina defende um modelo de desenvolvimento que vai além do capitalismo. Nesse contexto, a soberania alimentar é apresentada como uma alternativa aos problemas sociais e ambientais causados pelo neoliberalismo nos sistemas alimentares. Na construção da soberania alimentar, agricultores familiares/camponeses e indígenas assumiriam a vanguarda do processo de desenvolvimento da agricultura, fornecendo alimentos saudáveis e diversificados para toda a população, ou seja, seria adotada uma opção com maior potencial sustentável do que o agronegócio e as grandes corporações que dele fazem parte.

A incorporação da soberania alimentar como bandeira de luta da *La Via Campesina*, as modificações sobre onde ela deve ocorrer e os elementos que lhe compõem são exemplos de que, na atualidade, as narrativas escalares são parte fundamentais das disputas pelo poder (DECKHA, 2003; SNEDDON, 2003; SWYNGEDOUW, 2004).

A primeira leitura da *La Via Campesina* sobre a proposta de soberania alimentar data de sua II Conferência Internacional, realizada em Tlaxcala, no México, no ano de 1996<sup>29</sup>. Nessa ocasião, agricultores familiares/camponeses de 37 países, representando 69 organizações, discutiram os efeitos da crise global do capitalismo e sua relação com a oferta e a demanda de alimentos. Nesse evento, a soberania alimentar foi apresentada como uma alternativa à segurança alimentar (WITTMAN, 2011) e como uma proposta de desenvolvimento do campo baseada em princípios camponeses e indígenas (BORRAS JÚNIOR, 2008).

As discussões da II Conferência Internacional da *La Via Campesina* deram origem ao documento *The right to produce and access to land* (O direito de

---

<sup>29</sup> Dois acontecimentos marcaram esse evento, influenciando sobremaneira a definição das bandeiras de luta da La Via Campesina: a proposição da proposta de segurança alimentar pela FAO (1996) e a repressão a luta pela terra no Brasil. Sobre o primeiro, deve-se lembrar que a II Conferência Internacional da La Via Campesina ocorreu concomitantemente à Cúpula Mundial de Alimentação, organizada pela FAO, em Roma, no ano de 1996. Como já foi dito anteriormente, nesse evento, a proposta de segurança alimentar foi reafirmada como uma opção para elaboração de políticas públicas em todo mundo. Sobre o segundo, durante a II Conferência Internacional da La Via Campesina ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, no Brasil. Nessa ocasião, 19 camponeses sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará, em reação ao bloqueio da rodovia BR-155. Tal acontecimento fez com que a luta dos camponeses sem-terra brasileiros ganhasse dimensão mundial (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

acessar e produzir na terra), no qual consta a leitura de que a promoção da segurança alimentar não é suficiente para a erradicação da fome e da pobreza. É feita uma defesa ao modo de viver e produzir da agricultura familiar/camponesa, destacando a sua contribuição não só para o combate a fome, como também para o desenvolvimento justo e sustentável.

Nós, a *La Via Campesina*, um movimento crescente de trabalhadores rurais, camponeses, sitiantes e organizações dos povos indígenas de todas as regiões do mundo, sabemos que a segurança alimentar não pode ser alcançada sem levar totalmente em conta aqueles que produzem os alimentos. Qualquer discussão que ignora nossa contribuição não conseguirá erradicar a pobreza e a fome (LA VIA CAMPESINA, 1996, não paginado, tradução nossa).

De tal maneira, a *La Via Campesina* buscava sua inserção na discussão que era alçada em escala mundial sobre a construção da segurança alimentar como estratégia para o combate à fome. Consta a compreensão de que é impossível a existência da justiça na produção e no consumo de alimentos em escala mundial se não existir uma proposta de inserção da agricultura familiar/camponesa e dos povos indígenas nas políticas alimentares. Tendo essas referências, a soberania alimentar é definida, primeiramente, como:

[...] o direito de cada **nação** de manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir os seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva. Nós temos o direito de produzir nosso próprio alimento em nosso próprio território. A soberania alimentar é uma condição prévia para uma verdadeira segurança alimentar (LA VIA CAMPESINA, 1996, não paginado, tradução nossa, grifos nossos).

Consta a defesa de que as **nações** mantenham e desenvolvam suas próprias culturas alimentares. Percebe-se uma crítica ao processo de importação dos alimentos, através das grandes corporações, fato que faz com que muitos países tenham milhares de pessoas sujeitas à fome ao mesmo tempo em que exportam grande parte da sua produção agrícola. Também merece destaque a observação de que não existe segurança alimentar sem a promoção da soberania alimentar. Isso porque, as grandes corporações têm demonstrado que não possuem o interesse de oferecer alimentos saudáveis para a população de baixa

renda. A já citada padronização da dieta alimentar, baseada principalmente nos produtos processados, é uma prova disso. Acredita-se que a solução da fome e da pobreza deve ser buscada fora do capitalismo, através do fortalecimento de relações que não estejam baseadas na exploração do trabalho e na obtenção do lucro ampliado.

Estamos determinados a criar economias rurais que são baseadas no respeito por nós mesmos e a terra, à soberania alimentar e ao comércio justo. **As mulheres desempenham um papel central para a casa e a soberania alimentar da comunidade.** Portanto, eles têm o direito inerente de recursos para a produção de alimentos, terra, crédito, capital, tecnologia, educação e serviços sociais, além de igualdade de oportunidades para desenvolver e empregar suas habilidades. Estamos convencidos de que o problema global da insegurança alimentar pode e deve ser resolvido. **A soberania alimentar só pode ser alcançada através da solidariedade e da vontade política de implementar alternativas** (LA VIA CAMPESINA, 1996, não paginado, tradução nossa, grifos nossos).

Dessa definição merece ser destacada a relação entre a questão de gênero e a soberania alimentar. A proposta de soberania alimentar visa reformular as bases patriarcais que caracterizam a sociedade capitalista, fazendo com que em muitos contextos sociais os direitos das mulheres não sejam respeitados. Reconhece-se que as mulheres exercem um papel crucial para a viabilidade de grande parte das comunidades de agricultores familiares/camponeses e que por isso, elas não podem ser deixadas de lado na discussão sobre a necessidade de mudanças no ordenamento do sistema alimentar global. Sobre isso, Desmarais (2003) explica que é um passo fundamental para a construção da soberania alimentar a criação de possibilidades iguais para homens e mulheres no campo. Deve-se reconhecer que as agricultoras familiares/camponesas possuem uma grande importância na produção de alimentos e na conservação da biodiversidade. Também reitera a importância das mulheres na construção de uma alternativa ao regime alimentar corporativista o fato de que, na atualidade, existe uma transição agrária, que é caracterizada pela “feminização da agricultura” (De SCHUTTER, 2013). Ou seja, o percentual do número de mulheres no campo tem aumentado em relação ao de homens, portanto, torna-se cada vez mais vital considerá-las como fundamentais na manutenção da

agricultura familiar/camponesa.

Esses fatores fazem com que a *La Via Campesina* possua várias mulheres entre suas lideranças. Acredita-se que elas devem assumir a vanguarda na luta pela implementação da proposta alternativa de soberania alimentar. No Brasil, por exemplo, diversos atos organizados por mulheres agricultoras familiares/camponesas têm servido para contestar a hegemonia do agronegócio e a necessidade do estabelecimento de um novo modelo produtivo no campo. São exemplos as diversas manifestações que ocorrem nos dias 08 de março, quando é comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Ainda sobre a importância que as mulheres possuem na proposta alternativa de soberania alimentar também merece destaque o lançamento da “Campanha mundial pelo fim da violência contra as mulheres”, lançada pela *La Via Campesina*, em 2008. Uma síntese do que foi discutido nela consta no documento “Os camponeses e as camponesas da *La Via Campesina* dizem: basta de violência contra as mulheres” (LA VIA CAMPESINA, 2012).

Além do mais, vale ressaltar que a *La Via Campesina* acredita que, na medida em que a agricultura familiar/camponesa e os povos indígenas passam a ser valorizados como detentores de uma proposta de desenvolvimento mais democrática do que a que as corporações capitalistas apresentam, a erradicação da fome é uma questão subjacente. Por isso, a segurança alimentar nunca será implementada plenamente se não existir a soberania alimentar.

Após a soberania alimentar ser introduzida como bandeira de luta da *La Via Campesina* em 1996, nos anos seguintes outras organizações também passaram a utilizá-la como referência para a superação das contradições que envolvem o mercado de alimentos. São exemplos disso: i) o Fórum Mundial da Soberania Alimentar, ocorrido em Cuba, no ano de 2001; ii) o Fórum sobre Soberania Alimentar de Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, ocorrido em Roma, no ano de 2002; iii) a criação da *People's Food Sovereignty Network* (Rede dos Povos pela Soberania Alimentar), pela coalizão internacional *Our World is Not for Sale* (Nosso Mundo Não Está à Venda), em 2001 e; iv) a criação da do *The International Planning Committee for Food Sovereignty* (Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania



Alimentar - IPC), em 2003 (WITTMAN et al., 2010).

Uma leitura mais completa da proposta de soberania alimentar foi feita no ano de 2007 nas discussões do Foro Mundial pela Soberania Alimentar, realizado no vilarejo de Nyéléni, no Mali, o qual teve a participação de 500 representantes de organizações camponesas, vindos de 80 países. No documento *Declaration of Nyéléni* (Declaração de Nyéléni), a soberania alimentar é definida como

[...] um direito dos **povos** a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, não paginado, tradução nossa, grifo nosso).

Essa ampla definição esclareceu o que é, quem realiza, porquê, como, onde, quando e o que aconteça na proposta de soberania alimentar (ALONSO-FRADEJAS et al., 2015). Nesse documento constam ainda seis pilares para a construção da soberania alimentar: i) a comida deve ser destinada para as pessoas; ii) é preciso construir conhecimentos e habilidades locais; iii) o trabalho agrícola deve ser efetivado com respeito aos recursos naturais; iv) os valores dos provedores de alimentos precisam ser preservados; v) é fundamental o privilégio aos sistemas alimentares locais e; vi) os povos locais devem ter o controle sobre os seus sistemas alimentares (NYÉLENY, 2007).

De tal modo, na *Declaration of Nyéléni* ocorre uma nova narrativa escalar sobre a soberania alimentar. Enquanto na definição oriunda do II Congresso Internacional da *La Via Campesina*, entendia-se que a soberania alimentar ocorreria com o controle de uma nação sobre seu processo de alimentação, a partir de então, ela passou a se referenciar em cada povo. Evidentemente, isso redundou na ampliação das articulações escalares visando modificar os efeitos do regime alimentar corporativista nos sistemas alimentares. Isso quer dizer que passam a ser considerados como responsáveis pela construção da soberania alimentar outros territórios, além do espaço de governança, ou seja, passa a ser considerada a diversidade territorial (FERNANDES, 2008a). Mediante isso, “a

noção deixou de estar referida apenas aos Estados nacionais e construiu-se uma ideia de soberania societária, comunitária ou, como dizem alguns dirigentes, cidadã” (VIEIRA, 2008).

A discussão passou a ser centralizada nos mercados locais, na autonomia de agricultores familiares/camponeses e indígenas sobre seus territórios e na não dependência do agronegócio para o abastecimento de alimentos. Entende-se que cada povo tem o direito de escolher o que irá comer, valorizando a cultura de cada lugar e criando uma alternativa à padronização da dieta alimentar que tem sido efetivada em escala mundial, através da introdução massiva dos alimentos processados pelas grandes corporações. Como se referem Stédile e Carvalho (2011, não paginado, grifos dos autores):

**[...] soberania alimentar significa que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos.** Por mais dificuldades naturais que houver, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Já existe conhecimento científico acumulado, para enfrentar as dificuldades naturais e garantir a produção de bens suficientes para sua reprodução social.

Nesse sentido, a soberania alimentar está centrada na autonomia dos povos sobre os fluxos alimentares a eles relacionados (VALÉRIO, 2015). Apesar de muitas partes do globo ainda apresentarem menor propensão para a produção de determinados tipos de alimentos, defende-se que os avanços tecnológicos podem ser utilizados para suprir, ou então amenizar ao máximo possível, essas dificuldades.

Assim, a soberania alimentar busca trazer respostas locais para problemas originados pelo controle que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar mundial. Ou seja, ela traz o entendimento de que existe um tensionamento nas relações global x local, de tal modo que a expansão do capitalismo neoliberal não ocorre sem a manifestação de resistências.

[...] a soberania alimentar não rejeita o “global” em detrimento do “local”, ao invés disso, ela redefine o global em termos adequados às condições democráticas de produção e distribuição de alimentos. Essa coalização camponesa [Via Campesina] enfatiza

duas premissas centrais: primeiro, que as tensões internacionais envolvendo as políticas de alimentos, ultimamente derivam do conflito entre os modos de produção e o desenvolvimento rural e; segundo, que a luta é global, porém, descentralizada em conteúdo e liderança (McMICHAEL, 2014, p.352, tradução nossa).

Portanto, na proposta de soberania alimentar a resistência aos efeitos perversos do neoliberalismo sobre o sistema alimentar ocorre, principalmente, na escala local<sup>30</sup>. Apesar disso, não pode-se deixar de frisar mais uma vez que, para que isso ocorra é fundamental um processo de articulação com outros níveis escalares como o Estado-Nação, a região e globo. Isso se dá por meio da própria *La Via Campesina*, governos e movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Dados esses fatos, vale a pena discutir a relação entre a construção da proposta alternativa de soberania alimentar com as conflitualidades que caracterizam a formação das escalas geográficas. Isso porque, as escalas geográficas são construções intencionais realizadas pelos sujeitos de todas as classes sociais que buscam acessar e usar o espaço como forma de defender seus interesses políticos, simbólicos e principalmente, econômicos (SMITH, 2000). Ou seja, “as escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a definição das escalas prioritárias onde os embates se darão” (VAINER, 2001, p. 146). Visto desse modo, na medida em os defensores da soberania alimentar redimensionam essa proposta alternativa, focalizando não mais as nações e sim, os povos, fica evidente o entendimento de que, cada vez mais, o local adquire importância na luta política (MASSEY, 2000). Isso não quer dizer que outras escalas deixem de ser consideradas, porque, como já referenciado anteriormente, na atualidade, fica cada vez mais evidente que o poder é disputado pelas articulações escalares, contudo, o que se defende é que a soberania alimentar ocorre na escala de cada comunidade como um processo de resistência aos efeitos da globalização neoliberal sobre o mercado de alimentos.

---

<sup>30</sup> É preciso lembrar que os grupos e movimentos que incorporam a soberania alimentar como bandeira de luta ainda não possuem um consenso sobre a qual escala se refere o local (BERNSTEIN, 2013) e sobre o papel do mercado internacional para sua efetivação (BURNETT; MURPHY, 2014).

Isso acontece porque, faz parte do processo de resistência das classes subalternas o ato de “dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e reprodução da vida cotidiana” (SMITH, 200, p.137). Ou seja, por não ser um simples recurso matemático, a escala geográfica se manifesta como o espaço no qual as relações de poder são expressas (CASTRO, 1995; RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983), de tal maneira que é ela “que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (SMITH, 2000, p.143).

De acordo com suas concepções de mundo e sua capacidade de intervenção na realidade, os sujeitos, instituições e classes sociais delimitam suas escalas de atuação e buscam através das relações de poder se apropriar do espaço. Para isso, a articulação com outras escalas se faz de grande relevância.

Vista desse modo, a proposta alternativa de soberania alimentar repercute diretamente na construção dos circuitos espaciais percorridos pelos alimentos. Conforme exposto por Valério (2015, p.70, grifos do autor):

O encontro entre produtores e consumidores consolida o território da soberania alimentar em uma determinada parcela do espaço, um território-rede estruturado na articulação entre sujeitos que, mais que relações de interesse meramente comercial, constroem a escala da própria soberania em relação ao controle dos fluxos alimentares. Para o camponês, soberania em relação à apropriação da maior parcela da renda gerada pelo seu trabalho; para o consumidor, soberania quanto à escolha daqueles alimentos que, mais que matar a fome, reforçam a expressão de um “mundo rural” cada vez mais necessário à construção de um sistema alimentar saudável, acessível e emancipado do jugo dos atravessadores do capital comercial.

Nesses termos, fica evidente que a soberania alimentar é antes de mais nada, uma construção escalar, ou então, um fato geográfico. Através dela, tanto os pequenos produtores como os consumidores visam romper com a hegemonia que as grandes corporações têm exercido sobre os fluxos de alimentos.

Além disso, faz-se mister frisar que, a soberania alimentar está centrada na defesa dos direitos coletivos das minorias, especialmente as que vivem nos campos e nas florestas. Nessa perspectiva, a soberania alimentar tem sido defendida como algo que transcende os aspectos conceituais, tornando-se um princípio e uma ética de vida (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

A soberania alimentar surge ainda, como uma possibilidade para que ocorra a reaproximação entre a sociedade e a natureza.

O resultado do modelo dominante, baseado na eficiência da agricultura, agora está sendo desafiado por um modelo de soberania alimentar fundado em práticas populares de cidadania agrária e na produção local de alimentos ecologicamente sustentável, que reconecta a agricultura, a sociedade e o meio-ambiente através de obrigações mútuas (WITTMAN, 2010, p. 91, tradução nossa).

Isso é importante porque tem-se evidenciado que cada vez mais o modo de produção capitalista tem se demonstrado insustentável, sendo exemplos disso o aquecimento global, a contaminação dos solos e das águas e a perda da biodiversidade (SAGE, 2012). A soberania alimentar cria nas comunidades um novo paradigma na relação com o meio-ambiente, fortalecendo a cidadania agrária.

O conceito de cidadania agrária sobe um degrau a mais, reconhecendo como os direitos políticos e materiais e as práticas dos moradores rurais são integradas ao metabolismo sócio ecológico entre sociedade e natureza. A cidadania agrária também reconhece as regras tanto da natureza quanto da sociedade em uma contínua evolução política, econômica e cultural da sociedade agrária (WITTMAN, 2010, p. 95, tradução nossa).

Através da cidadania agrária, além de lucro e da alta produtividade, são levados em consideração outros fatores como a sustentabilidade e a valorização da produção local. Isso indica que “a soberania alimentar abrange uma variedade de objetivos afins e áreas de ação que envolvem a unificação dos princípios sociais, ambientais e agrícolas” (WITTMAN, 2010, p.96, tradução nossa).

Desse modo, por ir além da proposição de mudanças na forma de produzir alimentos, a soberania alimentar também traz como preocupação outros aspectos da organização do espaço rural como o meio ambiente e a vida comunitária. Assim, nessa proposta alternativa, a agricultura é vista em sua multifuncionalidade (Van der PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

Um exemplo prático disso é a proposta de alimergia, que tem sido trabalhada pelo MPA, o qual, como mostrado anteriormente, é um dos membros

brasileiros da *La Via Campesina*. A alimergia consiste num “sistema de produção que combina produção de alimentos, preservação e recuperação do meio ambiente e produção de energia” (MPA, 2012, p.18). Nesse caso, parte-se da premissa de que nas unidades de produção familiares/camponesas a produção de alimentos deve ser realizada primeiramente com base no respeito ao meio ambiente, mas também pensando em gerar energia para a própria família. Com isso, o conhecimento agroecológico seria utilizado como uma forma de se criar alternativas ao avanço dos agrocombustíveis sobre as unidades de produção familiares/camponesas no mundo todo, colocando em risco a diversidade produtiva e a própria segurança alimentar dos agricultores familiares/camponeses. Uma das principais referências para a implementação de ações desse tipo pelo MPA tem sido a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda (COOPERBIO), de Seberi, no Rio Grande do Sul. Conforme mostrado no livro organizado por Silva (2016), através de uma parceria com a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRÁS), a COOPERBIO tem sido a responsável por centenas de agroflorestas onde essa proposta tem sido implementada.

Sob esses termos, evidencia-se que a soberania alimentar não está focada apenas no resultado da produção, mas também no modo como ela se dá. São valorizados os aspectos ambientais e sociais que estão atrelados à produção de alimentos e energia, indo além das abordagens capitalistas, onde os determinantes econômicos exercem centralidade.

Reconhecendo essa leitura de mundo que embasa a soberania alimentar, no próximo tópico é feita uma análise sobre como o Estado pode contribuir para a implementação dessa proposta alternativa, dentre outros, através das compras públicas de alimentos.

### **2.3 - A importância das compras públicas de alimentos para a soberania alimentar: a disputa pela escala do Estado-Nação**

Como expressado no capítulo precedente, a soberania alimentar ocorre na escala local, contudo é fruto de uma articulação com outras escalas de poder.

Para isso, faz-se fundamental levar em consideração a importância da disputa pelo Estado por parte dos defensores da soberania alimentar.

O tema da globalização neoliberal tem sido um dos mais debatidos no âmbito das Ciências Humanas nos últimos anos. Todavia, boa parte das análises que visam dar conta dessa nova etapa do capitalismo, sejam elas críticas ou alinhadas ao *establishment*, caem no grande erro de negar a figura do Estado, como se ele fosse um entrave para a aplicação de um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração a importância das populações subalternas.

Todavia, nesse trabalho é defendida a ideia de que para a ocorrência da proposta alternativa de soberania alimentar faz-se de grande importância a atuação do Estado como indutor do desenvolvimento. Com isso, não se deixa de reconhecer que no capitalismo o Estado responde com maior ênfase aos interesses das classes hegemônicas. Contudo, ele é contraditório, pois é formado no âmbito da luta de classes e devido a isso, também responde a alguns dos interesses das classes subalternas. Ou seja, disputar a escala do Estado-Nação é fundamental para a ocorrência de mudanças significativas nos sistemas alimentares.

Sobre tal fato, vale a pena retomar a contribuição de Chang (2004), o qual destaca que os países hoje considerados ricos, quando viveram a fase de *cath up* (alavancamento), tiveram uma significativa atuação do Estado na construção de suas bases industrial, comercial e tecnológica. Com isso, o autor faz uma leitura diferente da que hoje tem sido hegemônica e que, sendo apropriada por países tidos como desenvolvidos e por instituições vinculadas ao processo de mundialização do capital, cobra dos países considerados pobres uma maior liberdade ao mercado e uma menor influência do Estado na condução do processo de crescimento econômico e de melhorias sociais. Partindo dessas considerações, o autor busca responder ao seguinte questionamento: “Como os países ricos enriqueceram de fato?” (CHANG, 2004, p.13). Para ele, a resposta consiste no fato de que, “muitas instituições atualmente consideradas tão imprescindíveis ao desenvolvimento são mais a consequência do que a causa do desenvolvimento econômico das atuais nações desenvolvidas” (CHANG, 2004,

p.27). Isso se daria do seguinte modo:

Hoje, estão na ofensiva os que acreditam que todos os países devem adotar um conjunto de “instituições boas” (coisa que, infelizmente, quase sempre significa copiar as norte-americanas), outorgando-se aos países pobres um prazo mínimo de transição (cinco-dez anos): os melhores exemplos são os acordos na OMC. Para apoiar esse tipo de argumentação, vem se avolumando rapidamente uma literatura – produzida principalmente pelo Banco Mundial e seus associados – apoiada em estabelecer uma correlação estatística, com a suposta causalidade que vai do anterior ao posterior.

[...] Em todo caso, esse pacote de “instituições boas”, geralmente inclui a democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas (CHANG, 2004, p.24).

Ocorre que, nos países que hoje são tidos como desenvolvidos, o Estado contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento dessas “instituições boas” no período de *cath up*. Isso indica que eles seguiram o caminho inverso do que hoje tem sido indicado aos países tidos como subdesenvolvidos. Por isso, o autor dá ao seu trabalho o título de “Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”. Em outros termos, entende-se que os países tidos como desenvolvidos estariam orientando os países considerado como em desenvolvimento a chutarem a escada pela qual eles haviam subido ao atual estágio no qual se encontram.

Trazer essa contribuição para o debate é importante para que fique claro a importância do Estado como indutor do desenvolvimento. Além do mais, devido ao fato de que nessa pesquisa são estudadas duas estratégias de compras públicas de alimentos, vale a pena discutir como essa proposta de intervenção do Estado no mercado de alimentos se enquadra na construção da soberania alimentar.

Uma das principais diferenças entre a segurança alimentar e a soberania alimentar é que enquanto a primeira visa solucionar problemas do sistema alimentar dentro do capitalismo, assumindo apenas uma via reformista, a segunda vai além dessa perspectiva, dado seu potencial revolucionário. Ou seja, enquanto a segurança alimentar não traz uma preocupação sobre a condução do sistema de alimentos pelo mercado capitalista, a soberania alimentar destaca que é



urgente a criação de políticas por parte dos governos que visem alterar a correlação de forças que garante a hegemonia do agronegócio e a marginalização de agricultores familiares/camponeses e indígenas. Para a ocorrência da soberania alimentar é fundamental que o acesso aos alimentos não seja determinado somente com base nos interesses do mercado capitalista, como se eles fossem “simples mercadorias” que podem ser negociadas tendo o lucro ampliado como referência. Isso torna a questão da participação do Estado através das compras públicas de alimentos um importante instrumento para a construção e o fortalecimento dessa proposta alternativa. Isso porque, elas abrem a possibilidade de se fortalecer outras formas de produção além do agronegócio.

As compras públicas podem contribuir para a correção de algumas das desigualdades econômicas e sociais geradas pela economia de mercado, beneficiando grupos de produtores que não possuem condições de competir em igualdade com as grandes empresas capitalistas. Além de uma ação de compensação social, elas também podem se caracterizadas como uma proposta de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo (McMURTRY, 2014). Pelas compras públicas, ocorre uma participação mais efetiva do Estado na regulação dos mercados. Elas podem contribuir com a correção de algumas das desigualdades sociais e econômicas geradas pela economia neoliberal, criando-se uma nova oportunidade de mercado para grupos de produtores marginalizados.

Vários exemplos de ações desse tipo podem ser pontuados desde que o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico hegemônico em escala global. O relatório de De Schutter (2014), por exemplo, lembra que tais ações foram direcionadas para criação de empregos para imigrantes e grupos raciais nos Estados Unidos e na África do Sul, para promoção da igualdade de gênero em diversos países europeus e para o empoderamento de povos indígenas canadenses.

Para efeito desse trabalho, merecem destaque as compras institucionais de alimentos, as quais, na atualidade, têm se constituído como uma das referências da ação do Estado em favor de grupos de produtores marginalizados. Dentre as instituições públicas que têm realizado esse tipo de trabalho constam:

universidades (FRIEDMANN, 2007), escolas (IZUMI; ALAIMO; HAMM, 2010; IZUMI; WRIGHT; HAMM, 2010a; THOMPSON et al., 2014), hospitais (EDWARDS-JONES et al., 2008), presídios (ALLEN; GUTHMAN, 2006) e outros.

Assim, ao mesmo tempo em que a ideologia neoliberal reforça a necessidade de diminuir a participação do Estado na condução da economia, iniciativas gestadas pelo próprio Estado ou pela sociedade civil têm fomentado a compra pública de alimentos como um das ações que caminha em sentido contrário a essa proposição. Essas duas propostas denotam diferentes leituras sobre como deve ser delineada a relação entre o mercado, os grupos de produtores, as empresas e o próprio Estado.

Nesse debate, um importante reconhecimento da importância das compras públicas de alimentos é o documento *The power of procurement: public purchasing in the service of realizing the right to food* (O poder das aquisições: as compras públicas em serviço da efetivação do direito ao alimento), elaborado pelo relator da ONU para o direito à alimentação, Olivier De Schutter (2014). Nele, o autor lembra que 12% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países membros da Organização Econômica para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) é gasto com compras públicas. Tal fato indica que a compra governamental de alimentos pode se converter num importante estímulo para os agricultores de base familiar, combatendo à pobreza e buscando garantir o direito ao alimento a pessoas que vivem no campo e na cidade.

Nessas condições, para o relator da ONU, uma efetiva contribuição das compras públicas para a garantia ao direito ao alimento pode ocorrer se forem observados os seguintes princípios: i) a principal fonte de abastecimento devem ser os pequenos produtores de alimentos; ii) deve haver garantia de preços mínimos na cadeia de alimentos como forma de garantir uma renda suficiente para os pequenos agricultores; iii) nos programas de compras governamentais deve haver a adoção de um conjunto específico de requerimentos para atender as necessidades nutricionais; iv) é importante privilegiar as fontes locais, quando possível, além de cobrar dos fornecedores que utilizem métodos sustentáveis de produção e; v) deve-se aumentar a participação social e a responsabilidade no sistema alimentar (De SCHUTTER, 2014).

Nessa seara, as compras públicas de alimentos podem ser lidas como um dos principais elementos por meios dos quais pode se dar a participação do Estado na construção da soberania alimentar, reforçando seu papel como indutor do desenvolvimento. Sobre isso, vale lembrar que na proposta de soberania alimentar entende-se que o Estado tem que ser disputado pelas forças contra hegemônicas e não negado por elas. Tal leitura vai no sentido contrário aos que defendem que o Estado deve ter suas funções diminuídas ao máximo possível, seguindo uma via neoliberal e também aos dos que defendem a leitura do Estado apenas como um aparelho de reprodução do capitalismo, como salientam correntes ortodoxas do marxismo.

Na proposta alternativa de soberania alimentar entende-se que, “apesar das origens, da evolução e das fortes realidades do Estado Capitalista Moderno, o Estado não precisa ser tratado como uma ferramenta exclusiva do capital” (AKRAM-LODHI, 2015, p. 573, tradução nossa).

Para que a proposta de soberania alimentar avance para além de intervenções pontuais em algumas comunidades, a disputa do Estado pelas forças subalternas se faz de extrema importância. Isso deve se dar através de um processo que leve em consideração a ocorrência de mudanças no sistema alimentar do campo e da cidade.

Um elemento-chave para o engajamento dos movimentos por uma soberania alimentar transformadora deveria ser uma campanha por dentro e por fora do Estado para aumentar o saldo social em termos de bem-estar, renda, saúde, educação o acesso a oportunidades no campo, como parte de um conjunto de políticas de eliminação da pobreza. Nas áreas urbanas pobres o objetivo é facilitar a capacidade dos consumidores para comprarem mais comida (AKRAM-LODHI, 2015, p. 574, tradução nossa).

De tal modo, a disputa pelo Estado deve se dar por fora e por dentro dele. Ou seja, ao mesmo tempo em que são importantes ações que visam pautar sua atuação, como a ocorrência de manifestações no campo e na cidade, também é relevante o envolvimento com seu corpo administrativo.

Em suma, na proposta de soberania alimentar o Estado é tido como um elemento central, pois ele é visto como uma construção histórica que remete à correlação de forças entre as classes sociais. A disputa pelo Estado faz parte da

construção de uma proposta alternativa em que as relações sociais camponesas não seriam negligenciadas, como ocorre na perspectiva em que somente o agronegócio é vislumbrado como possibilidade de desenvolvimento para o campo. A compra governamental de alimentos é vista como uma possibilidade de corrigir, através da ação do Estado, alguns dos desníveis socioeconômicos causados pelo capitalismo. Ou seja, a soberania alimentar é embasada por uma leitura de que o Estado deve ser o indutor do desenvolvimento e não apenas acompanhar o mesmo.

#### **2.4 - A sociedade civil e a “segunda geração” da soberania alimentar**

Na proposta alternativa de soberania alimentar o consumo de alimentos deve ser analisado sob duas perspectivas: i) a capacidade das pessoas adquirirem alimentos em quantidade e qualidade suficiente para suprir suas necessidades energéticas, dependendo cada vez menos de auxílios do Governo ou de entidades de caridade e; ii) a discussão sobre quem deve alimentar a população, o modelo de produção capitalista – captaneado pelas grandes corporações – ou os pequenos agricultores. Para a ocorrência da segurança alimentar somente o primeiro item já é suficiente, pois não existe o objetivo de alterar a correlação de forças no acesso aos mercados de alimentos. Contudo, a soberania alimentar vai além dessa premissa, pois destaca também o modo como deve se dar o acesso ao alimento.

Além do mais, ao analisar os mecanismos de implementação da proposta alternativa de soberania alimentar deve ser levado em consideração que tão importante como facilitar o acesso dos consumidores ao alimento também é a garantia de preços “justos” para os pequenos produtores, possibilitando-os obter um rendimento satisfatório através das práticas agrícolas e assim, ter condições de permanecer no campo. Nesse trabalho entende-se que no sistema capitalista atingir a essa equação é praticamente impossível devido ao fato já abordado de que nesse modo de produção o alimento é tratado como mercadoria, a qual é negociada através de um mercado que tem como uma de suas principais características a competição. Assim, são consequências inevitáveis do

capitalismo problemas como as dificuldades de comprar alimentos por parte de famílias pobres e de acessar os mercados por parte de pequenos produtores. Contudo, vale lembrar que mesmo assim, a soberania alimentar avança através de iniciativas pontuais no contexto do regime alimentar corporativista.

No Brasil, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE (2011), mostrou que, em média 19,8% do orçamento familiar é destinado ao consumo de alimentos. Esse é um dos motivos para que 75,2% das famílias considerem que possuem dificuldades para suprir todas as suas necessidades com o dinheiro de que dispõem mensalmente<sup>31</sup>. Levar esse fato em consideração é importante para a discussão sobre a soberania alimentar, porque fica evidente que as famílias brasileiras possuem pouco poder de escolha quando o assunto é sua alimentação. Assim, acreditar que nesse país a capacidade de compra da população pode ser um dos mecanismos por meio do qual se dá a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar pode soar um tanto quanto exagerado.

No Canadá, por outro lado, com base em dados de 2014, estima-se que apenas 10,04% do orçamento familiar é destinado ao consumo de alimentos, ficando atrás dos gastos com moradia e transportes (STATISTICS CANADA, 2016). Assim, se comparado ao Brasil, as famílias canadenses possuem maior poder de decisão sobre sua alimentação. Elas são detentoras de uma maior capacidade de escolher se irão se alimentar com bens processados ou *in natura*, com comida vinda de fora de sua região ou com comida local, etc.

Como nesse trabalho existe a intenção de analisar comparativamente a soberania alimentar no Brasil e no Canadá, salientar essas diferenças é de grande relevância. O motivo disso é que elas ajudam a explicar em parte, porque no Brasil a principal referência para a implementação da soberania alimentar tem sido o Estado através de políticas públicas, ao passo que no Canadá, a exemplo de outros países considerados ricos, se destacam as relações de consumo.

Assim, faz-se importante destacar que, tem sido cada vez mais comum em países considerados ricos o surgimento de grupos de consumidores que adotam

---

<sup>31</sup> Dentre esses, 17,9% consideram ter “muita dificuldade” para suprir suas necessidades através do seu orçamento mensal, 21,4% “dificuldade” e 35,9% “alguma dificuldade”.

uma postura crítica quando ao tipo de alimento que eles adquirem (WILKINS, 2005). Isso pode ser percebido em conselhos de políticas alimentares, mercados de produtos locais, hortas e pomares urbanos, campanhas pela não utilização de agrotóxicos na produção agrícola e outros (De SCHUTTER, 2015b).

Alguns autores até pontuam que iniciativas desse tipo podem ser formatadas por um viés conservador/neoliberal, devido a fatores como: precarização das relações de trabalho, fundos vindos de instituições privadas, transferência de responsabilidades do Estado para governos locais e incentivo ao consumismo (ALKON; MARES, 2012; ALLEN; GUTHMAN, 2006). Contudo, mesmo reconhecendo que, de fato, algumas dessas limitações se manifestam em parte dessas iniciativas, no presente trabalho, essas propostas são lidas como referências na leitura da atualidade da soberania alimentar, pois visam construir alternativas locais aos efeitos da globalização neoliberal sobre o sistema alimentar (De SCHUTTER, 2015b; McMICHAEL, 2014; SONNINO, 2010).

Além do mais, também é importante ressaltar que a soberania alimentar não pode ser lida somente como uma necessidade exclusiva dos países tidos como pobres, pois ela é localmente adaptável (SCHIAVONI, 2009). Isso se explica porque os efeitos da desigualdade gerada pelo capitalismo também são presenciados por parte da população dos países considerados ricos. Nesse sentido, a proposta da soberania alimentar pode ser empregada em diversos contextos em que a hegemonia das grandes corporações sobre o mercado de alimentos é questionada.

A soberania alimentar, como um contra movimento do regime alimentar, agrega uma série de lutas e por isso, ela é, evidentemente elástica, seja como discurso ou como prática. Devido ao fato de que o próprio regime alimentar é uma evolução e uma reestruturação, a soberania alimentar incorpora o movimento (McMICHAEL, 2014, p. 193, tradução nossa).

Desse modo, a soberania alimentar acopla tanto as lutas de agricultores familiares/camponeses dos países considerados pobres por reforma agrária e melhores oportunidades de comercialização dos seus produtos como também ações de grupos de consumidores em países considerados ricos pela possibilidade de adquirir alimentos saudáveis e de origem local. Isso reforça que

para que ela cumpra com o objetivo de modificar estruturalmente os sistemas alimentares, é necessária a ocorrência de uma ampla articulação entre escalas geográficas.

Como uma proposta contra-hegemônicas, a soberania alimentar teve uma primeira fase em que eram valorizados mais os aspectos relativos à luta dos trabalhadores do campo em oposição ao avanço do neoliberalismo sobre o sistema alimentar mundial (De SCHUTTER, 2015a). O objetivo central era apresentar uma contraproposta ao regime de livre mercado que vinha se perpetuando no campo através dos diversos acordos firmados no âmbito da OMC. Contudo, nos últimos anos tem se consolidado sua “segunda geração”, que se caracteriza por valorizar aspectos como a união entre políticas nacionais de segurança alimentar com a discussão sobre os direitos humanos (McMICHAEL, 2014).

Conforme De Schutter (2015b), essa “segunda geração” da soberania alimentar possui como características: i) A construção de pontes entre os consumidores urbanos e os produtores de alimentos que vivem próximos a eles através de diversas estratégias de reconstrução dos sistemas alimentares locais; ii) o incentivo para que a população torne-se mais ativa na discussão sobre o sistema alimentar; iii) a construção de um maior vínculo social em detrimento da penetração das relações de mercado nas esferas da vida comunitária; iv) a primazia da resiliência sobre a eficiência e; v) a proposição da Agroecologia como uma “visão de mundo” alternativa para o campo.

Nessa seara, a sociedade civil desempenha um importante papel para a consolidação da “segunda geração” da soberania alimentar. Através dela têm sido criados canais alternativos de comercialização dos produtos da agricultura familiar/camponesa, fato que contribui com a economia local e com a saúde pública. Nela, a soberania alimentar tem deixado de ser uma prerrogativa exclusiva do campo e também tem sido debatida como um instrumento que pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida nos espaços urbanos. A importância disso reside no fato de que mesmo que os centros urbanos ocupem apenas 2% da superfície terrestre, neles são consumidos 75% dos alimentos produzidos globalmente (STEEL, 2008).

Considerando esse fato, um importante elemento a ser colocado em discussão é a capacidade de as relações de consumo contribuírem para a construção de uma alternativa ao regime alimentar corporativista. Uma primeira justificativa para a necessidade de mudanças nas relações de consumo de alimentos que têm sido sustentadas pelo capitalismo é a ocorrência de diversos passivos ambientais a elas relacionados.

O que nós comemos e como nós comemos têm gerado mais impacto no planeta do que qualquer outra coisa. Até recentemente essa conexão despertou pouco interesse em nós, contudo, agora, termos como *food miles*, pegada do carbono e mercado limpo têm composto o discurso público (SAGE, 2012, p.1, tradução nossa).

Além disso, como foi mostrado anteriormente, uma das características do regime alimentar corporativista é a padronização da dieta alimentar global, que tem sido acompanhada de diversos problemas para a saúde pública como a obesidade e o diabetes do tipo 2. Portanto, no capitalismo o sistema alimentar tem sido direcionado para a obtenção de lucros ampliados pelas grandes corporações, o que faz com que a preocupação com o meio ambiente e com a saúde pública fique em segundo plano.

Evidentemente, não se pode levar em consideração o fato de que apenas a mudança nas relações de consumo irá democratizar o mercado de alimentos. Isso porque, não são todas as pessoas que possuem condições de escolher o tipo de alimento que irão comer, devido a fatores como baixa renda e escassa disponibilidade, porém, não se pode negar que tais manifestações indicam parte de um caminho alternativo.

Por essa razão, apesar de a *La Via Campesina* ainda pontuar a disputa pelas relações de produção como o foco central da proposta alternativa de soberania alimentar, cada vez mais as relações de consumo têm ganhado importância (McMICHAEL, 2014).

Ampliando a discussão, a possibilidade de a sociedade civil criar alternativas a problemas criados pelo capitalismo hegemônico é pontuada na leitura realizada por Nogueira (2001). O autor assegura que mesmo que a política seja negada pelas pessoas, elas sempre terão suas vidas influenciadas por ela,



pois “continuamos a precisar de política, gostando ou não gostando dela e sendo ela ou não capaz de responder às nossas expectativas” (NOGUEIRA, 2004, p.25).

Nesse sentido, o cenário de rejeição à política que caracteriza a sociedade atual não é da política em si mesma, mas de um determinado tipo de política, a que pertence ao “capitalismo histórico”, a “política poder”, que remete mais a dominação e a coação do que à construção de possibilidades de melhorias para a vida das pessoas. Ela “está institucionalizada e formata suas agendas em função de questões que nem sempre sensibilizam os cidadãos e só indiretamente atendem suas expectativas” (NOGUEIRA, 2004, p.26).

Reconhecendo as limitações da “política poder”, Nogueira (2004, p.60) diz que é preciso sair em defesa da política em seu sentido puro, a política que é construída pelos cidadãos, a qual é caracterizada como aquela que está

[...] concentrada na busca do bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade, numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens.

Esse tipo de política é centrado no protagonismo das populações. Com o avanço da crise de representação que acompanha várias sociedades no momento atual, a qual faz com que as pessoas não mais confiem nos partidos políticos, esse tipo de política tende a se concentrar cada vez mais em grupos que não compõem o aparelho político-administrativo.

Nesse processo, movimentos do campo e da cidade assumem funções que deveriam ser realizadas pelo Estado, rivalizando com os partidos políticos. Isso acontece porque “os cidadãos podem muito bem viver a política fora dos partidos, ainda que não precisem chegar ao ponto de ficar contra os partidos” (NOGUEIRA, 2004, p.61). A “política dos cidadãos”, portanto, parte da busca da população para decidir como se dará o modelo de desenvolvimento que delineará sua própria vida. Não é um tipo de política centrado somente nos que estão instituídos de autoridade político-administrativa, seja pelo Poder Legislativo, pelo Poder Executivo ou por algumas das suas funções correlatas. Na “política dos cidadãos” a sociedade organizada deixa de ser apenas receptora das políticas públicas e

passa ser também propositiva.

Nessas condições, alguns setores da sociedade civil têm sido importantes elementos contestadores dos efeitos perversos do controle exercido pelas grandes corporações sobre o sistema alimentar mundial. Eles agem através de críticas e proposições. Além de destacar que o acesso ao mercado de alimentos não se dá de maneira igual para todas as pessoas, eles também criam canais alternativos para a comercialização dos produtos da agricultura familiar/camponeses e para a aquisição de produtos frescos, diversificados e saudáveis pela população das cidades.

Para a discussão sobre a atualidade da soberania alimentar isso é importante, pois tem sido cada vez mais comum a busca por alternativas ao regime alimentar global por parte de setores da sociedade civil em países considerados ricos. Nesses casos, evidencia-se que a modelagem do sistema alimentar pelas grandes corporações tem sido o responsável por problemas que afetam a saúde pública e o meio-ambiente e por isso se faz necessário o estabelecimento de novas relações de produção e consumo.

## **2.5 - Os limites que o capitalismo apresenta à soberania alimentar**

Desde sua proposição pela *La Via Campesina*, em 1996, a soberania alimentar vem sofrendo críticas daqueles que desconsideram sua capacidade de se qualificar como uma alternativa plausível ao controle que grandes empresas capitalistas exercem sobre o mercado de alimentos atualmente. Algumas dessas críticas a negam por completo, outras, apesar de serem simpáticas a algumas das suas proposições, não conseguem vê-la como dotada de aplicabilidade. Salvas as diferenças, todas essas, direta ou indiretamente, não conseguem vislumbrar um modelo de abastecimento alimentar que vá além do capitalismo.

Agarwal (2014), por exemplo, destaca que a soberania alimentar pode ser vista como um impedimento para a liberdade de escolha individual em contextos nos quais os agricultores familiares/camponeses não poderiam escolher o que plantar, porque deveriam obedecer às necessidades alimentares da comunidade em que vivem. Isso seria o motivo para contestações por parte deles, criando uma

tendência para que advogassem uma maior liberdade de direcionar suas unidades produtivas do modo que melhor lhes aprouvesse. De tal modo, a autora não leva em consideração o fato de que para a superação dos principais problemas dos sistemas alimentares, se faz necessário que os direitos coletivos se sobreponham aos direitos individuais e que assim, o alimento não seja tratado apenas como uma mercadoria, mas que seja levada em consideração sua importância como bem social. Evidentemente, isso também deve ser acompanhado do pagamento de preços justos pelos alimentos produzidos pelos agricultores familiares/camponeses, afim de possibilitar a eles a permanência na terra. Tal fato só pode ocorrer se houver a intervenção do Estado no mercado de alimentos.

Bernstein (2013), por sua vez, possui uma visão cética sobre a capacidade de a produção agroecológica – a qual é um dos principais componentes da proposta alternativa de soberania alimentar – abastecer a crescente população mundial, a qual como já mostrado anteriormente, provavelmente será superior a 50 bilhões de pessoas em 2050. Nesse caso, o autor entende que o modelo de desenvolvimento familiar/camponês, que é central na proposta alternativa de soberania alimentar, não seria capaz de gerar alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades da população, principalmente porque ele não faria uso de toda a tecnologia que embasa a agricultura capitalista. Assim, ele não leva em consideração o fato de que, atualmente esses pequenos produtores são os responsáveis pela maior parte dos alimentos *in natura* que chegam à mesa da população mundial (GRAEUB et al., 2015). Ou seja, mesmo que nem sempre produzindo por meio de princípios agroecológicos, os agricultores familiares/camponeses já são altamente produtivos e além disso, utilizam métodos de produção menos ofensivos ao meio-ambiente e à saúde humana. Assim, a adoção de políticas públicas que os colocassem como elementos centrais do desenvolvimento rural, poderia fazer com que a colaboração deles para a oferta de alimentos frescos e saudáveis para a população pudesse ser ainda mais evidente.

Já Burnett e Murphy (2014) alegam que a soberania alimentar não traz uma resposta clara sobre como seriam criadas alternativas ao comércio

internacional de alimentos. Para as autoras, o comércio internacional é de grande utilidade para que sejam preenchidas algumas lacunas do sistema alimentar global como a oferta de determinados tipos de alimentos para a população de países que não possuem condições naturais de produzi-los. Além do mais, milhares de agricultores familiares/camponeses dependem do comércio internacional para proverem seu sustento, não sendo interessante para eles focar apenas nos mercados locais. Entende-se que o acesso dos pequenos produtores ao mercado internacional é fundamental para a segurança alimentar das pessoas de baixa renda e também para que a população tenha acesso a alimentos com diferentes sabores, enriquecendo sua dieta.

Desse modo, as principais críticas que têm sido feitas à proposta alternativa de soberania alimentar colocam em xeque alguns dos seus aspectos estruturais e também práticos. Elas possuem em comum o fato de não acreditarem na capacidade dos agricultores familiares/camponeses proverem a alimentação da população. Assim, seria imprescindível a atuação das grandes corporações e do mercado internacional, como forma de trazer aos grupos de consumidores os alimentos por eles demandados, seguindo a dinâmica da economia de mercado.

Sendo assim, faz-se importante esclarecer que essas leituras críticas sobre a soberania alimentar falham ao não reconhecerem que a própria economia de mercado tem se demonstrado limitada a tal ponto de não avançar na velocidade necessária para a superação de problemas como o paradoxo entre a fome e a obesidade. Inversamente, o que a soberania alimentar advoga é a necessidade de se tratar o alimento como um bem social, de tal modo que o processo de alimentação seja controlado pelas comunidades, tornando-as cada vez menos dependentes dos ditames da economia de livre mercado. Em suma, a soberania alimentar visa ir além do modelo capitalista de gerenciamento do sistema alimentar global. Dentre seus principais protagonistas não existe um consenso sobre o que viria a modificar ou substituir o capitalismo e como isso se daria, contudo, todos eles entendem que esse modo de produção tem sido incapaz de permitir com que toda a população tenha acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades.

Nesse interím, um primeiro passo para a implementação da soberania alimentar seria a modificação das regras que legitimam a comercialização de alimentos em escala global no presente contexto de globalização neoliberal. Tal fato não redundaria na completa extinção do comércio internacional de alimentos como análises extremadas podem fazer parecer. Contudo, seriam criados mecanismos que regulariam os fluxos alimentares em escala internacional, de modo que esse não impedisse que a produção sob bases agroecológicas fornecesse alimentos para a maior parte da população. Assim, a Agroecologia não teria por objetivo atingir apenas um nicho de mercado, mas a maior parte dos consumidores. Nessa situação, o mercado internacional de alimentos teria duas finalidades principais: i) criar a possibilidade de que nos casos em que uma região fosse autosuficiente em alimentos, seus produtores pudessem comercializar parte de sua produção e; ii) oferecer os alimentos necessários para as pessoas que vivem em regiões dotadas de obstáculos para uma satisfatória produção agrícola.

A incorporação da agricultura como um dos temas tratados pela Rodada Doha – ciclo de negociações da OMC – tem sido extremamente prejudicial aos pequenos produtores, especialmente os que vivem nos países tidos como pobres (PANAGARIYA, 2005). Ao criar mecanismos que garantem o livre-mercado no comércio internacional de alimentos, isso tem feito com que os governos nacionais deixem de proteger os agricultores familiares/camponeses através da aplicação de subsídios agrícolas, sejam eles diretos ou indiretos. Ao mesmo tempo, as grandes corporações avançam consideravelmente, dominando as diversas etapas dos sistemas alimentares e auferindo lucros cada vez mais significativos.

Assim, num contexto de soberania alimentar o comércio internacional de alimentos não seria abolido. Todavia, ele deveria ser reformulado, não obedecendo somente aos ditames dos grandes investidores do setor privado como acontece no presente contexto de globalização neoliberal. Como mostrado por Akram-Lodhi (2015, p.575, tradução nossa):

A principal exigência dos movimentos transformadores de soberania alimentar deve portanto, ir além de limitar o papel das multinacionais, buscando restringir a "liberdade" dos mercados globais, de modo a domar os imperativos do mercado global. Isto

exige não somente a supressão da intervenção nos mercados globais como novas formas de intervenção que são mais abrangentes - mais amplas e profundas. O propósito de intervenção mais profunda nos mercados globais deve ser o de reorientar a finalidade do comércio, longe do objetivo neoliberal de maior rentabilidade para um objetivo mais humano com foco em melhorias no bem-estar. Em outras palavras, a re-regulação dos mercados globais deve ser feita a fim de transformar os alimentos no que os economistas chamam de "bem público": algo que está disponível a todos e do qual ninguém pode ser excluído.

Portanto, para que os pressupostos da proposta alternativa de soberania alimentar sejam postos em prática se faz necessário que o alimento seja tratado como essencial para a vida humana e por isso, o acesso a ele deve se dar por meio de mecanismos de proteção social, corrigindo limitações estruturais que atualmente impedem milhões de pessoas de acessarem esse recurso básico.

Isso reforça a importância das políticas públicas de compras de alimentos como é o caso do PAA e a da rede F2CC, pois elas se constituem como intervenções do Estado nos mercados de alimentos, criando melhores condições tanto para os agricultores familiares/camponeses como para os consumidores em condição de vulnerabilidade social.

## **2.6 - Refletindo sobre as disputas escalares entre o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar**

Pelo que foi apresentado até aqui, fica evidente o caráter alternativo da proposta de soberania alimentar. Ela parte do entendimento de que os povos e comunidades têm perdido o controle sobre os seus sistemas alimentares em razão do crescente empoderamento das grandes corporações, e que devido a isso, torna-se fundamental o estabelecimento de estratégias que visem reaproximar produtores e consumidores de alimentos. Ou seja, a soberania alimentar visa re-espacializar o alimento, através de um processo de disputa por escalas do poder. Todavia, isso deve ser dar sob a ótica de uma nova relação de exploração dos mercados, onde o alimento é tido como um bem social e não como mercadoria, favorecendo, principalmente, os pequenos produtores e os consumidores de baixa renda. Além do mais, a produção de alimentos deve se dar sob bases mais sustentáveis do que as que têm caracterizado o regime

alimentar corporativista, preferencialmente utilizando a Agroecologia como referência.

Sob tais circunstâncias, no Quadro 06 consta uma síntese das diferenças entre o regime alimentar corporativista e a proposta alternativa de soberania alimentar. Nele é destacado que ambos se estruturam sob diferentes perspectivas de produção, comercialização, transformação e consumo dos alimentos. Evidencia-se que o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar visam construir diferentes sistemas alimentares. Enquanto o regime alimentar corporativista está embasado no projeto de globalização (McMICHAEL, 2000), favorecendo os grandes fluxos de exportação de alimentos, a soberania alimentar valoriza a escala local e o domínio comunitário sobre os recursos naturais. Todavia, ressalta-se mais uma vez que, para ambos atingirem esses objetivos, eles se apoiam no entendimento de que as relações do poder são formatadas na atualidade por um amplo processo de articulação entre diferentes níveis escalares.

Enquanto no regime alimentar corporativista não existe a preocupação de se discutir qual modelo de desenvolvimento para o campo deve ser o responsável por produzir alimentos para a população, pois ele defende a manutenção do *status quo*, na proposta de soberania alimentar fica evidente que isso deve se dar por meio da agricultura familiar/camponesa. A razão disso é que, devido ao fato de o modelo de desenvolvimento capitalista – representado especialmente pelo agronegócio – ser hegemônico na atualidade, já provou que ele não é capaz de solucionar problemas como o paradoxo entre a fome e a obesidade.

Assim, a soberania alimentar ocorre na medida em que a influência das grandes corporações sobre os sistemas alimentares locais é substituída por circuitos curtos de alimentação que possuem valores que vão além dos econômicos, assumindo também determinantes éticos.

**Quadro 06 - Alguns elementos do sistema alimentar nas propostas do regime alimentar corporativista e da soberania alimentar**

	<b>Regime alimentar corporativista</b>	<b>Soberania alimentar</b>
Produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hegemonia do agronegócio;</li> <li>- Alta produtividade;</li> <li>- Propriedade capitalista da terra;</li> <li>- Concentração fundiária;</li> <li>- Utilização de insumos químicos e máquinas pesadas;</li> <li>- Utilização de organismos geneticamente modificados;</li> <li>- Controle sobre a reprodução de sementes;</li> <li>- Estrangeirização de terras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propriedade familiar ou comunal da terra;</li> <li>- Utilização dos conhecimentos tradicionais de agricultores familiares/camponeses e indígenas;</li> <li>- Agroecologia;</li> <li>- As sementes são tidas como “patrimônios da humanidade”;</li> <li>- Visa-se a reconciliação entre a sociedade e a natureza;</li> <li>- Defende a reforma agrária como uma medida urgente;</li> <li>- Reconhecimento da importância dos pequenos produtores para o abastecimento de alimentos e para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis;</li> <li>- Diversificação produtiva.</li> </ul>
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes corporações do setor varejista;</li> <li>- Distanciamento entre os produtores e os consumidores;</li> <li>- Existência de atravessadores;</li> <li>- O alimento viaja extensos percursos até chegar à mesa do consumidor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercados de produção local/feiras-livres;</li> <li>- Hortas e pomares urbanos;</li> <li>- Maior proximidade entre os produtores e os consumidores;</li> <li>- Compras governamentais.</li> </ul>
Transformação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorece a separação entre o espaço de produção e o de beneficiamento do alimento;</li> <li>- Utiliza-se a especialização do trabalho;</li> <li>- Grande dependência dos maquinários;</li> <li>- Alta padronização do produto final.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior proximidade entre os espaços de produção e beneficiamento do alimento;</li> <li>- Incentivo a experiências cooperativistas e associativistas;</li> <li>- As máquinas apoiam o trabalho, mas também são valorizadas as práticas artesanais.</li> </ul>
Consumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior ingestão de produtos processados e de baixo valor nutricional;</li> <li>- Padronização da dieta em escala mundial;</li> <li>- O alimento é tratado como mercadoria, por isso o acesso a ele é condicionado, antes de tudo, pelo dinheiro;</li> <li>- Crescimento das redes de <i>fast food</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior ingestão de alimentos produzidos localmente, frescos, diversificados e saudáveis;</li> <li>- Valorização do valor cultural do alimento;</li> <li>- O alimento é entendido como um direito humano.</li> </ul>

Org. Estevan Coca, 2015.

De tal modo, fica evidente que o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar são diferentes propostas de direcionamento para os sistemas



alimentares em suas diversas escalas. Ambos apontam para distintas leituras sobre o significado do alimento no mundo contemporâneo. Os sistemas alimentares locais têm sido disputados por essas duas propostas. O regime alimentar corporativista é hegemônico e por isso, concentra a maior parte das terras, dos recursos, da tecnologia e até mesmo do aparelho midiático. Ele tem avançado através da padronização dos métodos de produção e também do consumo de alimentos. Por outro lado, a soberania alimentar tem avançado através de lutas efetivadas por produtores e consumidores de alimentos em países de todos continentes e por isso, está ganhando uma importante relevância em estudos acadêmicos que visam discutir seus limites e possibilidades. Essas lutas se caracterizam por irem além da crítica, sendo dotadas também de fortes elementos propositivos.

Evidentemente, tais leituras repercutem de maneira diferenciada nas possibilidades de permanência na terra por parte dos agricultores familiares/camponeses e no acesso ao alimento por parte de toda a população. O modo como tem sido delineado o regime alimentar corporativista contribui para a concentração de terras e de poder em favor das grandes empresas do agronegócio. Esse tem sido um dos principais fatores para que cada vez mais famílias camponesas migrem para os centros urbanos. Além do mais, o regime alimentar corporativista não traz uma preocupação sobre a garantia do acesso a alimentos frescos, diversificados e saudáveis por parte de todas as pessoas. Na contramão desse fato, a proposta alternativa de soberania alimentar advoga que agricultores familiares/camponeses e indígenas devem ser entendidos como componentes fundamentais para a conservação da biodiversidade e para o abastecimento de alimentos e que por isso, devem ser criadas políticas públicas que visem garantir a permanência dos que já estão na terra e o acesso a ela para os que ainda não a possuem. Esse é um passo fundamental para a população tenha acesso a uma alimentação saudável e diversificada.

Com base nessas referências, na sequência do trabalho consta a análise de duas propostas de reformulação do sistema alimentar que contribuem com a implementação da soberania alimentar: o PAA, que é uma política pública criada pelo Governo Federal brasileiro e a rede F2CC, que é efetivada por parte da

sociedade civil canadense. No PAA, elementos da proposta alternativa de soberania alimentar são salientados através da criação de uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses proponentes e do combate à fome. No F2CC, o principal aspecto é a busca pela construção de novas relações de consumo, valorizando a produção local.

Tanto o PAA como a rede F2CC são situados num ambiente de extrema conflitualidade que caracteriza a disputa pelos sistemas alimentares do Brasil e do Canadá, onde avançam simultaneamente o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar. Assim, elas são lidas não como o “fim” da soberania alimentar, mas como um dos “meios” pelos quais ela pode ser aplicada.

# **PARTE B**

**O PAA: a soberania alimentar através de uma política pública**



“Não tem nada mais feio que a fome. Eu fui conversar com o presidente George Bush. Ele só falava do Iraque e das armas de destruição em massa. E da guerra que ia começar. Antes que ele me pedisse para entrar na guerra, eu disse que a minha guerra era contra a fome”.

(Luís Inácio Lula da Silva - discurso realizado na comemoração dos 10 anos do Programa Bolsa Família, em Brasília - 2013).

**N**este trabalho, o PAA é lido como parte da construção da soberania alimentar devido ao fato de que ele gera uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses proponentes ao mesmo tempo em que contribui com o combate à fome. Entender como funciona essa política pública, considerando seus pontos positivos e suas limitações é um passo fundamental para se discutir a contribuição do Estado para a efetivação da soberania alimentar por meio do mercado institucional de alimentos.

O PAA começou a ser implantado em 2003, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Assim como alguns outros governos sul-americanos desse período, esse se caracterizou como de cunho pós-neoliberal, pois ao mesmo tempo em que não rompeu estruturalmente com o capitalismo, também deu maior vazão às políticas públicas de cunho social e à integração sul-sul (SADER, 2009, 2013). Assim, ao mesmo tempo em que o governo de Lula da Silva criou obstáculos para a implantação da soberania alimentar por meio de medidas como a valorização do agronegócio como modelo de desenvolvimento hegemônico para o campo e a efetivação de uma reforma agrária baseada mais na regularização fundiária do que na desapropriação de terras (COCA, 2011), ele também contribui para a melhoria da alimentação da população de baixa renda (MALUF, 2006).

Dentre principais medidas adotadas para superar a fome consta o PAA, que possui como uma de suas finalidades a compra de produtos de origem familiar/camponesa por parte de órgãos públicos para doação à população em condição de vulnerabilidade social. Com isso, busca-se contribuir com o combate à fome e a elevação de renda dos agricultores de base familiar (GRISA et al., 2011a). Tal política pública estabelece circuitos-curtos de produção, comercialização e consumo dos alimentos, através da mediação do Estado. Em outros termos, pelo PAA o Estado modifica a relação espaço-tempo no abastecimento alimentar da população, indo além do modelo que tem sido definido pelas grandes corporações no contexto do terceiro regime de alimentação global.

A importância do PAA pode ser atestada pela atenção que ele tem despertado por parte de acadêmicos (COCA, 2015; MALUF et al., 2015;

SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010; TRICHES; GRISA, 2015; Van der PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; VINHA; SCHIAVINATTO, 2015; WITTMAN; BLESCH, 2015) e movimentos socioterritoriais do campo (CPI-SP; MAB; MST, 2014).

Além do mais, o PAA tem servido de inspiração para ações em outros países da América Latina (CRISTANCHO GARRIDO, 2015; FAO, 2015b) e da África (CLEMENTS, 2015). Como prova disso foi realizado o “Seminário Internacional Compra Institucional + Desenvolvimento Local”, em Porto Alegre (RS), no dia 04 de junho de 2014. Participaram desse evento representantes de diversos países interessados em conhecer a experiência brasileira de fomento da agricultura familiar/camponesa e de combate à fome através das compras públicas de alimentos. Além do mais, em julho de 2015 o Brasil estabeleceu um acordo de cooperação técnica com a FAO para a exportação dessa iniciativa para outros países do hemisfério sul.

No presente capítulo consta uma caracterização do PAA como uma política pública criada pelo Governo Federal brasileiro. Primeiro, é feita uma leitura sobre a relação entre políticas públicas de aquisição de alimentos e o desenvolvimento territorial no Brasil, haja vista que no presente estudo consta uma análise do PAA em dois territórios da cidadania: o Cantuquiriguçu e o Pontal do Paranapanema. Depois disso, é demonstrado como o PAA compõe a proposta de combate a fome que passou a ser delineada no Brasil na primeira década do século XXI, através do Programa Fome Zero (PFZ). São focados alguns dos seus princípios norteadores, marcos legais e conceitos básicos. Seguindo, são discutidos alguns dos resultados de sua implementação em escala nacional, levando em consideração a distribuição espacial dos agricultores familiares/camponeses proponentes, das pessoas em condição de vulnerabilidade social que receberam a doação dos produtos e o montante de recursos aplicados. Também são pontuados alguns dos limites para que o PAA tenha maior efetividade na promoção da agricultura familiar/camponesa e no combate à fome.

### **3.1 - As políticas públicas de compra institucional de alimentos e o desenvolvimento territorial**

Os territórios da cidadania são áreas prioritárias para a implementação do PAA, pois acredita-se que essa política pública de compra institucional de alimentos pode ser um valioso instrumento para o combate à fome e a miséria. No ano de 2014, por exemplo, 48,85% dos agricultores familiares/camponeses proponentes do PAA “Compra com Doação Simultânea” estavam inseridos em um dos 120 territórios da cidadania elencados pelo Governo Federal brasileiro (MDS, 2015). Dada essa representatividade, na presente pesquisa optou-se por estudar a implementação do PAA em dois territórios da cidadania: o Cantuquiriguaçu e o Pontal do Paranapanema. Esse é o motivo para que nessa parte seja feita uma leitura da relação entre as políticas de desenvolvimento territorial que têm sido implementadas no Brasil desde o primeiro governo de Lula da Silva e as políticas de compra públicas de alimentos como o PAA e o PNAE.

Antes de qualquer coisa, faz-se mister explicar que o modelo de desenvolvimento territorial em voga no Brasil é inspirado em ações como os distritos industriais italianos (BECATTINI, 1991) e a *Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale* (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), aplicado pela União Europeia (RAY, 1998). Contudo, enquanto nessas experiências europeias o principal objetivo é fomentar o empreendedorismo em regiões estagnadas economicamente, no Brasil o desenvolvimento territorial também assume um caráter de combate à pobreza (SUMPSI, 2007).

O principal marco da incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil é o documento “Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”, elaborado pelo MDA (2003). Nele consta a intenção de substituir as políticas setoriais por outras de cunho territorial. Na apresentação, o então Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, reconhece que o desafio dos gestores de políticas públicas para o campo, no Brasil “será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados” (MDA, 2003, p.4).



As políticas de desenvolvimento territorial brasileiras são formatadas por um modelo de gerenciamento “de baixo para cima”, o qual visa dar maior vazão à participação da sociedade civil na tentativa de superar problemas econômicos e sociais. Isso porque, parte-se do entendimento de que políticas vindas “de cima para baixo” são menos eficazes em reconhecer as verdadeiras necessidades locais (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003; FAVARETO et al., 2010). Ao mesmo tempo, é atribuída grande importância aos conselhos de desenvolvimento territorial, pois eles são entendidos como capazes de articular os grupos sociais existentes nos territórios (SAYAGO, 2007). Desse modo, essa abordagem traz o entendimento de que os conflitos entre os diferentes segmentos dos territórios poderiam ser superados através do consenso, sempre tendo como pano de fundo o bem comum (MONTENEGRO-GÓMEZ, 2006). Ou seja, não é lavado em consideração o fato de que a conflitualidade é um dos principais componentes do desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008b).

Para o MDA (2005), os territórios são entendidos como construções que levam em consideração mais os fatores comuns que configuram uma determinada localidade do que as diferenças internas a ela. São valorizados conceitos como sinergia, capital social, empoderamento, institucionalidade e identidade. Ou seja, tal abordagem preza basicamente pela operacionalidade e não pelo alcance conceitual. Por isso, tal definição de territórios é bem menos abrangente do que grande parte das definições que têm sido desenvolvidas na Geografia nos últimos anos, as quais ponderam como componentes desse conceito: as relações de poder (RAFFESTIN, 1993); a multiescalaridade (FERNANDES, 2008a; MONTENEGRO-GÓMEZ, 2006); a multidimensionalidade (FERNANDES, 2009b; SOUZA, 2009); a imaterialidade/materialidade (FELÍCIO, 2010; SAQUET, 2007) e outros.

Para implementar a abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil foi criada ainda em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que é vinculada ao MDA. Uma de suas primeiras ações foi a constituição do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Os objetivos desse programa são esclarecidos no documento “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (MDA, 2005). Para

implementar tal proposta foi adotada uma metodologia de seleção dos territórios rurais com base em dados oferecidos pelo IBGE sobre a realidade dos municípios brasileiros. Foram estabelecidos três tipos de territórios: urbanos, intermediários e rurais. Os últimos eram entendidos como aqueles que fossem identificados com as microrregiões geográficas com densidade demográfica menor do que 80 hab./km<sup>2</sup> e população média por município de até 50.000 habitantes. Com isso, foram identificados 450 territórios rurais no Brasil. Em 2004, o PRONAT começou a ser implantado em 64 territórios rurais, número que aumentou para 118 em 2006. Atualmente, compõem tal política 239 territórios rurais, os quais estão distribuídos por todos os estados da federação.

Esses territórios foram selecionados pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural antes de serem incorporados pela SDT ao PRONAT. Neles são desenvolvidas as seguintes ações: articulação de políticas públicas, organização e gestão social, formação de agentes de desenvolvimento territorial, dinamização econômica e inclusão produtiva. Destaca-se que junto ao PRONAT está vinculada a Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF), que possui por objetivo financiar estratégias de fomento da infraestrutura dos territórios rurais. Nesse sentido, o PRONAT é uma iniciativa pioneira na promoção do desenvolvimento territorial no Brasil. Através dele, os conselhos de desenvolvimento rural passaram a contribuir com o MDA via SDT na promoção de estratégias de fomento de áreas deprimidas econômica e socialmente.

Considerando como positiva a experiência do PRONAT e buscando ampliá-la, o Governo Federal brasileiro oficializou o PTC através do Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Nele consta que os territórios relacionados a tal política devem ter densidade demográfica menor do que 80 hab./km<sup>2</sup> e população média menor do que 50 mil habitantes, considerando os dados censitários oficiais mais recentes. O artigo 2º do referido Decreto determina ainda que

Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial (BRASIL, 2008, não paginado).

De tal maneira, os territórios da cidadania são definidos como conjuntos de municípios que supostamente possuem coesão social, cultural, geográfica e econômica. Essa leitura se aproxima da concepção clássica do conceito de região pela Geografia.

Em suma, a identidade comum entre diferentes grupos sociais é considerada como um elemento aglutinador para que os territórios da cidadania possuam coesão, criando as condições propícias para o desenvolvimento. Isso indica uma continuidade das abordagens que desconsideram o conflito como fator determinante na promoção do desenvolvimento territorial por parte das políticas públicas promovidas pelo Governo Federal brasileiro.

O PTC é pensado como uma proposta de desenvolvimento territorial mais abrangente do que a dos territórios rurais. Isso porque os territórios rurais são definidos como conjuntos de municípios com forte tendência rural e que se caracterizam por fatores comuns entre os diferentes segmentos de sua população. Os territórios da cidadania, além de trazerem essa compreensão, também são definidos como a intenção do Estado de concentrar políticas públicas vindas de diferentes ministérios e secretarias em uma região que se caracteriza pelos elevados índices de pobreza rural. Enquanto os territórios rurais são fomentados com investimentos que partem exclusivamente do MDA via SDT, os territórios da cidadania concentram investimentos vindos de diversos órgãos do Governo Federal, através de uma proposta de articulação entre as políticas públicas (CAZELLA; ZIMMERMANN; LEITE, 2013; COCA, 2015b, 2015c; LEITE; WESZ JÚNIOR, 2013). Todavia, é importante ressaltar que com a criação do PTC, os territórios rurais não deixaram de existir. Além disso, todo território da cidadania é um território rural, não sendo a recíproca verdadeira.

O PTC é implementado por meio de uma articulação entre diferentes níveis escalares. Seu modelo de gestão é definido pelo Decreto de 24 de novembro de 2011, que altera o Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Nele consta que a atribuição de definir os territórios da cidadania e de avaliar o desenvolvimento dessa política pública é responsabilidade do **Comitê Gestor Nacional**, que é composto por membros dos seguintes órgãos: Casa Civil da Presidente da

República (responsável pela coordenação do PTC); Secretaria Geral da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Fazenda (MF). Na escala intermediária entre o Governo Federal e os territórios da cidadania existem os **comitês gestores estaduais**, que são compostos pelos órgãos federais que atuam nos territórios da cidadania, órgãos indicados pelos governos estaduais e representantes das prefeituras relacionadas a essa política. Compete a eles apoiar a organização dos territórios da cidadania, fomentar a articulação e a integração de políticas públicas e acompanhar a execução das ações do PTC (MDA, 2008). Já na escala dos territórios da cidadania é obrigatória a existência dos **conselhos de desenvolvimento territorial**, que são formados por representantes governamentais e da sociedade civil. Compete a essa escala a discussão, planejamento e execução das ações do PTC.

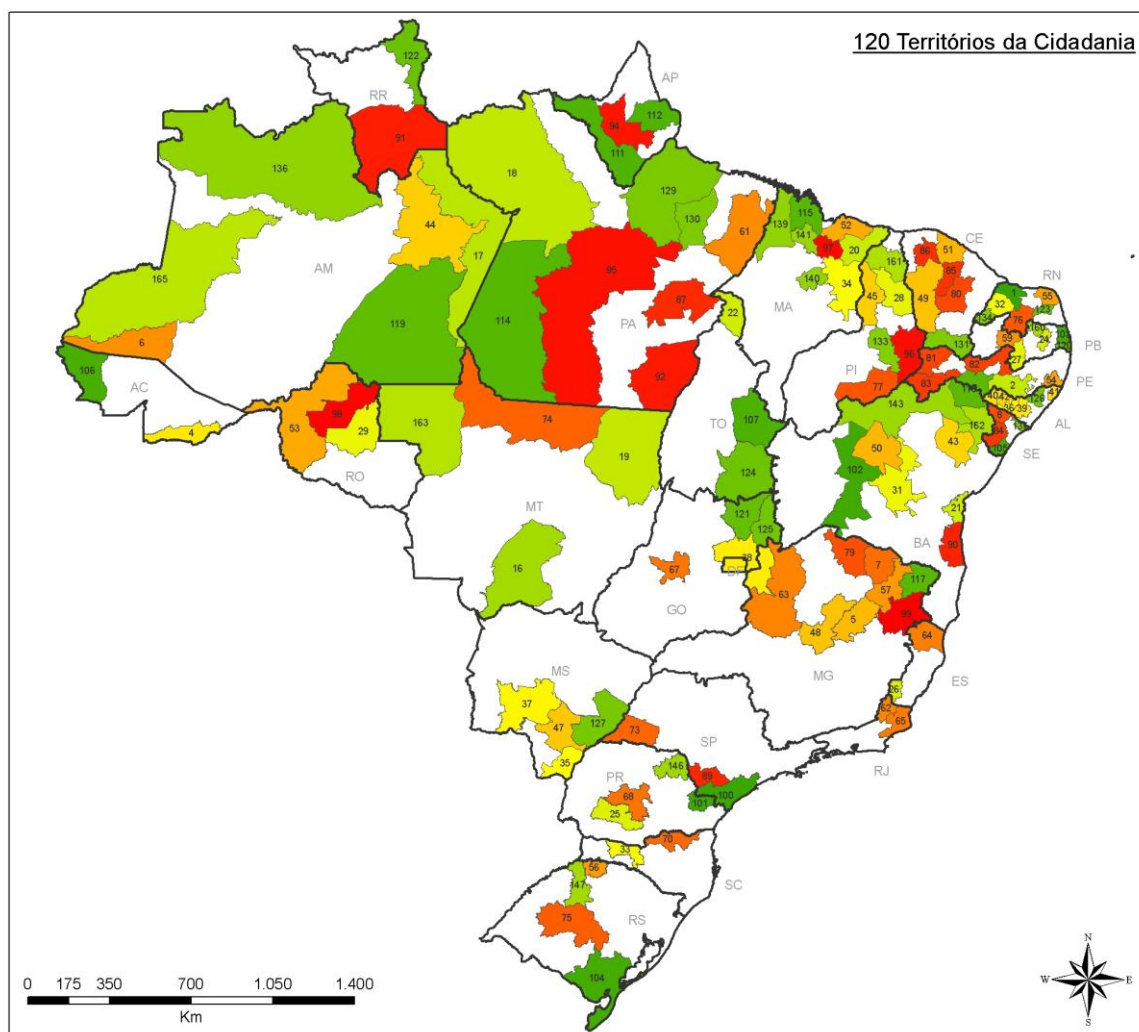
No que se refere ao ciclo de gestão do PTC, pode-se dividi-lo em 4 fases. A primeira traz a matriz de ações que são propostas pelos diversos órgãos do Governo Federal relacionados a essa política. A segunda refere-se ao processo de conhecimento e debate dessa matriz por parte dos conselhos de desenvolvimento territorial. Nessa etapa, considerando a oferta apresentada pelo Governo Federal, os conselhos de desenvolvimento territorial pontuam quais são as maiores necessidades que possuem e elaboram sua proposta de aplicação das ações. Na terceira etapa, os conselhos de desenvolvimento territorial elaboram um plano de execução com base na proposta anteriormente apresentada. Por fim, na quarta fase ocorre o monitoramento e avaliação das ações que foram desenvolvidas nos territórios, fato que envolve as três escalas de gestão (comitê gestor nacional, comitê de articulação estadual e colegiados territoriais) com vistas à constituição de um novo ciclo.

Na primeira etapa da implantação do PTC, no ano de 2008, foram selecionados 60 territórios da cidadania. Em 2009 outros 60 territórios foram incorporados, totalizando 120 (Figura 02). Em termos nacionais, os territórios da cidadania possuem a seguinte representatividade: 32,9% dos municípios; 23% da

população; 46% da população rural; 46% dos agricultores familiares/camponeses; 67% dos assentados da reforma agrária; 35,6% dos beneficiários do Bolsa Família; 66% das comunidades quilombolas; 52% das terras indígenas e 54% dos pescadores artesanais (MDA, 2012). Todos os estados da federação possuem ao menos um território da cidadania. No que se refere às macrorregiões, os números são os seguintes: 30 no Norte; 54 no Nordeste; 17 no Sudeste; 09 no Centro-Oeste e 10 no Sul. Em 2008, primeiro ano da implementação do PTC, o número de órgãos do Governo Federal envolvidos com essa estratégia de articulação das políticas públicas era 19, todavia, em 2009 ele passou a ser de 21.

Desde 2011, as políticas públicas implantadas através do PTC são divididas em três eixos: Apoio a Atividades Produtivas, Cidadania e Direitos e Infraestrutura. Conforme consta na *Web page* dessa política pública na *Internet*, para o ano de 2013, 71 ações foram divididas entre esses eixos, totalizando um orçamento de R\$ 7.319.788.859,53. As políticas públicas de compra institucional de alimentos como o PAA e o PNAE fazem parte do eixo de Apoio a Atividades Produtivas. Nesses casos, compete aos colegiados territoriais a divulgação dos programas e da sua demanda, assim como o gerenciamento necessário para que agricultores familiares/camponeses e entidades socioassistenciais/escolas possam acessá-los. Além disso, vale ressaltar que várias outras ações articuladas no âmbito dos territórios da cidadania estão vinculadas indiretamente com essas políticas públicas de compra institucional de alimentos como o apoio a agroindustrialização, a oferta de assistência técnica agrícola e pesqueira, o incentivo à agricultura orgânica, a melhoria de estradas rurais, a aquisição de máquinas e equipamentos para municípios com até 50.000 habitantes e outros.

Figura 02 - Os 120 Territórios da Cidadania



Legenda

Territórios da Cidadania

Código - Nome - UF

1 - Acu-Mossoro - RN	126 - Mata Alagoana - AL	20 - Baixo Parnaíba - MA	47 - Grande Dourados - MS	75 - Região Central - RS
100 - Vale Do Ribeira - SP	127 - Vale do Ivinhema - MS	21 - Baixo Sul - BA	48 - Sertão de Minas - MG	76 - Sertão - RN
101 - Vale Do Ribeira - PR	129 - Marajo - PA	22 - Bico Do Papagaio - TO	49 - Inhamuns Crateus - CE	77 - Serra Da Capivara - PI
102 - Velho Chico - BA	130 - Baixo Tocantins - PA	24 - Borborema - PB	5 - Alto Jequitinhonha - MG	79 - Serra Geral - MG
103 - Zona Da Mata Norte - PB	131 - Cariri - CE	25 - Cantuquiriguacu - PR	50 - Irecê - BA	8 - Alto Sertão - SE
104 - Zona Sul Do Estado - RS	133 - Vale do Caninde - PI	26 - Caparaó - ES	51 - Vales do Curu e Aracatiacu - CE	80 - Sertão Central - CE
105 - Sul Sergipano - SE	134 - Alto Oeste - RN	27 - Cariri Ocidental - PB	52 - Lençóis Maranhenses/Munim - MA	81 - Sertão do Araripe - PE
106 - Vale Do Jurua - AC	135 - Baixo Sao Francisco - SE	28 - Carmaubais - PI	53 - Madeira Mamore - RO	82 - Sertão Do Pajeú - PE
107 - Jalapão - TO	136 - Alto Rio Negro - AM	29 - Central - RO	54 - Mata Sul - PE	83 - Sertão Do Sao Francisco - PE
111 - Sul Do Amapa - AP	139 - Alto Turi e Gurupi - MA	31 - Chapada Diamantina - BA	55 - Mato Grande - RN	84 - Sertão Ocidental - SE
112 - Dos Lagos - AP	140 - Medio Mearim - MA	32 - Sertão Do Apodi - RN	56 - Medio Alto Uruguai - RS	85 - Sertões De Caninde - CE
114 - BR 163 - PA	141 - Campo e Lagos - MA	33 - Meio Oeste Contestado - SC	57 - Medio Jequitinhonha - MG	86 - Sobral - CE
115 - Baixada Ocidental - MA	16 - Baixada Cuiabana - MT	34 - Cocais - MA	59 - Medio Sertão - PB	87 - Sudoeste Paraense - PA
117 - Baixo Jequitinhonha - MG	160 - Curinau - PB	35 - Cone Sul - MS	6 - Alto Jurua - AM	89 - Sudoeste Paulista - SP
118 - Itaparica - BA/PE	146 - Norte Pioneiro - PR	36 - Da Bacia Leiteira - AL	61 - Nordeste Paraense - PA	90 - Litoral Sul - BA
119 - Madeira - AM	147 - Noroeste Colonial - RS	37 - Da Reforma - MS	62 - Noroeste - RJ	91 - Sul De Roraima - RR
120 - Zona Da Mata Sul - PB	161 - Cocais - PI	38 - Das aguas Emendadas - DF/GO/MG	63 - Noroeste De Minas - MG	92 - Sul Do Para - PA
121 - Chapada dos Veadeiros - GO	162 - Semi-arido Nordeste II - BA	39 - Do Agreste - AL	64 - Norte - ES	94 - Centro Oeste - AP
122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR	163 - Noroeste - MT	4 - Alto Acre e Capixaba - AC	65 - Norte - RJ	95 - Transamazônica - PA
123 - Potengi - RN	165 - Mesorregião Alto Solimões - AM	40 - Do Alto Sertão - AL	67 - Vale Do Rio Vermelho - GO	96 - Vale Do Guaribas - PI
124 - Sudeste - TO	17 - Baixo Amazonas - AM	41 - Do Litoral Norte - AL	68 - Parana Centro - PR	97 - Vale Do Itapecuru - MA
125 - Vale do Parana - GO	18 - Baixo Amazonas - PA	42 - Do Medio Sertão - AL	7 - Alto Rio Pardo - MG	98 - Vale Do Jamari - RO
	19 - Baixo Araguaia - MT	43 - Do Sítal - BA	70 - Planalto Norte - SC	99 - Vale Do Mucuri - MG
	2 - Agreste Meridional - PE	44 - Manaus e Entorno - AM	73 - Pontal Do Paranapanema - SP	
		45 - Entre Rios - PI	74 - Portal Da Amazonia - MT	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Fonte: MDS, 2010.

Com base nesse contexto, na sequência foca-se no PAA para compreender se essa política pública articulada preferencialmente no âmbito dos territórios da cidadania contribui com a construção da proposta alternativa de soberania alimentar.

### **3.2 - Aspectos legais e conceitos norteadores do PAA**

Assim que assumiu a Presidência da República no ano de 2003, como parte de sua postura pós-neoliberal, Luís Inácio Lula da Silva teve no combate à fome um dos principais objetivos de seu governo. Em seu discurso de posse, ele destacou o seguinte: “[...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida” (Luís Inácio Lula da Silva - ex-presidente da República, 01/01/2003). Essa pré-disposição do Executivo Federal e a inserção de representantes de forças populares em alguns espaços do Governo contribuíram para que fossem adotadas medidas que contribuíram para amenizar alguns dos problemas do sistema alimentar brasileiro (MALUF, 2006; MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012), através da implementação de alguns pressupostos da soberania alimentar dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Já no primeiro ano de governo foi criado o Programa Fome Zero (PFZ)<sup>32</sup>, que assumiu caráter prioritário. Para conduzi-lo foi formado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA)<sup>33</sup>, com a finalidade de criar, implementar e coordenar políticas de segurança alimentar em escala nacional.

As propostas do PFZ foram organizadas através de dois eixos: i) ações estruturais como a oferta de emprego e geração de renda; instituição da previdência social universal; incentivo a agricultura de base familiar; intensificação das políticas de reforma agrária; incentivo financeiro para famílias de baixa renda manterem seus filhos na escola; política de renda mínima e; ii) políticas

---

<sup>32</sup> O Programa Fome Zero teve origem em 2001, através de uma proposta apresentada por Lula da Silva através do Instituto Cidadania.

<sup>33</sup> O primeiro ministro do MESA foi José Graziano da Silva. Com o reconhecimento internacional das políticas públicas de combate à fome implementadas no Brasil na primeira década do século XX, ele foi eleito presidente da FAO para o mandato de 2012 à 2015.

específicas como a oferta de cupons de alimentação; doação de cestas básicas emergenciais; manutenção de estoques de segurança; segurança e qualidade dos alimentos; combate à desnutrição infantil e materna; ampliação e melhora da merenda escolar e educação para o consumo alimentar (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

Ainda em 2003 ocorreu a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), fato certificado pelo Decreto de nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003<sup>34</sup>. O CONSEA passou a executar a função de assessoramento imediato da Presidência da República, sendo responsável por propor as diretrizes gerais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo. De acordo com o parágrafo único do referido decreto, consta ainda que o CONSEA é o encarregado de criar conselhos de segurança alimentar e nutricional em nível estadual e municipal. Com isso, o CONSEA passou a contribuir com o controle social das políticas públicas relacionadas ao mercado de alimentos (GRISA, 2009). Esse órgão, de caráter consultivo, é um elo entre o Governo Federal e a sociedade civil para a discussão sobre o acesso à alimentação e a qualidade da nutrição em âmbito nacional, estadual e municipal (MULLER, 2007). Conforme Leão e Maluf (2009, p.35):

O CONSEA tem especificidades na sua constituição e atuação. A primeira delas deriva do enfoque intersectorial da segurança alimentar e nutricional que requer uma localização institucional do conselho que favoreça a interlocução entre os diversos setores de governo, bem como uma representação igualmente diversa dos setores sociais. Essa compreensão levou à localização do CONSEA na Presidência da República que, ademais, expressa a prioridade política conferida ao enfrentamento da fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Como parte das ações estruturantes do PFZ e atendendo a uma antiga demanda dos movimentos socioterritoriais (especialmente o MST e o MPA) o PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a

---

<sup>34</sup> A primeira formulação do CONSEA data de 1992, quando Luís Inácio Lula da Silva, representando o Instituto Cidadania, apresentou ao então Presidente da República, Itamar Franco, a proposta de implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A sugestão foi aceita e o CONSEA foi instalado no mesmo ano. Contudo, já no princípio do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ele foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária (PORTO et al., 2014).



repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, além de dar outras providências<sup>35</sup>. No artigo 19 é determinado o seguinte:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003, não paginado).

O PAA foi criado com os seguintes objetivos:

- garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- contribuir para formação de estoques estratégicos;
- permitir aos agricultores e agricultoras familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos;
- promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar;
- abastecer o mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar (MDS, 2010, p.3).

Ainda no que se refere à Lei nº 10.696, por ela foi estabelecido que essa política pública deveria ser organizada e implementada por um Grupo Gestor formado por representantes do MDA; do MAPA; do Ministério da Fazenda (MF); do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG) e do Gabinete do MESA. Posteriormente, o Grupo Gestor foi modificado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, em razão da substituição do MESA pelo MDS. Outra modificação ocorreu no Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008 com a inclusão do Ministério da Educação (MEC), em razão da criação do PNAE. Dentre as funções do Grupo Gestor, o Decreto 6.447 considera as seguintes:

- I - as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários destinados à formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da alimentação escolar;
- II - os preços de referência de aquisição dos produtos agropecuários, citados no § 2º. do art. 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, os quais deverão levar em conta as

---

<sup>35</sup> Na dissertação de Muller (2007) consta que a inserção do PAA em uma lei de repactuação das dívidas de camponeses com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi um subterfúgio utilizado pela equipe do MESA para facilitar a aprovação legal dessa política pública.

diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; III - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos; IV - as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis no art. 3º. da Lei Complementar nº. 111, de 6 de julho de 2001, ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003; V - as condições de formação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos; VI - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto; VII - as condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares; e VIII - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL, 2008b, não paginado).

No que se refere à possibilidade do Governo Federal comprar os produtos dos familiares/camponeses sem a necessidade de licitação, a Lei de nº 10.696, de 02 de julho de 2003 representou um considerável avanço para a desburocratização do mercado institucional de alimentos (TAKAGI; SANCHEZ; SILVA, 2014). Até então vigorava a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual requeria a existência de licitações para as compras realizadas pelos órgãos públicos. A instituição do PAA possibilitou a compra dos produtos agropecuários sem o uso de licitações, obedecendo aos preços do mercado local. Essa possibilidade se estendeu apenas aos produtos gerados nas unidades de produção familiares e não aos produtos gerados pelo agronegócio. Podem acessar ao PAA todos os agricultores que se enquadram no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo uma exigência possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), um documento elaborado por órgãos autorizados pelo MDA que certifica a unidade de produção como de base familiar<sup>36</sup>.

Sobre os tipos de agricultores familiares/camponeses que podem acessar ao PAA são importantes referências: i) a Portaria de nº 111 do MDA, de 20 de novembro de 2003, na qual consta a inclusão dos agricultores sem-terra acampados; ii) a Lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e; iii) o Decreto da Presidência da República de nº 6.040, instituído em 07 de fevereiro de 2007, no qual consta o entendimento

---

<sup>36</sup> São autorizados a elaborar a DAP órgãos que possuam as seguintes especificações: “1 - ter personalidade jurídica; 2 - Ser representante legal dos agricultores familiares ou prestar serviços de assistência técnica e/ou extensão rural e; 3 - Ter experiência mínima de um ano, devidamente comprovada, no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores” (MDA, 2015).

dos povos tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, faxinais, fundos de pasto e outros) como sujeitos das políticas públicas.

A operacionalização do PAA se dá através de 06 modalidades (Quadro 07). Os recursos para sua efetivação têm origem no MDA e no MDS<sup>37</sup>. As modalidades Compra com Doação Simultânea, Compra Direta da Agricultura Familiar, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e Aquisição de Sementes são operacionalizadas pela CONAB. Já as modalidades Incentivo à Produção e Consumo do Leite e Compra Institucional são operacionalizadas pelos estados e municípios.

Desde 2014, é permitido aos agricultores familiares/camponeses interessados acessar simultaneamente todas as modalidades do PAA, o que cria a possibilidade de obter uma renda anual de cerca de R\$ 60.000 com essa política pública. Todavia, só é permitida a comercialização junto a uma das unidades executoras (CONAB, estados ou municípios).

---

<sup>37</sup> Entre 2003 e 2005 os recursos do PAA provinham exclusivamente do MDS. Porém, desde 2006 recursos do MDA também foram incorporados a esta política pública de fomento da agricultura camponesa.

**Quadro 07 - Modalidades do PAA**

Modalidade	Forma de acesso	Limite por camponês (em R\$)	Ação
Compra com Doação Simultânea	Individual	6.5 mil por ano	Responsável pela doação de produtos de origem familiar/camponesa a pessoas em situação de fome que compõem o público atendido pela rede socioassistencial em nível local.
	Organizações (cooperativas/associações)	8 mil por ano	
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Organizações (cooperativas/associações)	8 mil por ano	Visa a formação de estoques públicos de alimentos adquiridos dos agricultores familiares/camponeses. Os produtos são entregues em unidades armazenadoras da CONAB ou em polos fixos e volantes de compra.
Compra Direta da Agricultura Familiar	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	8 mil por ano	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em situação de fome.
Incentivo à Produção e Consumo de Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	4 mil por semestre	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social. Atende os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	8 mil por ano	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Aquisição de Sementes	Organizações (cooperativas/associações)	16 mil por ano	São adquiridas sementes que não sejam geneticamente modificadas as quais são doadas para agricultores familiares/camponeses que tenham DAP, com prioridade para os seguintes: os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); mulheres; assentados; indígenas quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. O destino das sementes pode ser a alimentação humana ou animal.

Fonte: MDA (2015). Organização: Estevan Coca.

Em todas as modalidades existe o incentivo para que os agricultores familiares/camponeses se organizem em associações ou cooperativas, haja vista que quando isso ocorre o valor das cotas anuais é maior. Também é digno de nota o fato de que com a Resolução do Grupo Gestor do PAA de nº 2011/44 ficou estabelecido que deve haver ao menos 40% de mulheres entre os membros das entidades proponentes da modalidade Compra com Doação Simultânea e 30% na modalidade Formação de Estoque para a Agricultura Familiar. Essa exigência se deu devido ao fato de que uma das limitações observadas nos primeiros anos de implementação do PAA foi a baixa participação das mulheres (SILIPRANDI;

CINTRÃO, 2014). Na discussão sobre a soberania alimentar isso é grande relevância, pois um dos desafios dessa propostas alternativa tem sido fazer com a questão de gênero não seja tratada apenas no campo ideológico, mas também como *práxis* (MI YOUNG PARK; JULIA; WHITE, 2015).

Além do mais, desde a promulgação da Resolução nº 12, de 11 de maio de 2004, pelo Grupo Gestor do PAA, é estabelecido que os produtos orgânicos devem ser adquiridos por um valor 30% superior aos convencionais<sup>38</sup>. Isso não altera a cota a que cada família tem direito, contudo, comercializando produtos orgânicos, elas podem atende-la mais rapidamente. Com isso, os agricultores familiares/camponeses proponentes do PAA tem sido incentivados a adotarem métodos de produção que visam uma relação amistosa entre a agricultura e o meio-ambiente (GALINDO; SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2014).

Reconhecendo que outras políticas de compra institucional de alimentos como *India's Public Distribution System* (Sistema de Distribuição Pública da Índia - PAD) e o *National School Lunch Program* (Programa Nacional de Merenda Escolar), dos Estados Unidos não discriminam de qual tipo de agricultura os produtos serão adquiridos, pode-se considerar que o PAA tem se constituído como uma política pública inovadora, pois ele privilegia os agricultores familiares/camponeses locais (PORTO et al., 2014; TAKAGI; SANCHEZ; SILVA, 2014; VAN DER PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Nesse sentido, faz-se importante conhecer como o PAA tem se especializado pelas unidades federativas brasileiras.

### **3.3 - O desempenho do PAA em escala nacional**

Passados mais de 10 anos de sua implementação, o PAA está presente em todas as unidades federativas do Brasil (Prancha 01). Contudo, observa-se que tal política pública tem sido mais forte onde os índices de segurança alimentar são maiores. O Centro-sul do país concentrou a maior parte do número de agricultores familiares/camponeses proponentes, pessoas em condição de

---

<sup>38</sup> Reafirmaram essa premissa a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

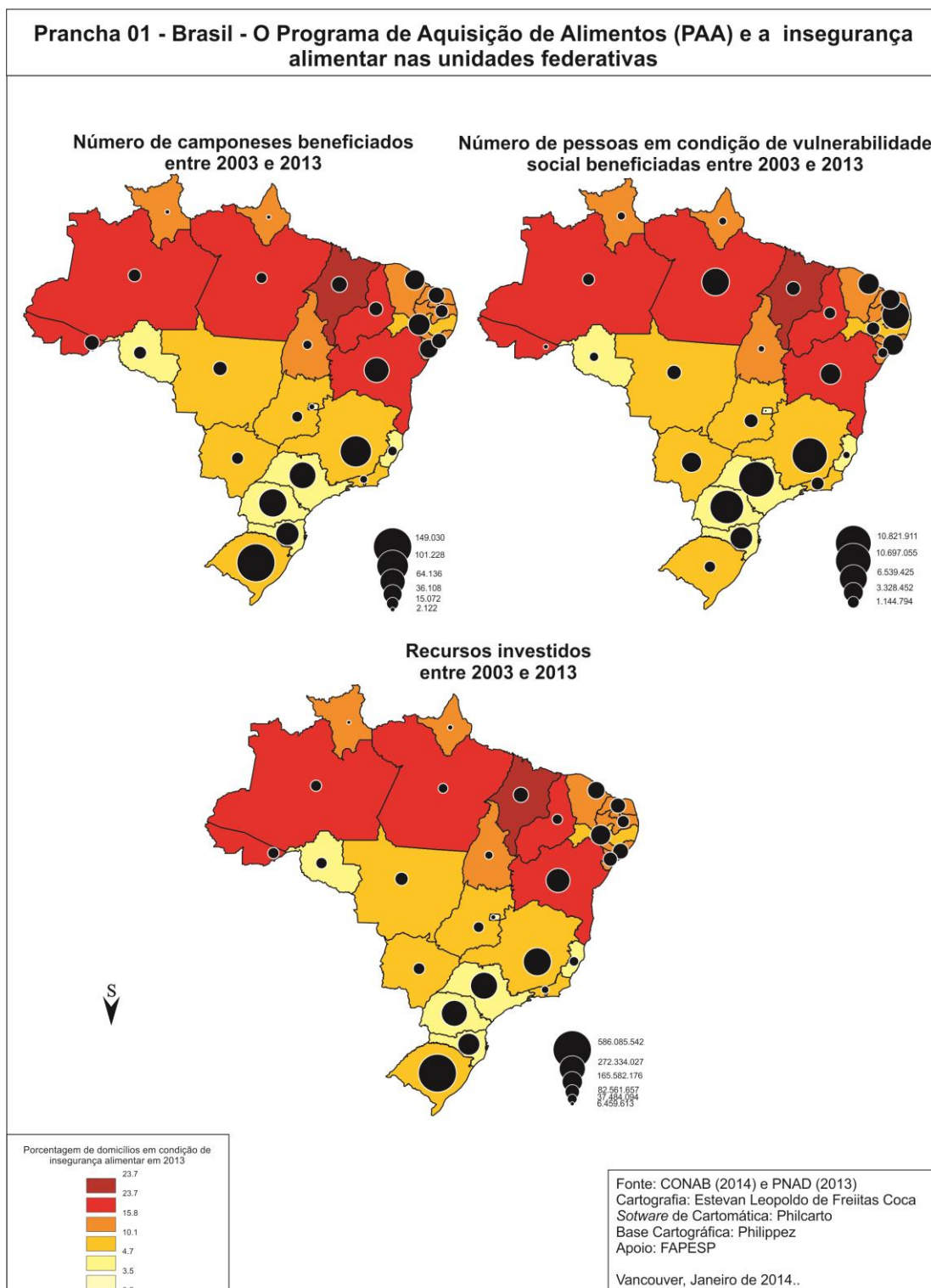
vulnerabilidade social que receberam a doação dos alimentos e recursos investidos. Mesmo considerando que nesses estados está boa parte da população brasileira, não se pode deixar de negar que tais dados apontam para a necessidade de se fortalecer o PAA nas regiões Norte e Nordeste, onde está a maior parcela de agricultores familiares/camponeses em situação de pobreza (MIELITZ, 2014).

Apesar de ainda serem pouco coesos os dados sobre o desempenho do PAA nos 10 primeiros anos de sua implantação<sup>39</sup>, estima-se que atualmente tal política pública envolva a cada ano por volta de R\$ 1 bilhão na compra governamental de alimentos; 400 famílias camponesas proponentes; 20 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social que recebem a doação dos alimentos e 4 mil tipos de produtos, inclusos os *in natura* e os processados (CAMPOS; BIANCHINI, 2014; TAKAGI; SANCHEZ; SILVA, 2014).

Contudo, há de de ressaltar que desde de 2013 tem ocorrido uma diminuição nos recursos destinados a essa política pública. Conforme a Conab (2016), nos últimos cinco anos, o Governo Federal reservou os seguintes valores ao PAA: R\$ 451.036,204, 2011; R\$ 586.567,131, em 2012; R\$ 224.517,124, em 2013; R\$ 338.004,942, em 2014 e R\$ 287.515,216, em 2015. Dentre os fatores que contribuem para isso, dois merecem destaque: i) a mudança nos critérios de fiscalização dessa política pública desde 2012 e; ii) o contingenciamento de gastos pelo qual o Brasil tem passado desde 2014.

---

<sup>39</sup> Até a finalização dessa tese a principal referência para o conhecimento da espacialização do PAA nas unidades federativas brasileiras era o sistema online denominado PAA Data. Sua principal limitação reside no fato de que ele traz dados de 2011 em diante, ou seja, os oito primeiros anos de implantação do PAA não são computados. Tal limitação foi parcialmente sanada com o acesso ao banco de dados organizados no *software* Microsoft Excel da Superintendência da CONAB no estado de São Paulo, fato que foi explanado na apresentação da metodologia dessa pesquisa.



É inegável que o PAA tem sido uma referência para o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa em diversas partes do Brasil, contudo, algumas críticas têm sido apresentadas com o intuito de fazer com que o alcance dessa

política pública seja ainda maior. No 6º Congresso Nacional do MST, por exemplo, foi elaborada uma carta à presidente da República, Dilma Rousseff, onde é expresso o seguinte:

O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém, esses programas só atingiram 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior número possível de municípios do Brasil (MST, 2014, não paginado).

De tal maneira, se reconhece a existência de avanços na busca pela democratização do sistema alimentar brasileiro, através da compra governamental de produtos de origem familiar/camponesa. Contudo, a crítica reside no fato de que os recursos alcançam apenas uma pequena parcela daqueles que poderiam ser beneficiados por essas políticas públicas. Dentre os motivos para essa abrangência aquém do necessário constam: i) o baixo volume de recursos investidos, o que faz com que o PAA seja ínfimo perante os financiamentos concedidos ao agronegócio (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2008); ii) dificuldades encontradas na obtenção da DAP (GRISA et al., 2011b) e iii) uma grande gama de agricultores familiares/camponeses não possui acesso a informações precisas sobre como acessar essa política pública (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Outra importante observação é feita por Egídio Brunetto (2010), da direção nacional do MST. Para ele, a garantia de venda da produção familiar/camponesa é afetada pela fraca infraestrutura das comunidades rurais, o que dificulta o contato dos produtores com os consumidores dos centros urbanos.

Se, por exemplo, o cara está lá num assentamento, a 60 km da cidade. Ele vende os produtos, mas como é que ele vai entregar numa associação, numa escola, numa creche na cidade? Essa infraestrutura não existe ainda. Tem locais que o assentamento é perto da cidade. Então, ele entrega nas escolas de lá, na prefeitura. Algumas associações têm alguns transportes e vai buscar. Mas essa estrutura é muito frágil ainda.

Se for longe, o governo não oferece transporte. Agora, na compra direta de feijão ou grãos em geral, a Conab busca. Geralmente, isso acontece para formação de estoque. Quando é para doação,



o produtor tem que achar a forma de entregar. Então, depende do caso. Mas, em geral, não tem infraestrutura de transporte, que é o principal (BRUNETO, 2010, não paginado).

Além desses, podem ser considerados outros limites para uma maior efetividade do PAA como os seguintes: i) assim como boa parte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar/campesinato brasileiro, ele sofre com a descontinuidade (ALY JÚNIOR; FERRANTE, 2012), ou seja, ele ainda é uma política pública em estágio de formação (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012); ii) algumas prefeituras possuem dificuldades em criar mecanismos que comprovem a qualidade sanitária dos produtos de origem familiar/camponesa (TURPIN, 2009) e; iii) casos pontuais de desvio dos recursos por parte de membros do Poder Público e dos agricultores familiares/camponeses proponentes (TRICHES; GRISA, 2015), o que indica um frágil controle social.

Desse modo, na presente tese, ao mesmo tempo em que se considera o potencial do PAA para fortalecer a agricultura familiar/campesinato e combater à fome, também se reconhece que ainda existem desafios para que essa política pública seja eficiente a tal ponto de alterar de maneira profunda a correlação de forças no campo. É com base nessas premissas que na sequência é feita uma análise da contribuição do PAA para a soberania alimentar nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema.

**Capítulo 04**  
**O PAA no Cantuquiriguaçu**

“Não tem coisa mais fácil do que cuidar de pobre, no Brasil. Com R\$ 10,00 o pobre se contenta”.

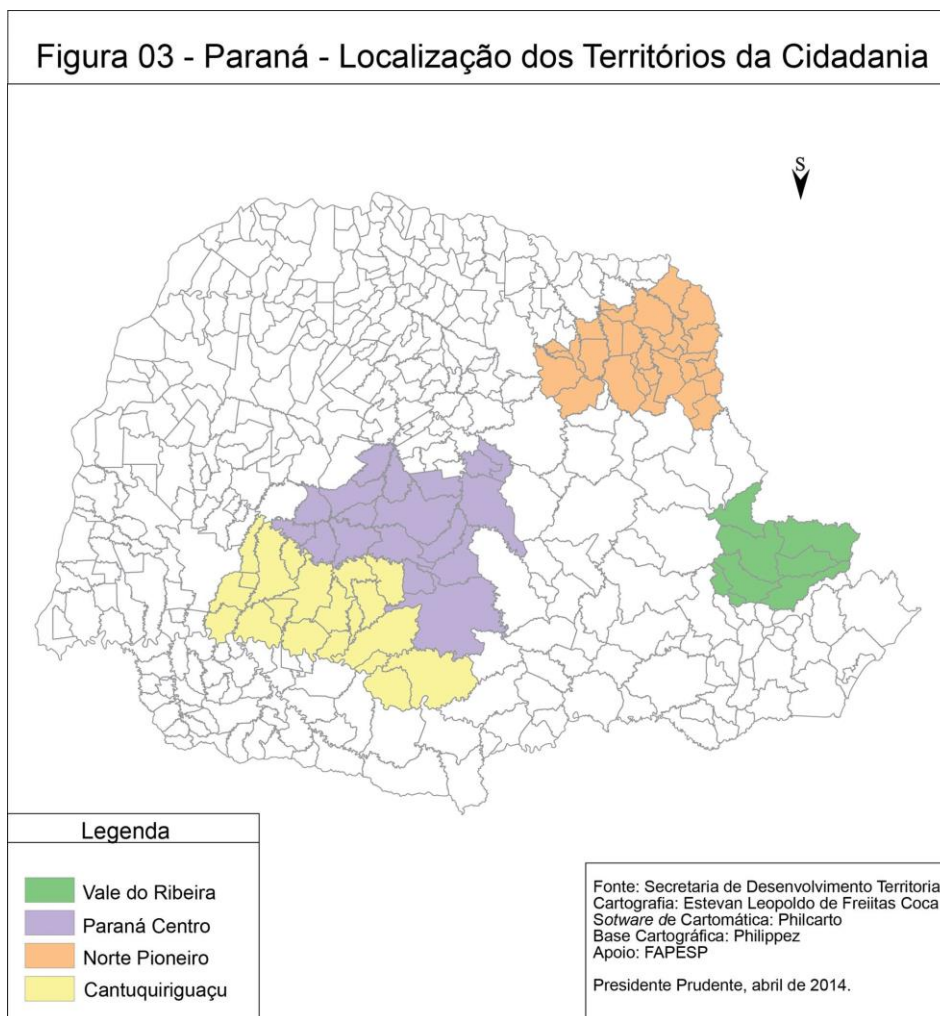
(Luís Inácio Lula da Silva - discurso realizado na inauguração das obras da orla das praias de Ponta Verde e Jatiúca, em Maceió, no estado do Alagoas – 2009).

**N**o presente capítulo é destacada a implementação do PAA como parte da estratégia de desenvolvimento territorial no Cantuquiriguaçu. Demonstra-se como mesmo situado dentro de uma proposta de articulação de políticas públicas com pouco potencial para mudar a correlação de forças no campo, o PAA tem contribuído para que sejam implementados alguns dos componentes da soberania alimentar em âmbito regional.

Primeiro, são descritos alguns elementos que caracterizam o conflito pela produção e o consumo de alimentos no Cantuquiriguaçu. Na sequência, é destacada a implementação do desenvolvimento territorial nesse conjunto de municípios. Por fim, são pontuadas contribuições do PAA para a criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa e o combate à fome.

#### **4.1 - Conflitos relacionados à produção e ao consumo de alimentos no Cantuquiriguaçu**

O Cantuquiriguaçu é composto por 20 municípios localizados nas microrregiões de Guarapuava e Cascavel (Figura 03), possuindo uma população de 232.519. Ele é cortado pelo trecho da rodovia BR 277 que liga Cascavel a Guarapuava, duas cidades de porte médio que concentram alguns dos serviços acessados pela população do Cantuquiriguaçu como saúde, educação e outros. Fisicamente, ele é delimitado pelos rios Cantu, ao oeste; Piquiri, ao norte e Iguaçu, ao sul. Seu considerável potencial hídrico contribuiu para que nele fossem implantadas algumas das mais importantes usinas hidrelétricas do estado do Paraná como as de Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia, no Rio Iguaçu; processo que veio acompanhado de impactos ambientais e sociais (COCA, 2011; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013).



O Cantuquiriguaçu foi definido pelo Governo Federal brasileiro como “território rural” no ano de 2003 e como “território da cidadania”, no ano de 2008. Contribuíram para isso fatores como: i) 47% de sua população vive no campo. Esse número é consideravelmente maior do que o do Brasil (16%) e o do estado do Paraná (15%) (IBGE, 2010), fazendo com que boa parte de seus municípios tenha uma economia fortemente influenciada pelo setor primário (IPARDES, 2007); ii) o baixo desempenho econômico e social dos seus municípios e; iii) a presença de agricultores familiares/camponeses, indígenas e comunidades tradicionais.

O Cantuquiriguaçu possui a reserva indígena Rio das Cobras - a maior do Paraná - com 18.691 ha<sup>40</sup>. Nela vivem cerca de 2.830 indígenas das populações

<sup>40</sup> A Reserva Indígena Rio das Cobras localiza-se nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão

Kaingang e Guarani (PORTAL KAINGANG, 2006), os quais são divididos em nove aldeias: Sede (Kaingang); Trevo (Kaingang); Taquara (Kaingang); Campo do Dia (Kaingang); Encruzilhada (Kaingang); Vila Nova (Kaingang); Água Santa (Guarani); Rio da Lebre (Guarani) e Pinhal (Guarani). Além dela, também existe a área indígena Toldo da Boa Vista, no município de Laranjeiras do Sul, onde vivem 37 famílias, a qual ainda não foi demarcada (CONDETEC, 2011). A grande maioria desses indígenas vive em condição de miséria, dependendo de auxílios governamentais e de doações para poder se alimentar. Esse é o principal motivo para que os municípios de Espigão do Alto Iguaçu e Nova Laranjeiras, onde está localizada a Reserva Indígena Rio das Cobras, ocupem o primeiro e o segundo posto, respectivamente, dentre os que concentram o maior número de pessoas consideradas extremamente pobres no Cantuquiriguaçu (UNDP, 2014).

Além desses indígenas, também se destacam dentre as pessoas em condição de vulnerabilidade social no Cantuquiriguaçu algumas comunidades quilombolas. No município de Cândói, cerca de 75 famílias, estão distribuídas em três delas: Despraiado, Vila Tomé e Cavernoso. Todas essas comunidades possuem suas terras regularizadas. Em Reserva do Iguaçu, cerca de 20 famílias estão acampadas disputando uma área da fazenda Capão Grande, que está em posse da Cooperativa Central Agrária Ltda. As mais de trezentas famílias que compõem o restante da comunidade estão distribuídas pelas periferias de Pinhão e Guarapuava, sendo que a maior parte delas vive em condição de extrema pobreza (CONDETEC, 2011).

Como parte das disputas pela terra e conseqüentemente pelo modelo de produção de alimentos, entre 1988 e 2014 ocorreram no Cantuquiriguaçu 74 ocupações de terra, com a participação de 18.096 famílias camponesas (Tabela 01). Esse número representa 10% das ocupações e 20% das famílias participantes no estado do Paraná. Dos seus 20 municípios, apenas em Diamante do Sul e Marquinho não foi registrado esse tipo de conflito fundiário. Os municípios com maiores números de famílias em ocupações de terras são Rio

---

do Alto Iguaçu. Ela é consequência de um intenso processo de rapina das terras indígenas perpetrado desde a chegada dos europeus, no século XIX. Antes disso, no Cantuquiriguaçu viviam índios Kaingang, do tronco linguístico Jê, formando as tribos Camés, Votorões e Dorins (IPARDES, 2007).

Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu.

**Tabela 01 - Cantuquiriguaçu - Ocupações de Terras - 1988-2014**

Município	Ocupações	Famílias
Campo Bonito - PR	3	750
Candói - PR	4	1.030
Cantagalo - PR	5	1.284
Catanduvas - PR	7	576
Espigão Alto do Iguaçu - PR	3	280
Foz do Jordão - PR	1	100
Goioxim - PR	4	25
Guaraniaçu - PR	1	24
Ibema - PR	2	490
Laranjeiras do Sul - PR	1	N.I.
Nova Laranjeiras - PR	3	140
Pinhão - PR	2	530
Porto Barreiro - PR	1	300
Quedas do Iguaçu - PR	16	7.288
Reserva do Iguaçu - PR	10	579
Rio Bonito do Iguaçu - PR	11	5.280
Três Barras do Paraná - PR	1	20
Virmond - PR	1	400
TOTAL	74	18.096

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. Estevan Coca.

O principal movimento socioterritorial a utilizar as ocupações como tática de luta pela terra tem sido o MST. Remete a ele o protagonismo do mais emblemático conflito pela terra ocorrido no Cantuquiriguaçu, envolvendo uma área de mais de 83.000 ha ocupada pela empresa Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras - S/A. A primeira investida dos agricultores familiares/camponeses para a tomada desse território ocorreu em 1980, ainda sem a participação do MST, quando surgiu um boato, através da imprensa, de que esse latifúndio havia sido desapropriado pelo Governo Federal (COCA, 2011; FERNANDES, 2000). Camponeses sem-terra ocuparam cerca de 1.000 ha dessa propriedade, mas foram retirados violentamente por jagunços que estavam à serviço da empresa e pela Polícia Militar do estado do Paraná. Depois desse fato, durante a década de 1980 não houve mais qualquer menção à desapropriação dessa área. Porém, nesse tempo, o MST se estruturou no Cantuquiriguaçu, realizando uma série de

ocupações e conquistando alguns assentamentos rurais. Mesmo assim, a obtenção desse imenso latifúndio ainda permanecia como uma questão de honra para os agricultores familiares/camponeses organizados nos movimentos socioterritoriais, pois ele era um símbolo da face excludente do capital no campo no Cantuquiriguaçu (COCA, 2011).

Nesse contexto, em março de 1996 foi criada a conjuntura que permitiu a conquista de parte desse latifúndio, quando foram formados dois acampamentos com agricultores familiares/camponeses sem-terra nas margens da rodovia BR-158, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Saudade do Iguaçu. Juntos, esses acampamentos somavam cerca de 3 mil pessoas, possuindo, além de agricultores familiares/camponeses do Cantuquiriguaçu, outros que vinham de outras partes do Paraná e também de outros estados. Em abril daquele ano, os acampados marcharam rumo ao latifúndio, vindo a realizar a maior ocupação de terras do sul do Brasil. Assim, foi formado o acampamento “Buraco”, que ficava nas margens do rio Xagú, próximo à sede do latifúndio. Como a desapropriação demorou a ocorrer, os agricultores familiares/camponeses realizaram outras ocupações, primeiro em uma área próxima ao portão de entrada da fazenda, quando renderem alguns jagunços que os ameaçavam e os entregaram à Polícia Militar e depois na própria sede.

A desapropriação de parte do latifúndio só ocorreu após o assassinato dos acampados Vanderlei Neves e José Alves dos Santos por jagunços da Giacomett Marodim, com fuzis AR-15, em 16 de janeiro de 1997. Conforme investigação empreendida para averiguar o contexto desses assassinatos, constatou-se que os dois agricultores familiares/camponeses foram alvejados fora do latifúndio e posteriormente arrastados para dentro dele, para que fosse transmitida a compreensão de que eles haviam invadido essa área. Dada a grande repercussão do caso, no dia seguinte ocorreu a desapropriação de 16.852 ha da fazenda, onde foram assentadas 900 famílias no Projeto de Assentamento Ireneo Alves dos Santos. Outras 606 famílias que não foram assentadas, permaneceram acampadas em uma área denominada “Paraíso”. Em 1998 elas foram assentadas com a desapropriação de mais 10.095 ha do latifúndio onde foi implantado o Projeto de Assentamento Marcos Freire.



Mesmo com a implantação desses dois assentamentos, o MST ainda ambicionava a conquista dos cerca de 57.000 ha restantes do latifúndio. Ainda em 1997, a Giacomett Marodim mudou de nome, passando a chamar-se Araupel - SA, como forma de dissociar sua imagem dos conflitos pela terra e dos assassinatos que a ela eram relacionados. No dia 12 de janeiro de 1999, o MST formou um novo acampamento nas margens da rodovia BR-158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Quatro meses depois, cerca de 800 famílias acampadas ocuparam uma área do latifúndio denominada como “Bacia”, onde funcionava uma granja de suínos, além de plantações de grãos. Mesmo com ataques de pistoleiros, os agricultores familiares/camponeses resistiram na ocupação até que em 15 de julho de 2003, mais 1.500 famílias, que estavam acampadas nas margens da BR-158 se uniram às famílias que estavam acampadas na área denominada “Bacia”, formando mais um acampamento. Através da pressão que foi estabelecida com esse fato, no dia 17 de novembro de 2004, o Governo Federal arrecadou 23.733 ha do latifúndio e criou o Projeto de Assentamento Celso Furtado, onde foram assentadas mais de 900 famílias.

A luta pela conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado fomentou a luta pela conquista de outros assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu, como é o caso do “08 de Junho”, localizado em Laranjeiras do Sul. Em 08 de Junho de 1997, 17 famílias de camponeses remanescentes do acampamento do “Buraco”, organizadas pelo MST e incentivadas por setores progressistas da Igreja Católica, resolveram ocupar uma área em frente ao portão da fazenda Rio do Leão<sup>41</sup>, as margens da rodovia PR-159, em Laranjeiras do Sul (MARTIGONI, 2013). Mesmo com consecutivas investidas por parte de jagunços contratados pelos proprietários da fazenda, quatro anos depois, 1.477 ha foram desapropriados, possibilitando o assentamento de 71 famílias. Atualmente, esse assentamento possui um *campus* da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).

Atualmente, está instalado na área que ainda está sob posse da Araupel S/A o acampamento “Dom Tomás Balduino”, com mais de 3 mil pessoas,

---

<sup>41</sup> A luta dos camponeses pela conquista dessa fazenda era antiga, sendo que após ocupá-la em meados da década de 1980, conquistaram a desapropriação de 790 ha, onde foram implantados os projetos de assentamento Passo Liso e Bugre Morto, em 1987.

reconhecido como o maior do Brasil. Ele é formado majoritariamente por filhos de assentados da região. Os agricultores familiares/camponeses se apoiam numa decisão da 3ª Vara da Justiça de Cascavel que alega a ilegalidade da posse dessas terras por parte da empresa madeireira. Esse espaço de resistência ganhou ainda mais notoriedade nacional quando no dia 07 de abril de 2016, quando essa tese estava prestes a ser concluída, policiais militares e jagunços contratados pela Araupel S/A o invadiram, assassinando os agricultores familiares/camponeses Leonir Orback e Vilmar Bordin.

Além desses, também merecem destaque os conflitos que envolveram os atingidos pela construção de barragens. Um exemplo é o da construção, na década de 1970, da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, que fica no município de Saudade do Iguaçu (distante 40 km do município de Laranjeiras do Sul). Essa obra foi empreendida pela empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL), como parte da postura do Governo Militar de efetivar grandes obras de infraestrutura, valorizando o caráter desenvolvimentista do Estado. Para efetivação dessa obra foi construída uma vila-acampamento onde foram abrigados os trabalhadores da ELETROSUL, com a previsão de que ela fosse desmontada ao término dos trabalhos (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013). A cidade de Laranjeiras do Sul, que hoje é a mais populosa no território Cantuquiriguaçu, foi amplamente influenciada pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, de tal modo que:

Enquanto a obra estava em andamento, a maioria dos habitantes do local sentiu mesmo que o progresso estava chegando. Como costuma acontecer em locais de grandes obras, o acúmulo de novos moradores na região alimentava os negócios locais. A grande quantidade de pessoas atraídas para o local deu vivacidade ao comércio de Laranjeiras do Sul, a maior cidade nos arredores, atraindo, portanto, novos empreendimentos, de mercados a casas de prostituição. Além do mais, a própria obra empregou muita gente da região (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013, p.115).

A Usina Hidrelétrica de Salto Santiago passou a operar a partir de 1980, sendo que o seu lago ocupou uma área de cerca de 209 km<sup>2</sup>. Grande parte dos ribeirinhos que foram prejudicados pela execução dessa obra teve que mudar para outros lugares, seja na própria região ou para outras, mais distantes. Dentre

que permaneceram houve a necessidade de deixarem as áreas marginais aos rios em que viviam anteriormente e ir para áreas montanhosas, onde o solo é pedregoso e de baixa fertilidade (PARMIGIANI, 2006).

Ainda na época da negociação pela forma de indenização houve a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em favor dos agricultores familiares/camponeses que seriam atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. Esse apoio possibilitou ao menos a conquista de indenizações em dinheiro a uma parte dos atingidos. Porém, alguns agricultores familiares/camponeses como posseiros, meeiros, empregados de propriedades rurais e até mesmo proprietários de terra não conseguiram qualquer tipo de indenização (RAMPAZO, 2009). Dentre esses, uma parte foi para os centros urbanos, na maioria dos casos se sujeitando a uma situação de miséria. Outra parte se inseriu na luta pela terra. Assim:

O próprio MST recebeu muitos ribeirinhos deslocados nos seus acampamentos. Como muitos perderam tudo com a construção da usina, ou por não receberem nada de indenização ou por aplicarem mal aquilo que receberam, eles foram engrossar a fila dos agricultores sem-terra. Os filhos dos ribeirinhos também não conseguem mais ficar nas propriedades dos seus pais, como acontecia antigamente, pois o terreno que sobrou é muito pequeno, não dando nem para o sustento de uma família. Conforme crescem, têm que sair da propriedade de seus pais para irem procurar novos espaços para sua sobrevivência. Muitos não conseguem se dar bem nas cidades e acabam indo para o MST (RAMPAZO, 2009, p. 17).

Assim, a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago foi um dos elementos que possibilitou o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais do campo na década de 1980. Grande parte dos ribeirinhos que não tiveram acesso a qualquer tipo de indenização se integrou a outros agricultores familiares/camponeses na luta pela terra, especialmente através das ocupações.

Outro exemplo de impactos sociais gerados pela execução de grandes obras de infraestrutura é o da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Rixa (Salto Caxias), em 1995, no rio Iguaçu, que ocasionou inúmeros conflitos entre os agricultores familiares/camponeses ribeirinhos que foram expropriados de suas terras e a Companhia de Eletricidade do Paraná (COPEL) (COCA, 2011). Desde a década de 1980, quando surgiram os primeiros boatos de que seria

construída a barragem da Usina de Salto Caxias, os agricultores familiares/camponeses ribeirinhos passaram a se organizar para resistir aos eminentes prejuízos que teriam com a inundação de suas terras (PARMIGIANI, 2006). Isso contribuiu para a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (CRABI), que em parceria com a CPT passou a defender os interesses das 52 comunidades que seriam atingidas pela construção do lago da Usina Hidrelétrica junto ao Governo do Estado do Paraná.

As principais manifestações de resistência dos agricultores familiares/camponeses organizados pela CRABI ocorreram em 1993, quando a COPEL iniciou o processo de “piqueteamento” para a construção da barragem. Na primeira ocasião, mais de 1.000 agricultores familiares/camponeses reivindicaram que a CRABI fosse consultada para que ocorresse a continuidade das obras. Todavia, eles foram forçados pela Polícia Militar do Paraná a deixar aquele lugar. Como não houve uma mudança de postura por parte da COPEL, de modo que as obras continuaram sem as famílias serem consultadas, uma nova ocupação ocorreu na noite de 12 de agosto de 1993, durante 43 dias (SCHRENER, 2002). A retirada das famílias só foi possível depois do envolvimento do Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar (GOE), de deputados estaduais e federais, além do então Governador do estado do Paraná, Roberto Requião. Após a retirada dos agricultores familiares/camponeses, a CRABI firmou em cartório um documento intitulado “Princípios, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida”, no qual eram previstas duas formas de indenização para as famílias atingidas: i) o reassentamento em projetos implantados pela própria COPEL ou; ii) a concessão de uma carta de crédito que poderia ser utilizada para a aquisição de uma nova propriedade. A COPEL resistiu em cumprir essas determinações, porém, após uma nova ocupação realizada pelos agricultores familiares/camponeses organizados pela CRABI, ela assinou um termo de compromisso cedendo ao pedido das famílias atingidas.

Com isso, a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias começou a ser construída em 1995, passando a operar em 1999. Dentre os impactos ocasionados pela sua construção constam 1.322 famílias atingidas, totalizando 6.107 pessoas, sendo

que 86,7% eram trabalhadores rurais, predominando o emprego de mão-de-obra familiar. Dentre os agricultores atingidos, 67% eram proprietários e 33% eram não-proprietários (arrendatários, meeiros e ocupantes) (COPEL, 1993). As 601 famílias que optaram não quiseram a concessão de uma carta de crédito foram realocadas em 10 projetos de reassentamento, contendo casas, galpões, sistema viário, posto de saúde, posto telefônico, escola, centros comunitários, energia elétrica, igrejas e cemitérios (SCHRENER, 2002; COCA, 2011).

Portanto, os exemplos das usinas hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Caxias demonstram que a execução dessas grandes obras de infraestrutura, voltadas à geração de energia ocasionou consideráveis impactos ambientais e sociais. As indenizações oferecidas a alguns dos agricultores familiares/camponeses ribeirinhos que tiveram suas propriedades inundadas não foi o suficiente para impedir com que essas obras intensificassem a luta pela terra no Cantuquiriguaçu.

O estabelecimento desses conflitos foi o principal responsável para que, entre 1984 e 2014, fossem implantados 49 assentamentos rurais no Cantuquiriguaçu, com 4.581 famílias e 95.399 ha (Tabela 02). Esses dados representam 17% dos assentamentos, 24% das famílias e 24% da área destinada a reforma agrária no estado do Paraná.

**Tabela 02 - Cantuquiriguaçu - Assentamentos Rurais - 1984-2014**

<b>Município</b>	<b>Nº de Assentamentos</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Área em ha</b>
Campo Bonito	3	162	4.353
Candói	6	260	4.166
Cantagalo	4	203	5.055
Catanduvas	1	44	1.401
Espigão Alto do Iguaçu	1	23	403
Goioxim	11	319	8.289
Laranjeiras do Sul	3	120	2.627
Marquinho	2	56	1.382
Nova Laranjeiras	3	205	3.437
Pinhão	4	210	5.966
Quedas do Iguaçu	3	1.191	25.576
Reserva do Iguaçu	3	176	4.331
Rio Bonito do Iguaçu	3	1.581	27.983
Três Barras do Paraná	3	75	2.191
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>4.581</b>	<b>95.399</b>

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. Estevan Coca.

Apesar da importância da implantação desses assentamentos rurais, a agricultura familiar/camponesa ainda ocupa uma posição subalterna no Cantuquiriguaçu. As unidades de produção familiar/camponesas são 82% do total, mas possuem apenas 30% da área (IBGE, 2006). Mesmo assim, elas são responsáveis por cerca de 80% dos mais de 75 mil empregos agrícolas (CONDETEC, 2011).

Uma importante característica da distribuição agrícola no Cantuquiriguaçu é a existência de terras com topografia ondulada (CHRISTOFFOLI; SANTOS, 2014). Como essa realidade dificulta a utilização de máquinas agrícolas, o agronegócio, no seu poder hegemônico de selecionar os melhores terrenos para sua reprodução ampliada, tem optado por se instalar fora delas (CONDETEC, 2011). Devido a isso, a maioria das unidades de produção em terrenos ondulados é de base familiar e nelas uma das principais atividades é a criação de suínos (FABRINI, 2002).

As duas principais formas de uso da terra no Cantuquiriguaçu são a pecuária/criação de outros animais e as lavouras temporárias. Sobre a primeira, ela está presente em 43,19% das unidades de produção, ocupando 47,60% da

área (IBGE, 2006). Destaca-se a importância que a extração de leite ocupa nesse tipo de atividade como uma das principais fontes de renda das famílias camponesas (CONDETEC, 2011). Já a segunda está presente em 42,98% das unidades de produção, ocupando 49,13% da área. Nela se destaca a produção dos seguintes tipos de grãos: milho, soja, feijão, arroz, trigo, cevada e aveia. Além dessas constam também as seguintes atividades: produção florestal, presente em 2,75% das unidades de produção, ocupando 7,11% da área; horticultura e floricultura, presente em 3,81% das unidades de produção, ocupando 1,29% da área e a lavoura permanente, presente em 0,96% das unidades de produção, ocupando 0,90 da área (IBGE, 2006).

A fraca diversificação da cadeia produtiva faz com que a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados por mercados, mercearias e quitandas do Cantuquiriguaçu tenha origem em outras partes do Brasil. Isso ficou evidente no “1º Encontro de Conselheiros de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu”, realizado em Quedas do Iguaçu, em outubro de 2014, quando uma das constatações foi de que apenas 5% dos alimentos comercializados na unidade das Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. (CEASA) em Cascavel têm origem no Cantuquiriguaçu (CORREIO DO POVO DO PARANÁ, 2014).

Um dos fatores que contribui para a fraca inserção de mercado da agricultura familiar/camponesa do Cantuquiriguaçu é que ela possui poucas agroindústrias (CONDETEC, 2011b). Em razão disso, a maior parte da produção de grãos é comercializada *in natura* com grandes cerealistas (CONDETEC, 2011a). Para superar essa dificuldade, aproveitando-se de recursos destinados aos territórios da cidadania pelo Governo Federal, nos últimos anos foram adotadas algumas medidas como a regularização de serviços de inspeção sanitária municipais, a criação de pequenas usinas de beneficiamento e outros (COCA, 2015a).

Além das políticas públicas de compra governamental da produção familiar/camponesa, merecem destaque os seguintes canais de comercialização: i) 12 feiras livres que estão presentes em 11 municípios. Elas têm sido incrementadas com as “sobras” dos produtos comercializados com o PAA e o PNAE e; ii) estabelecimentos especializados como o “Celeiro do Agricultor”, em

Guaraniaçu, que é organizado pela Associação dos Agricultores Familiares de Guaraniaçu (AAFAMIG), contando com 138 associados e mais de 300 produtos; o “Chalé do Agricultor”, em Candói; a “Central de Comercialização”, da Cooperativa Monjolo e a “Casa do Produtor”, COOPAFI, com 130 associados e mais de 80 produtos (CONDETEC, 2011a).

Assim, a prioridade do agronegócio em produzir *comodities* que são comercializadas fora do Cantuquiriguaçu, as dificuldades da agricultura familiar/campesinato em acessar o mercado e o grande número de pessoas que não possuem condições financeiras para poder se alimentar de maneira adequada são algumas das contradições do sistema alimentar desse conjunto de municípios. As políticas públicas de desenvolvimento territorial e mais especificamente o PAA estão sendo implementado com o intuito de amenizar alguns dos problemas relacionados a essa situação.

#### **4.2 - O desenvolvimento territorial no Cantuquiriguaçu**

No Cantuquiriguaçu, a abordagem territorial do desenvolvimento vem sendo implementada por meio do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), que é composto por 46 entidades (25 representantes do Poder Público e 21 representantes da sociedade civil). Dele participam movimentos socioterritoriais, prefeituras, bancos públicos, órgãos de assistência técnica e outros; ou seja, existe considerável diversidade entre suas representações.

Logo que o PTC foi implantado no Cantuquiriguaçu, lideranças do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entenderam que era importante participar das discussões do colegiado territorial. Acreditava-se que o CONDETEC deveria ser disputado pelas forças populares como uma possibilidade de fortalecimento de um modelo de desenvolvimento alternativo para o campo. E. C., uma das lideranças do MST no Cantuquiriguaçu, discorre como se deu essa opção:

[...] mesmo no movimento [MST] não tinha uma orientação geral sobre o escritório [estadual] participar. Chegamos até a discutir e



aí ficou de cada lugar decidir. Nós entendemos que naquele momento tínhamos que participar. Daí, entramos, ajudamos a mobilizar junto com o MPA, a FETRAF, as mulheres, os índios, as cooperativas e as organizações que criamos (E. C. - Membro do MST, professor da UFFS e ex-presidente do CONDETEC - 08/2013).

Dentro do MPA, a leitura sobre a possibilidade de participar do colegiado territorial foi semelhante, como mostrado na fala de V. S.:

[...] é muito difícil para o MPA ter uma orientação clara, vamos para dentro dos territórios ou não vamos para dentro dos territórios. Cada região, cada situação vai ter um ambiente para ti participar ou não, e que nível de participação que tu vais ter. Se tu comparar aqui no Paraná mesmo nós temos inserção no território Paraná Centro e no território Cantuquiriguaçu. No Paraná Centro, a capacidade que os movimentos sociais têm de influenciar no território é muito menor. [...] depende de que nível de força, que nível de influência, porque chega um ponto que se você com as ideias que tua organização defende não influencia, minimamente, nas decisões que estão aí, porque que você vai estar aí? (V. S. - Membro do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014).

Assim, para esses movimentos socioterritoriais, o colegiado territorial era visto, antes de qualquer coisa, como um meio de politização dos demais setores da sociedade. Nesse ínterim, a atuação dos movimentos socioterritoriais do campo no CONDETEC foi fortalecida com o estabelecimento de uma aliança entre eles e alguns prefeitos que pertenciam ao PT<sup>42</sup>. Isso possibilitou que João Costa, então Prefeito de Porto Barreiro, fosse eleito presidente do colegiado territorial. Durante seu mandato foram conquistadas importantes políticas públicas para a agricultura familiar/campesinato do Cantuquiriguaçu como:

- um massivo investimento na cadeia leiteira;
- o fomento da estrutura de casas do trabalhador rural, com a construção de alojamento e salas de aula nas unidades de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguazu, Três Barras do Paraná, Pinhão, Guaraniaçu e Nova Laranjeiras;
- o fomento à Educação do Campo<sup>43</sup>, com destaque a implementação do

<sup>42</sup> No período de 2004 a 2008 os municípios de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguazu e Nova Laranjeiras foram governados por prefeitos vinculados ao PT. Além deles, no município de Candió, através de uma coligação com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o PT esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação (MORAES, 2013).

<sup>43</sup> No que se refere à Educação do Campo, algumas lideranças do Cantuquiriguaçu têm

projeto “Saberes da Terra”, em 13 turmas de 11 municípios do Cantuquiriguaçu, contribuindo com a escolarização e a qualificação profissional de jovens e adultos agricultores familiares/camponeses (COSTA, 2010b);

- a ampliação da infraestrutura do Centro de Desenvolvimento Sustentável de Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), que é gerido pelo MST, em Rio Bonito do Iguaçu. Nele são desenvolvidos cursos voltados para a produção agroecológica para militantes de movimentos socioterritoriais;
- a construção do Centro de Referência em Alimentos e Energia, no município de Porto Barreiro, o qual é administrado pelo MPA. Nele foi instalada uma mini usina de óleo vegetal. Com isso, foi possível produzir óleo comestível em escala industrial, com a finalidade de comercializá-lo com o mercado institucional de alimentos e; outros.

Ainda nesse período em que João Costa esteve à frente do CONDETEC foi elaborado o documento “Plano Safra Territorial: 2010-2013” (CONDETEC, 2011a). Nele fica evidente a intenção do colegiado territorial de avançar de “consumidores” para “propositores” das políticas públicas (p. 56). Demonstra-se também a compreensão de que a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio possuem lógicas distintas, sendo necessário pensar em políticas para as unidades produtivas familiares/camponesas que estejam embasadas por dinâmicas diferentes das que moldam a matriz do agronegócio (p. 67). Assim, mesmo que os documentos orientadores do PTC em âmbito nacional não considerem a luta de classes e entendam o capitalismo como uma totalidade, no Cantuquiriguaçu, o CONDETEC buscou, nesse período, orientar suas ações por uma perspectiva que compreendia a conflitualidade no campo.

V. S. avalia esse período da seguinte forma: “Nós tínhamos a hegemonia, o pensamento camponês, da agricultura familiar, de esquerda. Esse ambiente, esse conjunto, um ambiente mais popular, vamos dizer assim, tinha hegemonia aí

---

participado ativamente da construção dessa proposta. No ano de 2000, o município de Porto Barreiro, que faz parte desse território da cidadania, foi sede “II Conferência Paranaense por uma Educação do Campo”. A síntese das discussões realizadas nesse evento foi publicada na “Carta de Porto Barreiro”, “[...] que manifesta o desejo de construir um Projeto de Educação do Campo, pautando ações, lutas e objetivos que deveriam ser seguidos pelos sujeitos e como pautas pela efetivação das políticas públicas de Educação do Campo” (COSTA, 2010, p.127).

dentro” (Valter Silva - Membro do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014).

Após o mandato de João Costa, Elemar Cezimbra, do MST, assumiu a presidência do CONDETEC, dando continuidade à aliança entre os movimentos socioterritoriais do campo e prefeituras governadas por políticos vinculados ao PT. Durante seu mandato (2011 e 2012), a principal conquista foi a implantação de um *campus* da UFFS, no assentamento 08 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul. Além de usar sua rede de influências para convencer o Governo Federal a contemplar o Cantuquiriguaçu com um dos *campus* da UFFS, o MST do Cantuquiriguaçu também cedeu 3 lotes do assentamento “08 de Junho” para que fosse construída a estrutura física dessa unidade universitária<sup>44</sup>. Dentre os cursos oferecidos constam: Agronomia, Ciências Econômicas (com ênfase em Economia Solidária), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais. Todos eles possuem como foco transversal a Agroecologia.

Após esse período em que por dois mandatos o CONDETEC foi governando por uma aliança entre agricultores familiares/camponeses e prefeituras vinculadas ao PT, foi eleito Márcio Roberto Ramos, um técnico da Empresa Paranaense de Assistência Técnica (EMATER). A mudança de compreensão sobre o modelo de desenvolvimento para o campo que passou a imperar desde então, fica clara na fala a seguir:

[...] a gente trabalha em prol da agricultura familiar, então não teria uma entidade que tivesse o enfoque mais voltado para a questão do agronegócio. **Tudo é agronegócio**, mas nessa linha das grandes corporações, uma que a gente não dispõe de cooperativa, tem muito pouco no território. Tem a COPROSSEL, em Laranjeiras, que se aliou com a COPERAGRO, a COOPAVEL, que atua mais na região Oeste, mas que não tem representação no conselho e só (M. R. - Funcionário da EMATER e presidente do CONDETEC - 08/2013, grifos nossos).

A leitura de que a agricultura familiar é predominante no território é

---

<sup>44</sup> As famílias que cederam os lotes para a instalação do campus da UFFS foram transferidas para o assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguçu.

acompanhada da compreensão de que “tudo é agronegócio”. Essa visão está embasada na crença de que o capitalismo é uma totalidade e que a agricultura familiar/camponesa é atrasada e fadada a desaparecer, precisando ser substituída por “modernas” propriedades que funcionam de acordo com a lógica capitalista. A competitividade deve ser o motor dessa mudança. Essa compreensão é totalmente diferente da que movimentos socioterritoriais do campo como o MST e o MPA possuem, pois para eles, a agricultura familiar/camponesinato é subalterna ao capitalismo, mas não pertence a ele.

Esse período em que Márcio Ramos tem estado na presidência do CONDETEC tem sido marcado pelo distanciamento dos agricultores familiares/camponeses do Cantuquiriguaçu do PTC. Mesmo não tendo abandonado por completo o colegiado territorial, a participação deles tem sido menos propositiva. Para E. C., um dos fatores que contribuí para isso é que no governo de Dilma Rousseff, as políticas de cunho territorial perderam importância, se comparadas com o governo de Lula da Silva.

Na época do Governo Lula saíram umas conferências. Saiu até a Conferência Nacional. Tinha quase três mil pessoas lá em Olinda. Tinha um bom debate. Achei interessante, de muito intercâmbio. Nós, enquanto movimento, aproveitávamos ali para fazer articulação com todas as organizações e debatemos nos corredores, além de intencionar um documento o mais avançado possível. Mas depois, quando veio o final do Governo Lula, com o Governo Dilma, aí acabou aquela linha de crédito que chamava o pessoal. Aí quer queira, quer não a gente fazia reuniões com quase 100 pessoas. [...] Hoje nós vivemos o momento dos territórios, aqui no CONDETEC também, bastante esvaziado. O auge aqui foi isso que eu estava falando, foi o final do Governo Lula (E. C. - Membro do MST, professor da UFFS e ex-presidente do CONDETEC - 08/2013).

A análise de que no governo de Dilma Rousseff as políticas públicas articuladas pela abordagem territorial do desenvolvimento perderam importância também é endossada pelo atual presidente do CONDETEC.

[...] dá pra dizer assim que nessa política houve um retrocesso. Nós tínhamos um processo junto ao MDA, que foi o ministério que mais se identificou com essa proposição, que mais deu apoio. Tinha um programa de infraestrutura, onde aportava o recurso, O PROINF, que antes era PRONAT - Programa Nacional de Atendimentos a Territórios - que aportavam recursos pra você

exercitar; na verdade o recurso era pouco, mas era um meio de você exercitar esse trabalho em conjunto, trabalho em território, com propostas que abrangessem não um único território, abrangessem um conjunto de municípios e de preferência, se fosse possível os 20 municípios que fazem parte do CONDETEC. Mas com a mudança de um governo para o outro houve um esvaziamento, um esfriamento no próprio processo, no próprio MDA, bem como no projeto Territórios da Cidadania também deu uma grande esfriada (M. R. - Funcionário da EMATER e presidente do CONDETEC - 08/2013, grifos nossos).

Outro fator que impede uma maior eficácia do PTC no Cantuquiriguaçu é a falta de sinergia entre o CONDETEC e as prefeituras, prevalecendo o clientelismo e o individualismo. Deve-se ressaltar que a implementação do PTC foi antecedida por uma mobilização de prefeitos e outras lideranças regionais que visavam, dentre outros fatores, conter o declínio populacional que vinha sendo observado no final do século XX. Como resultado disso, foi elaborado o documento “Plano Diretor para os Municípios da Cantuquiriguaçu”, organizado Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu (AMC) (2003). Esse documento trouxe um diagnóstico que comprovava a estagnação social e econômica do Cantuquiriguaçu e a proposta para que fossem executadas ações conjuntas por parte dos seus municípios para que o desempenho dessa região fosse melhorado. Essa mobilização foi fundamental para que o Cantuquiriguaçu fosse selecionado como uma das áreas prioritárias para a aplicação da abordagem territorial do desenvolvimento pelo Governo Federal brasileiro.

Contudo, posteriormente houve um distanciamento do CONDETEC por parte dos prefeitos do Cantuquiriguaçu, de tal modo que conforme as entrevistas, a participação dos executivos municipais nas reuniões do CONDETEC tem sido pouco significativa. O grande problema disso é que apesar de o PTC ter como premissa garantir maior participação à sociedade civil no gerenciamento das políticas públicas, a participação das prefeituras é fundamental para dar institucionalidade às mudanças propostas. Sobre isso, V. S. lembra que:

A máquina do estado não está pensada territorialmente, ela está pensada em territórios municipais. Então quando você vai discutir uma estratégia regional, você enfrenta um mundo de dificuldades; os movimentos têm menos dificuldades, porque o movimento tem visão regional, não fica preso à fronteira do município e tal, mas você vai discutir com o estado, o estado se materializa no

nacional, na esfera estadual e na esfera municipal, então se você tratar com um prefeito é uma situação, se tratar com outro é outra. Você pensar um projeto que abrange dois, três municípios, exige aí um mecanismo em manejo e negociações de outro vulto. Então, o estado brasileiro não está preparado para essa política territorial, embora o governo, ou os últimos governos, têm incentivado isso (V. S. - Membro do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014).

Assim, os aspectos burocráticos dificultam a efetivação de estratégias que vão além da escala do município e contemplem o território da cidadania como um todo. Isso é corroborado por fatores como a falta de interesse de alguns prefeitos em trabalhar com políticas públicas vindas do Governo Federal, devido a questões partidárias e a dificuldade que algumas prefeituras possuem de trabalhar a dinâmica territorial (regional) do desenvolvimento, indo além dos interesses particulares.

Também é apontada como obstáculo para a efetividade do PTC a maior efetividade das emendas orçamentárias dentre os recursos oferecidos para essa estratégia de articulação das políticas públicas. Isso faz com que o PTC possua uma vulnerabilidade orçamentária, devido à dependência que possui em relação aos interesses parlamentares (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2013) e a aplicação de recursos através de mecanismo que driblam os colegiados territoriais (FAVARO; MONTENEGRO-GÓMEZ, 2011). De acordo com Moraes (2013, p.311), no território Cantuquiriguaçu esse problema corrobora com o distanciamento dos prefeitos do CONDETEC:

Percebe-se que são muito mais disputados e seguros os recursos das emendas parlamentares dos deputados federais que asseguram seus colégios eleitorais que outros recursos para o “Território da Cidadania Cantuquiriguaçu”. Dessa forma, é notório que muitos prefeitos, vereadores e outras lideranças do território, preferem gastar suas energias no diálogo direto com deputados, do que participar de reuniões do colegiado e disputando os poucos recursos.

Nesse contexto, o debate feito pelos colegiados territoriais, onde se busca gerar o desenvolvimento “de baixo para cima” acaba sendo superado pelo direcionamento de recursos pontuais “de cima para baixo”, através das emendas parlamentares. Com isso, a capacidade da sociedade civil de interferir no

desenvolvimento regional se torna muito menor do que o poder que os acordos clientelistas que determinam as emendas parlamentares. Tal leitura também é feita pelos movimentos socioterritoriais do campo, como demonstrado na fala de V. S.:

Se nos compararmos o que a gente conseguiu efetivar a partir do debate do território e a partir das emendas parlamentares, ganham longe as emendas. Porque aí é possível eu pensar uma estratégia regional e definir que para a estratégia regional é melhor que isso seja efetivado no município tal e aí eu negociar a emenda parlamentar e instalar isso dentro de uma estratégia regional. Agora, se eu for lá no prefeito do município vizinho e contar para ele que eu estou pensando essa estratégia, mas nós temos que negociar uma emenda, e nós temos que implantar lá no município vizinho, “ah, mas aí você está me quebrando...” Você percebe que é diferente a relação, aí as emendas, os municípios, os prefeitos negociam emendas para suas estratégias dentro do mandato no município, mas os movimentos conseguem pensar estratégias regionais e a emenda parlamentar fortalecer isso (V. S. - Membro do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014).

Nesse sentido, as emendas parlamentares, além de possibilitarem maiores investimentos também podem ser usadas pelos movimentos socioterritoriais do campo para influenciar a relação deles com os executivos municipais.

Tais fatos deixam claro que a capacidade de PTC de contribuir para a alteração da correlação de forças entre a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio no Cantuquiriguaçu ainda é limitada.

Contudo, mesmo sem a ocorrência de mudanças estruturais, dentro do PTC, o PAA tem se destacado como uma política pública com potencial para contribuir com a proposta alternativa de soberania alimentar na escala regional como mostrado na sequência.

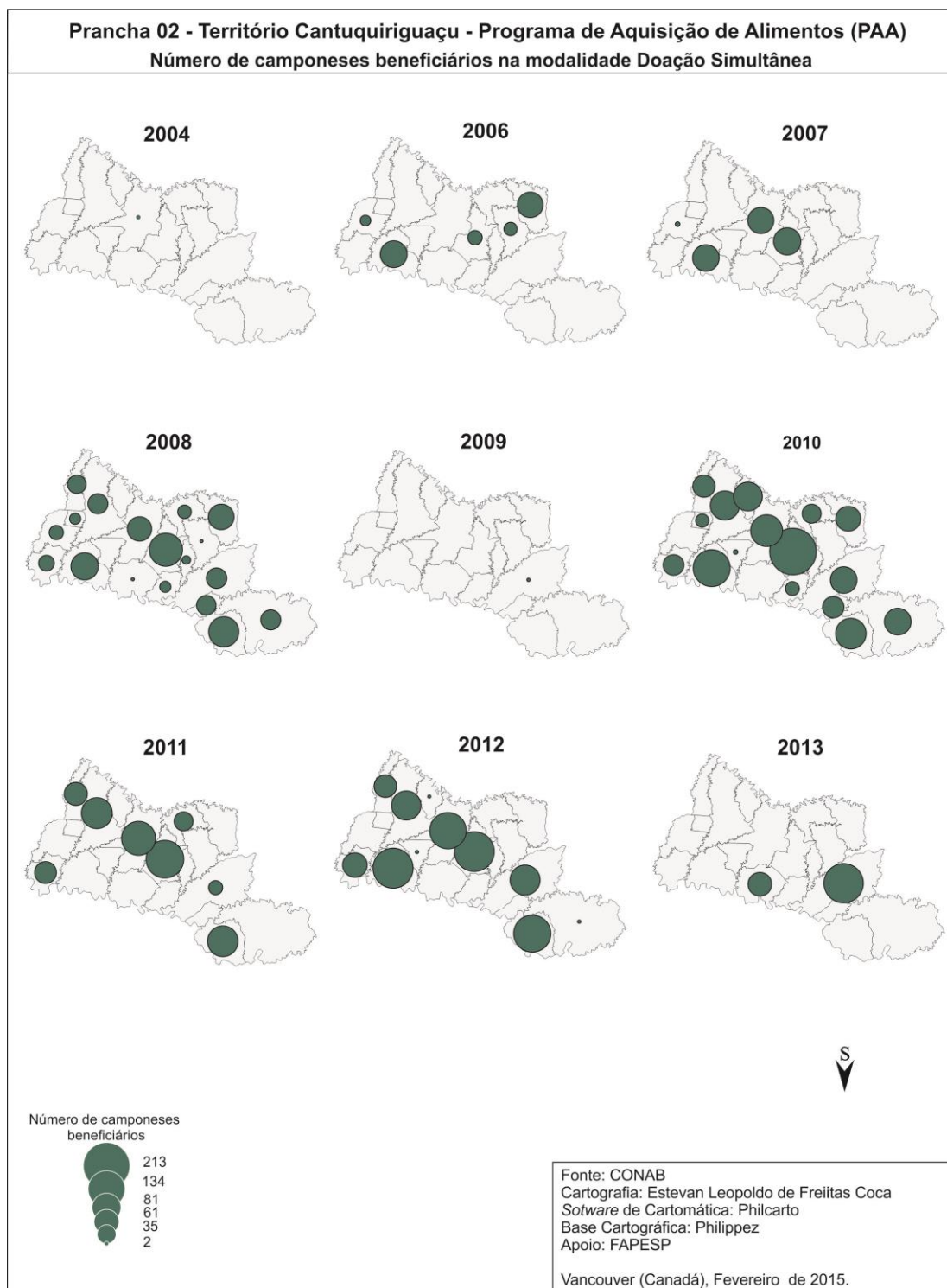
#### **4.3 - A contribuição do PAA para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu**

Nessa parte, busca-se discutir a contribuição do PAA “Compra com Doação Simultânea” para a implementação da soberania alimentar no Cantuquiriguaçu. São enfatizados dois eixos por meio dos quais isso se dá: a criação de um novo canal de comercialização para os produtos

familiares/camponeses e o combate à fome.

O PAA “Compra com Doação Simultânea” começou a ser implantado no Cantuquiriguaçu no ano de 2004, através de um projeto proposto por 3 agricultores familiares/camponeses da Central das Associações Rurais Rio da Prata (CARP), de Nova Laranjeiras. Entre 2004 e 2013 todos os seus municípios tiveram agricultores familiares/camponeses proponentes, sendo que os maiores números foram os de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu. Apenas em 2005 não foram constatadas participações (Prancha 02). O ano que teve o maior número de participantes foi 2010, com 1.110. Contudo, problemas pontuais de desvios de recursos e a necessidade de reorganizar sua logística fizeram com que ocorresse um arrefecimento dessa política pública nos anos seguintes. Sobre isso, são referências as operações policiais nomeadas como “Feira-Livre e “Agro fantasma”. Na primeira, a Polícia Federal constatou má fé na efetivação do PAA em Foz do Jordão. As investigações apontaram que alguns agricultores familiares/camponeses recebiam por produtos que não eram entregues, sendo que muitos deles sequer sabiam que seus nomes constavam no cadastro de proponentes do PAA. Como resultado, 4 pessoas foram presas, além da efetivação de 10 mandatos de busca e apreensão (POLÍCIA FEDERAL, 2011). Na segunda, a Polícia Federal constatou desvio de recursos do PAA em 15 municípios do Paraná (dentre os quais Foz do Jordão, Candói, Goioxim e Pinhão, que ficam no Cantuquiriguaçu), além de Bauru, no estado de São Paulo, e Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul. Foram expedidos 1 mandato de prisão preventiva, sete mandatos de suspensão cautelar da função pública, 37 mandatos de busca e apreensão e 37 mandatos de condução coercitiva (GLOBO.COM, 2014; REDE SUL NOTÍCIAS, 2014).



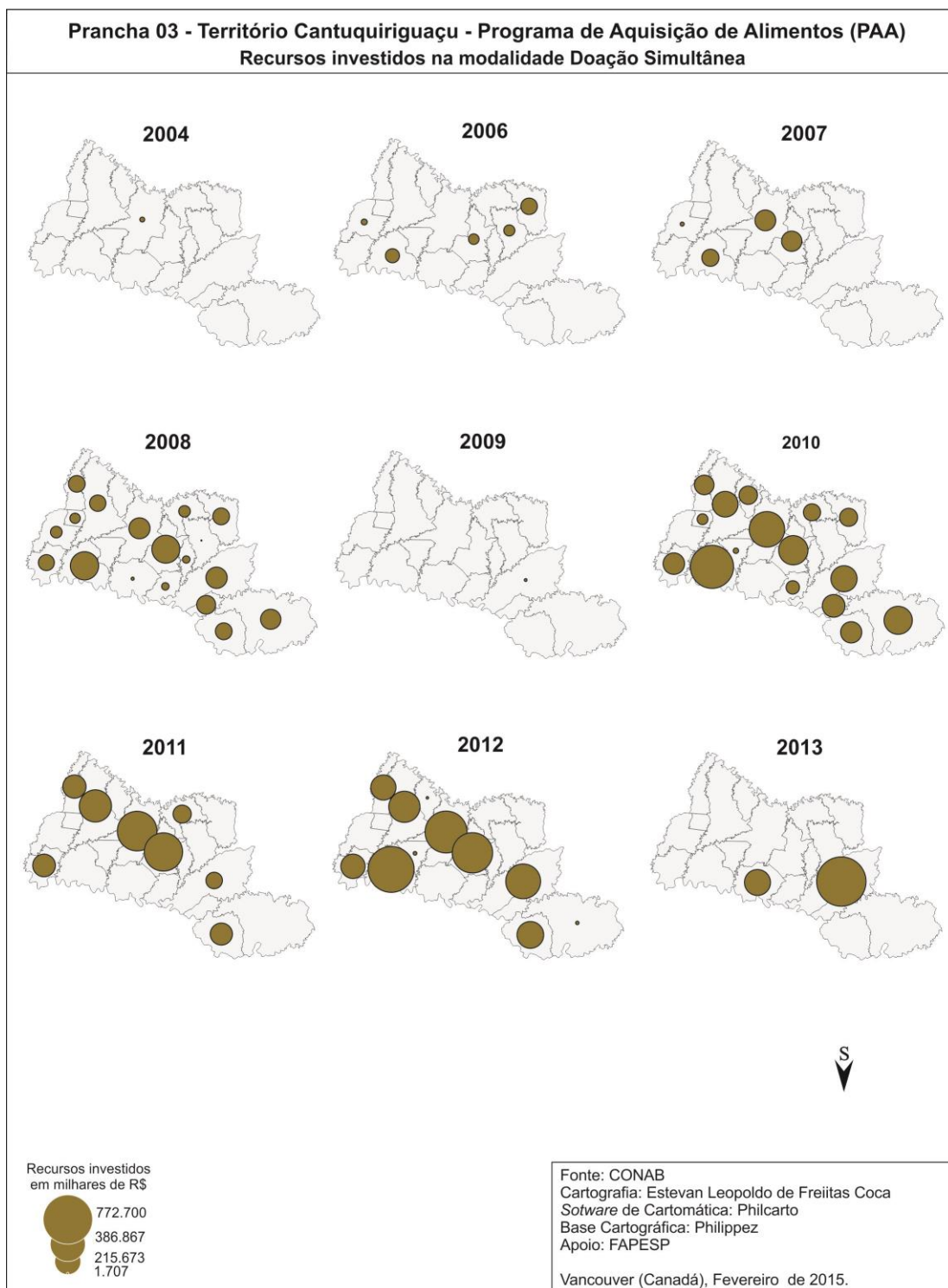


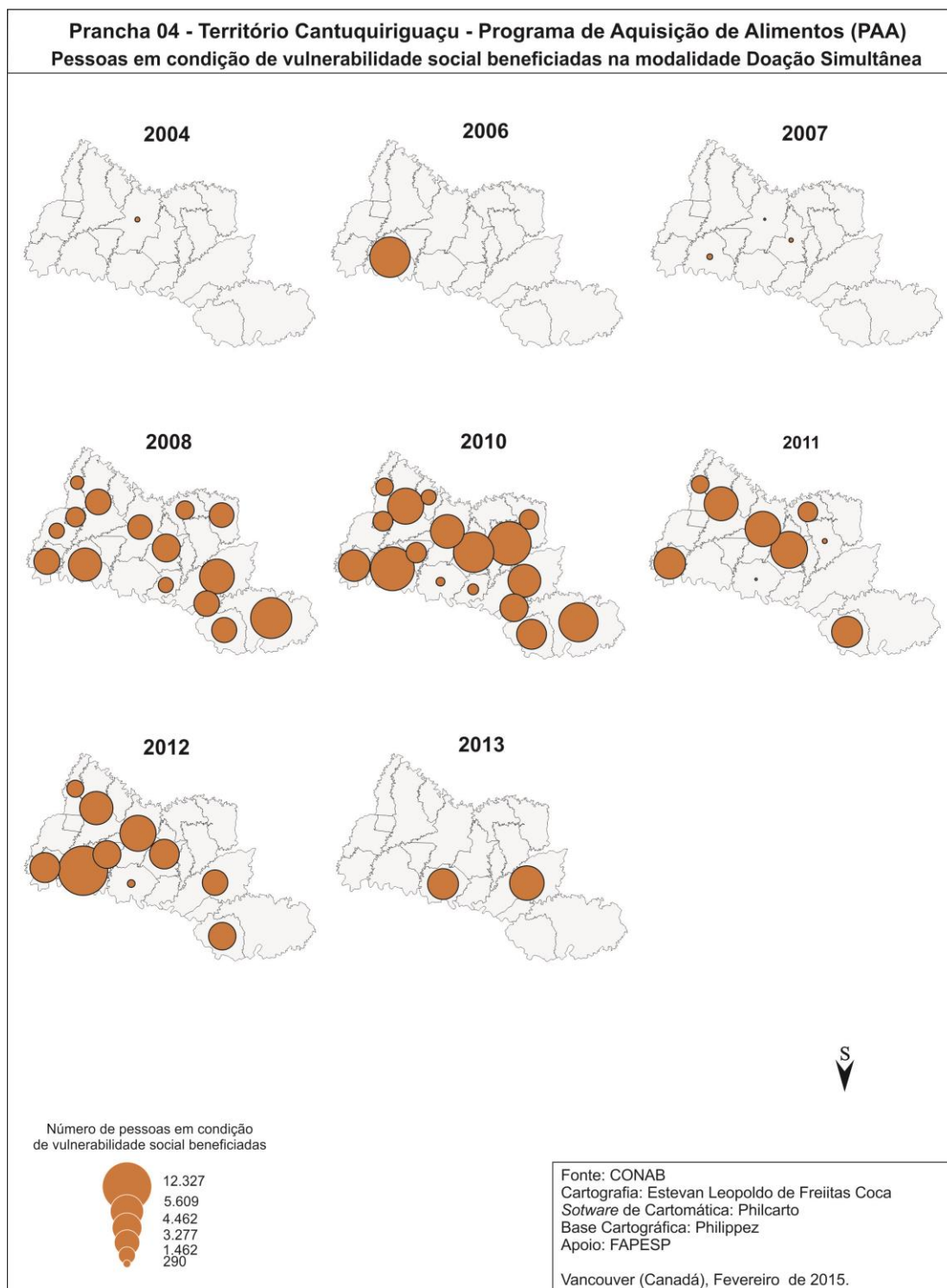
No que se refere aos valores investidos no PAA “Compra com Doação Simultânea”, os anos que tiveram os maiores números foram 2012 e 2010, respectivamente (Prancha 03). Os baixos valores pagos aos agricultores familiares/camponeses em 2004 e 2006 – os primeiros anos de implantação do

PAA “Compra com Doação Simultânea” no Cantuquiriguaçu – podem ser explicados pelo pequeno número de proponentes e por só terem sido comercializados produtos *in natura*. Tal realidade mudou no ano de 2007, quando os beneficiados passaram a compor os produtos comercializados pelos agricultores familiares/camponeses com o mercado institucional. Considerando todos os investimentos realizados entre 2004 e 2013, os municípios com maiores números são Nova Laranjeiras (R\$ 1.744.008), Quedas do Iguaçu (R\$ 1.699.899) e Laranjeiras do Sul (R\$ 1.664.998).

Sobre as pessoas em condição de vulnerabilidade social que receberam a doação dos alimentos, a primeira experiência data de 2004, com a Associação Indígena Mundo Novo, de Laranjeiras do Sul (Prancha 04). O ano com maior número de pessoas beneficiadas foi 2010, com 76.401 pessoas, o que representa mais do que 32% da população do Cantuquiriguaçu. Isso comprova a importância que o PAA tem tido na estratégia de desenvolvimento territorial como uma possibilidade de contribuir com o combate à fome. As entidades socioassistenciais que participaram do PAA “Compra com Doação Simultânea” entre 2004 e 2013 no Cantuquiriguaçu possuíam finalidades como as seguintes: albergues, acampamentos de agricultores sem-terra, amparo às crianças e a idosos, APAES, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, escolas, hospitais e outros.

**Prancha 03 - Território Cantuquiriguaçu - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)  
Recursos investidos na modalidade Doação Simultânea**





Percebe-se que o PAA tem tido uma significativa abrangência no Cantuquiriguaçu, sendo uma referência para os agricultores familiares/camponeses proponentes e para as pessoas em condição de vulnerabilidade social que recebem a doação dos alimentos. Dado esse fato, na

sequência são apontados dois elementos dessa política pública que contribuem para a efetivação da proposta alternativa de soberania alimentar: a criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses e o combate à fome.

#### **4.3.1 - A criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa**

No Cantuquiriguaçu, o PAA tem sido o responsável pela criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses proponentes. Mesmo com algumas limitações, ele tem contribuído para que sejam superadas as barreiras que impedem com que os agricultores familiares/camponeses consigam comercializar sua produção por preços que contribuam com sua reprodução econômica e social. Ou seja, por ele, os agricultores familiares/camponeses têm tido a oportunidade de “saltar escalas” (SMITH, 2000).

Isso tem gerado um efeito econômico imediato, haja vista que “[...] aonde o pessoal consegue um pouco de organização, de fato, fixa a renda (E. C. - Liderança do MST, professor da UFFS e ex-presidente do CONDETEC - 08/2013). Ou seja, o PAA pode ser uma referência para que as famílias proponentes recebam com maior frequência pelos seus produtos e assim tenham uma melhor organização financeira. Elas não ficam mais reféns da comercialização de produtos sazonais, haja vista que o PAA prevê a comercialização de produtos diversificados. Com isso, as famílias camponesas podem se programar para que em cada época do ano elas tenham um ou mais produtos para oferecer para o mercado institucional.

Aqui, vale lembrar que devido ao controle genético por ele exercido, o regime alimentar corporativista tem como característica a aceleração do tempo de produção de alimentos. Nesse caso impera o tempo do capital. Por não conseguir se adaptar a essa lógica, os agricultores familiares/camponeses são prejudicados na disputa por mercados. Contudo, o PAA rompe com essa dinâmica ao valorizar o tempo da natureza na produção dos alimentos. Levar isso em consideração é

fundamental para se compreender a contribuição que o PAA traz para a agricultura familiar/camponesa na criação de uma nova oportunidade de mercado, garantindo uma renda fixa.

Todavia, também se verifica que o PAA contribui com a “renda invisibilizada” das famílias proponentes, haja vista que parte da produção é destinada ao consumo familiar.

[...] as famílias que se inserem nessa dinâmica não querem sair mais, porque ela mexe na renda em dois sentidos: primeiro, permite ter renda de produção que antes não se contava. Antes não se produzia alface, abóbora, mandioca, batata para o autoconsumo, agora se produz um pouco a mais e tem-se uma renda a partir desse tipo de produção; e a segunda é uma renda que entra mensalmente [...] Então, ajuda a manter uma condição financeira por mais que não seja uma renda substancial, que mude a vida estruturalmente, que possa comprar uma terra; mas garante a vida cotidiana numa outra qualidade de vida. [...] O PAA tem esse efeito: já que você vai produzir de tudo um pouco para fornecer, você produz de tudo um pouco para o próprio abastecimento da família. Melhora a alimentação, melhora o abastecimento em casa e, portanto, há uma **renda invisibilizada** aí, o cara deixa de comprar no mercado ou passa a se alimentar do que ele não se alimentava antes e há uma renda efetiva ao comercializar isso (V. S. - Liderança do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014, grifos nossos).

Por essa visão, ao incentivar os agricultores familiares/camponeses a diversificarem sua produção, o PAA também contribui para um aumento indireto de sua renda. Isso ocorre porque produtos que antes não eram cultivados nas unidades de produção familiares/camponesas passam a sê-lo e parte deles é destinada para o abastecimento alimentar das próprias famílias produtoras. Com isso, a renda familiar melhora não apenas devido à cota mensal que os agricultores familiares/camponeses recebem através dos contratos firmados com o PAA, mas também porque a necessidade de comprar alimentos de fora da sua unidade de produção pode tornar-se menor.

Além do mais, a possibilidade de organizar melhor sua produção e a garantia de renda também têm possibilitado aos agricultores familiares/camponeses proponentes uma menor penosidade no trabalho.

Olha, eu vou te falar uma coisa, quando você é pequeno agricultor e vai trabalhar nesses projetos bem organizados, obviamente que

melhora. [...] **Tu trabalha menos, a partir da hora que tu tiveres conhecimento, porque tu vais trabalhar de maneira mais correta**, mais certa, em comparação com 10 anos atrás, eu não sei porque que eu trabalhei tanto, não era viável trabalhar tanto! Hoje eu trabalho a metade do que trabalhava antes (V. R. - Cooperado da COOPAFI de Quedas do Iguaçu - 15/06/2014, grifos nossos).

Opinião semelhante é expressa por D. P., da Cooperativa Monjolo, que ao ser indagado se o PAA tem contribuído para o aumento de renda dos cooperados da entidade por ele presidida disse o seguinte: “Eu não diria que houve uma melhora, mas **houve uma redução no trabalho forçado, no trabalho pesado** [...]” (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013, grifos nossos).

A importância disso reside no fato de que nas unidades de produção camponesas o trabalho da família é estrutural. Os esforço empreendido depende de fatores como a quantidade de terra, os recursos de exploração e principalmente, o número de membros da família aptos para o trabalho (CHAYANOV, 1981). Nesse sentido, o PAA tem viabilizado uma melhor condição de vida para os agricultores familiares/camponeses proponentes por que através dessa política pública eles podem programar sua produção, tendo a certeza de que ela será comercializada no mercado institucional.

Mesmo assim, todos os agricultores familiares/camponeses proponentes entrevistados para essa pesquisa no Cantuquiriguaçu reconheceram que o valor da cota anual a que cada unidade produtiva tem direito ainda é insuficiente para que possa cobrir suas necessidades familiares. Uma das justificativas para a defesa da necessidade de uma cota anual maior para o PAA é de que os gastos que eles possuem com a sua unidade de produção para atender ao mercado institucional são altos.

Só para montar cinco aspersores e colocar uma bombinha, eu vou gastar quase R\$10 mil. Se eu fosse montar isso aqui para trabalhar no PAA, não seria viável nunca! Outro detalhe, vou plantar cana, vou trabalhar com melado, montar uma casinha conforme a vigilância [sanitária] exige, porque tem que ter essas regras, porque se você for ver lá na ponta são nossas crianças, nossos filhos, a nossa sociedade que está lá, então eles merecem ter um produto de qualidade! Da mesma maneira que eu quero ter um produto bom, eles também querem ter um produto bom! (V. R. - Cooperado da COOPAFI de Quedas do Iguaçu - 15/06/2014).

Pelo fato de a cota anual suprir apenas parte das necessidades de algumas famílias, essas se veem forçadas a procurar outras oportunidades de mercado, além do PAA.

A cota poderia ser maior, principalmente para as regiões que têm grandes centros próximos. Por exemplo, aqui na nossa região, como é bastante rural, você pega aí, o PAA e o PNAE, somando os dois não precisa de outra coisa, o volume fica grande. Mais para algumas famílias é um problema. Às vezes, aqueles que têm vontade de produzir mais esse tipo de coisa, com quatro e quinhentos não passam o ano. Então diz assim: “Eu vou produzir isso, mais eu não posso viver só disso. Eu preciso de outra coisa também” e acaba dando esses problemas. Eu vejo que não deveria ter esse limite, deveria ter uma variação individual na hora de apresentar o projeto. Um tem capacidade de produzir R\$ 15 mil, produz R\$ 15 mil. Outro tem capacidade de produzir R\$ 2 mil, produz R\$ 2 mil. Não fazer uma média geral. Eu acho que isso é complicado de trabalhar (I. A. - Presidente da COOPERJUNHO - 27/08/2013).

Constata-se que o valor da cota anual é um dos problemas apontados pelos agricultores familiares/camponeses que impedem uma maior efetividade do PAA no Cantuquiriguaçu. Todavia, mesmo assim, tal política pública tem contribuído para que as famílias camponeses obtenham uma garantia de renda e em alguns casos também a melhoria dela, além da diminuição da penosidade do trabalho.

Em suma, a criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa do Cantuquiriguaçu através do PAA traz como resultado imediato, impactos econômicos. Mesmo que o valor da cota anual ainda seja pequeno, não se pode negar que tal política pública tem sido uma referência para que ocorra uma melhor organização da vida financeira dos proponentes.

Contudo, no Cantuquiriguaçu, a oportunidade de mercado criada pelo PAA também traz rebatimentos políticos, sociais e até mesmo, ambientais. Tal fato reforça o caráter alternativo dessa política pública.

Sobre isso, chama a atenção a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações familiares/camponesas. Isso adquire grande importância na medida em que se percebe que as mesorregiões Oeste Paranaense e Centro-sul Paranaense, onde se localizam os municípios do Cantuquiriguaçu, possuem um histórico de forte atuação de cooperativas vinculadas ao agronegócio,



privilegiando a monocultura e relegando aos agricultores familiares/camponeses um espaço subalterno no sistema alimentar regional. Um exemplo do gigantismo desses empreendimentos é a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL), com sede em Cascavel, especializada na produção de grãos. Ela possui 26 filiais, 3.400 associados e 4.689 funcionários. No ano de 2013, seu faturamento chegou a 1.5 bilhão (COOPAVEL, 2015). Também podem ser citadas como referências do cooperativismo por parte do agronegócio: a Cooperativa Agrária Agroindustrial, de Guarapuava; a Cooperativa de Produtores de Sementes de Laranjeiras (COOPROSSEL), de Laranjeiras do Sul; a Cooperativa Agroindustrial (COASUL), de São João e outras. Essas cooperativas contribuíram para o fortalecimento do agronegócio e a subalternidade da agricultura familiar/camponesa no Cantuquiriguaçu. Antes da criação dos canais de comercialização via mercado institucional, muitos agricultores familiares/camponeses não conjecturavam a comercialização de sua produção por outro meio que não fosse a integração junto a essas grandes unidades agroindustriais, fato que os forçava a produzir monocultivos<sup>45</sup>.

Contudo, o que se percebe é que através das políticas de comercialização da produção familiar/camponesa pelo mercado institucional, especialmente o PAA, associações e cooperativas voltadas para a produção familiar estão sendo fortalecidas, aumentando o escopo de possibilidades de comercialização das famílias camponesas. Isso faz com que elas sejam reconhecidas como importantes componentes do sistema alimentar do Cantuquiriguaçu. Além do mais, vale ressaltar que tais entidades proponentes não possuem apenas uma importância econômica para a agricultura familiar/camponesinato, mas também política e ideológica (FABRINI, 2002).

Em 2012, por exemplo, 08 cooperativas e 03 associações participaram do PAA “Compra com Doação Simultânea” no Cantuquiriguaçu (PAA DATA, 2015). Ao consultar na *Web page* da Receita Federal do Brasil, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dessas entidades coletivas, constata-se que apenas uma delas foi formada antes de 2004, que como mostrado anteriormente foi o primeiro

---

<sup>45</sup> Apesar da hegemonia dessas grandes cooperativas do agronegócio não se pode deixar de mencionar que na década de 1990 foram instaladas algumas cooperativas camponesas em assentamentos rurais com a presença do MST, todavia, parte delas fracassou (FABRINI, 2002).

ano de implementação de tal modalidade do PAA nesse conjunto de municípios. Ou seja, no mesmo contexto em que o PAA tem se firmado como uma das mais importantes oportunidades de mercado para a agricultura familiar/camponesa do Cantuquiriguaçu, também tem surgido novas entidades coletivas formadas por agricultores familiares/camponeses. Para exemplificar a relevância desse fato, são abordados três casos: a COOPERJUNHO, de Laranjeiras do Sul; a Monjolo, de Nova Laranjeiras e a COOPAFI, de Quedas do Iguaçu.

A COOPERJUNHO é formada por agricultores familiares/camponeses do Projeto de Assentamento Federal (PA) “08 de Junho”, localizado em Laranjeiras do Sul. Nele vivem 71 famílias – a grande maioria vinculada ao MST – as quais estão distribuídas por 1.477 ha.<sup>46</sup> A primeira iniciativa de organização coletiva dos agricultores familiares/camponeses assentados no PA “08 de Junho” ocorreu no ano de 2001 com a criação de uma associação comunitária. Por ela, o PAA passou a ser efetivado no assentamento no ano de 2005. Em 2007, a associação deu lugar à COOPERJUNHO. A associação englobava todas as famílias assentadas, já na COOPERJUNHO o ingresso se dá pela adesão voluntária. Atualmente, cerca de 50 famílias estão vinculadas à cooperativa. Os motivos dessa mudança foram os seguintes:

[...] em 2005 foi feito o primeiro [contrato com o] PAA, isso tudo via associação ainda. Na época era mais tranquilo, eram questões em que a associação supria as nossas necessidades. Só que acontece que, quando a gente começou a trabalhar com os primeiros programas, ali em 2007, a gente percebeu: “Ah, se a gente produzir um pouquinho a mais, a gente vai vender para quem? A gente não tem nota fiscal, a legislação não permite que a associação faça comércio”. Daí a cooperativa veio de uma discussão de um mesmo grupo que já estava trabalhando com a associação (I. A. - Presidente da COOPERJUNHO - 27/08/2013).

Portanto, a formação da COOPERJUNHO teve como motivo central otimizar a participação dos agricultores familiares/camponeses assentados nos programas governamentais de compra de alimentos, além de possibilitar a venda de produtos que não teriam essa finalidade e que invariavelmente eram

---

<sup>46</sup> O assentamento “08 de Junho” possui capacidade para 74 famílias, contudo, como dito anteriormente, 3 lotes foram cedidos pelos camponeses para a instalação de uma unidade da UFFS.

desperdiçados. Ao aderir ao sistema cooperativista, os assentados passaram a ter maiores possibilidades de comercialização dos seus produtos<sup>47</sup>. A importância do PAA para a constituição desse espaço coletivo camponês foi fundamental, principalmente porque representou uma garantia de renda aos assentados.

**De início, o que sustentou, o que alavancou a própria cooperativa, foi o PAA.** A gente sempre tem visto assim que a maioria das entidades não deveria se preocupar em ficar fixa no programa. Eu acho que o programa é bom pra dar força, pra dar capital, pra começar a se organizar, mas com o passar dos anos, ela vai ter que achar outros caminhos. Não pode ficar preso no programa. Pode trocar o governo daqui a dois, três anos e daí? Pode o programa não continuar, pode não ter recursos e daí vai indo e a entidade acaba junto. Então, a gente tem essa preocupação. A nossa ideia é sempre ter 50% de venda do programa e 50% de venda não do programa, até porque se der problema num ou no outro a entidade e aí hoje tem umas trinta e poucas pessoas trabalhando conosco. Então, é complicado, de uma hora pra outra tem que parar (I. A. - Presidente da COOPERJUNHO - 27/08/2013, grifos nossos).

Existe uma preocupação com a criação de outras possibilidades de comercialização dos produtos familiares/camponeses que não apenas o PAA, mesmo que essa política pública tenha sido fundamental para a constituição da cooperativa. A possibilidade de uma mudança de governo e o conseqüente encerramento das atividades do PAA são os principais motivos para se pensar nessas estratégias. Em razão disso, a cooperativa trabalha com outras atividades como: i) a oferta mensal de um café colonial no salão social de sua sede; ii) a venda por encomenda de massas e; iii) o gerenciamento da cantina do *campus* da UFFS que está instalado dentro do assentamento.

Outro fator que merece destaque na atuação da COOPERJUNHO no PAA é a capacidade de processar alimentos. Na sua sede existe uma cozinha e uma panificadora industriais (Figura 04). Isso possibilita aos agricultores familiares/camponeses agregar valor aos produtos cultivados em seus lotes, obtendo por eles um maior valor comercial, seja através do PAA ou através de outros canais de comercialização. No que se refere ao PAA, por exemplo, no ano de 2010, o maior valor obtido com a venda de produtos *in natura* foi com a alface

---

<sup>47</sup> De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 as cooperativas possuem maiores possibilidades de atuação comercial do que as associações. Cooperativas são formadas por objetivos econômicos, enquanto associações são formadas para prestação de serviços sociais.

(R\$ 4.851,00). Já no que se refere aos produtos processados, os valores foram bem superiores, com destaque para os seguintes: R\$ 11.000,00 com bolachas, R\$ 10.200,00 com doce de jabuticaba, R\$ 10.080,00 com pão e R\$ 6.270,00 com macarrão.

**Figura 04 - Cozinha industrial da COOPERJUNHO**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Agosto de 2013.

A Cooperativa Monjolo, de Nova Laranjeiras possui 70 sócios e cerca de 140 famílias vinculadas a ela através do PAA<sup>48</sup>. Ela teve origem na CARP, que como mostrado anteriormente, foi a pioneira do PAA “Compra com Doação Simultânea” no Cantuquiriguaçu. Todavia, com o intuito de otimizar a participação dos agricultores familiares/camponeses membros no mercado de alimentos, a associação foi transformada em cooperativa.

O PAA, em Novas Laranjeiras, começou em 2004. Nós começamos aqui no interior do município em uma comunidade distante daqui há 28 km. Então nós começamos por uma associação. Não sei se posso dizer que é um privilégio... e nós trabalhamos até 2009 fazendo a operação do PAA por essa associação. Em 2009, cria-se essa estrutura e nós trouxemos para cá e criamos a cooperativa; **mas a cooperativa existe em razão dos programas, principalmente o PAA**. E nós estamos com a cooperativa, desde 2009, e temos uma expectativa muito boa em relação à cooperativa (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013, grifos nossos).

Assim como ocorre no caso da COOPERJUNHO, na Monjolo também existe a preocupação com o beneficiamento dos produtos. Na sede da

<sup>48</sup> Para ingressar no grupo de sócios da Cooperativa Monjolo é necessário que o camponês tenha certificação de produção familiar e pague a cota capital, que é de R\$ 1.500. O valor pode ser dividido em três anos. Após isso, cada família deve pagar uma taxa administrativa mensal que é utilizada para custear as despesas da cooperativa.

cooperativa está instalada uma estrutura que contempla: cozinha industrial, panificadora, máquinas de extração de suco de uva e de embalagem à vácuo, *freezers*, uma câmara fria com capacidade de armazenamento de 80 toneladas e outros. Parte dessa estrutura pode ser observada na Figura 05.

**Figura 05 - Estrutura da Cooperativa Monjolo**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Agosto de 2013.

A importância do beneficiamento fica evidente quando se percebe que em 2012, dentre os produtos comercializados pela Monjolo, o que obteve maior valor foi o pão, com R\$ 52.292,25. Esse valor é bem superior ao do milho (R\$ 31.534,60), que dentre os produtos *in natura* foi o que obteve maior valor. Portanto, percebe-se mais uma vez como o sistema cooperativista cria possibilidades para otimizar a participação dos agricultores familiares/camponeses no PAA.

Também na Monjolo constata-se que apesar de o PAA ter sido o principal motivo do seu estabelecimento, outras estratégias de fortalecimento da agricultura familiar/camponesa também têm sido criadas, com o intuito de aumentar a renda e diminuir a dependência do mercado institucional de alimentos. No ano de 2013, por exemplo, ela teve um projeto do Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PPAIS) aprovado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a criação de 70 hortas cultivadas sem o uso de agrotóxicos, através do Sistema Mandala<sup>49</sup>. Isso possibilitará a criação de novos canais de comercialização.

---

<sup>49</sup> No Sistema Mandala as hortas possuem canteiros circulares para facilitar a irrigação. Os tanques de água que as abastecem também possibilitam a criação de aves e peixes.

Por fim, a COOPAFI, de Quedas do Iguaçu<sup>50</sup> destaca-se por mesclar agricultores familiares/camponeses assentados e outros que não compõem o público beneficiário da reforma agrária entre os seus 43 sócios. Ela foi formada em meados da década de 2000 como uma estratégia para aumentar a participação dos agricultores familiares/camponeses no sistema alimentar do município de Quedas do Iguaçu. A iniciativa de sua criação partiu da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, que visava a formação de uma feira-livre. Participaram dessa primeira etapa 21 sócios. A Prefeitura Municipal cedeu à cooperativa, em regime de comodato, um barracão na área central da cidade, onde foi organizada sua sede. Reconhecendo que somente a participação nas feiras-livres não era o suficiente para a viabilização das unidades de produção familiares/camponesas, de imediato a COOPAFI buscou inserir-se nos programas de compra institucional de alimentos, mais especificamente no PAA e no PNAE.

A cooperativa é vista como uma possibilidade de dinamizar a participação nas chamadas públicas de compra institucional de alimentos.

**O principal é que tu tens uma escala maior de produção**, você consegue oferecer produtos mais variados e de maior qualidade. Não tem como eu entrar numa chamada pública como bloco de produtor, por exemplo, nosso município ainda aceita individual. Eu posso entrar, mas não me torna viável para eu entrar e entregar 2 ou 3 produtos pra fazer a entrega em 33 estabelecimentos, não é? São 170km para passar em todos eles. Tem que ser muito bem planejado, senão... (M. F. - Presidente da COOPAFI de Quedas do Iguaçu - 15/06/2014, grifos nossos).

Apesar de a COOPAFI não ser dotada de uma cozinha industrial em sua sede, como ocorre com a COOPERJUNHO e com a Monjolo, ela também tem privilegiado a comercialização de produtos beneficiados nas unidades de produção familiar/camponesas. No ano de 2012, os três produtos comercializados por maiores valores eram beneficiados, sendo eles a bolacha, com R\$ 59.405,50; o pão, com R\$ 58.801,00 e a cuca, com R\$ 51.559,35. Dentre os produtos que não foram beneficiados, o que rendeu maiores recursos foi a laranja lima, com R\$ 17.992,50.

---

<sup>50</sup> A COOPAFI - unidade de Quedas do Iguaçu - é uma das 15 cooperativas do sistema COOPAFI, uma rede de cooperativas presente em 25 municípios paranaenses. A unidade central fica no município de Francisco Beltrão.

Assim como acontece com a COOPERJUNHO e com a Monjolo, mesmo tendo o PAA como principal referência para sua atuação, a COOPAFI de Quedas do Iguaçu também tem buscado outras alternativas de comercialização da produção de seus sócios. São exemplos uma pequena venda instalada em sua sede (Figura 06) e a realização de uma feira agroecológica aos sábados pela manhã (Figura 07)

**Figura 06 - Venda instalada na sede da COOPAFI**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Junho de 2014.

**Figura 07 - Feira agroecológica realizada na sede da COOPAFI**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Junho de 2014.

Dados esses exemplos, percebe-se que o PAA tem incentivado a formação e o fortalecimento das entidades proponentes, qualificando-as como referências no sistema alimentar regional. Tal assertiva fica ainda mais evidente na leitura realizada pelo atual presidente do CONDETEC:

[...] eu acho interessante a gente citar que foram constituídas algumas cooperativas da agricultura familiar que vêm fortalecer ainda mais; **o PAA foi uma mola mestra, digamos assim, que puxou a questão do associativismo**, que na nossa região, em virtude de falência de algumas cooperativas que, até hoje tem produtor enroscado nesse processo, era um tabu [...] dentro dessa

linha, o PAA tem contribuído bastante para o fortalecimento dessa questão da organização social (M. R. - Funcionário da EMATER e presidente do CONDETEC - 08/2013, grifos nossos).

Assim, no Cantuquiriguaçu o PAA tem fortalecido as cooperativas e associações familiares/camponesas, motivando-as a comercializar não apenas com o mercado institucional, mas também através de outros canais onde os produtos locais são valorizados pelos consumidores. Esse fato é importante porque ele tem contribuído para o rompimento de uma histórica lógica de dependência dos agricultores familiares/camponeses para com as grandes cooperativas vinculadas ao agronegócio.

Todavia, é importante frisar que a atuação de cooperativas e associações familiares/camponesas do Cantuquiriguaçu ainda possui limitações. Dentre elas destacam-se as dificuldades para a adequação aos serviços de inspeção sanitária. Isso pode ser percebido na fala de E. C.:

Eu acho que o PAA é uma boa política, porém, ele tem que desengessar um pouco mais [...]. A inspeção municipal teria que poder circular no Estado, mas, não pode sair da fronteira do município. [...] deveria ter uma política pra turma financiar crédito pra horta, tu tem que ter plasticultura, tu tem que ter assistência técnica adequada, tem que ter câmara fria, tem que ter transporte, tem que ter micro indústria pra tu fazer o suco, doce, geleia, fazer um monte de coisa, como é que tu embala um frango caipira por exemplo, o cara não pode trazer um frango cacarejando aí entregar na escola, tem que trazer pronto, quer dizer, não pode trazer o leite em uma garrafa PET, até poderia se tem hábitos de higiene e cuidado, mas não é assim que funciona, vai ter que chegar com um mínimo de garantia de sanidade (E. C. - Liderança do MST, professor da UFFS e ex-presidente do CONDETEC - 08/2013).

Um dos fatores que tem inibido um maior aproveitamento das possibilidades criadas pelo mercado institucional de alimentos é a dificuldade que os agricultores familiares/camponeses proponentes têm tido em se adaptar às condições fitossanitárias necessárias para a comercialização dos seus produtos. Um melhor aparelhamento de cooperativas e associações para lidar com essas questões, além da desburocratização de algumas normas que impedem a circulação de mercadorias para fora do município, poderiam contribuir para que a contribuição do PAA para a criação o fortalecimento de entidades coletivas no



Cantuquiriguaçu seja ainda maior.

Outro resultado da criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa através do PAA, no Cantuquiriguaçu, é a valorização do trabalho feminino.

Primeiramente, isso pode ser percebido na escala da unidade de produção familiar. Constata-se que as mulheres agricultoras familiares/camponesas têm tido uma participação mais efetiva na gestão da produção e de sua comercialização. Isso porque muitos dos produtos comercializados através do PAA são cultivados em pequenas hortas manejadas majoritariamente por elas. Apesar de as entrevistas terem mostrado que parte dessas hortas já existiam antes do PAA, com a aplicação dessa política pública a importância delas tem sido reafirmada. Tal fato nos permite intuir que pelo PAA tem existido uma reafirmação da territorialidade feminina nas unidades de produção familiares/camponesas do Cantuquiriguaçu.

Além do mais, as mulheres também são importantes para o beneficiamento de produtos nas unidades de produção familiar como pães, bolachas, bolos, doces e outros. Sobre isso, o atual presidente do CONDETEC assegura que com o PAA houve a

[...] inclusão da mulher, da valorização do trabalho dela, houve um resgate da autoestima da mulher porque, este tipo de produto, no caso da horta, panificados, produtos transformados, a família, o homem, chefe da família, não dava tanta importância. E que através do PAA foi visto que é possível, na alimentação, na subsistência, você ter uma renda proveniente destas atividades, vamos dizer assim, “menores” na propriedade (M. R. - Funcionário da EMATER e presidente do CONDETEC - 08/2013, grifos nossos).

Portanto, com o PAA o trabalho feminino tem tido sua importância reafirmada nas unidades de produção familiares do Cantuquiriguaçu. Em parte, isso tem rompido com a lógica patriarcal em que o homem é visto como responsável pelas questões financeiras da família e a mulher deve se responsabilizar apenas por cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Desde 2011, a participação das mulheres tem sido mais efetiva nessa região paranaense. Naquele ano, 71% dos contratos do PAA “Compra com Doação

Simultânea” tinham o homem como responsável; em 2012, o número foi de 67% e em 2013, 51% (MDS, 2015).

No Cantuquiriguaçu não existe nenhuma cooperativa ou associação formada exclusivamente por mulheres que esteja comercializando com o PAA. No entanto, isso não quer dizer que elas não tenham representatividade em entidades coletivas mistas. Na COOPERJUNHO, por exemplo, a cozinha industrial é gerenciada exclusivamente por um grupo de mulheres assentadas. O trabalho delas é fundamental para que os alimentos produzidos nos lotes do assentamento e destinados ao mercado institucional sejam beneficiados e assim, adquiram maior valor comercial. As políticas públicas de comercialização através do mercado institucional têm contribuído para o aumento da importância do grupo de mulheres dentro da cooperativa.

[...] a gente começou em quatro mulheres. A gente tinha um sonho desde a época do acampamento de que quando saísse o assentamento nós íamos montar uma cooperativa de mulheres. E esse sonho a gente foi mantendo, uns quatro anos de barraco até quando nós fomos assentados a gente começou a correr atrás do sonho. Em 2005, a gente começou a produção, trabalhava quatro mulheres num espaço bem pequeno com uns equipamentos que foram conseguidos num projeto da Secretaria do Trabalho, com o Padre Roque na época, e tinha também o pessoal da Secretaria do Trabalho de Guarapuava que nos amparou muito. No começo, a gente conseguiu dois fornos à lenha e um a gás, e tinha cilindros pequenininhos. No começo a gente fazia pão na bacia, amassava na bacia, e a gente começou a entregar pra merenda escolar e pro pessoal que comprava. Daí foi crescendo a demanda, no PAA, aí a demanda cresceu e nós precisamos de equipamentos de estrutura, de espaço. A gente começou só num pedacinho pequenininho e daí fomos ampliando, ampliando, e buscando recursos e usando recursos próprios e fomos aumentando. Como você vê, a gente já tem uma estrutura grande que já se tornou pequena pela produção (M. S. - Cooperada da COOPERJUNHO e beneficiária do PAA - 27/08/2014).

Nessas condições, pelo PAA o trabalho feminino tem passado por mudanças em várias unidas de produção e entidades proponentes. Reconhecendo que a igualdade de gênero é um dos princípios da proposta alternativa de soberania alimentar, como foi mostrado anteriormente, não se pode negar que mesmo que essas mudanças ainda possuam limitações, elas representam um importante impacto social no campo.

Por fim, constata-se que o novo canal de comercialização criado pelo PAA

também tem contribuído para a diversificação produtiva do Cantuquiriguaçu, abrindo espaço para a prática de métodos agrícolas mais sustentáveis.

No que se refere aos agricultores familiares/camponeses vinculados à COOPERJUNHO, por exemplo, a diversificação produtiva tem contribuído para a diminuição da dependência em relação às grandes cooperativas de beneficiamento de grãos como a COOPERGRÃO e a COASUL. V. C., que é um dos cooperados dessa entidade coletiva, antes de participar PAA produzia milho, feijão e soja em seu lote. Sobre a condição de vida nessa época, ele diz o seguinte:

Olha, passava dificuldade, com certeza passava dificuldade. Eu plantava umas culturas aqui que seria mais ou menos o feijão, a gente colhe a partir de três meses; o milho, cinco a seis meses; a soja a mesma coisa, então a gente ficava um longo tempo sem pegar dinheiro, então era mais dificultoso (V. C. - Cooperado da COOPERJUNHO e beneficiário do PAA - 27/08/2014).

Muitos outros membros da COOPERJUNHO, antes de participarem do PAA viviam a mesma dificuldade, ou seja, a produção de grãos não garantia a frequência da renda. Nos períodos de colheita, se tudo ocorresse bem, eles recebiam pelos seus produtos, porém, na entressafra não tinham rendimento financeiro. Com a participação no PAA, eles passaram a receber com maior frequência. Assim, um dos fatores que contribui para que ocorra uma maior diversificação produtiva através do PAA é que essa política pública aceita os alimentos característicos de cada época do ano, indo num sentido diferente da temporalidade que tem sido implementada pelo regime alimentar corporativista. Por isso, ao ser indagado sobre os tipos de produto que comercializa com o PAA, V. C. diz o seguinte:

É bem diversificado. É que cada época tem o seu alimento, por exemplo, no inverno não vai ter melancia, no verão tem a melancia. No inverno vão mais legumes, no verão vão menos. Então, a gente vai de acordo com os pedidos e vai entregando. Planta, e o que sobra, a gente ainda vende na cidade (V. C. - Cooperado da COOPERJUNHO e beneficiário do PAA - 27/08/2014).

O problema que era vivenciado quando predominava no lote a produção de

grãos, de não ter o que comercializar na época da entressafra não se repete com o PAA, pois o camponês tem a possibilidade de comercializar os produtos característicos de cada época do ano<sup>51</sup>. Isso contribui também para que o excedente dos produtos seja comercializado na cidade, junto a estabelecimentos comerciais e à feira agroecológica que ocorre semanalmente na praça central de Laranjeiras do Sul.

A diversificação produtiva incentivada pelo PAA no assentamento “08 de Junho” fica ainda mais evidente quando se percebe que no ano de 2012, a COOPERJUNHO entregou para entidades socioassistenciais do município de Laranjeiras do Sul 261.269 kg de 87 tipos de produtos.

Também na Cooperativa Monjolo se percebe que o PAA abre uma maior perspectiva para a diversificação produtiva dos agricultores familiares/camponeses.

Nós trabalhamos muito com o que é do tempo. Por exemplo, chega a época do milho verde, nós temos muito milho verde, chega o tempo da melancia, nós temos muita melancia, chega o tempo da abóbora, nós temos muita abóbora, aí mandioca, batata, os legumes, daí o da frequência mesmo, de todo dia, é a parte da panificação, mas esse já é produto industrializado, a gente tem uma estrutura muito boa (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013).

Assim como demonstrado por agricultores familiares/camponeses vinculados à COOPERJUNHO, também na Monjolo, para a diversificação produtiva, teve grande contribuição a aceitação de produtos característicos da época do ano. Os contratos estabelecidos com a CONAB não forçam os agricultores familiares/camponeses a se especializarem na produção de um único gênero durante todo o ano, pelo contrário, existe uma maleabilidade para que sejam entregues produtos diversificados. Em razão dessa possibilidade, somente no ano de 2012, a Monjolo entregou 289.499 kg divididos em 60 tipos de produtos para entidades socioassistenciais do município de Nova Laranjeiras.

Essas mudanças observadas nas unidades de produção familiares/camponesas vinculadas ao PAA através da diversificação produtiva

---

<sup>51</sup> Conforme os relatos, a possibilidade de comercializar produtos durante o ano todo é uma das vantagens do PAA em relação ao PNAE, que se limita ao calendário escolar.

trazem a possibilidade do resgate de produtos característicos dessa região do estado do Paraná, conforme pode ser observado na leitura do atual presidente do CONDETEC:

No território, o programa [PAA], em alguns municípios, tem se destacado e tem evoluído, e na verdade tem sido assim uma forma de resgate de produtos que, muitas vezes, estavam esquecidos pelo agricultor, não dava tanto valor, e até não se dedicava na questão de produção [...] (M. R. - Funcionário da EMATER e presidente do CONDETEC - 08/2013, grifos nossos).

Nesse sentido, as unidades de produção familiares/camponesas proponentes do PAA no Cantuquiriguaçu tem tido suas matrizes produtivas diversificadas. Alguns produtos já não eram cultivados pelos agricultores familiares/camponeses porque não tinham valor comercial. Contudo, devido ao fato de o PAA instigar a oferta de alimentos diversificados para atender pessoas em condição de vulnerabilidade social, esses produtos têm sido resgatados. Tal fato é importante pois demonstra que o PAA tem incentivado os agricultores familiares/camponeses a fugirem da lógica capitalista onde a produção padronizada é vista como uma possibilidade de auferir maiores lucros.

Assim, ocorre uma mudança na paisagem das unidades de produção familiares/camponesas. Onde antes existia uma paisagem homogênea, caracterizada pela presença de monocultivos, agora, devido aos acordos estabelecidos com o mercado institucional de alimentos, existe uma paisagem diversificada, caracterizada pela policultura. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas Figura 08, que contém imagens da unidade de produção do camponês J. A., membro da COOPERJUNJO e na Figura 09 que contém imagens da unidade de produção do camponês V. R., membro da COOPAFI.

**Figura 08 - Exemplo de diversificação produtiva no assentamento 08 de Junho, em Laranjeiras do Sul**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Agosto de 2013.

**Figura 09 - Exemplo de diversificação produtiva em propriedade familiar/camponesa vinculada à COOPAFI**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Junho de 2014.

A importância da diversificação produtiva estimulada pelo PAA também tem sido percebida pelos movimentos socioterritoriais. V. S., uma das lideranças do MPA, entende que a comercialização dos seus produtos através do mercado institucional tem feito com que os agricultores familiares/camponeses se preocupem mais com a

[...] a organização da produção, passa-se a produzir um pouco mais planejado, dado que tem uma demanda que é constante e que não é de safra, é durante todo o ano. Isso permite, inclusive, no nosso trabalho a mudança ou a **transição agroecológica**, porque como tem todo um processo de planejamento, aí se abrem as portas para se inserir novas tecnologias, recuperar novos conhecimentos e tal (V. S. - Liderança do MPA e Ex-participante do Núcleo Diretor do CONDETEC - 06/2014, grifos nossos).

Nesse sentido, a diversificação produtiva pode contribuir para uma

mudança estrutural no modelo de agricultura desenvolvido no Cantuquiriguaçu. Por isso, além de o PAA incentivar a organização e o planejamento da produção por parte dos agricultores familiares/camponeses, ele também abre perspectiva para que ocorra a transição agroecológica, que é uma das propostas defendidas pelo MPA. A transição agroecológica é a passagem do sistema de produção convencional para o sistema agroecológico. O sistema de produção convencional preza pelo produtivismo, utilizando-se de insumos químicos como agrotóxicos e fertilizantes, variedades geneticamente modificadas de alto rendimento e motomecanização. O sistema agroecológico é baseado não somente em objetivos tecnológicos e econômicos, mas também sociais, fornecendo uma metodologia de trabalho que visa à integração dos “princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 1998, p.23).

Nesses termos, pelo PAA tem sido criado um novo canal comercialização dos produtos familiares/camponeses no Cantuquiriguaçu. Isso não possui apenas importância econômica, mas também política, social e ambiental. Mesmo com a existência de alguns obstáculos como o baixo valor da cota anual e a dificuldade em observar as exigências fitossanitárias, não se pode negar que tal fato traz uma importante contribuição para a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar na escala regional.

#### **4.3.2 - A melhoria da alimentação dos agricultores familiares/camponeses proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social**

Outro objetivo central do PAA é aumentar o consumo de produtos frescos e saudáveis por pessoas em condição de vulnerabilidade social no campo e na cidade. No Cantuquiriguaçu, isso pode ser percebido nas próprias unidades de produção proponentes e nas entidades socioassistenciais que recebem a doação dos produtos.

No que se refere às famílias camponesas proponentes, isso acontece porque na medida em que são incentivadas a cultivar gêneros alimentares diversificados, elas destinam parte dessa produção para o seu próprio consumo.

Percebe-se entre as famílias camponesas beneficiárias do PAA que a alimentação muda quantitativamente, através da ingestão de produtos diversificados e também qualitativamente, através da ingestão de produtos cultivados sem a utilização de agrotóxicos.

V. C., da COOPERJUNHO, destaca que na medida em que ele passou a comercializar parte de sua produção com o PAA, sua família pôde ter acesso a alimentos mais diversificados, haja vista que eles passaram a cultivar mais espécies.

[...] para o meu consumo eu tinha uma produçãozinha de horta, praticamente aumentou o consumo de certos alimentos que eu não plantava e que agora eu planto, por exemplo, dificilmente eu plantava brócolis e couve-flor, hoje eu tenho brócolis e couve-flor, antes eu não plantava; cenoura, eu não tinha cenoura direto, esses produtos eu não teria, na época eu não tinha (V. C. - Cooperado da COOPERJUNHO e beneficiário do PAA - 27/08/2014).

Já o camponês assentado J. A., que também é membro da COOPERJUNHO, destaca que a principal mudança na alimentação de sua família se deu na qualidade dos alimentos e não na diversidade.

Na verdade, é praticamente a mesma coisa, só a qualidade do alimento hoje... Nossa! É muito diferenciado. Antes a gente usava produto com agrotóxico e hoje nós trabalhamos somente com a Agroecologia. A qualidade do alimento hoje é indiscutível (J. A. - Cooperado da COOPERJUNHO e beneficiário do PAA - 27/08/2014).

Esse camponês assentado lembra que antes de acessar ao PAA, quando comercializava grãos com grandes cooperativas do Cantuquiriguaçu, parte da produção era destinada para o consumo familiar, contudo, ele utilizava agrotóxicos. A flexibilidade do PAA possibilitou a ele utilizar métodos agroecológicos, que além de serem mais sustentáveis, também contribuem para o acesso a uma alimentação mais saudável.

V. R., da COOPAFI, por sua vez, considera que com o PAA, a alimentação das famílias camponesas proponentes tem tido uma melhoria quantitativa e qualitativa:



Até por causa da propriedade, você diversifica mais. Tem uma renda melhor, e aquilo que você vende, você come também. Porque só se pode vender daquilo que se come, se não for bom para se comer, não é bom para se vender (V. R. - Cooperado da COOPAFI de Quedas do Iguaçu - 15/06/2014).

Para atender à demanda apresentada pelo mercado institucional de alimentos, os agricultores familiares/camponeses diversificam sua produção e utilizam parte dela para o próprio consumo familiar. O entrevistado destaca que o alimento tem que ser bom a tal ponto de poder ser ingerido pela própria família do produtor, ou seja, entende-se que o agricultor familiar/camponês deve ter o compromisso moral de somente produzir alimentos saudáveis, que não dependam de insumos químicos para serem cultivados.

Também no que se refere à alimentação de pessoas em condição de vulnerabilidade social percebe-se uma considerável mudança. A introdução de produtos comercializados através do PAA em entidades socioassistenciais tem diminuído a dependência de bens processados e aumentado o consumo de alimentos com maior potencial nutricional como frutas, verduras e legumes frescos.

Um exemplo claro da importância dessas alterações é a Reserva Indígena Rio das Cobras, que como mostrado anteriormente, é onde se concentram alguns dos mais altos níveis de pobreza do Cantuquiriguaçu. A população indígena que vive nessa reserva tem recebido alimentos comercializados com o PAA pela Cooperativa Monjolo. De acordo com o cacique S. T., que é representante das tribos que compõem a Reserva Indígena

[...] os alimentos que temos recebido têm sido importantes porque ocorreu uma melhora para nós. Inclusive, nós temos muitas pessoas carentes por aqui. Aí entrou essa parceria com a cooperativa [Monjolo] que está dando uma mão para nós. É uma ajuda muito grande (Cacique S. T. - Reserva Indígena Rio das Cobras - 27/08/2013).

Os alimentos comercializados pela Monjolo com o PAA são ofertados para os indígenas através de cestas que são entregues semanalmente e também na merenda escolar. Eles têm sido importantes por diversificar a alimentação dessa

comunidade indígena, através da oferta de frutas, legumes, verduras, hortaliças etc.

D. M., que é diretora do Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva, localizado na Reserva Rio das Cobras, onde são atendidos cerca de 250 alunos, incluindo crianças que cursam o Ensino Fundamental e estudantes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), faz a seguinte observação sobre a importância do PAA para a melhoria da alimentação dos indígenas:

Em relação à escola, a merenda é fundamental. A parceria com a cooperativa acabou trazendo uma nova oportunidade de alimentação. A cultura aqui não é tanto de plantar, eles são caçadores. A gente percebe que melhorou bastante, eles têm oportunidade de experimentar coisas que deles próprios não aconteceria (D. M. - Diretora do Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva - 27/08/2013).

É feita uma interessante leitura de que pela sua cultura, os membros dessa comunidade indígena não são agricultores e sim, caçadores. Contudo, com o confinamento na reserva fica cada vez mais difícil a eles manterem esse modo de vida. Nesse sentido, o PAA é uma alternativa para ao menos mitigar a fome à qual essa comunidade indígena está sujeita. Sobre a qualidade dos produtos que são destinados às merendas do colégio através do PAA, D. M. diz o seguinte:

É bem diversificado! Para a escola, têm algumas especificações que são da merenda, e vêm de tudo, desde temperinho verde, alface, tudo o que o pessoal planta na região, das épocas; aí vem mel, carne... A carne a gente não recebe mais enlatada, a gente recebe tudo *in natura*, a cada 10 dias vêm...nossa, está um show! A gente não tem do que reclamar da merenda. E com essa compra dos produtos ali direto, até dando oportunidade para os agricultores da região, é bom! Então melhorou muito, porque a gente recebe tudo fresquinho; toda terça-feira eles entregam, o que dá para a semana toda, vem uma grande variedade desses produtos, e também a gente recebe pão, macarrão, bolacha, que é feito ali na Monjolo também (D. M. - Diretora do Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva - 27/08/2013).

De tal modo, os produtos comercializados através do PAA têm contribuído para uma significativa melhora na qualidade da alimentação das crianças e dos adultos estudantes. Isso porque, eles são frescos e saudáveis, ao contrário da maior parte dos produtos que compunham a merenda dos estudantes até então.

Na Figura 10 são demonstrados estudantes do colégio no momento da merenda. Percebe-se que os pratos são formados por feijão preto, arroz, mandioca, alface e macarrão; além de uma laranja para sobremesa. Ou seja, os estudantes têm acesso a uma refeição com carboidratos, proteínas, vitaminas e sais minerais.

**Figura 10 - Estudantes do Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva comendo suas merendas**



Fotografia: Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Agosto de 2013.

Também é um exemplo da importância dos produtos de origem familiar/camponesa para pessoas em condição de vulnerabilidade social a Associação dos Agentes Ecológicos São José Operário (AAESJ), de Laranjeiras do Sul. Ela é composta por 35 membros que se dedicam à coleta de 11 tipos de resíduos sólidos para reciclagem. A maior parte dos membros da AAESJ é atendida por programas da Secretaria de Assistência Social de Laranjeiras do Sul, pois possuem um baixo rendimento econômico. Em razão disso, a AAESJ foi inserida como uma das entidades que recebem a doação dos produtos comercializados pelo COOPERJUNHO com o mercado institucional através do PAA. Semanalmente são entregues cestas com produtos diversificados para que eles sejam consumidos pelas famílias dos membros da AAESJ.

O. R., que é presidente da AAESJ, reconhece que essa possibilidade tem sido significativamente importante para a melhoria da alimentação das famílias dos membros dessa entidade coletiva:

A alimentação das famílias mudou substancialmente. O regime alimentar deles melhorou muito. Os alimentos são da melhor qualidade, coisa que se eles jamais poderiam comprar. Chega de

graça, e isso é praticamente a base da associação que passa a ser essa venda direta. A nossa clientela, vamos dizer assim, está na linha da miséria, e até abaixo, não tanto como a associação queria, mas já melhorou bastante a vida deles (O. R. - Presidente da AAESJ - 21/10/2014).

Portanto, percebe-se que o PAA tem possibilitado à agricultura familiar/camponesa de Laranjeiras do Sul contribuir no combate à fome no município. As famílias em condição de vulnerabilidade social têm acessado alimentos frescos e saudáveis sem ter que pagar por eles. Isso possibilita a diversificação da dieta alimentar e a ingestão de produtos com maior potencial nutricional.

Contudo, uma ressalva a ser feita é que a descontinuidade do PAA no Cantuquiriguaçu ainda é um dos problemas que impedem com que sua contribuição para a melhoria da alimentação de pessoas em condição de vulnerabilidade social seja mais efetiva. Isso porque em alguns períodos, fatores burocráticos, como a necessidade de rearranjos entre os níveis de governo, fazem com que os produtos não sejam entregues para as entidades beneficentes, obrigando-as a recorrerem a outras fontes de abastecimento.

No município de Candói, por exemplo, os efeitos nocivos das interrupções do PAA em razão da Operação Agrofantasma causaram uma série de prejuízos para os agricultores familiares/camponeses proponentes e para as pessoas atendidas por instituições socioassistenciais que recebem a doação dos alimentos.

O trabalho de Zimolog (2015) destacou que na Comunidade Ilha do Cavernoso a paralisação do PAA fez com que ocorresse um arrefecimento na produção das unidades de produção familiares/camponesas. Evidentemente, isso faz com que diminua o potencial nutritivo das famílias proponentes.

Também pode ser citado o caso da APAE de Candói, a qual atende cerca de 150 estudantes e começou a receber a doação de alimentos provenientes das unidades de produção familiar/camponesas vinculadas ao PAA no ano de 2009. De acordo com N. S., que é diretora dessa instituição, isso representou uma considerável melhoria na alimentação dos estudantes. “Os produtos eram fresquinhos, nunca tive problema com produtor em relação aos produtos... dava

gosto de ver! (N. S. - Diretora da APAE de Candói - 20/10/2014). Contudo, em razão dos problemas de desvio de recursos constatados pelas operações “Feira-livre” e “Agro Fantasma”, em meados de 2013, o PAA foi paralisado com o argumento de que ele estava sendo reformulado. Conforme a responsável pela unidade da APAE de Candói: “Os beneficiários sentem falta, isso acaba repercutindo na qualidade de vida” (N. S. - Diretora da APAE de Candói - 20/10/2014).

De tal modo, os exemplos apresentados denotam que devido ao PAA tem ocorrido a diversificação e a melhoria da alimentação de pessoas que vivem no campo e na cidade. Ela tem contribuído não só para uma melhor dieta alimentar por parte de pessoas assistidas por entidades beneficentes ou por estudantes de escolas públicas, mas também da própria família camponesa que cultiva os produtos comercializados com o mercado institucional. Contudo, a descontinuidade dessa política pública tem impedido com que ela seja ainda mais efetiva na promoção de novos hábitos alimentares no Cantuquiriguaçu.

#### **4.3.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição do PAA para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu**

Como foi demonstrado nesse capítulo, são dois os principais eixos por meio dos quais o PAA contribui com a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar no Cantuquiriguaçu: a criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa e a melhoria da alimentação dos proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social. Dentro desses eixos são identificados aspectos positivos e desafios, como pode ser observado no Quadro 08:

**Quadro 08 - Aspectos positivos e desafios do PAA no Cantuquiriguaçu**

<b>Eixo</b>	<b>Aspectos positivos</b>	<b>Desafios</b>
Criação de um novo canal de comercialização dos produtos familiares/camponeses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo ao funcionamento de cooperativas e associações familiares/camponesas;</li> <li>- Beneficiamento dos produtos;</li> <li>- Diversificação produtiva;</li> <li>- Menor uso de insumos químicos e possibilidade de avançar para a transição agroecológica;</li> <li>- Garantia de renda aos proponentes;</li> <li>- Diminuição da penosidade do trabalho dos proponentes;</li> <li>- Valorização do trabalho feminino;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Precária Assistência técnica;</li> <li>- Dificuldade de obtenção de certificados de controle fitossanitário para ampliar a escala de comercialização;</li> <li>- Baixo valor da cota anual;</li> <li>- Casos pontuais de corrupção de representantes de entidades proponentes e de membros do Poder Público.</li> </ul>
Melhoria da alimentação de agricultores familiares/camponeses proponentes e pessoas em condição de vulnerabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior proximidade entre os consumidores e os produtores;</li> <li>- Aumento da ingestão de frutas, verduras e legumes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instabilidade da política pública.</li> </ul>

Org. Estevan Coca, 2015.

Observa-se que a implementação do PAA no Cantuquiriguaçu tem refletido conflitos e contradições que caracterizam a ação do Estado na mediação da disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar/campesinato pela delimitação do seu sistema alimentar. A razão disso é que o PAA foi criado como uma proposição apresentada ao Estado por movimentos socioterritoriais do campo, os quais almejavam um papel mais ativo do Poder Público na correção de problemas gerados pelo controle que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012). Ou seja, ele é uma política que surge de “baixo para cima” e não “de cima para baixo”. Por isso, num contexto de domínio dos mercados pelas grandes corporações, característica do regime alimentar hegemônico, o PAA se configura como uma proposta alternativa.

Todavia, faz-se importante destacar que, apesar de colaborar para a implementação da soberania alimentar, o PAA não tem sido forte o suficiente para romper de uma vez por todas com a hegemonia do agronegócio no Cantuquiriguaçu. O principal motivo para isso é seu baixo alcance, haja vista que em 2013, apenas 207 famílias proponentes acessaram essa política pública (MDS, 2015). Nessas circunstâncias, ao mesmo tempo em que ele tem se

consolidado como uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses, o agronegócio mantém seu processo de expansão. Ou seja, no Cantuquiriguaçu a soberania alimentar e o regime alimentar corporativista desenvolvem-se num processo de extrema conflitualidade.

Nesses termos, a leitura sobre a contribuição do PAA para a construção da soberania alimentar no Cantuquiriguaçu deve passar pelo reconhecimento de um ambiente político-institucional que reflete a mediação do Estado na conflitualidade entre a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio.

**Capítulo 05**  
**O PAA no Pontal do Paranapanema**



“Na hora em que o pobre conquista um milímetro de espaço, ele incomoda, mesmo que não tenha tirado um milímetro de espaço dos ricos, mas eles ficam incomodados”.

(Luís Inácio Lula da Silva - discurso realizado na cerimônia de inauguração do Programa Universidade para Todos (PROUNI), em Brasília, no Distrito Federal - 2005).

**N**esse capítulo é feita uma discussão sobre o PAA como parte da estratégia de desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema, focando sua colaboração para a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar na escala regional. Como o Pontal do Paranapanema é uma das regiões do Brasil com maiores índices de conflitos pela posse da terra e que por isso, concentra centenas de assentamentos rurais, aqui é focado principalmente a contribuição que o PAA tem oferecido para dinamizar os projetos de reforma agrária, fortalecendo o campesinato na disputa territorial contra o agronegócio nessa região.

Primeiro é feita uma leitura sobre os conflitos pela produção e o consumo de alimentos nesse conjunto e municípios do estado de São Paulo. Na sequência, demonstra-se como em escala regional as políticas de desenvolvimento territorial tem trazido apenas contribuições pontuais para os agricultores familiares/camponeses. Depois disso, é feita uma discussão sobre dois eixos por meio dos quais o PAA tem desafiado o regime alimentar corporativista no Pontal do Paranapanema: a criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa e o combate à fome.

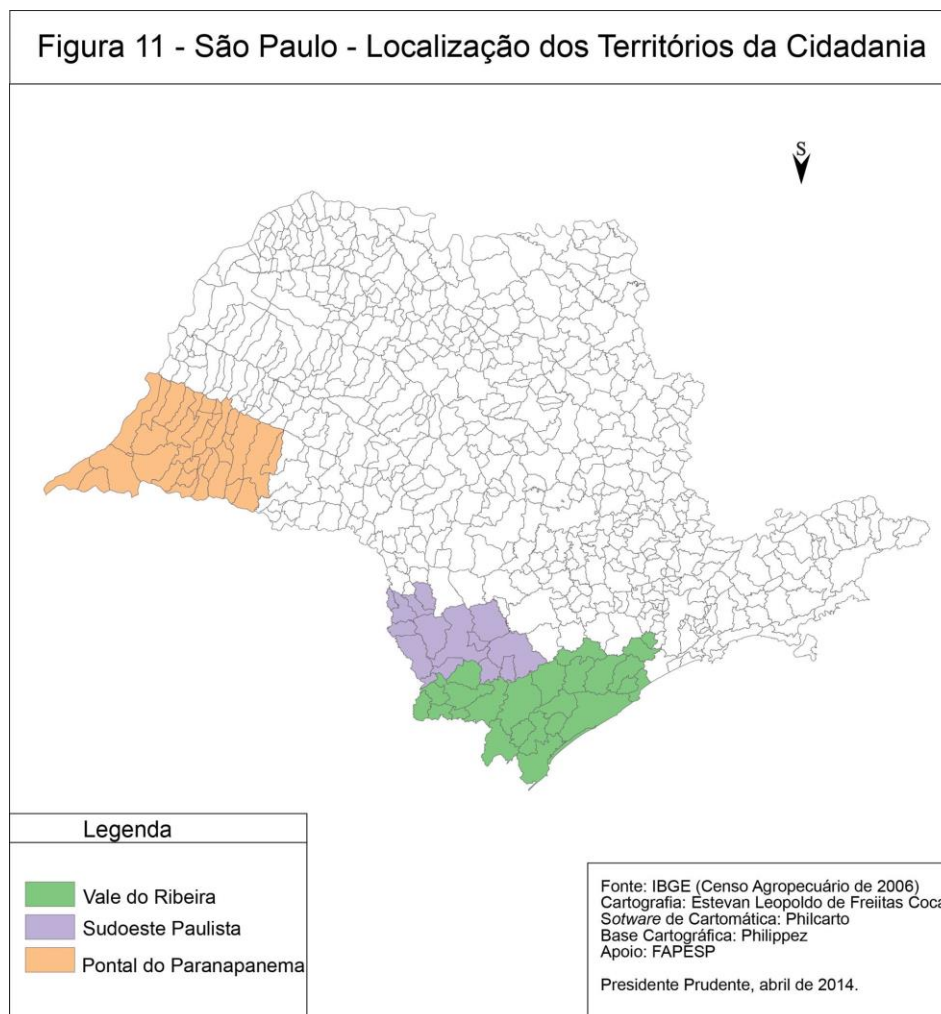
### **5.1 - Conflitos relacionados à produção e o consumo de alimentos no Pontal do Paranapanema**

O Pontal do Paranapanema é composto por 32 municípios pertencentes às microrregiões de Presidente Prudente e Assis (Figura 11)<sup>52</sup>. Ele é delimitado pelos rios Paraná, ao oeste; Paranapanema, ao sul; Peixe, ao norte; e os ribeirões das Onças, das Anhumas e Santa Maria, ao leste. Sua área é de 18.441 km<sup>2</sup>, o que corresponde a pouco mais de 7% do estado de São Paulo. Nele vivem 583.703 pessoas, pouco mais de 1% da população estadual (IBGE, 2010). Cerca de 90% dos seus habitantes vive nos centros urbanos. Contudo, deve-se ressaltar que contribui sobremaneira para esses dados o município de Presidente Prudente,

---

<sup>52</sup> Dos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema apenas Iepê e Nantes não estão localizados na microrregião de Presidente Prudente, pertencendo à microrregião de Assis.

que possui 35% da população do Pontal do Paranapanema. Dentre os 207.610 habitantes de Presidente Prudente, 97% vivem na cidade e apenas 3% vivem no campo.



Esse conjunto de municípios paulistas foi selecionado pelo Governo Federal brasileiro como “território rural” no ano de 2003 e como “território da cidadania” no ano de 2008. Além do grande destaque que os projetos de reforma agrária possuem na sua composição político, econômica e social também contribuíram para isso os elevados índices de miséria que caracterizam sua população.

Um elemento fundamental na discussão sobre o sistema alimentar dessa região do estado de São Paulo é a existência de conflitos pela posse da terra que possuem como principal fator motivador a ocorrência de um intenso processo de

grilagem de terras, iniciado em meados do século XIX. Esses grilos foram uma reação à Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como “Lei de Terras”, pela qual foi estabelecido que dali em diante, no Brasil, as terras só poderiam ser adquiridas através da compra (MARTINS, 1995). Todavia, foi dado um prazo de até o ano de 1856 para que as posses estabelecidas antes de 1850 fossem regularizadas, desde que provada sua posse pacífica (FELICIANO, 2009).

Nesse contexto, Antônio José Gouveia e José Teodoro de Souza falsificaram documentos para provar a posse das fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapehy, respectivamente, as quais haviam sido ocupadas por eles após a Lei de Terras. Ocorre que, através da colaboração de governantes, eles conseguiram permutar essas terras, dando origem a diversos “grilos-filhos” (FERNANDES, 1994). Assim, foi formada uma complexa rede de falsificação de documentos e de manobras políticas para legalizar os títulos de posse de latifúndios no Pontal do Paranapanema.

As primeiras contestações a esses grilos de terras ocorreram no princípio da segunda metade do século XX, sendo exemplos os que ocorreram na Fazenda Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio e na Fazenda Rebojo, em Estrela do Norte (FELICIANO, 2009; FERNANDES, 1994; LEITE, 1998). Contudo, a principal referência é a década de 1980, quando surgiu um novo personagem na luta pela terra no Pontal do Paranapanema: “[...] o trabalhador expropriado, expulso, excluído, marginalizado, que faz parte da reserva de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem-terra” (FERNANDES, 1994, p.96-97).

Nessa conjuntura surgiram os primeiros movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema, agrupando milhares de agricultores familiares/camponeses que reivindicavam o acesso à terra. Eles passaram a utilizar a ocupação como principal tática de luta pela terra, criando uma grande conflitualidade com os latifundiários (FERNANDES, 1994). Vale ressaltar que esses movimentos socioterritoriais foram sobremaneira incentivados por alguns sacerdotes vinculados à Teologia da Libertação<sup>53</sup>. Esses, mesmo não contando

---

<sup>53</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente ideológica cristã que faz uma leitura marxista do Evangelho. Dentro de seus princípios consta a busca pela igualdade social.

com o apoio de Dom Agostinho Marochi, então bispo católico da diocese de Presidente Prudente, realizaram um importante trabalho de conscientização de classe junto aos agricultores familiares/camponeses, fato que os despertou a se posicionar de maneira crítica frente aos problemas fundiários do Pontal do Paranapanema. Além desses clérigos, também se destacaram no apoio às primeiras lutas dos movimentos socioterritoriais do campo no Pontal do Paranapanema alguns políticos vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Para Fernandes (1994, p.99): “A forma de participação dos padres e dos políticos contribuiu para a elaboração do fator objetivo no reconhecimento coletivo de um direito”.

Dentre as primeiras ocupações de terras realizadas no Pontal do Paranapanema destaca-se a que ocorreu em 15 de novembro de 1983 em uma área que compreendia as fazendas Tucano (sob responsabilidade da construtora Camargo Correia) e Rosangela (sob responsabilidade da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril), ambas em Teodoro Sampaio. Participaram dessa ocupação cerca de 350 famílias (FERNANDES, 1994). Contudo, mesmo com os apoios recebidos por parte de clérigos e de membros do PMDB, essa ocupação de terra durou apenas uma semana, pois os agricultores familiares/camponeses foram despejados em razão de uma vitória parcial na justiça das empresas tidas como proprietárias. As famílias despejadas acamparam na rodovia SP 613 nos acampamentos denominados 15 e 16 de novembro. Devido ao boato de que o governo iria doar terras para solucionar esse conflito, o número de famílias que compunham esses acampamentos foi aumentando progressivamente. Em março de 1984, o Governo Estadual destinou 15.110 ha de terras para assentar 466 famílias que faziam parte desses acampamentos. Porém, tal atitude gerou um grande descontentamento por parte dos latifundiários, contribuindo para que eles se organizassem e fundassem a União Democrática Ruralista (UDR) no estado de São Paulo, que em meados da década de 1980 e na década de 1990 viria a se constituir na principal referência de defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras no Brasil.

No mês de setembro de 1985, ocorreu outra ocupação de terras que causou grande repercussão no Pontal do Paranapanema. Dessa vez, a área

escolhida pelos agricultores familiares/camponeses foi a fazenda Água Sumida, localizada no município de Teodoro Sampaio. Essa fazenda pertencia a João Avelino Pinho Melão, conhecido como “Joãozinho”, que era cunhado do ex-governador do estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré (FERNANDES, 1994). Como resultado dessa ocupação foi formado o assentamento Água Sumida, com 121 famílias, através da desapropriação de 4.215 ha da referida área. Ainda no ano de 1988 foi formado, através de desapropriação, o assentamento Asa Branca, no município de Marabá Paulista, que possui capacidade de 87 famílias e ocupa 1.879 ha. Esses são exemplos de lutas pela terra que contribuíram para a conquista de assentamentos rurais e que foram realizadas antes que o MST, que atualmente é o principal movimento socioterritorial do campo do Pontal do Paranapanema, passasse a atuar nesse território da cidadania.

A primeira ocupação de terra realizada pelo MST é datada de 14 de julho de 1990, quando cerca de 700 famílias organizadas por esse movimento socioterritorial se estabeleceram na fazenda Nova Pontal, no município de Rosana. Dentre as famílias que participaram dessa ocupação constavam algumas vindas do próprio Pontal do Paranapanema e outras vindas do norte do estado do Paraná, sendo que o processo de formação desse grupo durou cerca de seis meses (FERNANDES, 1994). Contudo, uma determinação judicial exigiu que os agricultores familiares/camponeses saíssem dessa área. Após resistirem a essa ordem, eles foram despejados no dia 21 de julho de 1990 em uma operação que contou com a participação de 900 policiais civis e militares, como mostrado por Fernandes (1994, p.139):

A operação contou também com 30 cachorros, 105 cavalos, além da artilharia de elite e da participação de vários jagunços. Antes de começar o despejo, com o intuito de provocação, os policiais retiraram a bandeira do Movimento do mastro que ficava no centro do acampamento, hastearam a bandeira nacional e entoaram os hinos da Polícia Militar e da Independência.

Parte dos agricultores familiares/camponeses que foram despejados acamparam na rodovia SP 613, nas proximidades da gleba XV de Novembro, em Rosana. Após pouco mais de um mês de acampamento, devido à fome que os

assolava, eles se viram forçados a parar um caminhão que transportava bois e leite e tomarem o necessário para que pudessem se saciar. Essa ação foi amplamente questionada por membros da UDR, que advogavam uma intervenção pública em favor do término do acampamento, pois ele seria o responsável pela insegurança no transporte de cargas na região. O resultado dessa pressão realizada pelos ruralistas foi a adoção de uma medida inédita por parte do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), que através de uma liminar conseguiu a reintegração de posse da área das margens da rodovia SP 613 que havia sido ocupada pelas famílias sem-terra. O despejo foi realizado em uma ação que contou com a participação de mais de 800 policiais. Das famílias que foram despejadas, 223 permaneceram acampadas em uma área dentro da gleba XV de Novembro (FERNANDES, 1994).

Na segunda quinzena de setembro, essas famílias foram transferidas para uma área pertencente à Secretaria de Agricultura que também ficava localizada na rodovia SP 613, no município de Teodoro Sampaio. Depois de oito meses de acampamento, as famílias resolveram ocupar o latifúndio fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, que possuía 5.200 ha. O proprietário dessa área era Antônio Sandoval Neto, conhecido grileiro de terras na região do Pontal do Paranapanema (SOBREIRO FILHO, 2013). Devido a interpelações judiciais, os agricultores familiares/camponeses foram forçados a deixar a área ocupada por duas vezes. Todavia, a resistência por eles manifestada foi importante para que nesse período o MST se estruturasse no Pontal do Paranapanema. Durante a luta pelas terras da fazenda São Bento, cerca de outras 600 famílias compostas por boias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros passaram a integrar o MST com vistas a realizar novas ações de luta pela terra do Pontal do Paranapanema.

No dia 1 de setembro de 1991 esse novo grupo de famílias ocupou parte da fazenda Santa Clara (cerca de 5.000 ha), no município de Mirante do Paranapanema. Após ser emitido pela Justiça o pedido de reintegração de posse, essas famílias foram despejadas dessa área. Nesse período foi marcante a união entre os agricultores familiares/camponeses que foram despejados da fazenda São Bento com os agricultores familiares/camponeses que foram desejados da

fazenda Santa Clara para a organização de uma marcha até o município de Presidente Prudente, fato que contribuiu para colocar a reforma agrária em discussão no Pontal do Paranapanema. No percurso, os agricultores familiares/camponeses pararam em importantes cidades da região como Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Presidente Bernardes, mobilizando alguns setores da sociedade civil.

Em 1992 ocorreu novamente uma ocupação na fazenda São Bento. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares/camponeses organizados pelo MST também ocuparam 3.020 ha da fazenda Canaã, também em Mirante do Paranapanema. Mais uma vez, os proprietários dessas áreas conseguiram na justiça o direito à reintegração de posse, contudo, os agricultores familiares/camponeses se dirigiram para a área pertencente à empresa Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA) e lá organizam o acampamento “1º de Maio”. No dia 20 de julho, cerca de 800 famílias pertencentes a esse acampamento ocuparam mais duas áreas: a fazenda Flor Roxa (1.023 ha) e a fazenda Washington Luís (355 ha), em Mirante do Paranapanema. Os agricultores familiares/camponeses permaneceram nessas áreas apenas 10 dias, de tal modo que no dia 30 de julho foram despejadas por cerca de 700 policiais.

Por tais fatos, pode-se concluir que os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela estruturação do MST no Pontal do Paranapanema, colocando a luta pela terra como um importante elemento da Questão Agrária nesse território da cidadania. Nessa conjuntura, a primeira conquista do MST no Pontal do Paranapanema só ocorreu em janeiro de 1993, com o término da negociação entre o proprietário da fazenda Santa Clara e o governo do estado de São Paulo, fato que deu origem ao assentamento Santa Clara, que posteriormente foi mudado de nome, passando a se chamar Che Guevara (FERNANDES, 1994; FELICIANO, 2009).

Em março de 1993, após mais uma ocupação seguida de despejo na fazenda São Bento, cerca de 1.800 famílias do MST acamparam na área pertencente à FEPASA, constituindo o maior acampamento até então registrado no Brasil. A estrutura desse acampamento contava com “[...] uma farmácia, duas escolas, uma secretaria, um tanque de abastecimento de água, um tanque de



abastecimento de óleo diesel e uma oficina mecânica que funcionava em uma pequena propriedade ao lado do acampamento” (FERNANDES, 1994, p.153).

Nesse período, a Questão Agrária do Pontal do Paranapanema ficou ainda mais intensa quando 400 membros do MST vindos da região de Andradina ocuparam a fazenda Nova Canaã, em Rosana. Após a Justiça conceder liminar de posse, essas famílias formaram um acampamento nas margens do ramal ferroviário desativado, próximo ao acampamento União da Vitória.

Esses fatos demonstram que a chegada do MST ao Pontal do Paranapanema na primeira metade da década de 1990 acirrou a conflitualidade que já existia nesse território da cidadania. Como saldo ocorreram 84 ocupações de terra em 19 fazendas, durante esse período, sendo que somente a fazenda São Bento foi ocupada 25 vezes (SOBREIRO FILHO, 2013). Com isso, o MST contribuiu para que fosse evidenciada a grilagem de terras e a desigual distribuição fundiária. Entre 1990 e 1994 esse movimento socioterritorial do campo se estruturou no Pontal do Paranapanema.

Foram constituídas condições básicas de organização, criadas estratégias para a luta, estruturados acampamentos e criados setores e núcleos para lidar com as necessidades do movimento, como: saúde; educação; disciplina; comunicação; finanças; frente de massa; etc. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 219).

Nos anos seguintes a luta pela terra continuou sendo realizada pelo MST. Aproveitando-se da conjuntura criada pela repercussão negativa dos massacres de Corumbiara (RO), em 1995 e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, foram realizadas diversas ações que visavam manifestar a luta de classes no campo. Aumentou-se o número de ocupações de terras, foram bloqueadas estradas, foram ocupados bancos e órgãos públicos, ocorreram passeatas etc. (SOBREIRO FILHO, 2013). No ano de 1996 foi acirrada a conflitualidade entre os agricultores familiares/camponeses membros do MST e os latifundiários. Para desarticular a luta pela terra, foram presas algumas lideranças e promovidos atos de violência contra famílias que estavam acampadas à espera de uma porção de terra. Um exemplo disso foi a ação de jagunços da fazenda Santa Rita, em Piquerobi, que em setembro de 1996 e janeiro de 1997 atiraram contra agricultores

familiares/camponeses que estavam acampados próximos dessa área (SOBREIRO FILHO, 2013).

É importante destacar que de 1996 em diante, outros movimentos de luta pela terra, além do MST, passaram a atuar no Pontal do Paranapanema. Dentre os motivos, podem ser elencadas as dissensões ocasionadas por diferenças políticas e ideológicas no interior desses movimentos socioterritoriais do campo. O primeiro desses a realizar uma ocupação de terra foi o Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (MBUQT), que foi formado por um grupo de arrendatários do município de Presidente Venceslau, os quais não concordavam com o modo de ação do MST (MACIEL, 2009). Além dele, merece destaque o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-terra (MAST) no final da década de 1990, que também trouxe como proposta criar uma alternativa ao protagonismo do MST na luta pela terra. O MAST surgiu com um forte vínculo com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apoiando as políticas neoliberais efetivadas pelos governos Federal e Estadual nesse período (FELICIANO, 2006). Como uma dissidência do MAST, no ano de 2006 surgiu no Pontal do Paranapanema o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST).

Contudo, a principal fratura vivida na expressão da luta pela terra no Pontal do Paranapanema se deu com a saída de José Rainha Júnior do MST e a formação de um novo movimento socioterritorial camponês, o MST da Base<sup>54</sup>. Rainha Júnior foi a principal liderança do MST no Pontal do Paranapanema na década de 1990. Contudo, no princípio da década de 2000, alegando divergências na forma de organizar a luta pela terra, o MST o afastou dos seus quadros de representação nacional, estadual e regional, ou seja, ele deixou de ser autorizado a falar pelo movimento. Ocorre que mesmo assim, Rainha Júnior continuou trabalhando na organização de agricultores familiares/camponeses para a luta pela terra, usando para isso o nome e símbolos do MST. (SOBREIRO FILHO, 2013).

Como resultado dessa ampla conflitualidade, entre 1988 e 2014 foram realizadas 838 ocupações, com a participação de 138.295 famílias no Pontal do

---

<sup>54</sup> De acordo com Sobreiro Filho (2013) outras denominações dadas ao MST da Base são: "MST do Rainha"; "MST do Zé"; "Grupo do Zé"; e "Grupo do Rainha".

Paranapanema (Tabela 03). Apenas 6 dos seus 32 municípios não tiveram esse conflito fundiário. Por esses números, o Pontal do Paranapanema se destaca como a região com maior número de ocupações pela terra no estado de São Paulo, com 53% do total e 66% das famílias.

**Tabela 03 - Pontal do Paranapanema - Ocupações de Terras - 1988-2012**

Município	Ocupações	Famílias
Álvares Machado	5	154
Caiuá	45	2.848
Emilianópolis	2	60
Euclides da Cunha Paulista	57	7.011
Iepê	13	574
João Ramalho	5	209
Marabá Paulista	34	4.594
Martinópolis	51	2.600
Mirante do Paranapanema	174	33.540
Nantes	4	465
Narandiba	5	417
Piquerobi	9	302
Pirapozinho	7	900
Presidente Bernardes	58	3.6755
Presidente Epitácio	83	9.211
Presidente Prudente	4	620
Presidente Venceslau	54	2.652
Rancharia	47	6.336
Regente Feijó	5	75
Ribeirão dos Índios	1	60
Rosana	23	2.197
Sandovalina	45	12.794
Santo Anastácio	15	1.464
Taciba	2	190
Tarabai	6	638
Teodoro Sampaio	84	11.629
<b>TOTAL</b>	<b>838</b>	<b>138.295</b>

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. Estevan Coca.

Como resultado desses conflitos, no Pontal do Paranapanema, entre 1985 e 2014 foram implantados 114 assentamentos rurais, com 6.014 famílias, ocupando 142.427 ha (Tabela 05). Essas intervenções fundiárias causaram consideráveis impactos socioterritoriais em diversos municípios da região (LEAL,

2003; MAZZINI, 2007; RAMALHO, 2002; SILVA, 2008) contribuindo para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitaneado pelo agronegócio.

**Tabela 04 - Pontal do Paranapanema - Assentamentos Rurais - 1985-2012**

Município	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área em ha
Caiuá	8	441	10.736
Euclides da Cunha Paulista	9	511	10.935
Iepê	1	36	68
João Ramalho	1	29	55
Marabá Paulista	6	257	6.481
Martinópolis	2	122	2.745
Mirante do Paranapanema	35	1.546	35.470
Piquerobi	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	264	7.193
Presidente Epitácio	4	340	6.088
Presidente Venceslau	8	378	10.101
Rancharia	2	175	4.265
Rosana	4	766	18.307
Sandovalina	2	198	4.017
Teodoro Sampaio	21	867	23.371
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>6.014</b>	<b>142.427</b>

Fonte: DATALUTA, 2015. Org.: Estevan Coca

Contudo, mesmo sendo o Pontal do Paranapanema uma das regiões com maior presença de projetos de reforma agrária no Brasil (REDE DATALUTA, 2014), nele ainda existe uma considerável concentração fundiária. As unidades de produção familiar/camponesas são 76,11% do total, porém, ocupam apenas 22,14% da área. A principal atividade econômica no campo é a pecuária e a criação de outros animais. Ela está presente em 81,46% das unidades de produção e em 80,54% da área ocupada (IBGE, 2006). A criação de bovinos é realizada tendo duas principais finalidades: o corte e a produção de leite.

No que se refere ao primeiro, chama a atenção a existência de diversos curtumes e frigoríficos, que contam até mesmo com o apoio de instituições de ensino especializadas nessas atividades, como é o caso da Escola de Artefatos de Couro, Curtimento e Alimentos que funciona em parceria com a unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em Presidente Prudente.

Já o segundo faz com que a Região Administrativa de Presidente Prudente<sup>55</sup> seja a que concentra o maior número de unidades produtores de leite no estado de São Paulo (ROSELEN, 2005). Vale ressaltar que a produção do leite é a principal atividade econômica das unidades de produção familiar/camponesas. Conforme uma fala realizada por Z. S., do MST, no “Seminário sobre os Programas Federais de Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar: PAA e PNAE”, a produção do leite tem representado “o principal monocultivo entre os agricultores familiares/camponeses assentados do Pontal do Paranapanema” (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 10/07/2013). Com base em informações de trabalhos de campo realizados em 2009, Arana e Boin (2013), demonstram que a maior parte do leite produzido pelos agricultores familiares/camponeses do Pontal do Paranapanema é comercializada com grandes laticínios vinculados ao agronegócio, sendo que é pago em média entre R\$ 0,40 e R\$ 0,42 pelo litro desse produto. Dado esse fato, poucas famílias conseguem obter por meio da produção do leite uma renda maior do que um salário mínimo por mês.

Outra atividade agropecuária que se destaca é a lavoura temporária, presente em 10,75% das unidades de produção familiares/camponesas e em 16,90% da área por elas ocupada (IBGE, 2006). Nessa atividade, a principal produção é a cana-de-açúcar, que tem sido realizada por 7 usinas: Destilaria Alcídia S/A, no município de Teodoro Sampaio; Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool (COCAL), no município de Nanduba; Atena - Tecnologia em Energia Natural Ltda., no município de Martinópolis; Umoe Bioenergy S.A., no município de Sandovalina; Usina Alvorada do Oeste Ltda., no município de Santo Anastácio; Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool, no município de Presidente Prudente e a Usina Conquista do Pontal S/A, no município de Mirante do Paranapanema (SOBREIRO FILHO, 2013). É inegável que essa expansão do capital sucroalcooleiro tem trazido uma série de problemas para a produção local de alimentos no Pontal do Paranapanema, dentre os quais: i) a sua expansão

---

<sup>55</sup> É importante destacar que a Região Administrativa de Presidente Prudente abrange 53 municípios localizados no sudoeste do estado de São Paulo, sendo maior do que a definição do Pontal do Paranapanema adotada pelas políticas de desenvolvimento territorial do Governo Federal brasileiro.

para alguns lotes de assentamentos rurais, motivando os agricultores familiares/camponeses assentados a se engajarem na produção desse tipo de monocultivo (GONÇALVES, 2011)<sup>56</sup> e; ii) a justificativa de que essa atividade estaria garantindo a produtividade a antigos latifúndios, o que impediria sua destinação para fins de reforma agrária (THOMAZ JÚNIOR, 2013).

Outro importante elemento do sistema alimentar do Pontal do Paranapanema é a unidade da Companhia de Entrepostos e Armazéns do Estado de São Paulo (CEAGESP), de Presidente Prudente. Nela, produtores comercializam mensalmente uma média de 4,5 mil toneladas de alimentos com supermercados, sacolões, quitandas, feirantes e outros (CEAGESP, 2015). Ocorre que nesse canal de comercialização é grande a presença de produtos com origem de fora da região, fato que inibe a contribuição da agricultura familiar/campesinato para o abastecimento local de alimentos. Isso acontece porque o processo que a CEAGESP utiliza para a escolha dos “permissionários”, que são aqueles que possuem autorização para comercializar alimentos e flores em seu espaço físico, é baseado em licitações. Com isso, não é feita uma seleção dos candidatos com base na sua origem espacial ou no tipo de agricultura que eles desenvolvem, mas sim, nos preços que oferecem. Também caracteriza a atuação do CEAGESP no Pontal do Paranapanema o grande número de descarte de alimentos (ROSA et al., 2012). Tal fato motivou a formação de um banco de alimentos que atende 29 entidades socioassistenciais do município de Presidente Prudente.

No que tange aos agricultores familiares/camponeses que vivem na região, além dos programas de compra governamental de alimentos, as feiras-livres, que acontecem em quase todos os centros urbanos, também se destacam como um dos principais canais de comercialização. Em grande parte dos casos elas são abastecidas com produtos que não são comercializados pelo PAA ou o PNAE. Nelas, os agricultores familiares/camponeses têm a possibilidade de comercializar diretamente com os consumidores, todavia, de acordo com lideranças

---

<sup>56</sup> Sobre isso vale ressaltar que dois fatores contribuíram para parte das famílias assentadas optarem por arrendar suas terras para usinas de cana-de-açúcar: 1 - o Programa de Integração Rural do Banco do Brasil; 2 - a permissão do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) por meio da Portaria nº 77, de 27 de Julho de 2004.

familiares/camponesas entrevistadas para essa pesquisa, a impossibilidade de comercializar as “sobras” das feiras é um obstáculo para essa atividade. Além do mais, vale ressaltar que essas feiras-livres cada vez mais têm perdido freguesia para os supermercados. No ano de 2013, por exemplo, conforme a Associação Paulista de Supermercados (APAS), a regional de Presidente Prudente<sup>57</sup> teve um aumento de 5% nas suas vendas, atingindo a marca de R\$ 1,1 bilhão (O IMPARCIAL, 2014). O município de Presidente Prudente, que é o maior do Pontal do Paranapanema, possui filiais de grandes redes de supermercados como o Walmart, o Carrefour, o Açaí, o Makro e o Muffato. Por comprarem em grande quantidade, esses mercados acabam fornecendo produtos hortifrutigranjeiros por um preço menor, mesmo que nem sempre isso represente uma melhor qualidade.

Tais fatos indicam que existe um grande desafio para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema. Apesar de alguns projetos de reforma agrária terem contribuído para mudanças pontuais na correlação de forças no campo, as grandes corporações ainda são hegemônicas na condução do sistema alimentar dessa região. Daí reside a importância do estudo do PAA como uma política pública que pode contribuir para a mudança dessa situação.

## **5.2 - O desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema**

No Pontal do Paranapanema, as políticas públicas de desenvolvimento territorial são geridas pelo Conselho de Desenvolvimento do Território Pontal do Paranapanema (CODETER), o qual é composto por 40 integrantes (20 representantes do Poder Público e 20 representantes da sociedade civil). Nele, em nenhum momento os movimentos socioterritoriais tiveram a hegemonia. Tal conjuntura contribui para que desde sua implantação, o CODETER tenha como coordenador executivo (cargo máximo dentro do colegiado), Josenílton Amaral, técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Pontal do Paranapanema. Aos agricultores familiares/camponeses cabe ocupar cargos nas câmaras técnicas e no núcleo diretivo.

---

<sup>57</sup> A Regional de Presidente Prudente da APAS é composta por 54 municípios do oeste do estado de São Paulo, ou seja, ela é mais extensa do que o Pontal do Paranapanema.

A participação do MST demonstra-se mais efetiva do que a dos demais movimentos socioterritoriais. Contudo, suas lideranças reconhecem que o colegiado territorial funciona mais como um meio de politização do debate junto a outras representações do Poder Público e da sociedade civil do que como um instrumento de alteração das relações de poder no Pontal do Paranapanema. Conforme Z. S.:

Olha, nós achamos [o Programa Territórios da Cidadania] uma política interessante, porque se constitui num foro de produção de ideias e de cooperação, porque só assim para se desenvolver algum tipo de política que tenha êxito: criando os consensos, respeitando a diversidade de cada componente desse espaço coletivo que é o território da cidadania. Agora, nós somos críticos a algumas questões, por exemplo, **nós achamos que o governo, nas esferas federal, estadual e municipais (porque são vários municípios), impõem muito o seu poder sobre o território em detrimento da sociedade civil, principalmente no nosso caso, o MST.** Então, nós não somos uma força que vê no território contempladas as nossas aspirações. Mesmo assim, a gente acha importante estar lá, disputando ideias, convergindo ideias, cumprindo com o nosso papel (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 03/2014, grifos nossos).

Nessa afirmação reconhece-se que o Poder Público possui mais influência do que a sociedade civil – especialmente os movimentos socioterritoriais – no CODETER. Sobre a disputa pela orientação do CODETER entre a sociedade civil e o Poder Público, o entrevistado vai além:

Na correlação de forças, a sociedade civil tem menos força do que os órgãos públicos, tanto o INCRA quanto o ITESP e as prefeituras, eles que acabam determinando, os movimentos são apenas, e quando são, controle social, eles não são protagonistas propositivos, não são. Então, esse é o limite que o território apresenta (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 03/2014).

Fica evidente a compreensão de que os movimentos socioterritoriais do campo não são protagonistas no colegiado territorial. Órgãos que atuam principalmente na assistência técnica dos assentamentos rurais, como o INCRA e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ao lado das prefeituras, são apontados como as principais forças do CODETER. Por esses motivos, de acordo com o entrevistado, a função dos movimentos socioterritoriais



do campo é de controle social, somente. Ou seja, a presença deles no colegiado transmite a compreensão de que existe participação da sociedade civil e que a proposição das políticas públicas ocorre de maneira compartilhada. Contudo, na prática, o Poder Público tem maior capacidade de influência sobre a orientação do PTC. Nesse sentido, a intenção dos documentos norteadores do PTC de propor um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima” não se materializa na implementação dessa estratégia de articulação das políticas públicas no Pontal do Paranapanema.

Em parte, esse fraco poder de influência dos movimentos socioterritoriais do campo do Pontal do Paranapanema pode ser explicado pelas dissidências que ocorreram entre eles. Como foi abordado anteriormente, até meados da década de 1990, o único movimento de luta pela terra nesse território da cidadania era o MST. Contudo, devido a divergências político-ideológicas, outros grupos foram organizados como o MBUQT, o MAST e o MST da Base. Além de fragmentar a luta pela terra, essas dissidências também diminuem a capacidade dos movimentos socioterritoriais do campo de orientarem outros aspectos que remetem ao desenvolvimento agrícola do Pontal do Paranapanema.

O MST da Base, por exemplo, de maneira autônoma, tem tomado frente na proposição de políticas que são questionáveis quando a possibilidade de contribuir para uma modificação na correlação de forças no campo. Podem ser citados quatro exemplos: i) a promoção de um projeto de produção do biodiesel nos assentamentos rurais; ii) o estabelecimento de uma parceria com a União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP) para a criação de um *campus* universitário em Teodoro Sampaio, com o objetivo de atender assentados; iii) a elaboração de um plano de resolução de conflitos por terra junto ao ITESP e; iv) o apoio ao Vice-Presidente da República, Michel Temer, no contexto de tentativa de golpe contra o governo de Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016 (GLOBO.COM, 2016; SOBREIRO FILHO, 2013)

No primeiro caso, a produção de oleaginosas pode ocasionar problemas como o oligopsônio das grandes corporações e a prática de monocultivos nos lotes dos assentados. No segundo caso, é traçado um projeto educacional com uma instituição de ensino particular que não possui uma clara proposta de

emancipação dos agricultores familiares/camponeses, sendo oferecidos cursos como os de Agronomia e Tecnologia em *Agrobusiness*. O terceiro exemplo mostra a tentativa de pautar a luta pela terra no Pontal do Paranapanema sem levar em consideração o protagonismo de outros movimentos socioterritoriais. Por fim, no quarto exemplo o apoio ao golpe de Estado foi no sentido contrário a proposta de outros movimentos socioterritoriais do campo, especialmente os vinculados à Via Campesina, que defendiam o mandato democrático da Presidenta da República.

Tais fatos denotam como as dissidências dos movimentos socioterritoriais do campo repercutem não só no enfraquecimento da luta pela terra, mas também na capacidade de os agricultores familiares/camponeses serem propositores do modelo de desenvolvimento para o campo no Pontal do Paranapanema. Em razão disso, Z. S., ao avaliar a capacidade do MST e do MST da Base em intervir nos rumos do desenvolvimento em escala regional, diz o seguinte: “[...] os dois somados são igualmente fracos” (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 03/2014).

De tal modo, a prevalência dos representantes do Poder Público sobre os agricultores familiares/camponeses no CODETER pode ser explicada, em parte, como uma reverberação do panorama da luta pela terra e na terra no Pontal do Paranapanema. A inexistência de coesão na ação dos movimentos socioterritoriais impede a modificação da correlação de forças entre os agricultores familiares/camponeses e o agronegócio.

O receio dos agricultores familiares/camponeses quanto à hegemonia do Poder Público no CODETER também fica evidente na fala de L. R., que faz parte da Associação dos Produtores do Assentamento Lagoinha, de Presidente Eptácio. Para ele:

[...] se você pegar os engravatados é difícil. Pega um gerente lá, manda ele carpir aqui... cada macaco no seu galho! Então, tem pessoas lá que é advogado e que quer falar de agricultura, ele sabe de lei, porque terra é outra coisa” (L. R. - Membro da Associação dos Produtores do Assentamento Lagoinha - 03/2014).

Entretanto, a prevalência do Poder Público no CODETER não pode ser

entendida de maneira simplista, pois as prefeituras mais ativas no colegiado são as que representam municípios com assentamentos rurais, como as de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio, por exemplo. Para F. P., que faz parte do Núcleo Técnico do colegiado territorial, as prefeituras que mais participam “[...] são as que têm assentamentos, até acho que o próprio agricultor força, ele faz uma demanda e obriga as prefeituras a virem participar” (F. P. - Membro do Núcleo Técnico do CODETER - 07/2014). De tal modo, um dos motivos que move a participação das prefeituras no CODETER é a pressão dos agricultores familiares/camponeses, que se apoiam nelas para conquistar melhorias pontuais nos seus territórios. Isso reforça a ideia de que a relação entre os agricultores familiares/camponeses e o Estado deve ser entendida como permeada de conflitos, avanços e retrocessos e não linearmente.

É importante ressaltar que a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), que é a associação de prefeitos desse território da cidadania, não dialoga com o CODETER na tentativa de juntos elaborarem um plano conjunto para o desenvolvimento em escala regional. Esse distanciamento ficou evidente quando na primeira semana do mês de junho de 2014, essa associação de prefeitos iniciou a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Econômico Local e Regional dos Municípios do Pontal do Paranapanema”, que possui por objetivo:

[...] a partir da análise dos projetos existentes ou em andamento e da prospecção de novas iniciativas, elaborar projetos estruturantes, oportunidades de negócios e de desenvolvimento econômico e recomendações que estimulem a dinâmica das cadeias produtivas da região, novos investimentos, geração de emprego e renda (UNIPONTAL, 2014, não paginado).

Tal proposta é apresentada como novidade, não levando em consideração que o CODETER (2010) também possui um plano de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema. Portanto, essas duas entidades têm buscado o mesmo fim por caminhos diferentes, o que demonstra a falta de conexão entre elas. Em parte, esse distanciamento entre o CODETER e a UNIPONTAL pode ser explicado pelo fato de que os municípios de Caiuá, Emilianópolis, Nantes, Narandiba, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina e Santo Anastácio eram

governados por prefeitos do PSDB quando da realização dessa pesquisa. Além desses, o vice-prefeito de Emilianópolis e dezenas de vereadores de municípios do Pontal do Paranapanema também pertenciam a esse partido político. Como o PTC surgiu quando Lula da Silva, do PT, estava na Presidência da República e o PSDB era oposição, sendo assim, não se envolver com essa estratégia de articulação das políticas públicas pode ser lido como parte de uma opção política.

Assim como ocorre no Cantuquiriguaçu, também no Pontal do Paranapanema, por parte dos movimentos socioterritoriais do campo existe a leitura de que a burocracia que envolve a tentativa de articulação das políticas públicas em uma escala territorial (regional) impede um maior aproveitamento do PTC. Conforme o depoimento de Z. S., desde que passou a vigorar o PTC

[...] criou-se a expectativa de que essa seria uma oportunidade de pensar o território do Pontal do Paranapanema enquanto espaço geográfico e que o desenvolvimento fosse coerente com a maioria da população dentro desse território, a população oriunda da agricultura familiar. Ocorre que têm políticas públicas que são muito burocráticas, você chega na Caixa Econômica Federal é uma “cara” para sair, as prefeituras, muitas vezes não estão preparadas para fazer a parte executiva dessas propositivas e acaba gerando uma canseira, o esvaziamento por conta dessa canseira. Acaba ocorrendo uma desistência muito grande, um esvaziamento (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 03/2014).

Nesse sentido, a dificuldade em cumprir com todos os procedimentos burocráticos para acessar aos recursos do PTC e a falta de preparo das prefeituras para trabalhar com políticas de desenvolvimento territorial são fatores que levam os agricultores familiares/camponeses membros dos movimentos socioterritoriais a não diminuírem o interesse em participar do colegiado territorial.

Além disso, outra crítica é que em algumas ocasiões, as políticas públicas aplicadas pelo PTC remetem apenas a problemas pontuais, não estando atreladas a um projeto mais amplo que envolva melhorias estruturais nos territórios da cidadania.

As primeiras políticas foram feitas em função da cadeia produtiva do leite, tanque de resfriamento... e parou nisso. Os tanques de resfriamento não vieram acompanhados de uma política clara de

aporte técnico, econômico, para a cadeia produtiva do leite e ela está do mesmo tamanho, vamos dizer assim, que esteve quando se iniciou, ou seja, só o tanque resfriador não resolve a cadeia produtiva do leite, esse é um exemplo (Z. S. - Liderança do MST no Pontal do Paranapanema - 03/2014).

Esse relato evidencia como alguns entraves operacionais impedem com que o PTC possa contribuir para além de mudanças pontuais. Ou seja, apesar de trazer pequenas melhorias para a agricultura familiar/camponesa, ele não tem poder para modificar a subalternidade dela em relação ao agronegócio na disputa pelo modelo de desenvolvimento para o campo. Isso porque, ainda existe uma grande dificuldade para se pensar para além do setorial mesmo que esse seja o objetivo central do PTC.

Sobre a maior efetividade das emendas parlamentares em relação aos recursos que passam pelo CODETER, F. P. disse o seguinte:

Sem dúvida, vou usar o exemplo do próprio PROINF. A verba que nós tivemos, em torno de quatrocentos e setenta e cinco mil, no teto, dependendo da emenda parlamentar, eles conseguem duas ou três vezes ao ano. Tem coisa que não tem como comparar, é obvio. Mais é lógico, existem outros ganhos que não são só valores que o colegiado tem conseguido promover para todo território que não depende só das questões estruturais, principalmente essa questão mesmo das entidades começarem a participar ativamente e efetivamente contribuírem para o desenvolvimento do território (F. P. - Membro do Núcleo Técnico do CODETER - 07/2014).

Portanto, mesmo reconhecendo que a importância do PTC não pode ser avaliada somente pelos investimentos econômicos, o entrevistado concorda que a quantidade de recursos que são alocados ao Pontal do Paranapanema através das emendas parlamentares supera a das que são obtidas através das discussões realizadas no CODETER.

Na sequência é demonstrado como mesmo nesse contexto em que a estratégia de desenvolvimento territorial tem tido pouco poder de impacto, o PAA tem trazido contribuições para a implantação da proposta alternativa de soberania alimentar.

### **5.3 - A contribuição do PAA para a soberania alimentar no Pontal do**

## **Paranapanema**

No Pontal do Paranapanema, o PAA tem contribuído com a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar por meio de dois eixos principais: a criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses e o combate à fome. Merecem especial destaque os impactos que o PAA tem causado nos assentamentos rurais.

Nessa região, a primeira experiência do PAA “Compra com Doação Simultânea” ocorreu em 2006 envolvendo as seguintes entidades proponentes: Associação Agrícola Pontal (AGROTUR) e Instituto de Desenvolvimento Rural, Educacional e Cultural do Pontal (IDR), ambos de Sandovalina; APRAE, de Presidente Epitácio e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentados do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá. Dessa primeira experiência até o ano de 2013, os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio foram os que concentraram o maior número de agricultores familiares/camponeses proponentes (Prancha 05). Não por acaso, esses municípios são os que possuem o maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, fato que demonstra a potencialidade do PAA em contribuir com as famílias beneficiárias da reforma agrária. Não tiveram agricultores familiares/camponeses participantes os municípios de Álvares Machado, Emilianópolis, Indiana, Nantes, Santo Expedito e Taciba. Em nenhum desses municípios existem assentamentos rurais, o que comprova o que foi acima apontado. O ano de 2012 foi o que teve o maior número de agricultores familiares/camponeses beneficiados pelo PAA “Compra com Doação Simultânea”, com 2.337. Considerando-se que somente o número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema é de 6.014, pode-se concluir que ainda existe uma considerável parcela de agricultores familiares/camponeses que não acessam essa política pública.

No que se refere aos investimentos realizados nesse período, os maiores números foram registrados em Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio (Prancha 06). Vale ressaltar que os dois são pioneiros do PAA “Compra com Doação Simultânea” no Pontal do Paranapanema. O ano em que foram

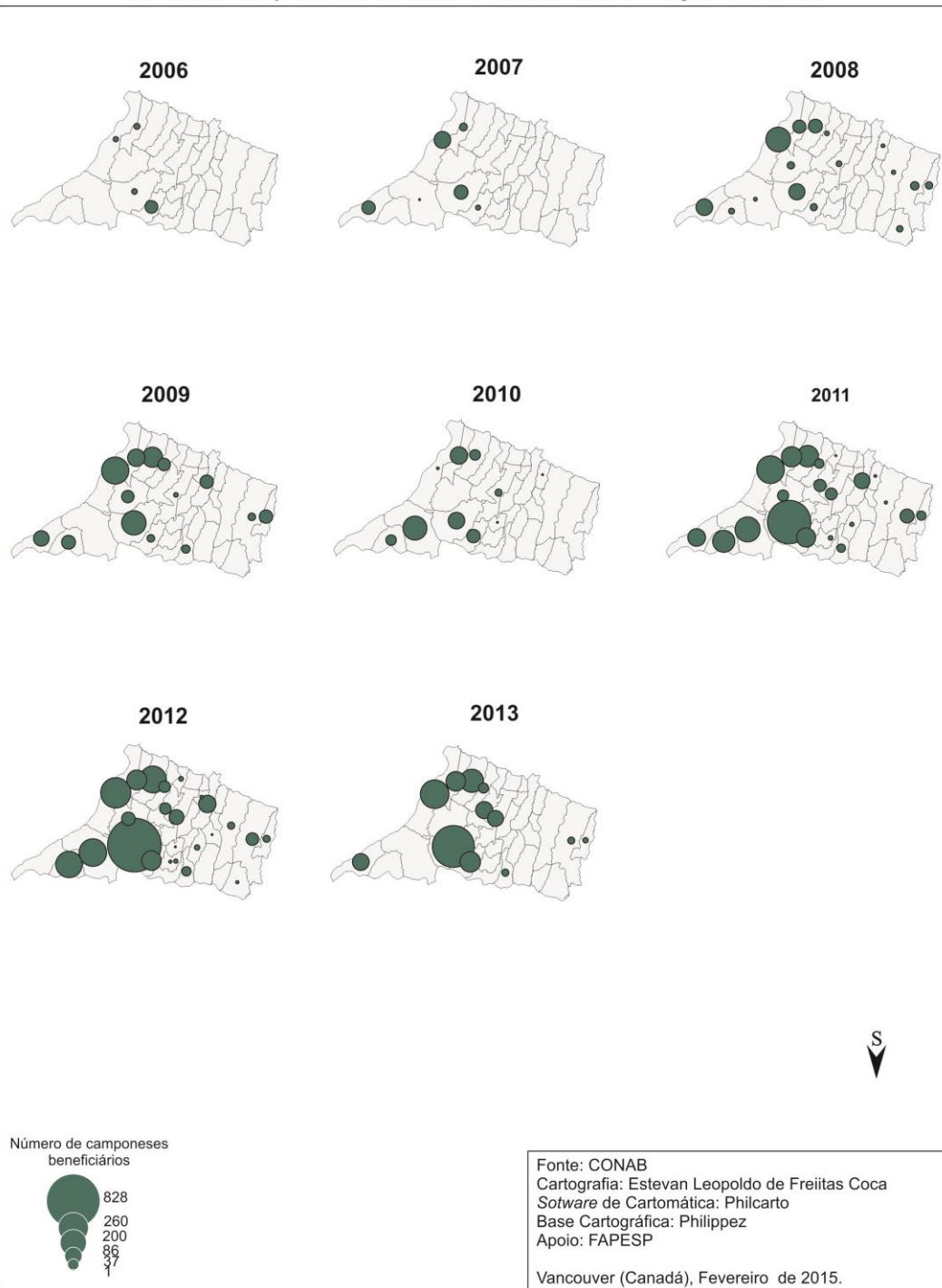
realizados os maiores investimentos foi 2012, com R\$ 9.938.144,86. Esse número é 41 vezes maior do que foi investido em 2006, na primeira experiência do PAA “Compra com Doação Simultânea” no Pontal do Paranapanema. Colaboraram para isso os aumentos das cotas anuais e do número de agricultores familiares/camponeses proponentes. Também em 2012 foi registrado o maior montante de recursos investidos em um município. Mirante do Paranapanema recebeu R\$ 3.539.669,24. Reconhecendo-se que esse é um município considerado como de pequeno porte, com apenas 16.744 habitantes (IBGE, 2010), pode-se concluir que esses recursos representam um significativo número não só para os agricultores familiares/camponeses proponentes, mas também para economia local, fazendo com que o PAA cause impactos nas unidades de produção familiar/camponesas e no espaço urbano.

Além do mais, entre 2006 e 2013, foram realizados 1.008.548 atendimentos de pessoas em condição de vulnerabilidade social pelo PAA “Compra com Doação Simultânea” (Prancha 07)<sup>58</sup>. O município com o maior número de atendimentos foi Teodoro Sampaio, com 284.720. Considerando-se que sua população é de 21.389 (IBGE, 2010), nesse período o número de pessoas em condição de vulnerabilidade social que receberam a doação de produtos cultivados por agricultores familiares/camponeses do município foi 13 vezes maior do que ela durante os 07 anos de implementação do PAA “Compra com Doação Simultânea” em Teodoro Sampaio. Por outro lado, percebe-se que o número de pessoas em condição de vulnerabilidade social beneficiadas em Presidente Prudente, o município mais populoso do Pontal do Paranapanema ainda é baixo, somando apenas 101.767. Isso indica que ainda existe um potencial mercado a ser integrado ao PAA “Compra com Doação Simultânea” no Pontal do Paranapanema. Dentre as entidades socioassistenciais que atenderam essas pessoas em condição de vulnerabilidade social constam funções como: albergues, amparo às crianças e a idosos, APAES, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, escolas, hospitais e outros.

---

<sup>58</sup> É importante ressaltar que esse número representa a soma anual dos atendimentos. Desse modo, alguns dos beneficiários podem ter sido contabilizados mais de uma vez.

**Prancha 05 - Território Pontal do Paranapanema - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)  
Número de camponeses beneficiários na modalidade Doação Simultânea**





**Prancha 06 - Território Pontal do Paranapanema - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)  
Recursos investidos na modalidade Doação Simultânea**





Tendo por pano de fundo essa realidade, na sequência consta uma análise sobre a contribuição do PAA para a criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa e o combate à fome no Pontal do Paranapanema.

### **5.3.1 - A criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa**

Assim como acontece no Cantuquiriguaçu, no Pontal do Paranapanema o PAA também tem sido uma referência para a comercialização de produtos de origem familiar/camponesa. Ele tem oferecido aos agricultores familiares/camponeses proponentes uma nova oportunidade de mercado. Um dos aspectos mais importantes de tal fato é a dinamização dos assentamentos rurais.

Em termos econômicos, isso tem representado aos agricultores familiares/camponeses proponentes a garantia e a melhoria de renda. Isso é importante porque mesmo sendo o estado mais rico e mais industrializado do Brasil, em São Paulo também existem pessoas que vivem em condições precárias. O Pontal do Paranapanema é um exemplo disso. Ele possui 2,15% de sua população classificada como extremamente pobre, 7,07% como pobre e 24,12% como vulnerável à pobreza (UNDP, 2014). Portanto, 33,34% da população do Pontal do Paranapanema está em um dos três extratos de pobreza definidos pela ONU, o que indica que essas pessoas não possuem recursos financeiros necessários para poder desenvolver suas vidas de uma maneira digna.

Essa situação é mais precária nos municípios com assentamentos rurais. Um exemplo é Mirante do Paranapanema, que no Pontal do Paranapanema é o município com maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas, além de também possuir o maior número de pessoas em condição de extrema pobreza, com 6,41% de sua população. Isso também pode ser percebido em Euclides da Cunha Paulista, que é o terceiro com maior número de assentamentos rurais e o quarto com maior número de famílias assentadas. Ele ocupa a segunda colocação dentre os que possuem os maiores índices de pessoas em condição de extrema pobreza, com 5,16% de sua população. Já, Teodoro Sampaio, que possui o segundo maior número de assentamentos e a segunda maior população assentada ocupa o terceiro posto dentre os municípios com maior número de pessoas em condição de extrema pobreza, com 5,10% de

sua população.

Assim, a pobreza é uma realidade no Pontal do Paranapanema e afeta com maior intensidade o campo, especialmente as famílias camponesas assentadas. Tal fato indica que é urgente a tomada de medidas que visem melhorar a condição de vida da população do campo nesse território da cidadania. Nesse sentido, o PAA tem contribuído para que essa situação de pobreza seja ao menos amenizada com a garantia e a elevação da renda dos agricultores familiares/camponeses proponentes. Ao contrário do que ocorre no Cantuquiriguaçu, onde não é unânime entre os agricultores familiares/camponeses proponentes a compreensão de que o PAA colabora para a melhoria da renda, no Pontal do Paranapanema isso foi apontado como uma realidade em todas as entrevistas realizadas. Isso fica claro no depoimento do presidente da ANPRAE:

Esse [o PAA] é uma renda a mais, além do que a gente tinha. Hoje se a gente for entregar mensalmente, vai dar um valor de R\$ 580,00 por mês, e esse valor aumentou em cima do que a gente já ganhava. **É uma renda a mais, e melhorou a situação do assentamento; depois do PAA mudou o sentido.** Para você ver, nós ficamos 5 meses sem receber esse ano, a gente ficou lá embaixo, parece que jogou um balde de água fria em cima do povo. Depois que começou a receber agora, o povo já tem outro ânimo, você encontra o cara e ele já está com mais satisfação, mais alegre (M. O. - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013, grifos nossos).

Nesse sentido, de acordo com o entrevistado, a renda obtida através do PAA tem dado um novo vigor ao assentamento “Engenho II”. Nos períodos em que não é possível acessar a essa política pública, devido aos entraves burocráticos, as condições de vida das famílias assentadas são mais difíceis. A renda obtida através do PAA complementa a renda obtida através de outras atividades como a coleta de leite e a participação em feiras-livres nos centros urbanos.

Isso também é observado no assentamento “Lagoinha”. Pelo PAA, as famílias têm tido outra fonte de renda além da produção do leite, a qual ainda é predominante. Isso pode ser percebido no depoimento de L. R.: “[...] só o leite, ele te dá comida, te mantém, mais não paga contas. Aí graças a Deus a CONAB está

aí hoje, há oito anos, se não fosse a CONAB, que é o PAA... meu Deus do céu” (L. R. - Sócio da APFL - 01/04/2014).

Contudo, assim como observado no Cantuquiriguaçu, também no Pontal do Paranapanema todos os agricultores familiares/camponeses proponentes do PAA entendem que o valor da cota anual é pequeno. Considerando a força de trabalho da família e a terra que dispõem, seria possível oferecer mais produtos para o mercado institucional de alimentos. A. S., do assentamento “Antônio Conselheiro”, por exemplo, alega que por exceder a cota anual do PAA, ele acaba perdendo muitas frutas. “Esse valor aí que eles estão dando, para nós ainda sobra muita fruta, estamos perdendo várias, porque o valor é pouco, poderia ser mais, ia ajudar mais a gente (A. S. - Sócio da APRACON - 01/11/2013).

Nas entrevistas, um fato recorrente foi a leitura de que o valor da cota ainda não é suficiente para suprir a força de trabalho e a terra de que dispõem as famílias camponesas.

Eu acho que poderia ser um pouquinho mais, aceitar mais produtos, porque a terra produz mesmo, não é? Tem a terra e nós temos a coragem, então eu queria que eles aceitassem mais produtos ainda. Porque tem muita coisa aqui que nós temos vontade de produzir, mas eles não aceitam (T. C. - Sócia da APRACON - 01/11/2013).

Como para algumas famílias a cota anual ainda é considerada pequena, parte dos seus membros têm tido que buscar trabalho fora do lote, especialmente nas usinas de cana-de-açúcar para poder aumentar a renda. No assentamento “Bom Pastor”, por exemplo, alguns membros de famílias camponesas têm deixado o trabalho do lote para serem empregados pela usina Umoe Bionergy.

[...] o valor anual ainda é pouco, poderia ser maior. Se a pessoa tem um trabalho na usina e coloca do lado o “PAAzinho”, ela prefere ficar na usina. Lá, ela recebe seus R\$ 1.000,00 por mês. Os jovens, mesmo, os filhos dos assentados vão todos para a usina (E. F. - Diretor da COOESP - 26/07/2014).

Isso prova que mesmo sendo uma política pública com potencial emancipatório, o PAA ainda não tem sido forte o suficiente para eliminar completamente a sujeição dos agricultores familiares/camponeses ao

agronegócio. Isso também é percebido no assentamento “Antônio Conselheiro”, onde parte dos agricultores familiares/camponeses têm sido empregados pela Usina Alcídia.

[...] depois que começou o plantio de cana, pelo menos aqui no Pontal, ficou difícil para nós agricultores, porque muitos têm preferido trabalhar para as usinas. [...] os filhos dos assentados, os rapazes e as moças, poderiam ajudar mais os pais e ficar mais no assentamento. Até para esses projetos do PAA seria melhor, mas se não tiver essas coisas aí, acaba indo tudo embora mesmo. Com o aumento da cota isso ficaria bem melhor para nós (A. S. - Sócio da APRACON - 01/11/2013).

Percebe-se que mesmo com a possibilidade de comercializar parte de sua produção no mercado institucional de alimentos, muitos agricultores familiares/camponeses assentados ainda avaliam que o trabalho nas usinas de cana-de-açúcar é mais rentável. Isso poderia ser modificado se o PAA fosse dotado de uma maior flexibilidade, aceitando comercializar por meio de mais de uma DAP por família ou então, propiciasse uma cota anual maior para as famílias que conseguem produzir mais do que o limite estabelecido.

Portanto, pelos casos analisados, constata-se que no Pontal do Paranapanema o PAA tem propiciado o aumento e a garantia da renda das famílias camponesas. Isso tem sido importante por criar uma renda adicional àquela que as famílias já tinham através de outras atividades como a comercialização do leite ou a participação em feiras-livres. Contudo, o valor da cota anual ainda é pequeno e por isso, parte dos membros das famílias camponesas têm buscado emprego fora da unidade de produção, especialmente nas usinas de cana-de-açúcar, que se constituem como uma das principais expressões do agronegócio no Pontal do Paranapanema.

Faz-se importante observar que assim como ocorre no Cantuquiriguaçu, a criação de um novo canal de comercialização para os produtos de origem familiar/camponesa no Pontal do Paranapanema não tem tido uma importância apenas econômica, mas também política, social e cultural. Isso evidencia que o PAA tem tido uma função estruturante no sistema alimentar dessa região do estado de São Paulo.

No Pontal do Paranapanema o PAA tem sido uma referência para a criação

e o fortalecimento de cooperativas e associações formadas por agricultores familiares/camponeses, especialmente nos assentamentos rurais (LE MOAL, 2013; LEAL, 2015). Tal fato tem colaborado para que essas entidades proponentes incrementem sua participação no sistema alimentar dessa região do estado de São Paulo, provendo alimentos frescos e saudáveis para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Além do mais, como já lembrado anteriormente, essas entidades proponentes não possuem apenas uma importância econômica para os agricultores familiares/camponeses a elas vinculados, mas também política, pois se tornam referências para a luta na terra (FABRINI, 2002). Especialmente no caso dos assentamentos rurais, através da produção em larga escala, elas contribuem para que sejam superados problemas como a baixa produtividade da terra e as limitações do trabalho familiar (FABRINI, 2000).

Ao contrário do Cantuquiriguaçu, não faz parte da tradição do Pontal do Paranapanema a existência de grandes cooperativas vinculadas ao agronegócio. No que se refere à agricultura familiar/camponesa, o fracasso de algumas experiências coletivas pesa contra a opção por essa estratégia de produção, beneficiamento e comercialização dos gêneros agrícolas. O principal exemplo disso é a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (COCAMP), que foi fundada por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, no dia 28 de dezembro de 1994 (RIBAS, 2002). Na época, ela foi vista como uma valiosa referência para a gestão política dos assentamentos rurais que vinham sendo conquistados através da luta pela terra efetivada pelo MST. Pela COCAMP foram criados diversos projetos agropecuários e agroindustriais que visavam otimizar a participação dos agricultores familiares/camponeses assentados no mercado de alimentos em âmbito regional e nacional. Ocorre que devido a acusação do desvio de R\$ 8,5 milhões que haviam sido destinados pelo Governo Federal para a construção de uma agroindústria em sua sede - a qual nunca operou em plena capacidade - a COCAMP nunca cumpriu com os objetivos que para ela haviam sido traçados.

Além desse caso, também ganharam grande repercussão acusações de

uso de notas fiscais falsas para justificar os seguintes recursos destinados pelo MDA para a produção de biodiesel: i) R\$ 1,7 milhão para a Associação Amigos de Teodoro Sampaio e; ii) R\$ 1,3 milhão para a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009; LEAL, 2015).

Reconhecendo que através de entidades coletivas como associações e cooperativas os agricultores familiares/camponeses ampliam suas possibilidades de inserção no mercado, faz-se importante o desenvolvimento de iniciativas que visem superar essas experiências negativas. Nesse sentido, observa-se que devido ao PAA tem ocorrido a formação e/ou o fortalecimento de cooperativas e associações familiares/camponesas no Pontal do Paranapanema. No ano de 2012, quando foi registrado o maior número de agricultores familiares/camponeses beneficiados pelo PAA “Compra com Doação Simultânea” no Pontal do Paranapanema, dentre as entidades proponentes constaram: 69 associações, 2 cooperativas e 3 organizações de mulheres. Dentre essas associações, 10 eram formadas por agricultores familiares/camponeses “convencionais” e 59 eram formadas por assentados em projetos de reforma agrária. As cooperativas e os grupos de mulheres eram formados exclusivamente por assentados em projetos de reforma agrária. Pela consulta do CNPJ dessas entidades coletivas na *Web Page* da Receita Federal brasileira, percebe-se que dentre elas, 44 associações e uma cooperativa foram formadas após a primeira experiência do PAA “Compra com Doação Simultânea” no Pontal do Paranapanema.

Para exemplificar a importância do PAA para o incentivo às práticas coletivas por parte dos agricultores familiares/camponeses do Pontal do Paranapanema, são tomados os exemplos da COOESP, de Sandovalina; da APRAE e da APAFL, de Presidente Epitácio e da APRACON, de Mirante do Paranapanema.

A COOESP agrega 302 agricultores familiares/camponeses que vivem no assentamento “Bom Pastor”<sup>59</sup> ou próximos a ele. Antes dela, a maior parte dos

---

<sup>59</sup> O assentamento “Bom Pastor” possui 130 famílias e 2.682 ha. Ele foi criado no ano de 1997 através do procedimento de reconhecimento de terras efetivado pelo Governo do Estado de São Paulo. Além da COOESP, nele também participa do PAA a Associação Viver e Aprender do



seus atuais membros estava organizada na Associação Regional do Assentamento Bom Pastor (ARABP), a qual operou entre 2001 e 2013<sup>60</sup>. O primeiro projeto apresentado pela ARABP para participação no PAA foi aprovado em 2011, contando com a participação de 40 agricultores familiares/camponeses proponentes. Foram entregues 35 tipos de alimentos, todos *in natura*. Vale ressaltar que para essa primeira experiência houve uma colaboração de funcionários do INCRA que prestavam serviços no assentamento, informando e motivando os agricultores familiares/camponeses acerca das possibilidades mercado institucional de alimentos. No ano seguinte, um novo projeto foi apresentado e o número de proponentes subiu para 70. Dado esse crescimento e a necessidade de otimizar a comercialização dos seus produtos, os agricultores familiares/camponeses membros da ARABP decidiram transformá-la na COOESP em 2013. Os motivos são explicados por E. F., que é dos diretores dessa entidade proponente do PAA:

**Hoje, já estamos com 300 e poucas pessoas participando do PAA, isso porque nós limitamos, senão teria muito mais!** Optamos por abrir a cooperativa por causa da isenção de impostos. Hoje, só os tributos federais que a gente é obrigado a pagar pela associação é de 5,85%, e a cooperativa já é isenta (E. F. - Diretor da COOESP - 26/07/2014, grifos nossos).

Observa-se que o principal objetivo para a formação da cooperativa é a diminuição dos encargos tributários que são exigidos para o funcionamento de uma associação. Também chama a atenção o fato de que é necessário limitar o número de participantes da cooperativa, haja vista que o interesse em integrá-la é grande por parte dos assentados e vizinhos do assentamento. Isso mostra que existe uma grande procura pelo PAA.

Nos dados da CONAB referentes ao ano de 2012 (quando a ARABP ainda não havia sido transformada na COOESP), dentre os 39 produtos comercializados, o de maior valor foi a raiz de mandioca (R\$ 209.540). Após ela constam a alface (R\$ 181.500), o milho (R\$ 86.199) e a abóbora (R\$ 118.825). O único produto de origem animal que consta na lista é a Tilápia, que rendeu R\$

---

Assentamento Bom Pastor.

<sup>60</sup> Apesar de a ARABP não funcionar operacionalmente desde 2013, em fevereiro de 2015 seu CNPJ ainda estava ativo na página da Receita Federal brasileira na Internet.

19.250. Isso indica que a cooperativa ainda não avançou significativamente na criação de possibilidades de beneficiamento dos produtos, comercializando-os *in natura*. Mesmo assim, não se pode deixar de negar a importância do PAA para a articulação entre a COOESP e os seus agricultores familiares/camponeses membros, haja vista que “sem a cooperativa fica difícil participar do PAA. Ela é essencial para nós” (E. F. - Diretor da COOESP - 26/07/2014, grifos nossos).

A ANPRAE agrega agricultores familiares/camponeses do assentamento “Engenho II”, que foi criado no ano de 1998 através da desapropriação de 630 ha da antiga fazenda Engenho. O assentamento possui 28 famílias. A sua conquista se deu pela luta pela terra realizada MAST. Todavia, assim que o assentamento foi criado, esse movimento socioterritorial deixou de atuar junto aos agricultores familiares/camponeses assentados. Ou seja, o movimento socioterritorial contribuiu para a luta pela terra, mas não contribuiu para a luta na terra. Com essa lacuna, a ANPRAE foi fundada em 2001 e daí em diante configurou-se como o principal elo de articulação entre os agricultores familiares/camponeses do assentamento “Engenho II”. A associação começou a participar do PAA no ano de 2006 por incentivo de funcionários da CONAB, sendo uma das pioneiras no acesso ao mercado institucional de alimentos no Pontal do Paranapanema. No princípio, houve um certo receio por parte dos agricultores familiares/camponeses assentados em participar do PAA, pois tal política pública ainda era uma novidade no Pontal do Paranapanema.

Aqui no Engenho, quando começamos a fazer o PAA, em 2005, no estado todo existia só R\$ 42 mil, aí eu participei de um curso em Iperó, na Fazenda Ipanema, com o pessoal da CONAB e eu trouxe para cá, nós acampamos a ideia. [...] para eu fazer foi difícil, ninguém acreditava, porque a associação era apenas uma organização: “Mas como? Vou produzir, entregar e o governo vai pagar? Como é esse negócio? ”, até que eu falei: “Vamos fazer! ”, começamos aqui, o Engenho foi o primeiro, começamos com 8 (J. B. - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

Assim, no começo, as famílias assentadas ficaram receosas em participar do PAA, pois duvidavam que o governo fosse pagar preços de mercado pelos seus produtos sem a ocorrência de licitação. Todavia, com o passar do tempo eles perceberam a importância desse canal de comercialização e atualmente

apenas sete famílias assentadas não participam do PAA. Contudo, vale ressaltar que essas “não plantam nenhum produto. Uma tira leite, e o marido trabalha fora; a outra, os dois são aposentados, só criam galinhas; a outra, não mexe com nada, só tem um gado lá (M. O. - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013). Ou seja, das famílias assentadas que precisam da produção agrícola para sobreviver, todas têm participado do PAA. Por isso, percebe-se que a associação é o elo que tem ligado os agricultores familiares/camponeses assentados ao PAA.

**A associação existe em razão do PAA.** A maioria dos assentados faz parte da associação. Porque hoje, se não fizer parte da associação não tem como entrar no PAA, mesmo que não queira, ele é obrigado a entrar na associação (M. O. - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013, grifos nossos).

Contudo, também a ANPRAE possui como limitação oferecer apenas produtos *in natura* para o PAA. Em 2012, os maiores valores obtidos foram com a comercialização do mamão formosa (R\$ 6.784,80), a melancia (R\$ 8.628,20) e a rúcula (R\$ 8,626.20). Criar estratégias de beneficiamento dos produtos é um passo fundamental para que a associação consiga melhorar seu desempenho no PAA e auferir maiores lucros.

Processo semelhante pode ser percebido na APAFL. Ela agrega parte dos agricultores familiares/camponeses do assentamento “Lagoinha”, de Presidente Epitácio<sup>61</sup>, que foi conquistado pelo MQBUT. Assim como ocorreu no assentamento “Engenho II”, também no assentamento “Lagoinha” a atuação do movimento socioterritorial limitou-se ao período de luta pela terra, não contribuindo com a luta na terra. Após isso, os agricultores familiares/camponeses assentados precisaram buscar outra forma de organização coletiva para pensar em estratégias de comercialização e na gestão do assentamento. Daí surgiu a associação.

Depois que a gente ganhou a terra, nós tivemos que se afastar do movimento. Se não era o movimento a gente não tinha conquistado a terra, agora é a associação que nos organiza. Dos

---

<sup>61</sup> O PA Lagoinha possui 153 famílias, as quais estão distribuídas em 2.106 ha. Ele foi criado no ano de 1998 através do processo de desapropriação de terras da antiga fazenda Lagoinha. Além da ANPAL no assentamento também existe a Associação dos Novos Produtores do Assentamento Lagoinha (ANPAL).

153 assentados, hoje, 81 fazem parte da associação (Z. C. - Presidente da APAFL - 01/04/2014).

Nesse contexto, a APAFL foi fundada como uma necessidade de ser criar uma organização que substituísse o movimento socioterritorial na articulação dos agricultores familiares/camponeses assentados para a luta na terra. Contudo, antes de sua integração ao PAA, essa associação teve pouca expressividade.

É difícil, mas nós estamos aqui. Agora, dia 16 de julho faz 16 anos. No começo foi difícil, nós montamos a associação em 1999, aí fundou e ficou por isso mesmo. Só que em 2006 começou o projeto da CONAB, o Beto, que é um dos membros, foi lá para os lados de Ribeirão Preto e ficou ouvindo CONAB, CONAB... Ele foi fundo até que consegui o telefone do pessoal e marcou uma reunião. Aí eu comecei com dezesseis no primeiro projeto, no segundo foi trinta e alguma coisa, hoje, estamos com oitenta e um na minha associação, graças a Deus (Z. C. - Presidente da APAFL - 01/04/2014).

Portanto, a associação foi revigorada com a sua participação no PAA. Antes disso, ela era pouco efetiva na promoção de alternativas de comercialização da produção dos assentados. Além do mais, percebe-se que após ela passar a trabalhar com o PAA houve até mesmo um aumento no número de associados.

Como na COOESP e na ANPRAE, a APAFL ainda não tem comercializado bens processados através do PAA. No ano de 2012, os principais rendimentos vieram da comercialização dos seguintes produtos: rúcula (R\$ 30363,30), quiabo (R\$ 23.029,20) e manga (22.389,00). Percebe-se que mesmo que o PAA represente um significativo avanço na organização da associação, ainda existe a possibilidade de agregar maior valor aos produtos que são negociados através dele.

A APRACON agrega 20 famílias camponesas do assentamento “Antônio Conselheiro”<sup>62</sup>, o qual foi obtido no ano de 2000 em ato desapropriatório após sucessivas ocupações organizadas pelo MST em uma parte da fazenda Santa Clara. Ao contrário dos assentamentos “Engenho II” e “Lagoinha”, onde a atuação dos movimentos socioterritoriais deu-se somente no período de luta pela terra, no

---

<sup>62</sup> No PA Antônio Conselheiro vivem 65 famílias, as quais estão distribuídas por 1.069 ha.

“Antônio Conselheiro” ainda existe uma forte atuação do MST. No Pontal do Paranapanema, esse movimento socioterritorial vê no PAA uma possibilidade de melhorar, mesmo que pontualmente, a condição de vida das famílias assentadas, principalmente devido à garantia de renda.

A APRACON foi fundada em 2005 e seus primeiros objetivos foram a aquisição de um tanque resfriador de leite e o acesso ao Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) para a reforma de casas (LE MOAL, 2013). Antes de acessar o PAA, a APRACON já desenvolvia atividades comerciais com destaque para a comercialização do leite e o beneficiamento de alguns produtos. Em 2010, pela primeira vez, ela teve um projeto aprovado para acessar o PAA “Compra com Doação Simultânea”. Nele, ela se comprometeu a entregar os seguintes produtos para entidades socioassistenciais do Pontal do Paranapanema: abóbora, farinha de mandioca, feijão, quiabo e raiz de mandioca. O valor obtido com a comercialização desses produtos foi de R\$ 88.824,86.

No ano de 2011, a associação teve aprovado pelo MDA um projeto que visava a construção de uma horta comunitária. Com isso, foram cedidos dois lotes do assentamento, onde foi construída uma estrutura com poço tubular profundo, estufa e *kit* de irrigação (Figura 12). Todas as famílias vinculadas à associação poderiam participar da horta, contudo, apenas 17 se cadastraram e dessas, somente 08 vieram a participar efetivamente das atividades coletivas para cultivo da horta.

**Figura 12 - Horta Comunitária do PA “Antônio Conselheiro”**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Novembro de 2013.

Atualmente, boa parte dos produtos comercializados pela APRACON com o PAA provem dessa horta.

A horta está vinculada à associação e as 08 famílias estão no PAA também. Ela funciona 100% com base no PAA. Aqui nós produzimos a mandioca amarela, quiabo, abóbora, pepino, milho verde, isso fora da estufa. E dentro da estufa nós produzimos alface, almeirão, rúcula, salsa, coentro, cebolinha, berinjela, pimenta, jiló, essas coisas (R. G. - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

As famílias que participam da horta dividem entre si o lucro e as despesas. O trabalho ocorre quase sempre no período da manhã, em regime de mutirão. Somente quando o trabalho a ser realizado é muito grande, eles precisam despende mais tempo nessa atividade. Ou seja, os agricultores familiares/camponeses que participam desse espaço de produção seguem dinâmicas diferentes do assalariamento, que é central no modelo de desenvolvimento capitalista (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Além da horta, as famílias vinculadas à APRACON também participam do PAA através dos produtos que são cultivados em seus lotes. Repete-se com ela a dificuldade em agregar valor aos produtos, pois como consta nos dados da CONAB referentes ao ano de 2012, não são ofertados alimentos beneficiados para as entidades socioassistenciais. Os principais valores foram obtidos com a comercialização da raiz de mandioca (R\$ 24.750,00), da alface (R\$ 24.690,00) e do almeirão (R\$ 12.686,40).

Por esses quatro exemplos, percebe-se que no Pontal do Paranapanema o PAA tem sido uma referência para a atuação de cooperativas e associações familiares/camponesas. Com isso, essas entidades proponentes passam a ter maior representatividade no sistema alimentar dessa região do estado de São Paulo. Contudo, vale ressaltar que a atuação delas ainda é muito limitada na oferta de bens processados. Apesar desses produtos constarem na lista de comercialização de algumas entidades proponentes, eles ainda representam uma pequena porcentagem do valor total. Em razão disso, as cooperativas e associações proponentes do Pontal do Paranapanema acabam comercializando produtos de menor valor com o PAA.

Tal assunto foi discutido na “Reunião de Apoio às Organizações Produtivas Rurais de Base Familiar do Pontal do Paranapanema”, organizada pelo

CODETER, em Presidente Prudente, no dia 16 de Abril de 2013. Nessa oportunidade, destacou-se a falta de sintonia entre as prefeituras e os agricultores familiares/camponeses assentados como um dos fatores que impede a elaboração de projetos de financiamento para agroindustrialização dos assentamentos rurais. Contudo, além de informes sobre alguns editais abertos pelo Governo Federal não foram tomadas decisões que visassem superar essa situação.

Novamente a necessidade de agregar valor aos produtos comercializados através do PAA foi pontuada na “Jornada Territorial para discussão sobre consórcio público e implantação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)”, também realizada pelo CODETER, em Presidente Prudente, nos dias 10 e 11 de junho de 2014. Esse evento contou com a participação do delegado do MDA no estado de São Paulo, Reinaldo Prates e da gestora estadual do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), Andreia Figueiredo Procópio de Moura. Um dos objetivos era estabelecer as bases para a criação de um consórcio municipal que facilitasse a adesão ao sistema de controle fitossanitário unificado do SUASA, aumentando o escopo de possibilidades de comercialização das unidades de produção familiar/camponesas. Contudo, nenhum dos 32 prefeitos de municípios do Pontal do Paranapanema compareceu ao evento, o que fez com a discussão não progredisse.

Nesse sentido, constata-se que apesar de o PAA representar um importante avanço na formação e no fortalecimento de associações e cooperativas familiares/camponesas no Pontal do Paranapanema, o não beneficiamento dos produtos ainda é um obstáculo a ser superado. Contudo, têm sido observados poucos avanços dos executivos municipais para superar essa lacuna.

A criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa através do PAA, no Pontal do Paranapanema, também tem sido uma referência para a valorização do trabalho feminino. Isso pode ser percebido em escalas maiores, o que é o caso das associações e organizações de mulheres e também em escalas menores, a exemplo da participação delas no

gerenciamento produtivo dos lotes dos assentamentos rurais.

No ano de 2012, dentre as 74 entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema, 08 eram formadas por mulheres, sendo elas: a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentamento do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá; a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), de Euclides da Cunha Paulista; a Associação dos Produtores Rurais do Bairro Areia Branca, de Marabá Paulista; a Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema, a Associação Feminina do Município de Mirante do Paranapanema e a Associação Pecuária e Agrícola do Município de Mirante do Paranapanema (APAMP), todas de Mirante do Paranapanema, além da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), de Rosana. Todas essas entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema que são formadas por mulheres têm origem nos assentamentos rurais. Isso denota que como parte do aprendizado de luta pela terra e de luta na terra o componente gênero se torna uma referência.

No ano de 2012, no que se refere à modalidade Compra com Doação Simultânea, essas entidades proponentes formadas por mulheres foram responsáveis pela comercialização de 70 tipos de produtos no Pontal do Paranapanema, sendo que dentre eles, além de frutas, legumes e verduras *in natura*, também constavam beneficiados (farinha de mandioca, polvilho, bolacha, doce de leite, polpa de acerola, queijo e polvilho) e de origem animal (ovos de galinha, tilápia e frango vivo). Isso indica que elas têm exercido um papel de grande importância para que sejam criadas alternativas para a agregação de valor aos produtos, não se limitando aos trabalhos realizados nas hortas localizadas nas unidades de produção familiar/camponesas. Portanto, percebe-se que no Pontal do Paranapanema, as entidades proponentes formadas por mulheres agricultoras familiares/camponesas têm exercido um relevante papel na implementação do PAA. Isso faz com que elas reafirmem sua contribuição para o sistema alimentar em âmbito regional.

Na escala da unidade de produção familiar/camponesa, percebe-se que o PAA tem reforçado o papel das mulheres no cuidado das hortas, o que denota que além de contribuírem com os afazeres domésticos e cuidarem dos filhos, elas



também têm sido fundamentais para o desempenho produtivo.

Hoje, para você fazer um projeto para a CONAB, você deve ter no mínimo 40% de mulheres. **Quem trabalha mais no sítio são as mulheres, na horta, os homens não trabalham, eles vão tirar leite e fazer outras coisas, mas isso não, a parte da horta é a mulher** (E. F. - Diretor da COOESP - 26/07/2014, grifos nossos).

De tal maneira, o trabalho feminino tem sido importante para que o PAA contribua com a diversificação produtiva nas unidades de produção familiar/camponesas do Pontal do Paranapanema. Isso reforça leitura realizada por Desmarais (2003), que entende que um dos meios pelos quais as mulheres podem contribuir para a construção da soberania alimentar é através do incentivo à biodiversidade nas comunidades rurais.

Contudo, o limite de uma DAP por unidade de produção familiar/camponesa para participação no PAA também é um fator que inibe uma maior participação das mulheres nessa política pública.

Já discutimos várias vezes a questão da DAP Jovem e a DAP Mulher, por incrível que pareça, eles estão dentro do assentamento, mas não podem acessar o PAA, e têm a DAP Jovem e a DAP Mulher. Eles não podem acessar o PAA porque o MDA diz que é uma DAP por unidade familiar. Por exemplo, a filha do S.r. Moacir [presidente da ANPRAE] casou e mora ao lado da casa dele, no mesmo lote. Porém, ela não pode acessar o PAA. Isso é contraditório, teria que mudar. Ela consegue acessar a DAP Mulher se fizer um contrato para fora, só que o MDA diz que é uma DAP por unidade. Para ele é pouco; o que são R\$ 6,5 mil de produtos? Quantas caixas de quiabo que ele entrega para o cara que vem até o assentamento para vender na feira? Não é nada. Dentro do PAA que nós começamos agora em novembro, dezembro, têm pessoas aí que se deixasse fechava no primeiro mês os R\$ 6,5 mil. Mas aí ele tem que vender pro PNAE, no PPAIS, tem que vender na feira, tem que arrumar os locais para vender (J. B. - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

De tal modo, entende-se que caso fosse possível acessar ao PAA através de mais de uma DAP por unidade produtiva, o trabalho feminino seria ainda mais valorizado. O motivo é que isso possibilitaria maiores e melhores oportunidades para que elas se inserissem no desenvolvimento produtivo do lote. Como já foi afirmado na análise do PAA no Cantuquiriguaçu, o fato de poder constar apenas uma DAP por unidade produtiva nas negociações com o PAA, faz com que em

alguns casos, o reconhecimento legal da produção se dê ao homem camponês, mesmo que a mulher seja responsável pela maior parte do trabalho desenvolvido nas hortas. Apesar disso, nos últimos anos têm aumentado o número de contratos firmados no nome das mulheres. Em 2011, eles eram 27%; em 2012, esse número subiu para 33% e em 2013, pela primeira vez, o número de contratos firmados pelas mulheres foi maior do que o de homens, somando 51% do total (MDS, 2015).

Por fim, também se constata que a oportunidade de mercado oferecida pelo PAA tem sido uma referência para a diversificação produtiva das unidades de produção familiar/camponesas. Isso se dá porque tal política pública prevê a entrega de alimentos variados, como forma de prover às pessoas em condição de vulnerabilidade social que são atendidas pelas entidades beneficiárias uma alimentação rica e balanceada. Somente no ano de 2012 foram entregues 84 tipos de produtos, inclusos os *in natura* e os beneficiados.

No Pontal do Paranapanema observa-se que devido ao PAA, agricultores familiares/camponeses que não tinham sequer uma horta para cultivo de legumes e verduras para a própria família, dedicando-se quase que exclusivamente para a extração de leite, agora possuem maior diversidade em sua unidade de produção.

[...] uma das principais coisas é que a gente não percebia há alguns anos atrás a presença de hortas em assentamentos e até mesmo por parte da agricultura familiar tradicional e hoje a gente já começa a ver que através do PAA eles têm buscado fazer uma hortinha e isso acaba contribuindo com a renda, a gente sabe que o programa é limitado, a verba é muito pequena, mas tem contribuído na questão de fomentar as hortas caseiras e essas hortas vão aumentando aos poucos, eles acabam mantendo excedentes que melhoram a qualidade da sua alimentação e por vezes, ainda vão buscar outros mercados. Eu acho que é um primeiro passo, mas que tem contribuído, sim (F. P. - Membro do Núcleo Técnico do CODETER - 07/2014).

Essa mudança é ainda mais evidente nos assentamentos rurais. Isso faz com que a reforma agrária cumpra uma importante função na promoção de uma alternativa às monoculturas implementadas pelo agronegócio. Isso pode ser percebido, por exemplo, no depoimento de E. F., da COOESP:

[...] antes nós não produzíamos nada! Minha mãe ficou assentada

10 anos e nós nunca comemos um pé de alface do sítio! Plantávamos 10 pés, comíamos 2 e o resto estragava. Hoje todo mundo tem uma horta no fundo do quintal! Eles tiram o alimento primeiro para subsistência, e o excedente eles vendem. Antigamente não tinha isso (E. F. - Diretor da COOESP - 26/07/2014).

De fato, a baixa produtividade tem sido um problema que tem dificultado a permanência na terra por parte das famílias assentadas do Pontal do Paranapanema. Por não conseguirem obter uma renda que supra as suas necessidades básicas, muitas delas acabam tomando medidas como: i) se integrar ao agronegócio pela produção de *comodities*, fato que pode ser percebido nas unidades de produção que atuam em parceria com as usinas de cana-de-açúcar; ii) dispensar parte dos seus membros para trabalhos fora do lote, especialmente nos centros urbanos ou então; iii) em uma medida mais brusca, comercializar ilegalmente sua terra, mesmo sabendo que isso não possui base de sustentação legal.

Nesse sentido, o PAA surge como uma alternativa para que as famílias assentadas desenvolvam suas próprias hortas, através das quais obtêm os produtos que são comercializados com o mercado institucional e também parte da sua alimentação.

Rapaz, antes de entrar para o PAA, eu plantava uns pés de mandioca para dar para os bichos, tinha uma hortinha com 2 canteiros só para o gasto, só isso. Eu não comercializava com ninguém. Agora, está uma maravilha. Houve uma melhoria muito grande (R. G. - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

Observa-se que um dos principais impactos do PAA no Pontal do Paranapanema tem sido uma maior diversificação produtiva nos assentamentos rurais.

Na nossa região, os produtos mais comuns são os da fruticultura. Com o PAA mudou muito a paisagem dos assentamentos. Antes, os produtores tinham só uma hortinha, eles começaram e não tinham nada, porque no assentamento antes era só a cana dos fazendeiros. Aí eles começaram a ter uma hortinha de subsistência e a gente foi desenvolvendo, foi plantando o que dá na região, como no caso da fruticultura, mas nem todos como o morango, a gente aqui não tem, o caqui é dificultoso para a gente ter; tem muita banana, goiaba, mamão, tem as folhagens,

berinjela, tomate, cenoura, pitaia está entrando também, mas vai da estação para o que se planta (J. B. - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

Constata-se que devido a flexibilidade que o PAA oferece, os agricultores familiares/camponeses proponentes do Pontal do Paranapanema podem produzir alimentos específicos de cada época do ano. São cultivados produtos característicos da região, especialmente as frutas tropicais. Isso tem gerado uma significativa mudança na paisagem dos dos assentamentos rurais, como se pode observar nos lotes de M. O., do PE Engenho II (Figura 13) e de A. S., do PA Antônio Conselheiro (Figura 14).

**Figura 13 - Exemplo de diversificação produtiva no PE “Engenho II”**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Novembro de 2014.

**Figura 14 - Exemplo de diversificação produtiva no PA “Antônio Conselheiro”**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Novembro de 2013.

Outro fator que contribui para que através do PAA ocorra uma maior diversificação produtiva nos assentamentos rurais é a garantia de comercialização. Isso incentiva os agricultores familiares/camponeses a cultivarem alimentos que antes não existiam em suas unidades de produção.

Nesse sentido, devido ao PAA tem ocorrido uma maior diversificação produtiva nas unidades de produção familiares/camponesas do Pontal do Paranapanema, ou seja, têm sido criadas alternativas à produção de cana-de-açúcar e a extração de leite. Isso tem um importante significado quando se discute a soberania alimentar dessa região do estado de São Paulo, haja vista que, como mostrado anteriormente, nela ainda existe uma grande hegemonia do agronegócio.

Portanto, verifica-se que ao criar uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses do Pontal do Paranapanema, o PAA tem gerado significativas mudanças no sistema alimentar regional. A mais visível delas é de ordem econômica, manifestada na melhoria de renda dos proponentes. Contudo, também são percebidos a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações familiares/camponesas, a valorização do trabalho feminino e a diversificação produtiva.

### **5.3.2 - A melhoria da alimentação dos agricultores familiares/camponeses proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social**

O PAA “Compra com Doação Simultânea” também tem sido uma importante referência para o combate à fome no Pontal do Paranapanema. Isso pode ser percebido na melhoria da alimentação das famílias proponentes e na de pessoas em condição de vulnerabilidade social que recebem a doação dos alimentos em entidades socioassistenciais.

Por parte dos agricultores familiares/camponeses proponentes, a produção diversificada possibilita uma melhor organização da família no que se refere à sua própria alimentação. Com isso, eles podem selecionar o que vai ser destinado ao mercado institucional e o que eles mesmos irão consumir. “[...] da plantação de abóbora, a gente tira o que a gente vai comer; da horta, o que sobra... a alimentação é em primeiro lugar, depois vem o PAA” (A. S. - Sócia da APRACON - 01/11/2013). A diversificação produtiva presenciada nos lotes dos assentamentos de reforma agrária tem propiciado o aumento da ingestão de frutas, verduras e legumes.

Só vou te dar uma ideia, por exemplo, nós trabalhamos dessa forma, primeiro a gente come os produtos, e o que sobrar a gente vende, quer dizer, tem fatura na parte de legumes e verduras que nunca teve. Isso a gente não precisa comprar, e depois vende para o PAA. E outra, consegue comprar alguma coisa, televisão e poder pagar as mensalidades (R. G. - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

Um dos elementos centrais da economia familiar/camponesa é a capacidade de auto-abastecimento (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Se pensa primeiro na alimentação das famílias e depois na venda do excedente. Pelo depoimento acima, percebe-se que com o PAA tem aumentado a qualidade dos alimentos consumidos pela família. Devido a isso, em diversos casos, os produtos adquiridos fora do lote passam a ter apenas um caráter complementar na dieta alimentar das famílias camponesas proponentes do PAA.

Antes, a gente não comercializava, mas para comida não faltava nada. Depois que nós entramos no PAA, melhorou mesmo! Nossa... 100%! Melhorou porque agora a gente tira um dinheirinho para comprar o que nós não produzimos aqui, e tem a fatura, é fatura mesmo em nossa horta! (T. C. - Sócia da APRACON - 01/11/2013).

Isso reforça a leitura que foi realizada na análise sobre o PAA no Cantuquiriguaçu de que a comercialização com o mercado institucional contribui também para a renda inviabilizada de parte das famílias camponesas. Ou seja, alguns casos, além de terem uma renda adicional, obtida por meio da cota anual a que cada um tem direito, eles também passam a gastar menos com produtos gerados fora das suas unidades de produção.

Também se percebe uma melhora na alimentação das pessoas em condição de vulnerabilidade social atendidas por entidades socioassistenciais beneficiárias do PAA no Pontal do Paranapanema. Isso tem possibilitado a elas uma maior efetividade na oferta das refeições para as pessoas que por elas são atendidas, de modo que “[...] antigamente, as entidades como a APAE e a Santa Casa iam nos lugares e pediam doações ou iam nos mercados e pegavam as sobras, mas isso acabou” (J. B. - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

Um exemplo da importância do PAA “Compra com Doação Simultânea”

para o atendimento de pessoas em condição de vulnerabilidade social é a Associação de Recicladores de Presidente Epitácio (ARPE), a qual recebe produtos entregues por agricultores familiares/camponeses da APAFL e da ANPRAE. A ARPE existe há 11 anos e tem por função organizar 33 coletores e recicladores de resíduos sólidos no município de Presidente Epitácio. Essa entidade é composta majoritariamente por pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que por isso, precisam de uma atenção especial no que tange à sua alimentação.

[...] as pessoas que você traz para trabalhar na coleta seletiva não são os melhores profissionais que estão no mercado, os melhores profissionais que estão no mercado, hoje estão trabalhando em Presidente Epitácio no frigorífico, no comércio. Então, são pessoas sem qualificação profissional, com baixo nível de escolaridade, e aqui acaba sendo uma oportunidade de renda, mas obviamente precisa ser melhorado [...] (A. D. - Secretário de Meio Ambiente do município de Presidente Epitácio - 01/04/2014).

Em razão disso, desde 2012, a ARPE tem sido beneficiada pela entrega de alimentos do PAA “Compra com Doação Simultânea”. Isso tem possibilitado aos membros da ARPE uma dieta mais diversificada.

A doação do alimento ajuda muito porque o pessoal tem aquela dificuldade na administração do dinheiro, então, às vezes tinha pessoa que vinha só com arroz de comida. Hoje, graças a Deus, não acontece isso porque tem o que supre nossas necessidades. Toda segunda a gente recebe esses alimentos. Agora na associação eles fizeram uma rede de distribuição e nós vamos toda segunda-feira, cada um pega sua cesta e leva. Isso ajuda bastante, porque com todas as dificuldades que tem, como a maioria é mulher e quando tem filho dentro de casa passa uma certa dificuldade, então esses alimentos suprem as nossas necessidades (M. R. - Diretora da ARPE - 01/04/2014).

De tal modo, a doação dos alimentos através do PAA tem sido a responsável pela melhoria da alimentação dos recicladores de resíduos sólidos e a de suas famílias. Em razão disso, já não se observa mais casos em que os recicladores trazem em sua marmita apenas o arroz branco, haja vista que pelo PAA eles têm acesso a alimentos diversificados que suprem suas necessidades nutricionais. Isso é uma prova de que o PAA também possui como função contribuir com o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada. Como

uma das características do capitalismo é fazer com que o alimento seja tratado pelo seu valor de uso ou como uma mercadoria, a parcela da população com menor condição financeira encontra dificuldade para poder obtê-lo. Nesses casos, a doação de alimentos via PAA contribuí para que essas pessoas tenham uma dieta mais balanceada.

Ainda no município de Presidente Epitácio, isso também pode ser percebido na Associação Cultural e Assistencial Nova Evangelização de Presidente Epitácio (Casa Santa Marta/Comunidade Filhos e Filhas de São João Batista). Os objetivos dessa entidade são os seguintes:

O público alvo é o migrante, pessoas que passam aqui e damos o pouso de 3 dias. Depois, encaminhamos para a rede pública, para a Casa de Passagem. Nós temos o irmão de rua, em que fazemos o papel da pastoral de rua, eles vêm aqui tomam banho (toda parte de higiene) e comem; e temos os dependentes químicos que querem sair da situação de dependência química. Nós ajudamos. Têm aqueles também que estão na rua e têm o desejo de sair da rua, nós também os acolhemos (L. G. - Fundador e responsável geral da Casa Santa Marta - 15/01/2014).

Com base nesses objetivos, o público atendido pela Casa Santa Marta é de cerca de 15 migrantes e/ou moradores de rua por dia, além de cerca de 10 dependentes químicos que permanecem lá para se submeter a uma espécie de “tratamento espiritual” para a superação do vício das drogas. A Casa Santa Marta começou a receber a doação de alimentos do PAA em 2011, quando uma assistente social do município de Presidente Epitácio procurou os responsáveis por essa entidade e lhes apresentou a possibilidade de inserir-se nessa política pública. A avaliação é de que isso tem contribuído consideravelmente para uma melhoria na alimentação das pessoas que por ela são assistidas.

Com certeza houve uma grande melhora! A qualidade da comida melhorou. Igual, a menina está cortando ali uma cenoura, um pimentão, tudo bonitinho. Antigamente, nós íamos pegar do que restava do mercado, então nós tínhamos que cortar o que não prestava, agora esses aí não, são produtos de primeira! Aliás, o produto da CONAB só se pode pegar se for de primeira. Para nós melhorou muito! (L. G. - Fundador e responsável geral da Casa Santa Marta - 15/01/2014).

Isso reforça o que foi apontado anteriormente: antes do PAA, entidades



socioassistenciais do Pontal do Paranapanema dependiam de doações de particulares ou da compra de sobras dos mercados para prover a alimentação do público por elas atendido. Contudo, com o PAA elas passaram a receber alimentos frescos, saudáveis e diversificados, o que representa uma considerável melhora na alimentação das pessoas em condição de vulnerabilidade social por elas atendidas.

Em Costa Machado, que é um distrito do município de Mirante do Paranapanema, a importância do PAA “Compra com Doação Simultânea” para a dieta alimentar de pessoas em condição de vulnerabilidade social pode ser presenciada no Banco de Alimentos que está instalado em sua área central. As cerca de 300 famílias que acordo com a Secretaria de Assistência Social do município são consideradas carentes, recebem um cartão, que lhes permite semanalmente retirar uma cesta com frutas, verduras e legumes<sup>63</sup>. Na Figura 15 são registrados alguns momentos de um dos dias de entrega das cestas de alimentos.

---

<sup>63</sup> Além das famílias carentes é comum encontrar na fila para retirada dos alimentos outras que não estão cadastradas pela prefeitura de Mirante do Paranapanema. Essas esperam as demais para ficarem com os alimentos que sobram.

**Figura 15 - Entrega de produtos do PAA “Compra com Doação Simultânea” no distrito de Costa Machado, em Mirante do Paranapanema**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Novembro de 2013.

A doação desses alimentos tem contribuído para uma diversificação da dieta alimentar das famílias beneficiárias, haja vista, que elas podem ter acesso a produtos que antes não eram frequentes em sua alimentação.

Em minha família nós somos em 3. Eu avalio muito bem esse projeto, ele é ótimo. As verduras são coisas que a gente não tinha e agora a gente tem! Ah tem! É muito melhor... Nós recebemos inhame, couve, cebolinha, e tudo o que você pensar de hortaliças têm! Nossa! ... espinafre, coisa que a gente é difícil ver (M. S. - Beneficiária pela doação de alimentos do PAA em Costa Machado - Mirante do Paranapanema - 01/11/2013).

Constata-se que os alimentos comercializados através do PAA “Compra com Doação Simultânea” têm sido fundamentais para a diversificação da dieta alimentar dessas pessoas que são consideradas como em condição de vulnerabilidade social, ou seja, não possuem os recursos mínimos para poderem viver de maneira digna.

Em suma, no Pontal do Paranapanema, o PAA tem tido uma grande importância para o combate à fome. Ao mesmo tempo em que ele tem colaborado

para uma melhoria da dieta alimentar das famílias camponesas que produzem os alimentos, ele também tem sido o responsável pela diversificação da dieta alimentar de pessoas em condição de vulnerabilidade social que são atendidas por entidades socioassistenciais. Devido a isso, conclui-se que por meio de tal política pública tem ocorrido uma maior aproximação entre os pequenos produtores de alimentos e consumidores que não possuem condições financeiras suficientes para poder desenvolver uma dieta balanceada.

### **5.3.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição do PAA para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema**

Através do PAA têm sido percebidos alguns dos princípios da proposta alternativa de soberania alimentar no campo e na cidade no Pontal do Paranapanema. Isso tem contribuído para que ocorram mudanças pontuais no sistema alimentar dessa região do estado de São Paulo. Como mostrado no presente capítulo, tal fato pode ser presenciado em dois eixos: a criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa e o combate à fome. A principal referência é o impacto que essa política pública tem causado nos assentamentos rurais, criando uma nova oportunidade de mercado para as famílias assentadas. Por mais que os valores das cotas anuais ainda sejam pequenos, não se pode negar o PAA tem causado relevantes impactos econômicos nas unidades de produção familiar/camponesas. Vale lembrar que a reforma agrária é um dos temas correlatos à soberania alimentar (LA VIA CAMPESINA, 1996), por isso, na medida em que o PAA serve de referência para que os agricultores familiares/camponeses assentados acessem um novo canal de comercialização para os seus produtos, ele tem criado uma alternativa ao regime alimentar corporativista. Além disso, o PAA também tem colaborado para que pessoas em condição de vulnerabilidade social recebam a doação de produtos frescos e saudáveis que contribuem para que elas tenham uma dieta alimentar diversificada. Como resultado disso, essa política pública tem desempenhado um papel estratégico no combate à fome.

No Quadro 09 consta uma síntese dos aspectos positivos e dos desafios

relacionados aos dois eixos principais por meio dos quais o PAA tem contribuído com a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar no Pontal do Paranapanema.

**Quadro 09 - Aspectos positivos e desafios do PAA no Pontal do Paranapanema**

<b>Eixos</b>	<b>Aspectos positivos</b>	<b>Desafios</b>
Criação de um novo canal de comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinamização dos assentamentos rurais;</li> <li>- Criação e fortalecimento de cooperativas e associações familiares/camponesas;</li> <li>- Diversificação produtiva</li> <li>- Menor uso de insumos químicos;</li> <li>- Melhoria e garantia da renda dos proponentes;</li> <li>- Valorização do trabalho feminino nas unidades de produção proponentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência técnica precária;</li> <li>- Baixa comercialização de produtos beneficiados;</li> <li>- Dificuldade de obtenção de certificados de controle fitossanitário para ampliar a escala de comercialização;</li> <li>- Baixo valor das cotas anuais.</li> </ul>
Melhoria da alimentação de pessoas dos agricultores familiares/camponeses proponentes e de pessoas em condição de vulnerabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia de alimentos frescos e saudáveis para entidades socioassistenciais;</li> <li>- Maior proximidade entre os consumidores e os produtores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presidente Prudente, que é o município com maior população na região ainda é pouco explorado.</li> </ul>

Org. Estevan Coca, 2015.

Portanto, assim como acontece no Cantuquiriguaçu, também no Pontal do Paranapanema o PAA reflete a mediação do Estado no conflito entre a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio pela orientação do sistema alimentar regional. Num ambiente marcado pela crescente expansão do agronegócio, principalmente através da pecuária e da cana-de-açúcar, o PAA tem contribuído para a criação de alternativas para o acesso dos agricultores familiares/camponeses ao mercado e o combate à fome.

Sendo assim, também no Pontal do Paranapanema, a soberania alimentar e o regime alimentar corporativista se desenvolvem por meio de um processo de extrema conflitualidade.

# **PARTE C**

**A rede F2CC: a soberania alimentar através da sociedade  
civil**

**Capítulo 06**

**A rede F2CC e a contribuição da sociedade civil para a construção da “segunda geração” da soberania alimentar**

“O medo e o desespero apoderam-se do coração de inúmeras pessoas, mesmo nos chamados países ricos. A alegria de viver frequentemente se desvanece; crescem a falta de respeito e a violência, a desigualdade social torna-se cada vez mais patente. É preciso lutar para viver, e muitas vezes viver com pouca dignidade.”  
(Papa Francisco - Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* - 2013).

A rede F2CC faz parte de um processo que tem sido cada vez mais comum em países tidos como desenvolvidos em que na inoperância dos governos, parte da sociedade civil busca criar alternativas para problemas que têm sido gerados pelo capitalismo globalizado (KOC et al., 2008; WEKERLE, 2004). Como mostrado anteriormente, parte dessas ações visa modificar os sistemas alimentares através do incentivo ao consumo de produtos locais, acreditando que isso pode contribuir para o combate de problemas como o aquecimento global, a dependência cada vez maior do uso de agrotóxicos, a fome e outros (ALKON; NORGAARD, 2009; De SCHUTTER, 2015a, 2015b; SCHIAVONI, 2009).

Mesmo sendo detentor da 8ª melhor qualidade de vida no mundo (UNDP, 2014), o Canadá possui problemas no seu sistema alimentar, como pode ser atestado pelo paradoxo entre a fome e a obesidade que afetam parte de sua população (ROJAS et al., 2011). Reconhecendo tal fato, a rede F2CC foi criada como uma proposta para aumentar o consumo de produtos frescos, saudáveis, diversificados e locais por parte das instituições públicas como escolas, universidades/faculdades e hospitais canadenses. Ela é um exemplo de ações efetivadas pela sociedade civil com o intuito de alterar alguns dos efeitos que têm sido gerados pelo controle que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar global. O F2CC funciona como uma rede que está presente em grande parte do Canadá e que visa articular escalas para disputar o poder com o regime alimentar corporativista.

Nesse capítulo é feita uma abordagem dos elementos que compõem a rede F2CC. Primeiro, como forma de contextualizá-la, é feita uma discussão sobre a participação da sociedade civil na discussão sobre o sistema alimentar em países tidos como desenvolvidos, com especial ênfase ao Canadá, que é estudado nessa pesquisa. Demonstra-se que esse fato demarca o que tem sido denominado como “segunda geração” da soberania alimentar, em que além dos produtores de alimentos também são colocados como referências os consumidores (De SCHUTTER, 2015b; McMICHAEL, 2014). Na sequência, são destacados o processo de formação da rede F2CC e alguns dos seus princípios



básicos.

### **6.1 - Antecedentes da intervenção da sociedade civil no sistema alimentar canadense**

A rede F2CC está inserida num contexto em que parte da sociedade civil de países considerados ricos tem buscado alternativas ao modelo de consumo de alimentos do regime alimentar corporativista, mesmo que nem sempre isso apareça com claros contornos que remetam à luta de classes. Reconhece-se que o consumo cada vez maior de alimentos processados e padronizados internacionalmente tem causado prejuízos para a saúde pública e para o meio-ambiente, por isso, faz-se necessário estabelecer novas relações alimentares. Como efeito desejado, porém secundário, é criado um novo canal de comercialização para os agricultores familiares/camponeses locais.

Já nas décadas de 1960 e 1970, o movimento negro *Black Panther*<sup>64</sup> despertava como uma referência para ações desse tipo. Ele foi o responsável pela implementação do *Free Breakfast for Children Program* (Programa de Café da Manhã Gratuito para Crianças), na St. Augustine Church, em Oakland, nos Estados Unidos (ROMAN-ALCALÁ, 2013). Através dessa iniciativa, crianças negras de comunidades carentes recebiam acesso a um café da manhã gratuito antes de irem para a escola. Ao mesmo tempo em que se alimentavam, elas eram educadas em relação ao preconceito que existia contra a população negra nos Estados Unidos e incentivadas a se posicionarem de maneira crítica frente a esse fato. Em pouco tempo, essa proposta se especializou por outras partes do país, constituindo-se, de maneira direta, como uma importante crítica ao preconceito contra as comunidades negras e de maneira indireta ao modo precário no qual elas estavam inseridas no sistema alimentar.

Com a crescente tomada de medidas em favor do livre mercado na década de 1990, os problemas relacionados ao mercado de alimentos em países considerados ricos se intensificaram. Como reação a isso, a proposição de

---

<sup>64</sup> O Movimento Panteras Negras atuou entre 1966 e 1982 nos Estados Unidos. Ele foi criado, inicialmente, para servir como um instrumento de denúncia de abusos da polícia contra negros, todavia, com o passar do tempo também dedicou-se à questões sociais.

alternativas por parte da sociedade civil tem sido cada vez mais intensa. Em muitas dessas proposições, a remodelagem do sistema alimentar possui como foco central a busca pela melhoria da qualidade de vida, em menor proporção é colocado como tema central o objetivo por contribuir com a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade.

Na América do Norte, por exemplo, tem sido crescente a formação de grupos de consumidores que utilizam o *slogan* “*buy local*” (compre local). Eles visam incentivar os consumidores a privilegiarem produtos alimentares que são cultivados na escala local, apesar de nem sempre haver um consenso sobre o que essa seria (ROBBINS, 2015). Essa proposta nasceu da percepção de que em média, as refeições feitas pelos moradores da América do Norte viajam 2.400 km até chegar à mesa das famílias consumidoras (GET LOCAL BC, 2015). Visando modificar essa situação e tendo por lema a frase “*think global, buy local*” (pense global, compre local) esses grupos têm sido responsáveis pelo questionamento sobre o “lugar” do alimento nos países considerados ricos (FEAGAN, 2007). Isso indica que o nítido intuito de disputar as escalas percorridas pelo alimento até o seu consumo. De tal modo, a comercialização e o consumo dos alimentos são influenciados por fatores como a proximidade do lugar em que eles são cultivados, os impactos ambientais causados na sua produção e outros. Em outros termos, o objetivo central dessas ações é aproximar os produtores dos consumidores, modificando a espacialidade do abastecimento de alimentos (SONNINO, 2010).

Outra referência é a construção de mercados de comercialização da produção local, algo similar ao que no Brasil se conhece por “feira-livre”. Esses espaços “geralmente são estruturados como sem fins lucrativos ou organizações cooperativas, que exercem um proeminente papel nas redes alimentares alternativas [...]” (BECKIE; KENNEDY; WITTMAN, 2012, p. 333, tradução nossa). Alguns deles são formados por imigrantes ou então por comunidades negras, haja vista que esses grupos são mais suscetíveis aos problemas ocasionados pelo domínio das grandes corporações sobre o mercado de alimentos (ALKON; MARES, 2012). Apesar de normalmente apresentarem preços maiores do que os produtos adquiridos em mercados convencionais, esses mercados de produtos

locais são tidos como estratégias alternativas por oferecerem alimentos frescos e de melhor qualidade nutricional.

Também merece destaque a participação de representantes da sociedade civil nos conselhos de políticas alimentares. Nesses casos, a sociedade civil deixa de ser apenas passiva e passa a ser propositiva na formatação das políticas públicas relacionadas à alimentação em âmbito local (De SCHUTTER, 2015a, 2015b; WELSH; RAE, 1998). Em Toronto, no Canadá, por exemplo, participantes do *Toronto Food Policy Council* (Conselho de Políticas Alimentares de Toronto) entendem que o processo de

[...] reformulação da segurança alimentar da comunidade não requer somente um estágio de conceitualização do alimento como mais do que uma *commoditie* e as pessoas mais do que consumidoras, mas ele também requer o processo de modelamento da *cidadania alimentar* (WELSH; RAE, 1998, p.240, grifos dos autores, tradução nossa).

De tal maneira, através dos conselhos de políticas alimentares, representantes da sociedade civil participam de diversos tipos de discussões sobre o sistema alimentar local como as que se referem aos seguintes temas: combate à fome, alimentação escolar, apoio à agricultura urbana, compra de alimentos por instituições públicas e outros.

Esses exemplos deixam claro que existe um emergente contra-movimento em países tidos como desenvolvidos por meio do qual se busca uma reconfiguração dos sistemas alimentares, sendo que as proposições da sociedade civil são elementos basilares dessas propostas. Eles destacam que dentro dos países que possuem a hegemonia do capitalismo em nível mundial existem ações de contestação e que devido a isso, o sistema alimentar global cada vez mais se caracteriza por tensões geopolíticas. Essas ações partem da escala local, mas parte delas possui conexões com outras lutas que são realizadas em diferentes contextos. Ou seja, elas não são ações pontuais, pelo contrário, inserem-se numa rede de contestação ao domínio das grandes corporações sobre o mercado de alimentos.

No Canadá, mais especificamente, um dos marcos da atuação da sociedade civil na busca pela remodelagem do sistema alimentar nacional foi a

*People's Food Commission* (Comissão Alimentar dos Povos), criada em 1978 como uma reação à crise alimentar global da década de 1970 (KOC et al., 2008). Fizeram parte dessa iniciativa diversos sujeitos interessados na discussão sobre as fissuras dos sistema alimentar canadense como nutricionistas, agricultores familiares/camponeses, religiosos e outros (KNEEN, 1995). Em 1980, a *People's Food Commission* publicou uma síntese de sua leitura sobre o acesso ao mercado de alimentos no Canadá através do livro *The land of milk and money* (A terra do leite e do dinheiro). Nesse documento, foi tecida uma crítica ao sistema alimentar canadense, evidenciando problemas como: dependência de produtos cultivados fora do país; parte da população não tinha recursos financeiros suficientes para desenvolver uma alimentação balanceada; crescimento do número de obesos; dificuldades encontradas pelos agricultores de base familiar para comercializar sua produção e outros (PEOPLE'S FOOD COMMISSION, 1980).

Ainda na década de 1980, em razão do crescente desequilíbrio presenciado no sistema alimentar canadense houve o surgimento de diversos bancos de alimentos. O primeiro deles foi o de Edmonton, na província de Alberta, no ano de 1981. Após essa primeira iniciativa, outros bancos de alimentos foram formados em centros urbanos desse país. Como marco de tal expansão, no ano de 1986 ocorreu a primeira conferência nacional dos bancos de alimentos canadenses (KNEEN, 2010). A rapidez com que essa proposta se espacializou pelo país pode ser percebida pelo fato de que em 1992, para cada franquia da rede de *fast food* "McDonald's" existiam 3 bancos de alimentos (KOC et al., 2008). Ainda hoje, os bancos de alimentos são importantes referências no atendimento a pessoas em situação de fome. Somente na rede *Food Banks Canada* (Bancos de Alimentos Canadá) estão cadastrados mais de 450 bancos de alimentos, os quais estão divididos em 10 associações provinciais (FOOD BANKS CANADA, 2014).

De acordo com Koc et al. (2008), uma segunda onda de participação da sociedade civil na busca pela remodelação do sistema alimentar do Canadá pôde ser observada nas décadas de 1990 e 2000. O principal acontecimento desse período foi a participação de membros da sociedade civil nas conferências mundiais de alimentação, organizadas pela FAO, em Roma, nos anos de 1996 e

2002, que como pontuado anteriormente, foram marcadas pela afirmação da segurança alimentar como um conceito central na implementação de políticas públicas. Isso fortaleceu a compreensão de que era urgente a garantia do direito ao alimento para todos os cidadãos canadenses.

No ano de 2001, começou a ser gestada a rede *Food Secure Canada* (Segurança Alimentar Canadá). Ela é fruto das discussões do evento *Working together: civil society input for food security in Canada* (Trabalhando juntos: a inserção da sociedade civil na segurança alimentar no Canadá), ocorrido na *Ryerson Polytechnic University*, em Toronto. A *Food Secure Canada* se define como “uma aliança pan-canadense de organizações e indivíduos que trabalham em conjunto para incrementar a segurança alimentar e a soberania alimentar” (FSC, 2015, tradução nossa). Seus objetivos são divididos em três eixos:

**Fome Zero.** Todas as pessoas, em todos os momentos, devem ser aptas para adquirir de forma digna uma adequada quantidade de alimentos aceitável pessoalmente e culturalmente.

**Um sustentável sistema alimentar.** A produção e o consumo de alimentos no Canadá (colheita; processamento; distribuição, incluindo a pesca e outros alimentos selvagens) deve manter e aumentar a qualidade da terra, do ar e da água para as futuras gerações e prover adequadas condições de vida para as pessoas que trabalham nela.

**Alimento seguro e saudável.** Devem ser disponíveis alimentos nutritivos, saudáveis e livres de patógenos e químicas industriais. Nenhum Organismo Geneticamente Modificado (GMO) deve entrar no sistema alimentar independente de testes e monitoramentos (FSC, 2015, não paginado, tradução nossa).

A *Food Secure Canada* possui 78 membros, dentre os quais movimentos do campo<sup>65</sup> e indígenas; a rede F2CC, que é estudada nessa pesquisa; centros dietéticos; bancos de alimentos e outros. Nesse sentido, ela é um exemplo da diversidade de ações que partem da sociedade civil com vistas à remodelagem do sistema alimentar canadense.

Esses exemplos explicitam que o contexto no qual se enquadra o F2CC é de uma crescente percepção de que o sistema alimentar global tem se desenvolvido de modo desigual, privilegiando as grandes corporações em

---

<sup>65</sup> Compõem a *Food Secure Canada* o *National Farmers Union* e a *Union Paysane*, que são os dois representantes do Canadá na *La Via Campesina*. Esse é um dos fatores que faz com que essa rede tenha na construção da soberania alimentar uma de suas bandeiras de luta.

detrimento da população de baixa renda no campo e na cidade. Ele faz parte de uma das várias iniciativas que visam modificar essa situação através da compra governamental de alimentos locais e da criação de novas relações de consumo, entendendo o alimento não apenas como uma mercadoria, mas como um bem que possui vínculo com diversas esferas da vida social.

Com base nessa leitura, na sequência, são destacados alguns dos princípios norteadores da rede F2CC.

## **6.2 - A rede F2CC como uma proposta de modificação do sistema alimentar canadense através das relações de consumo**

A rede F2CC surgiu no ano de 2011 através de uma proposição da J. W. McConnell Family Foundation<sup>66</sup>, uma organização privada que possui por objetivo: “melhorar a qualidade de vida no Canadá através da construção de comunidades que ajudem as pessoas a desenvolver o seu potencial e contribuir para o bem comum” (J. W. MCCONNELL FAMILY FOUNDATION, 2015, tradução nossa). A intenção da J. W. McConnell Family Foundation era organizar diversas iniciativas desenvolvidas no Canadá que tinham por objetivo central a compra institucional de produtos cultivados na escala local<sup>67</sup> e subsidiar a criação de uma rede por meio da qual essas atividades fossem conectadas. Para tal, em 2011 ela ofereceu \$ 175.000.000 para que a *Public Health Association of BC* (Associação de Saúde Pública da Colúmbia Britânica - PHABC) e a *Alberta Public Health Association* (Associação de Saúde Pública de Albert - APHA) organizassem a rede F2CC (F2CC, 2012; J. W. MCCONNELL FAMILY FOUNDATION, 2014)<sup>68</sup>.

No ano de 2013, como uma das primeiras atividades da rede F2CC foi organizada uma pesquisa intitulada *Local foods: Canadian schools, campuses*

---

<sup>66</sup> A J. W. McConnell Family Foundation foi fundada no ano de 1937 por John Wilson McConnell (1877-1963). Para maiores informações sobre ela, consultar sua página na Internet: <<http://www.mcconnellfoundation.ca/en>>

<sup>67</sup> Nessa proposta entende-se que um alimento é de origem local quando ele é produzido no próprio território ou província.

<sup>68</sup> Tanto a PHABC quanto a APHA são organizações não-governamentais que desenvolvem projetos que visam contribuir com a saúde pública. Conforme as entrevistas realizadas para essa tese, a PHABC teve e ainda tem uma atuação mais importante para a formação e atuação da rede F2CC.

*and healthcare facilities speak up* (Alimentos locais: escolas canadenses, campus universitários e hospitais elevam a voz)<sup>69</sup>. Essa pesquisa tinha por intuito conhecer os tipos de atividades de *Farm to Cafeteria* no Canadá; benefícios, barreiras, necessidades e estratégias associados às atividades de *Farm to Cafeteria* e; ações que pudessem expandir as atividades de *Farm to Cafeteria* no Canadá. Ela foi respondida por 239 pessoas, sendo que dessas, 144 representavam escolas, 36 representavam unidades acadêmicas e 59 representavam hospitais. Dentre os principais resultados constaram: i) os alimentos locais eram parte integrante dos cardápios de 92% das unidades acadêmicas, 76% das escolas e 66% dos hospitais; ii) eram desenvolvidas atividades educativas sobre alimentos locais em 90% das escolas, 86% das unidades acadêmicas e 38% dos hospitais; iii) existiam políticas ou contratos sobre alimentos locais em 33% dos hospitais, 29% das unidades acadêmicas e em 14% das escolas; iv) 63% das escolas, 81% das unidades acadêmicas e 58% dos hospitais demonstraram interesse em expandir suas atividades de promoção aos alimentos locais (F2CC, 2013, p. 3, tradução nossa). Contudo, a limitação dessas iniciativas residia no fato de que elas eram pouco coesas, pois se comunicavam com a população através de diferentes conceitos.

Feito isso, o F2CC elaborou o *Strategic Plan (2013-2016): a living document Farm to Cafeteria Canada* (Plano Estratégico (2013-2016): um documento vivo do *Farm to Cafeteria Canada*) (F2CC, 2013b). Nele, a F2CC foi definida como uma

[...] rede nacional que promove, suporta e vincula programas de *farm to cafeteria*, políticas e práticas de norte a sul e de leste a oeste. A F2CC é formada por diversas agências regionais e sub-regionais que estão trabalhando em conjunto para educar, construir capacidades, fortalecer parcerias e influenciar políticas para trazer alimentos locais, saudáveis e sustentáveis para todas as instituições públicas. Unidos, eles estão ampliando diretos esforços ao redor do Canadá para formar sistemas alimentares regionais sustentáveis que apoiem a saúde das pessoas, dos lugares e do planeta (F2CC, 2013b, não paginado, tradução nossa).

---

<sup>69</sup> Essa pesquisa foi realizada através da Internet e foi disposta em francês e em inglês, que são os dois idiomas oficiais do Canadá.

Além do mais, tendo o objetivo central de “aumentar o acesso a alimentos saudáveis, locais e cultivados sustentavelmente” (F2CC, 2013b, p. 8, tradução nossa), definiu-se que F2CC se desdobraria em ações como:

- Diminuir a distância entre o campo e a mesa (ou entre o agricultor/pescador/caçador e o que se alimenta).
- Aumentar o consumo de alimentos produzidos localmente e sustentavelmente.
- Apoiar a caça, o cultivo, a colheita, o processamento e o transporte de alimentos saudáveis e locais por agências públicas, usando práticas sustentáveis.
- Aumentar a procura de alimentos saudáveis, locais e sustentáveis por agências públicas.
- Aumentar o conhecimento sobre alimentos locais, o sistema alimentar local e a alimentação saudável.
- Melhorar as habilidades sobre caça, cultivo, colheita, compra, preparo e oferta de alimentos produzidos localmente e sustentavelmente.
- Contribuir com a saúde e o meio-ambiente.
- Apoiar as políticas de alimentos (F2CC, 2013b, p. 8, tradução nossa).

A rede F2CC trabalha com três tipos de compras governamentais de alimentos: *Farm to School* (da Fazenda para a Escola - F2S), *Farm to Campus* (da Fazenda para as Unidades Universitárias - F2C) e *Farm to Healthcare* (da Fazenda para os Hospitais - F2H). Eles apontam para diferentes possibilidades de inserção do modelo *Farm to Cafeteria* em instituições públicas.

O F2S tem por objetivo trazer

[...] alimentos saudáveis e locais para as escolas, além de oportunidades de aprender-fazendo que adotam a Educação Alimentar; todas fortalecem o sistema alimentar local e reforçam a conexão entre a escola e a comunidade.

O *Farm to School* capacita os estudantes e a comunidade escolar para fazerem conscientes escolhas alimentares contribuindo para vibrantes e sustentáveis sistemas alimentares regionais que suportam a saúde das pessoas, dos lugares e do planeta (F2CC, 2014a, não paginado, tradução nossa).

Nesse sentido, o F2S é definido como uma proposta que visa aproximar os estudantes e a comunidade escolar da produção dos alimentos, estimulando a práticas de hábitos alimentares saudáveis e a agricultura local. A importância dessa iniciativa fica evidente quando se percebe que anualmente as escolas canadenses são responsáveis por 1.650 milhões de refeições (F2CC, 2012). A



proposta de Educação Alimentar que compõe o F2S é alicerçada na leitura de que o alimento deve ser um elemento estrutural do currículo escolar, permitindo uma leitura integrada entre as ciências humanas e naturais (ROJAS et al., 2011). Com isso, os estudantes são educados acerca das consequências ambientais, econômicas e culturais que estão atreladas à produção e ao consumo de alimentos.

Nessa seara, os *school gardens* (hortas escolares) possuem um importante papel não só como provedoras de alimentos frescos e saudáveis para a comunidade escolar, mas também como recursos pedagógicos, por meio dos quais os estudantes passam a ter uma compreensão crítica acerca dos elementos que compõem sistema alimentar. Ou seja:

As hortas escolares são parte integrante dos programas *farm to school* e oferecem múltiplas oportunidades educacionais. Eles são maravilhosas ferramentas instrutivas e constituem-se como espaços para se explorar todo o currículo (F2CC, 2014, não paginado, tradução nossa).

Além do mais, as escolas que integram o F2S são incentivadas a adotarem medidas como: i) inserir a maior quantidade possível de produtos locais nas refeições por elas servidas; ii) estabelecer conexões com agricultores locais; iii) realizar eventos festivos para a promoção da produção local de alimentos e; iv) treinar a equipe de cozinha para que sejam utilizados alimentos frescos nas refeições escolares (F2CC, 2014b).

Desse modo, o F2S configura-se como uma proposta que visa fazer das escolas importantes elementos do sistema alimentar local. Entende-se que a Educação Alimentar efetivada pelas escolas pode repercutir em favor dos agricultores e também da comunidade na qual elas estão inseridas.

O F2C tem por objetivo estimular o consumo de alimentos produzidos na escala local por unidades acadêmicas canadenses, as quais a cada ano gastam por volta de \$ 455 milhões com alimentos e servem 130 milhões de refeições (F2CC, 2012). Nessa proposta são valorizadas ações que visam estimular um maior envolvimento de toda a comunidade acadêmica com as escolhas alimentares realizadas no interior dessas instituições. Todavia, o foco central são

os estudantes, pois como “clientes”, tanto das universidades/faculdades quanto das cantinas nelas instaladas, eles são elementos fundamentais na implementação de um projeto alternativo (MEAL EXCHANGE, 2015). Além de privilegiar o consumo de produtos locais em faculdades e universidades, o F2C também incentiva essas instituições a criarem suas próprias estratégias de produção de alimentos, como a construção de hortas e pomares, por exemplo. Isso pode trazer os seguintes benefícios para a comunidade acadêmica:

- Mantém a comunidade ao redor de questões ambientais, ecológicas e da segurança alimentar de forma consciente.
- Promove a produção de alimentos locais e agroecológicos de maneira sustentável, sem o uso de pesticidas, químicos ou plantas geneticamente modificadas.
- Oferece aos estudantes, professores e funcionários uma oportunidade para aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula, além de integrar experiências de produção de alimentos na pesquisa acadêmica e atividades cursos.
- Aumenta a biodiversidade e a sustentabilidade, assim como provê habitat para organismos benéficos (como borboletas, abelhas, pássaros, etc.).
- Provê a oportunidade para abordar o acesso aos alimentos; fornecendo, alimentos frescos e locais para os membros da comunidade, bancos de alimentos e serviços de alimentação (SIERRA YOUTH COALITION, [s.d.], p.7-8, tradução nossa).

Assim como acontece com o F2S, também o F2C vê o sistema alimentar de faculdades e universidades como uma possibilidade pedagógica. Em razão disso, fazendas experimentais e hortas instaladas nessas instituições são utilizadas como laboratórios onde se desenvolvem pesquisas que contam com a participação de professores e alunos.

Já o F2H visa aumentar o consumo de produtos frescos e locais por parte de hospitais canadenses, onde são servidos anualmente 142 milhões de refeições (F2CC, 2012). Como se sabe, pessoas que estão em tratamento de problemas de saúde, geralmente possuem imunidade baixa. Em razão disso, uma recuperação mais efetiva pode ser obtida através da adoção de hábitos alimentares saudáveis, como o maior consumo de frutas, legumes e verduras (UNION OF CONCERNED SCIENTISTS, 2014). Nesse sentido, o *Farm to Healthcare* apoia-se no poder de compra de hospitais para fazer com que produtores locais se tornem importante fontes de abastecimento de alimentos nessas instituições. Com isso, acredita-se

que o *Farm to Healthcare* pode gerar benefícios sociais (segurança alimentar, melhores hábitos nutricionais, maior conexão entre comunidades rurais e urbanas e outros), econômicos (apoio aos agricultores e aos pequenos empreendimentos locais e outros) e ambientais (diminuição do descarte de alimentos, menor percurso para o transporte e outros).

A amplitude da rede F2CC ficou evidente com o lançamento do *Canada's School Food Map* (Mapa da alimentação escolar canadense), no começo de 2016<sup>70</sup>. Nele, constam como vinculados a essa estratégia de incremento das compras institucionais de alimentos no Canadá: i) 16 faculdades/universidades; ii) 308 ações de alimentação saudável e local em escolas por meio de conexões com as comunidades nas quais elas estão inseridas; iii) 310 programas abrangidos pelo modelo de F2C; iv) 326 atividades de “aprender-fazendo” aplicadas por meio de conexões com as comunidades nas quais estão inseridas; v) 628 atividades de “aprender-fazendo” e; vi) 629 escolas. As províncias que concentram a maior parte dessas ações são, respectivamente: Québec, Colúmbia Britânica e Manitoba. Isso mostra que a rede F2CC tem sido representativa tanto na parte francófona como também na parte anglófona do Canadá.

Além dos recursos cedidos pela J. W. McConnel Family Foundation, a rede F2CC também tem buscado outros canais de financiamento como é o caso de editais abertos por meio de parcerias público-privadas. No começo de 2016, por exemplo, quando a presente tese estava em via de conclusão, houve a divulgação de um edital para financiamento de atividades de farm to cafeteria em escolas da Colúmbia Britânica e de Ontário no valor de \$ 10.000,00<sup>71</sup>. Além da própria rede F2CC, estavam envolvidos com esse edital a *Whole Kids Foundation* (Fundação Crianças Integrais), o *the Social Planning and Research Council of BC* (Conselho Social de Planejamento e Pesquisa da Colúmbia Britânica), a PHABC e a *Ontario Edible Education Network* (Rede de Educação Alimentar de Ontário).

Assim, diversas proposições de *Farm to Cafeteria* desenvolvidas no Canadá têm se conectado em rede, tendo como objetivo contribuir com a

---

<sup>70</sup> Disponível no endereço: <<http://www.farmtocafeteriacanada.ca/school-food-map/>>. Acesso em 08 de abril de 2016.

<sup>71</sup> Informação cedida por Johane Bays por meio do webinar.

mudança nas relações de consumo de alimentos. Apesar de o foco principal serem as escolas, também é possível perceber a rede F2CC presente em instituições de ensino superior e hospitais, sendo que para isso, muitas vezes existe uma valiosa contribuição da comunidade local, a qual se dá por diferentes modos como ONGs, hortas comunitárias, mercados de produtos locais e outros.



“O alimento é uma coisa excitante. É uma coisa poética. É uma coisa anestésica.... Quando nós temos a oportunidade de fazer as crianças, seus professores e pais plantarem a semente, colocarem suas mãos no solo, verem-na germinar, crescer e florescer, e em seguida cultivá-la, adubá-la, comê-la, partilhá-la e celebrá-la, algo extraordinário acontece em nossas consciências...”

(Prof. Dr. Alejandro Rojas - Think Eat Green Conference – 2015, tradução nossa).

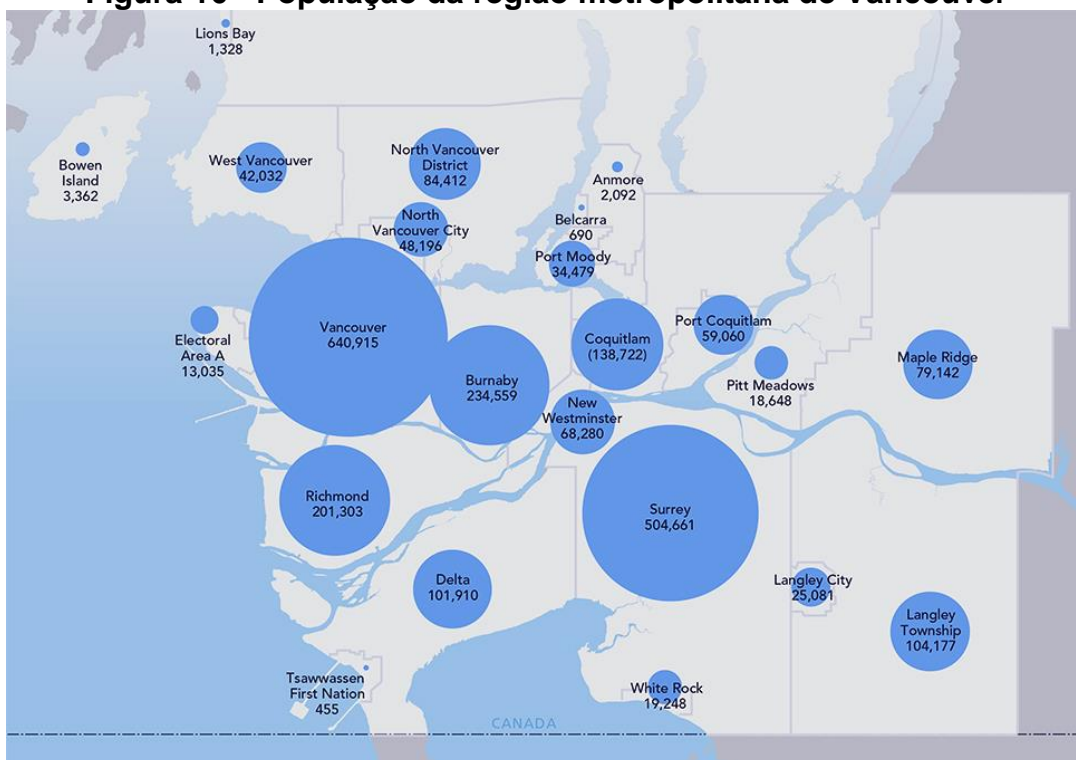
A região metropolitana de Vancouver (Metro Vancouver) está localizada na província da Colúmbia Britânica, que além de ter sido pioneira na criação da rede F2CC, também concentra o segundo maior número de ações por ela articuladas (PHABC, 2013). Apoiando-se no fato de que Metro Vancouver possui a sustentabilidade como um dos seus princípios básicos (METRO VANCOUVER, 2010), escolas, unidades acadêmicas e hospitais têm desenvolvido ações que são articuladas pela rede F2CC. Assim, Metro Vancouver é uma importante referência para o estudo dessa proposta de remodelagem do sistema alimentar através da compra governamental de alimentos produzidos na escala local.

Com base em tais premissas, no presente capítulo consta uma análise sobre a relação entre a efetivação da rede F2CC em Metro Vancouver e a proposta alternativa de soberania alimentar. Na primeira parte é feita uma leitura sobre os conflitos relacionados à produção e o consumo de alimentos em Metro Vancouver. Em seguida, é feita uma discussão sobre como nessa região metropolitana o F2CC tem contribuído para a efetivação da “segunda geração” da soberania alimentar através da proposição de mudanças nas relações de consumo de alimentos.

### **7.1 - Conflitos relacionados à produção e o consumo de alimentos em Metro Vancouver**

A região metropolitana de Vancouver foi criada em 1967 e possui 23 autoridades locais (21 municípios, um território indígena e uma área eleitoral) pertencentes à província da Colúmbia Britânica, as quais somam 2.877.36 km<sup>2</sup> (Figura 16). Dentre as suas atribuições, constam o compartilhamento dos serviços de abastecimento e tratamento de água, gerenciamento de resíduos sólidos, regulação da qualidade do ar, planos de crescimento urbano, administração de parques e oferta de moradia. Seu corpo administrativo é formado por um conselho de diretores e por representantes oficiais de cada uma das suas áreas administrativas (METRO VANCOUVER, 2015).

**Figura 16 - População da região metropolitana de Vancouver**



Fonte: Metro Vancouver Web page, 2015.

Metro Vancouver possui a terceira maior população entre as regiões metropolitanas canadenses, com 2.470.300 habitantes (STATISTICS CANADA, 2012a)<sup>72</sup>. Dentre suas autoridades administrativas, Vancouver é a que possui maior população, com 640.915, sendo seguida por Surrey, com 504.661 e Burnaby, com 234.559. Dentre os seus habitantes, mais de 40% não nasceram no Canadá. A China, a Índia e as Filipinas, respectivamente, são as principais procedências (STATISTICS CANADA, 2012b). Esse imigrantes têm se constituído como importantes referências para a produção agrícola, haja vista que são responsáveis por grande parte dos alimentos cultivados localmente (GIBB; WITTMAN, 2012; METRO VANCOUVER, 2011).

Em Metro Vancouver também existem 11 comunidades de remanescentes indígenas (*First Nations*)<sup>73</sup>: Hwlitsum, Katzie, Kwantlen, Kwikwetlem, Matsqui, Musqueam, Qayqayt, Semiahmoo, Squamish, Tsawwassen and Tsleil-Waututh.

<sup>72</sup> Possuem maior população do que Metro Vancouver as regiões metropolitanas de Toronto, com 6.055.700 habitantes e a de Montreal, com 4.027.100 habitantes (STATISTICS CANADA, 2012a).

<sup>73</sup> São considerados *First Nations*, diversos povos aborígenes canadenses, com excessão dos inuits e dos métis.



Além desses, outros *First Nations* vivem nas periferias dos centros urbanos, caracterizando-se como uma das parcelas da população mais suscetíveis à fome (FODOR, 2011). Vale lembrar, que 48% das crianças *First Nations* que vivem na Colúmbia Britânica se encontram em situação de fome (MacDONALD; WILSON, 2013).

Devido ao fato de ser banhada pela delta do rio Fraser, estando em contado direto com o oceano Pacífico, Metro Vancouver possui o porto mais movimentado do Canadá e o terceiro mais movimentado da América do Norte (PORT METRO VANCOUVER, 2015). Isso faz com que essa região metropolitana seja uma das principais rotas de escoamento do agronegócio canadense rumo ao mercado asiático (BC MINISTRY OF AGRICULTURE, 2014)<sup>74</sup>.

Anualmente, a população de Metro Vancouver gasta cerca \$ 5 bilhões com alimentação, porém, apenas 48% dos produtos *in natura* têm origem na Colúmbia Britânica e estima-se que dentre os produtos processados o número seja ainda menor (METRO VANCOUVER, 2011). O maior exportador de alimentos consumidos pela população da Colúmbia Britânica é os Estados Unidos. Somente no ano de 2010, esse país foi responsável pela exportação de 67% dos vegetais consumidos em âmbito provincial, sendo que metade desses teve origem no estado da Califórnia<sup>75</sup> (MANSFIELD, 2014). Como fatores críticos do sistema alimentar de Metro Vancouver soma-se a essa dependência de importações, a alta no preço dos alimentos que tem sido presenciada nos últimos anos. Entre 2013 e 2014, por exemplo, foi verificada uma inflação de 9,6% nos produtos alimentícios (MANSFIELD, 2014).

Vale ressaltar que como parte da preocupação em proteger a produção local de alimentos, em 18 de abril de 1973, o governo provincial criou o *BC's Land Commission Act* (Ato de Comissão de Terras da Colúmbia Britânica) que consiste num “[...] tribunal administrativo independente, dedicado à preservação da terra

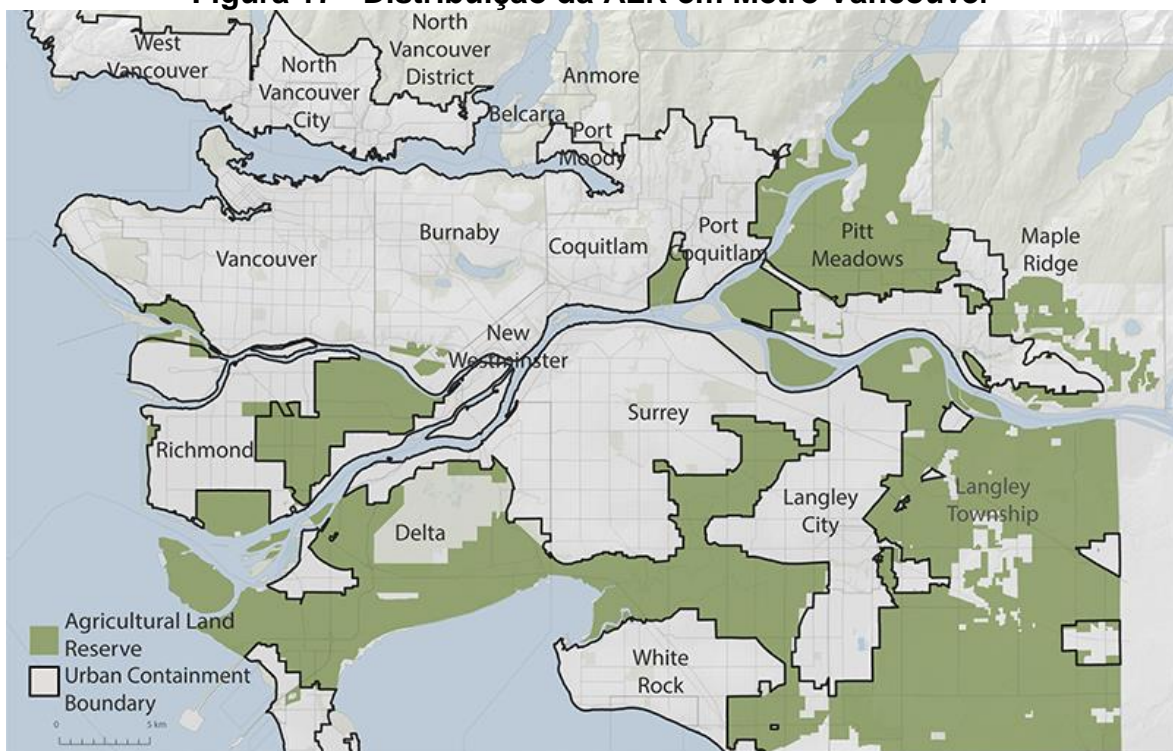
---

<sup>74</sup> Uma das prioridades para o setor agrícola da Colúmbia Britânica é aumentar os índices de exportações para o continente asiático, haja vista que ela é considerada como a “porta do Pacífico”(BC MINISTRY OF AGRICULTURE, 2012).

<sup>75</sup> A importância que os alimentos importados do estado da Califórnia exercem no sistema alimentar da Colúmbia Britânica fica ainda mais evidente quando se percebe que em 2010, essa foi a procedência de 95% do brócolis e 74% do alface (MANSFIELD, 2014).

agrícola e ao incentivo da agricultura na Colúmbia Britânica” (PROVINCIAL AGRICULTURAL LAND COMMISSION OF BC, 2015, tradução nossa). Ainda na década de 1970, a *BC's Land Commission Act* apontou para a necessidade de um zoneamento de terras na Colúmbia Britânica como forma de salvaguardar a produção de alimentos. Em resposta a essa demanda, foi criada a *Agriculture Land Reserve (ALR)*. Por ela, cerca de 5% da área da província - inclusas propriedades públicas e privadas - foram designadas exclusivamente para a produção de alimentos, não podendo ser subdivididas ou usadas para fins industriais ou imobiliários (CAMPBELL, 2006; NEWMAN; POWELL; WITTMAN, 2015; PROVINCIAL AGRICULTURAL LAND COMMISSION OF BC, 2015; WITTMAN; BARBOLET, 2011). Em Metro Vancouver, a área protegida pela ALR é de 60.940 ha, concentrando-se especialmente no delta do rio Fraser em Richmond, Delta, Surrey, Burnaby e Pitt Meadows e nas terras altas de Langley e Maple Ridge (Figura 17). Isso faz com que Metro Vancouver seja reconhecida como um dos aglomerados urbanos mais compactos da América do Norte (CONDON et al., 2010).

**Figura 17 - Distribuição da ALR em Metro Vancouver**



Fonte: Metro Vancouver (2015).

Com a crescente urbanização e o aumento do valor comercial das terras, essa política de zoneamento tem sido uma importante referência para a preservação da agricultura em Metro Vancouver (CAMPBELL, 2006; CONDON et al., 2010; OSTRY; MORRISON, 2010). Contudo, nos últimos anos, alguns dos proprietários sujeitos à ALR têm reclamado uma maior flexibilização nas normas que regulam suas formas de uso (NEWMAN; POWELL; WITTMAN, 2015). Entre as principais reivindicações, consta a criação de maiores possibilidades para o desenvolvimento de práticas industriais e imobiliárias (CAMPBELL, 2006). Outro problema é que algumas dessas propriedades não têm sido usadas para práticas agrícolas, como era esperado pela proposta de zoneamento, mas como segunda residência ou espaço de lazer (WITTMAN; BARBOLET, 2011).

Especialmente no caso de Metro Vancouver essas pressões são preocupantes, porque mesmo possuindo apenas 1,5% da área agrícola da Colúmbia Britânica, ela é responsável por 27% da renda bruta vinda do campo (METRO VANCOUVER, 2014). Em outros termos, Metro Vancouver possui a agricultura mais produtiva em âmbito provincial (METRO VANCOUVER, 2011).

O tamanho médio das unidades de produção dessa região metropolitana é de 14 ha, número consideravelmente menor do que o da Colúmbia Britânica (132 ha) e o do Canadá (315 ha) (METRO VANCOUVER, 2014). A maioria dessas unidades de produção são operadas primordialmente pelo trabalho familiar, sendo que as duas principais formas de uso da terra em Metro Vancouver são as culturas produtivas, com 61% da área e os pastos, com 18%. No que se refere às primeiras, merecem destaque os *blueberries* (mirtilos- azuis), que ocupam a maior área, com 2.734 ha; sendo seguido pelas batatas, com 2.285 ha e os *cranberries* (mirtilos-vermelhos), com 1.503 ha. Já no que se refere à segunda, uma das suas principais atividades é a criação de animais. Sobre isso é importante ressaltar que 25% das unidades de produção possuem cavalos ou pôneis; 21% frangos e galinhas e 17% gado, especialmente para produção de leite (METRO VANCOUVER, 2014).

Acompanhado uma tendência de outros países tidos como desenvolvidos e até mesmo de outras partes do próprio Canadá - fato retratado anteriormente -

nos últimos anos tem se destacado um intenso movimento por parte da sociedade civil de Metro Vancouver para incentivar o consumo de produtos locais e com maior valor nutricional.

Percebe-se isso nos mercados de produtos locais, que estão em constante expansão na Colúmbia Britânica. Entre 2006 e 2012 as vendas anuais realizadas por eles foram de C\$ 46 milhões para C\$ 113 milhões, ou seja, houve um aumento de 147% (BC ASSOCIATION OF FARMER'S MARKETS; UNIVERSITY OF NORTHERN BRITISH COLUMBIA, 2012). A maior parte dessas iniciativas é efetivada por moradores de bairros e algumas delas funcionam apenas em determinadas épocas do ano, especialmente no verão<sup>76</sup>. É comum a esses mercados de produtos locais a tentativa de reaproximar o produtor do consumidor de alimentos (WITTMAN; BECKIE; HERGESHEIMER, 2012). Ao mesmo tempo em que eles visam criar um canal alternativo para a comercialização dos produtos de origem familiar/camponesa, eles também possuem o objetivo de oferecer às pessoas que vivem nos centros urbanos alimentos frescos e saudáveis. Alguns desses mercados locais chegam até mesmo a apresentar limites para o tamanho das propriedades dos agricultores que deles participam (WITTMAN et al., 2012). Na Figura 18 é apresentado o mercado de produtos locais que ocorre na Ontário Street, em Vancouver.

**Figura 18 - Mercado de produtos locais - Vancouver**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Dezembro de 2014.

<sup>76</sup> A diversidade dos mercados de produtos locais na Colúmbia Britânica e de maneira especial em Metro Vancouver pode ser percebida no site da BC Association of Farmers Market: <http://www.bcfarmersmarket.org/>.

Outra estratégia de intervenção no sistema alimentar Metro Vancouver por parte da sociedade civil são as hortas e pomares urbanos. Esses espaços de produção de alimentos desempenham um importante papel no combate à fome, pois facilitam o acesso de pessoas de baixa renda à produtos frescos e saudáveis (CITY OF VANCOUVER, 2013). Eles são organizados de maneira diversificadas no que se refere ao método de trabalho e à forma como as pessoas podem adquirir os produtos neles gerados<sup>77</sup>, contudo, possuem em comum o fato de fazer do espaço urbano não apenas um receptor de alimentos, mas também, produtor (FODOR, 2011).

Merece especial ênfase a cidade de Vancouver, onde existem 97 hortas e 18 pomares comunitários (CITY OF VANCOUVER, 2013). Esses, veem ao encontro de uma aspiração das autoridades municipais de fazer de Vancouver a cidade mais verde do mundo até o ano de 2020. No ponto 10 do documento *Greenest city: 2020 action plan* (A cidade mais verde: plano de ação para 2020), consta a intenção de fazer de Vancouver uma liderança mundial em sistemas alimentares urbanos. Para isso são pontuadas as seguintes prioridades: i) desenvolver uma estratégia alimentar municipal para coordenar todos os aspectos do sistema alimentar; ii) cultivar mais alimentos na cidade e; iii) tornar o alimento disponível nos centros comunitários, parques e outros aparelhos de administração municipal, através de um plano local de aquisição de alimentos (CITY OF VANCOUVER, 2012). Contudo, é importante ressaltar que embora exista essa pré-disposição do governo municipal em colaborar com a produção urbana de alimentos, na verdade o principal responsável por tais ações é o protagonismo da sociedade civil (FODOR, 2011).

Abaixo são destacados dois desses espaços coletivos de produção de alimentos em áreas urbanas de Metro Vancouver, o *Hastings Urban Farm*,

---

<sup>77</sup> O estudo de Kjærås (2012) sobre a agricultura urbana na cidade de Vancouver destaca que essas hortas e pomares urbanos são organizados em terrenos públicos, comerciais, residenciais ou baldios. Os principais canais de comercialização dos produtos neles gerados são: 1 - *community supported agriculture* (agricultura apoiada pela comunidade) que é caracterizado por um acordo entre os produtores e os compradores em que os primeiros oferecem um pacote de produtos para os segundo geralmente em caráter semanal; 2 - vendas pontuais; 3 - mercados de produtos locais e; 4 - restaurantes. Em algumas ocasiões existe a doação de parte dos produtos para pessoas de baixa renda ou instituições de caridade.



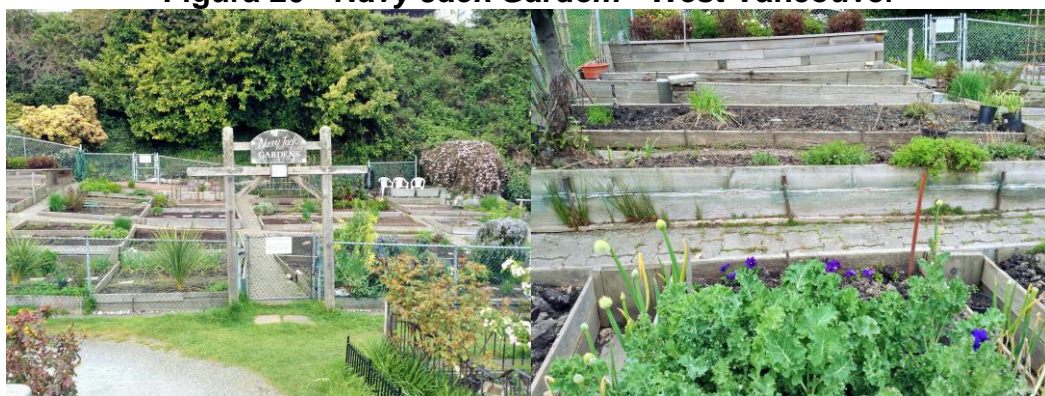
localizado na região central de Vancouver (Figura 19) e o *Navy Jack Gardem*, na orla de West Vancouver (Figura 20).

**Figura 19 - Hastings Urban Farm - Vancouver**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Março de 2015.

**Figura 20 - Navy Jack Gardem - West Vancouver**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Fevereiro de 2015.

Também caracteriza a participação da sociedade civil no sistema alimentar de Metro Vancouver a formação de bancos de alimentos. Eles são a expressão concreta de que até mesmo em países considerados ricos a fome afeta uma parcela da população. Somente no ano de 2014, em média 97.000 pessoas acessaram mensalmente bancos de alimentos localizados na Colúmbia Britânica. Dentre essas, 30% eram crianças (FOOD BANKS CANADA, 2014). A *The Great Vancouver Food Bank Society* (Sociedade de Bancos de Alimentos da Grande Vancouver - GVFB) é uma referência na prestação desse tipo de serviço. A cada semana ela atende cerca de 28.000 pessoas em condição de vulnerabilidade social, através de postos espalhados por Vancouver, Burnaby, New Westminster e North Vancouver (GVFB), 2015). Ela é sustentada por doações financeiras e de

alimentos e pelo trabalho voluntário.

Além desses, também é importante destacar a participação da sociedade civil no *Vancouver Food Policy Council* (Conselho de Políticas Alimentares de Vancouver), fundado no ano de 2004. Ele possui 21 membros, os quais representam diferentes segmentos do sistema alimentar local como produtores, processadores, distribuidores, consumidores e gestores de resíduos sólidos. Suas reuniões ocorrem mensalmente e são abertas ao público. Dentre as discussões que passam por ele constam: regras para o estabelecimento de empresas de comercialização de alimentos; compra e uso de alimentos por órgãos públicos; suporte para a tomada de decisões das escolas sobre a alimentação dos seus alunos; a observação das necessidades nutricionais das crianças atendidas por creches e outros (VANCOUVER FOOD POLICY COUNCIL, 2015). Nessas condições, o *Vancouver Food Policy Council* funciona como um órgão criado pela sociedade civil que visa auxiliar o Poder Público Municipal no gerenciamento do sistema alimentar local (KJÆRÅS, 2012).

Portanto, percebe-se que o sistema alimentar de Metro Vancouver se caracteriza por diversos tensionamentos entre o modelo que tem garantido a hegemonia das grandes corporações no regime alimentar global e grupos da sociedade civil que buscam aumentar o consumo de produtos locais. Tendo essas referências, na sequência é feita uma análise sobre a efetivação do F2CC nessa área metropolitana. Discute-se a capacidade dessa proposta de fomento da compra governamental de alimentos de contribuir para a construção da soberania alimentar.

## **7.2 - A contribuição da rede F2CC para a construção da soberania alimentar em Metro Vancouver**

Através da rede F2CC, algumas instituições públicas de Metro Vancouver têm sido incentivadas a adquirir uma maior quantidade de alimentos produzidos localmente. Isso tem sido acompanhado por um processo de conscientização que pontua a necessidade de se valorizar não somente o preço no consumo de alimentos por parte de instituições públicas, mas também os efeitos que isso gera

na saúde das pessoas por elas atendidas, no meio-ambiente e na economia local. Assim, devido ao fato de visar criar alternativas ao modelo de consumo de alimentos que tem sido implementado pelo regime alimentar corporativista, percebe-se que a F2CC tem contribuído para que sejam efetivados alguns dos pressupostos da “segunda geração” da soberania alimentar em Metro Vancouver.

Desde quando a rede F2CC foi criada, em 2011, Metro Vancouver tem participado ativamente dessa estratégia de ampliação do consumo de alimentos produzidos localmente por instituições públicas canadenses (PUBLIC HEALTH ASSOCIATION OF BC, 2012). Contudo, o principal marco para incorporação de ações de *Farm to Cafeteria* em Metro Vancouver foi a proposta da PHABC de implementar, entre janeiro de 2007 e março de 2010, o programa *Farm to School Salad Bar* em algumas comunidades pertencentes à *Northern Health* (Autoridade de Saúde do Norte da Colúmbia Britânica)<sup>78</sup>. Ou seja “[...] na Colúmbia Britânica, o *Farm to School* evoluiu através do modelo de *Salad Bar*, foi assim que o *Farm to School* foi visto primeiramente. Por alguns anos, ele foi o *Salad Bar Program*” (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa). Essa proposta teve por inspiração algumas ações que vinham sendo desenvolvidas em outras partes do Canadá através do apoio da agência *Food Share* (Alimento Compartilhado), de Toronto. Ela foi financiada pela *B.C. Healthy Living Alliance* (Aliança para Vida Saudável na Colúmbia Britânica)<sup>79</sup> e se caracterizou como:

[...] uma nova e inovadora iniciativa na Colúmbia Britânica desenhado para aumentar o consumo de frutas e vegetais entre estudantes e sensibiliza-los para os benefícios atrelados a isso. Apesar de o conceito de *Farm to School* parecer simples, ele possui vários objetivos atrelados incluindo a adoção de uma compreensiva e holística abordagem da nutrição escolar, o estabelecimento de vínculos com os agricultores locais e os produtores e; garantir que essa iniciativa seja ambientalmente amigável (SRDC, 2010, p.1, tradução nossa).

---

<sup>78</sup> Além da *Northern Health*, o sistema de saúde pública da Colúmbia Britânica é dividido em mais quatro autoridades provinciais: *Fraser Health*, *Interior Health*, *Vancouver Coastal Health* e *Vancouver Island Health Authority*.

<sup>79</sup> A *B.C. Healthy Living Alliance* define-se como uma rede de instituições que visam melhorar as condições saúde na província da Colúmbia Britânica (THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE, 2015).



Assim, evidencia-se que a já na sua origem a rede F2CC tinha como perspectiva a articulação entre diferentes escalas no intuito de diminuir a hegemonia do regime alimentar corporativista através do consumo sustentável de alimentos por parte de instituições públicas.

Num primeiro momento, estava prevista a implementação de seis projetos-piloto do *Farm to School Salad Bar* em escolas inseridas na área de cobertura da *Northern Health*, durante o ano de 2007. Todavia, devido às restrições orçamentárias, tal proposta foi efetiva somente na *Dragon Lake Elementary School*, em Quesnel, atendendo a um público de cerca de 230 alunos. Feito isso, durante o ano escolar de 2008-2009, o *Farm to School Salad Bar* foi implementado em 16 escolas<sup>80</sup>. Nelas, eram oferecidas aos estudantes, duas vezes por semana, porções de frutas, verduras e legumes produzidos localmente. Com isso, esperava-se prover aos estudantes, além de uma alimentação balanceada, também uma oportunidade pedagógica, ou seja, buscava-se relacionar o ato de alimentar-se com o currículo escolar. Para os seus organizadores, o *Farm to School Salad Bar* contribuiu para uma maior valorização da produção local de alimentos, possibilitando aos estudantes (consumidores) um contato mais próximo com os agricultores familiares/camponeses (produtores). Ou seja, ele demarcou a re-espacialização do alimentos.

[...] é claro que a iniciativa do *Farm to School* tem sido um tremendo sucesso em muitas frentes. A visão de uma rede ligando a população, os agricultores e as escolas ao redor do norte e do interior da Colúmbia Britânica tem se realizado. Existe uma preciosa, diversa e ativa rede de *Farm to School*. Essa rede possui mais de 200 membros, incluindo entusiastas do *Farm to School* na província e além de suas fronteiras. Agricultores, jardineiros, processadores de alimentos, professores, diretores, membros dos conselhos municipais e dos conselhos escolares, idosos, estudantes, pais e mães, comunidade de nutricionistas e muitos outros estão trabalhando juntos para identificar os fatores que diminuem a qualidade das refeições nas escolas. Trabalhando em conjunto eles estão redesenhando os sistemas alimentares e as políticas alimentares e criando programas que fornecem os alimentos da mais alta qualidade possível para os alunos (THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE, 2010, p. 9, tradução

---

<sup>80</sup> Como destacado no documento *Farm to School Sprouts in British Columbia! A final report of the Farm to School Salad Bar Initiative (Farm to School surge na Colúmbia Britânica! Um relatório final da iniciativa do Farm to School Salad Bar)*, no projeto inicial estava previsto que essa proposta seria desenvolvida em apenas 12 escolas, contudo, devido a grande procura, optou-se pelo número de 16 (THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE, 2010).

nossa).

Nesse cenário, chegou-se à conclusão de que o incentivo para a formação e o fortalecimento de programas de *Farm to Cafeteria* na Colúmbia Britânica deveria continuar nos anos seguintes. Para isso, foram pontuados 4 objetivos: i) sustentar a PHABC como líder desse processo, como forma de manter a coesão entre os participantes; ii) construir capacidades para criar novos programas e fortalecer os já existentes; iii) desenvolver políticas de apoio ao acesso a alimentos frescos, nutritivos, saudáveis, locais e culturalmente apropriados para as escolas e; iv) estender e expandir a avaliação do programa (THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE, 2010).

Durante esse período em que houve a implementação do *Farm to School Salad Bar*, alguns fatos contribuíram para a rede *Farm to School* se consolidasse na Colúmbia Britânica, dentre os quais: i) a criação de um comitê de assessoria, formado por representantes de mais de trinta entidades governamentais e não-governamentais; ii) a construção de uma *Web page* para divulgar as atividades da rede; iii) atividades promocionais para a divulgação da proposta, como a doação de mais de 5.000 pacotes com materiais alusivos ao F2S BC; iv) a elaboração do documento *A Fresh Crunch in School Lunch: BC's Farm to School Salad Bar Guide* (Mastigando uma Fresca Merenda: Guia para o *Farm to School Salad Bar* da Colúmbia Britânica), que passou a servir de referência para as escolas interessadas em se incorporar a essa propostas; v) oficinas de implementação do *Farm to School Salad Bar*; vi) a realização do evento *Farm To School: growing the next generation (Farm to School: cultivando a próxima geração)*, que contou com mais de 125 participantes e outros.

Nesse contexto, como já pontuado anteriormente, em 2011, a PHABC que já havia assumido a liderança na implementação da rede F2S BC também foi encarregada de organizar a rede F2CC em escala nacional ao lado da APHA. Além dela, as seguintes instituições da Colúmbia Britânica também fazem parte do Comitê Consultivo da rede F2CC: *BC Ministry of Healthy, Northern Health, Social Planning and Research Council of British Columbia* e UBC.

Tendo essas referências, na sequência é feita uma discussão sobre as motivações e os desafios para que essas ações contribuam para a

implementação da “segunda geração” da soberania alimentar em Metro Vancouver.

### **7.2.1 - A rede F2CC em instituições públicas de Metro Vancouver**

O principal componente da “segunda geração” da soberania alimentar constatado na efetivação de ações articuladas pela rede F2CC em Metro Vancouver é a busca pela remodelagem das relações de consumo em instituições públicas como escolas, unidades acadêmicas e hospitais, através do aumento do consumo de produtos frescos, saudáveis e de origem local. Apesar de terem na compra governamental de alimentos seu elemento central, essas ações são incentivadas por representantes da sociedade civil, especialmente ONGs que possuem dentre seus objetivos a promoção da agricultura local, seja ela rural ou urbana; a Educação Alimentar e outros. Assim, o caso de Metro Vancouver, denota um dos momentos da articulação escalar que compõe a rede F2CC.

Com base em tal contexto, a seguir é apresentada uma análise da implementação de ações vinculadas à rede F2CC em instituições públicas de Metro Vancouver levando-se em consideração os rebatimentos que elas causam em relação ao público atendido, as ONGs que visam dar suporte a elas e aos agricultores que fornecem os alimentos.

#### **7.2.1.1 - A rede F2CC em escolas de Metro Vancouver**

O Canadá é o único membro do G-8 (grupo dos países considerados como maiores potências econômicas mundiais) que não possui um programa nacional de alimentação escolar por meio do qual os estudantes de escolas públicas tenham suas merendas subsidiadas integralmente ou mesmo parcialmente. Entre as crianças canadenses em idade escolar, apenas entre 10 e 15% é beneficiada com algum tipo de subsídio para poder se alimentar na escola (FSC, 2012). Dentre as explicações para essa lacuna constam o fato de que a administração do sistema educacional canadense se dá no âmbito provincial e não no federal, o que impede a criação de estratégias integradas para todo o país (SIQUEIRA,

2014). Contudo, constata-se que crianças canadenses em idade escolar apresentam problemas relacionados ao consumo de alimentos como os seguintes: i) 70% delas não ingerem 4 porções de frutas e/ou vegetais diariamente, como recomendado por vários profissionais da área de saúde; ii) indústrias de alimentos processados e de refrigerantes gastam mais de C\$ 2 bilhões anualmente em propagandas para atrair o público infantil, fato que tem estimulado o consumo de produtos de baixo valor nutricional e; iii) os índices de obesidade infantil têm crescido consideravelmente nos últimos anos (FSC, 2012).

Em Metro Vancouver, uma em cada dez crianças vive em famílias em situação de pobreza (FIRST CALL: BC CHILD AND YOUTH ADVOCACY COALITION, 2014)<sup>81</sup>, o que dificulta o acesso delas a alimentos nutritivos. Nessas circunstâncias, a participação de estudantes em programas de alimentação desenvolvidos nas escolas públicas poderia contribuir para ao menos amenizar essa situação. Metro Vancouver possui 15 *School Boards* (distritos escolares): Abbotsford, Langley, Surrey, Delta, Richmond, Vancouver, New Westminster, Burnaby, Maple Ridge-Pitt Meadows, Coquitlam, North Vancouver, West Vancouver, Sunshine Coast, Powell River e Sea to Sky. Eles recebem subsídios anuais para gerir programas de alimentação escolar vindos do Governo Provincial através do *Community Link Program (Learn Includes Nutrition and Knowledge)* (Programa Comunitário Aprender Inclui Nutrição e Conhecimento). Além disso, em escolas públicas de Metro Vancouver também são desenvolvidas outras ações como: i) a que é estimulada pela *BC Producers Association* (Associação de Produtores da Colúmbia Britânica), por meio da *BC Dairy Foundation* (Fundação de Leite da Colúmbia Britânica) e da *BC Milk Producers Association* (Associação dos Produtores de Leite da Colúmbia Britânica) e que visa aumentar o consumo de leite pelos estudantes e; ii) a doação de alimentos e equipamentos pela ONG *Breakfast for Learning* (Café da Manhã para o Aprendizado).

O principal marco normativo para a alimentação escolar na Colúmbia Britânica é o documento *Guidelines for Food and Beverage Sales in BC Schools* (Orientações para Vendas de Alimentos e Bebidas em Escolas da Colúmbia

---

<sup>81</sup> Em nível provincial a incidência de pobreza tem número ainda mais alarmantes, atingindo uma em cada cinco crianças (BRAMHAM, 2015).

Britânica). Nele consta o reconhecimento da importância de as escolas desempenharem um papel de destaque na alimentação dos estudantes, fornecendo comida fresca e saudável (BC MINISTRY OF HEALTH; BC MINISTRY OF EDUCATION, 2013). Soma-se a isso o incentivo da ONG *BC Agriculture in the Classroom Foundation* (Fundação Agricultura na Sala de Aula da Colúmbia Britânica - BCAITC), que desenvolve uma série de projetos com o intuito de aproximar os estudantes dos produtores de alimentos. Contudo, mesmo com todo esse aporte, em Metro Vancouver, o modelo de alimentação escolar ainda possui diversas lacunas. Somente na cidade de Vancouver estima-se que mais de dois mil estudantes de *elementary schools* e *secondary schools* não possuem condições para se alimentar na escola (VANCOUVER SUN, 2015). Uma análise mais ampla pode ser observada no documento *Scaling Up Local Food Procurement in Greater Vancouver Schools: recommendations following an analysis of programs, policy and practice* (Ampliando a Aquisição de alimentos locais em escolas da Grande Vancouver: uma análise dos programas, políticas e práticas seguida de recomendações) elaborado pela PHABC (2013b, p.27, tradução nossa):

Os distritos escolares e escolas de Metro Vancouver estão na infância da aquisição de alimentos locais. Comida local está sendo comprada, mas não de uma forma orientada, não existe a orientação de políticas ou diretrizes. Também não parece haver qualquer aumento na aquisição de alimentos locais. Nessas condições, em situações como as restrições orçamentais, a capacidade de comprar alimentos locais pode estar sob ameaça, não só porque há menos dinheiro para comprar comida fresca e de alta qualidade, mas também porque as equipes de aquisições estão sob pressão para tornar seus processos o mais eficiente possível. Isso está levando a contratos restritivos que apenas os maiores distribuidores podem aderir.

Reconhecendo essa lacuna, algumas escolas de Metro Vancouver têm desenvolvido ações que estão atreladas à rede F2CC. Além de incentivarem a aquisição de produtos locais, utilizando o poder de compra das unidades educacionais como um instrumento de fortalecimento da agricultura local, elas também têm pontuado o valor nutritivo e pedagógico do alimento.

Vale ressaltar que apesar de administradores, professores, nutricionistas, equipes de cozinha e outros membros da comunidade escolar serem deveras

importantes para a efetivação dessas atividades, na verdade, algumas ONGs voltadas para a promoção da agricultura local e para a mudança das relações de consumo de alimentos pelo público infantil acabam assumindo a vanguarda da implementação de ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver. Dentre essas, na sequência são destacados o *Farm Folk City Folk* (Galera do Campo e Galera da Cidade), o *Project Cook Healthy Edible Food* (Projeto Cozinhando Alimentos Gostosos e Saudáveis - *Project Chef*) e o *Fresh Roots* (Raízes Frescas).

O *Farm Folk City Folk*, que foi criado no ano de 1993, define-se como

[...] uma sociedade sem fins lucrativos que trabalha para cultivar um sistema alimentar local e sustentável. Nossos projetos promovem o acesso e a proteção das terras agrícolas; o apoio aos produtores locais e o engajamento das comunidades na celebração da comida local (FARM FOLK CITY FOLK, 2015, tradução nossa, não paginado).

Essa ONG é sustentada por 67 entidades, incluindo públicas e privadas. Ela desenvolve diversos trabalhos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa como o acesso a sementes, a criação de oportunidades de mercado, a inserção e/ou permanência de jovens no campo, a criação de *links* entre a agricultura e a preservação do meio ambiente, dentre outros. Contudo, sua inserção em ações que são articuladas pela rede F2CC se dá exclusivamente pelos *Learning Labs* (Laboratórios de Aprendizado). Para a rede F2CC (2014c, não paginado, tradução nossa) “[...] o *Learning Lab* é um processo desenhado para construir ou fortalecer uma comunidade em seu esforço para ampliar o aproveitamento de uma atividade particular”. Em outras palavras, o *Learning Lab* é uma estratégia de articulação entre membros de uma determinada comunidade por meio do qual se cria um plano de ação para atingir a um objetivo específico, ou seja, ele é um espaço de elaboração de políticas.

Em Metro Vancouver, atualmente, o *Farm Folk City Folk*, em parceria com a rede F2S BC, tem desenvolvido um *Learning Lab* junto com o *Vancouver School Board*<sup>82</sup>, o qual possui como números aproximados: 29.000 estudantes em

---

<sup>82</sup> Além desse *Learning Lab* que está sendo desenvolvido junto ao *Vancouver School Board*, a ONG *Farm Folk City Folk* também tem aplicado esse método de trabalho em Haida Gwaii, que é

*elementary schools* (majoritariamente crianças entre 04 e 12 anos), 26.000 estudantes em *secondary schools* (majoritariamente adolescentes entre 11 e 16 anos), 9.300 em programas de educação continuada, 1.410 estudantes e programas de aprendizado e 14.000 estudantes em cursos de verão (VANCOUVER SCHOOL BOARD, 2015a). Além do mais, cerca de C\$ 4,4 milhões são destinados para programas de alimentação desenvolvidos nesse distrito escolar (VANCOUVER SUN, 2015). Nessas condições, através do *Learning Lab*, o *Farm Folk City Folk* visa contribuir com as políticas de aquisição de alimentos do *Vancouver School Board*. “Essa é uma parceria onde nós ajudamos o *School Board* a determinar os modos em que eles podem comprar mais alimentos locais, saudáveis e sustentáveis em suas escolas” (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Motivado pela proposta da cidade de Vancouver de ser considerada a mais verde do mundo até 2020 (CITY OF VANCOUVER, 2012), o *Vancouver School Board*, (2010) tem como meta ser considerado o distrito escolar mais verde da América do Norte. Para que isso ocorra é fundamental que a alimentação escolar se dê com ênfase em produtos frescos, locais e saudáveis. Sendo assim, o *Learning Lab* tem tido quatro objetivos principais:

[...] nosso objetivo é aumentar a aquisição de alimentos sustentável locais. Esse é o objetivo número um. O número dois é fornecer às escolas, saudáveis linhas de guias alimentares. O número três é aumentar a comercialização dentro das escolas para que os alunos estejam realmente dispostos e capazes de adquirir estes alimentos. O número quatro é treinar a equipe [de alimentação escolar] e envolvê-los na ideia de comida local. Então, esses objetivos servem como nosso essencial plano de trabalho e, em seguida, vamos construir peças debaixo deles para ter certeza de que estamos cumprindo todos eles, e às vezes nós tentamos fazê-los todos ao mesmo tempo; às vezes nos concentramos em um deles (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Um dos principais desafios para que o *Learning Lab* que está sendo

---

um arquipélago da Costa Norte da Colúmbia Britânica e na província de Newfoundland and Labrador, na Costa Leste do Canadá. Ainda há o objetivo de instalar um *Learning Lab* para auxiliar a *UBC Farm* a aumentar suas vendas para o *UBC Hospital* e para cantinas do centro acadêmico da UBC.

desenvolvido junto ao *Vancouver School Board* obtenha sucesso é diminuir a influência que grandes empresas como Sysco<sup>83</sup> exercem no fornecimento de alimentos para as escolas de Metro Vancouver ou então, criar mecanismos para que essas adquiram maior quantidade de produtos locais. Isso se dá porque os grandes fornecedores de alimentos possuem uma grande potencial para contribuir com a institucionalização de projetos de *Farm to School* (IZUMI; WRIGHT; HAMM, 2010a). Sendo assim, tal proposta vinculada à rede F2CC trabalha com estratégias a serem aplicadas “de cima para baixo” e estratégias para serem aplicada de “baixo para cima”.

Particularmente, existem dois modelos em que estamos trabalhando com o *Vancouver School Board*, eu os chamo como “de cima para baixo” e “de baixo para cima”. Então, no “de cima para baixo”, temos de trabalhar dentro dos contratos existentes. Portanto, existem grandes contratos com grandes distribuidores que vão continuar nos próximos cinco anos, por isso temos de analisar quanto desse alimento que está entrando está vindo da Colúmbia Britânica e se há a oportunidade de comprar mais [alimento] local. Então isso significa que as escolas - e isto é “de baixo para cima” - teria que comprar a comida que é oferecida pela Sysco, desde os produtores locais (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Desse modo, no *Learning Lab* que o *Farm Folk City Folk* está desenvolvendo com o *Vancouver School Board* busca-se fazer com que as escolas de Metro Vancouver passem a consumir uma maior quantidade de produtos cultivados localmente e sob bases sustentáveis. O objetivo é fazer com que nos contratos de compra em larga escala que são estabelecidos pelas escolas para garantir a alimentação dos seus alunos existam dispositivos que possibilitem um maior aproveitamento de produtos com origem na Colúmbia Britânica. Ou seja, a forma como a *Farm Folk City Folk* se insere na rede F2CC é através do apoio na elaboração de projetos a serem desenvolvidos pelas escolas. Por isso, essa ONG tem atuado como um facilitador que visa criar uma maior proximidade entre as escolas públicas e os agricultores locais.

O *Project Chef* foi criado no ano de 2008, com uma nítida preocupação de

---

<sup>83</sup> A Sysco é uma das grandes corporações que mais se destacam no fornecimento de alimentos para as escolas canadenses. Para maiores informações sobre ela, acessar: <http://www.sysco.com/>.



contribuir para o consumo de alimentos com maior valor nutricional pelo público infantil e é definido como

[...] um programa experimental, baseado no currículo escolar, voltado para crianças do jardim de infância à sétima série, o qual ensina os alunos sobre alimentação saudável: de onde vem, o que gosto, como prepará-la e como aproveitar a compartilhá-lo em torno de uma mesa (PROJECT CHEF, 2015, tradução nossa, não paginado).

Assim, essa ONG tem como foco principal trabalhar com a Educação Alimentar dos estudantes de escolas públicas de Metro Vancouver, respeitando o currículo escolar da Colúmbia Britânica. Seus projetos possuem por intuito fazer com que as crianças se interessem por outros tipos de alimentos além dos *junk foods* que têm dominado cada vez mais a dieta do público infantil. Ela é sustentada financeiramente por 59 doadores, incluindo pessoas físicas, empresas particulares e órgãos públicos. Todavia, mesmo reconhecendo a dificuldade em obter fundos, existe a compreensão de que o *Project Chef* não pode aceitar recursos de qualquer tipo de instituição, haja vista que é preciso preservar os valores que estão por trás dessa ONG.

Infelizmente, não há um grande patrocinador, por isso, é preciso arrecadar dinheiro em qualquer lugar que se possa encontrá-lo. Eu não vou tirar dinheiro do McDonalds ou da Coca Cola, algo assim, por que isso não se encaixa na nossa filosofia e nossa postura ética. Então, nós temos algumas empresas, algumas organizações [...] a maior parte do nosso dinheiro vem de cidadãos privados, que acreditam no que estamos fazendo. Fazemos algumas angariações de fundos [...] Por isso, [o dinheiro] vem de vários lugares [...] (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Em sua principal estratégia de Educação Alimentar, o *Project Chef* realiza entre quatro e cinco aulas de duas horas cada com crianças de *elementary schools* de Metro Vancouver durante o período de cinco dias. O principal objetivo é contribuir para que os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades relacionados ao consumo de alimentos. Para isso é solicitado que as escolas que sediam o projeto ofereçam uma estrutura básica que contém uma pia dentro da sala de aula e fácil acesso a um refrigerador. São montados sete *stands* de

preparação de alimentos em cada sala de aula, sendo que cada um deles é dotado de um *cook-top* (fogão pequeno), uma frigideira elétrica e uma prateleira com mercadorias. Em um dos *stands* fica o professor-chefe que primeiramente faz uma demonstração do preparo da refeição para que em seguida, os alunos, divididos em seis grupos, tenham a possibilidade de eles mesmos fazerem. Valoriza-se a utilização de alimentos que compõem o *Canada's Food Guide* (Guia de Alimentação do Canadá) (CANADA HEALTH, 2011). Pais e membros da comunidade são convidados a colaborarem como facilitadores dentro da sala de aula. Ao final, os alunos e a comunidade escolar são incitados a partilhar o que foi preparado, ou seja, após aprender a cozinhar o alimento, os estudantes também são motivados a celebrá-lo.

Cozinhar é uma parte do ciclo alimentar. Por isso, nós ensinamos as crianças a cultivarem alimentos que podem ser colhidos nas escolas. Onde eles não o fazem, nós buscamos adquirir os alimentos do maior número de agricultores locais quanto possível. [...] Nós ensinamos as crianças ao longo de cinco dias, é um programa de imersão de cinco dias. Nós ensinamos-lhes sobre a origem dos alimentos, os sabores das comidas, comida de verdade, alimentos saudáveis, alimento que têm gosto; mostramos como eles mesmos podem prepará-lo e como compartilhá-lo ao redor da mesa. [...] nós olhamos para a Educação Alimentar, usamos o ato de cozinhar como um veículo para ensiná-los (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Além desse programa de imersão de cinco dias, o *Project Chef* também trabalha com as seguintes: i) um programa de residência onde uma equipe do *Project Chef* muda para dentro da escola durante o período de uma semana e realiza diversas atividades com toda comunidade escolar, dentre as quais técnicas de horticultura, lições de culinária, palestras com agricultores/criadores/pescadores locais, teatros, sessões de fotografia e outros. “Para ser uma escola-residência, você tem que abraçar a filosofia do nosso programa como uma meta da escola, assim a Educação Alimentar se torna o maior objetivo da escola e isso é implementado através do currículo” (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa); ii) cursos para capacitar os professores a integrarem o alimento com o currículo escolar; iii) uma parceria com o *Tapestry Intergenerational*

*Program* (Programa de Tapeçaria Intergerações), que é sediado na UBC, onde as crianças cozinham para os idosos que vivem nessas casas de repouso uma vez por semana; iv) um programa de lições de culinária fora do período de escola para crianças em situação de vulnerabilidade social, sendo que além do aprendizado, elas também levam para casa uma cesta de frutas e vegetais e; v) acampamentos para crianças.

Portanto, percebe-se que a atuação dessa ONG possui como foco estratégico valorizar o aspecto pedagógico do alimento. Apesar de ter como elemento central a oferta de lições culinárias, na verdade, ela aborda diversos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais que estão relacionados à produção e ao consumo de alimentos. Busca-se fazer com que os estudantes deixem ser “passivos” consumidores de alimentos e assumam uma postura crítica frente a tal ato. Desde 2008 até o ano escolar de 2013-2014 estima-se que o *Project CHEF* tenha atendido 8.400 estudantes e 4.400 pais em escolas públicas de Metro Vancouver (PROJECT CHEF, 2015).

Por sua vez, o *Fresh Roots* foi criado no ano de 2008 por um grupo de pessoas que tinha por intuito ampliar o número de experiências de agricultura urbana em Metro Vancouver, especialmente em pequenos espaços inutilizados. Ele possui 17 patrocinadores, incluindo instituições públicas, privadas e pessoas físicas. Todavia, vale ressaltar que além dessas doações, ele também possui como fonte de renda a venda de produtos que são cultivados nas hortas por ele administradas. “75% do nosso financiamento vem de doações e 25% vem de vendas de alimentos. Assim, as vendas de alimentos realmente contribuem para o trabalho que o *Fresh Roots* realiza” (M. S. Diretor do *Fresh Roots* - Vancouver - 18/08/2015, tradução nossa). As características do *Fresh Roots* são as seguintes:

Nós efetivamos nossa missão através da comercialização de produtos das hortas escolares, onde a comida que nós cultivamos é vendida na comunidade escolar: para o refeitório, programas de acesso ao alimento e aos nossos vizinhos. Nós facilitamos a aprendizagem experiencial ao ar livre com professores e alunos, orientamos líderes jovens através do nosso clube da horta e cursos de verão; e capacitamos Vancouverites a cultivar seu próprio alimento através de nossos programas de voluntariado. O *Fresh Roots* também trabalha com organizações para desenvolver suas próprias hortas e programas de compartilhamento de hortas. Nós somos um líder de pensamento em sistemas alimentares

mudança institucional e da aprendizagem experiencial ao ar livre (FRESH ROOTS, 2015, tradução nossa, não paginado).

Em sua primeira fase, o *Fresh Roots* formou oito hortas urbanas na periferia de Vancouver. Essas eram fomentadas com compostagens preparadas com restos de mercados de produtos locais que ocorriam naquela cidade. O primeiro trabalho junto a escolas data de 2010. Naquela oportunidade, uma *elementary school* de Vancouver convidou essa ONG para administrar sua horta, pois esta estava inativa, sendo frequentada por andarilhos e dependentes químicos. Os membros do *Fresh Roots* aceitaram a proposta desde que lhes fosse permitido comercializar parte da produção para que assim, eles pudessem cobrir os gastos com a manutenção da horta. Com pouco tempo essa parceria se consolidou e a horta escolar passou a ser uma referência para alunos e professores. Em 2013, o *Fresh Roots* estabeleceu uma parceria com o *Vancouver School Board* para que essa experiência fosse aplicada também em outros colégios como o *Vancouver Technical Secondary School*, o *David Thompson Secondary School* e o *Queen Alexandra Elementary School*. Na figura 21 e 22, constam algumas imagens do school garden da *Vancouver Technical Secondary School* e do *David Thompson Secondary School*, respectivamente.

**Figura 21 - School Garden da Vancouver Technical Secondary School**



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Outubro de 2015.

**Figura 22 - School Garden da *David Thompson Elementary School***



Fotografia: Estevan L. F. Coca - Outubro de 2015.

Além de comporem refeições oferecidas nas escolas, os produtos cultivados nas hortas administradas pelo *Fresh Roots* são comercializados em duas *grocery stores* (pequenos mercados), quatro restaurantes e seis pontos de venda móveis.

Desse modo, a inserção do *Fresh Roots* na rede F2CC se dá tanto no apoio ao desenvolvimento de hortas nas escolas como também como fornecedor de alimentos. Assim, percebe-se que em Metro Vancouver a rede F2CC tem servido como um canal de comercialização alternativo não apenas para os agricultores familiares/camponeses locais como também para grupos de agricultores urbanos, que visam fazer das cidades não só espaços de consumo de alimentos, mas também produtoras dos mesmos.

Além dessas ONGs, para a efetivação de ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver, é de fundamental importância a atuação da rede F2S BC, que como já explicado anteriormente, é apoiada pela PHABC e teve origem com o *Farm to School Salad Bar*. Seus objetivos são os seguintes:

Possibilitar que as crianças tenham acesso a frescos, locais, nutritivos, saudáveis e culturalmente apropriados alimentos enquanto estão na escola. Os programas *Farm to School* visam melhorar a nutrição dos estudantes e prover a eles oportunidades educacionais sobre alimentos e o sistema alimentar local, ao mesmo tempo em que suporta os agricultores locais e a economia alimentar local (PHABC, 2013a, p.2, tradução nossa).

O F2S BC está presente em 99 escolas na Colúmbia Britânica, sendo que dessas 24 pertencem a Metro Vancouver. Os projetos vinculados a essa rede são

elaborados com base em dois modelos: i) distribuição de alimentos, que inclui a formação de hortas escolares; a instalação de serviços de *buffet* com alimentos locais; o estabelecimento de contratos que obriguem os distribuidores de alimentos que servem a escola a adquirirem uma certa porcentagem de produtos locais ou então, a aquisição direta de alimentos fornecidos por pescadores ou criadores locais e; ii) serviço alimentar, que inclui a venda de pequenas porções de frutas e saladas em datas específicas, como por exemplo, uma vez por semana ou uma vez por mês; a oferta de alimentos quentes como macarrão, sopa e outros; a utilização de frutas e verduras cultivadas localmente para a preparação de doces e salgados e ainda a compra de alimentos produzidos localmente para que esses sejam embalados e comercializados pelos próprios estudantes. Portanto, a rede F2S BC utiliza diversas estratégias para auxiliar os estudantes a terem uma visão mais crítica sobre o sistema alimentar global e seus rebatimentos na escala local.

Assim, a F2S BC se constitui como uma rede que atua em escala provincial e que possui por função orientar ações de Educação Alimentar nas escolas, auxiliando os alunos para que eles se tornem críticos no exercício do seu papel no sistema alimentar em nível regional.

O *Farm to School BC* é uma rede; nós temos vínculo com as escolas que financiam [o projeto], mas também temos conexões com escolas que não o financiam. Alguns estão executando sua própria versão do *Farm to School* para programas escolares e se auto identificam como *Farm to School BC*. [...] Há muito trabalho acontecendo em escolas da Colúmbia Britânica que está ligado à Educação Alimentar ou alguma coisa como horticultura com estudantes ou culinária com estudantes ou somente o ensino sobre o sistema alimentar, sobre o que está acontecendo em nível regional. [...] Então, nós estamos querendo alcançar e manter contato com essas escolas e estas iniciativas a nível regional que estão fazendo parte deste trabalho e visamos convidá-los a aderir à rede para construir um movimento mais unificado, que está acontecendo a nível provincial [...] (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa).

Além de articular ações em nível provincial, o F2S BC também é membro da rede F2CC, que atua em escala nacional e que abrange outros tipos de ações de incentivo às compras institucionais de alimentos, além das que são realizadas

pelas escolas. Isso é explicado na *Web page* da rede F2S BC (2013, tradução nossa, não paginado).

O *Farm to School* é parte de um movimento de *Farm to Cafeteria* mais abrangente no Canadá - um movimento que está trabalhando para trazer os alimentos locais e produzidos de forma sustentável para os lugares onde trabalhamos, aprendemos, somos curados e brincamos. *Farm to Hospital*, *Farm to Campus* e *Farm to Workplace* são todos programas de Farm to Cafeteria. Estes programas contribuem para a reconstrução e revitalização de sistemas alimentares sustentáveis locais. Importante, eles contribuem para a saúde das pessoas, o local e a do planeta.

Nessas condições, as redes F2S BC e F2CC partilham da mesma ideia de aumentar o consumo de alimentos produzidos localmente por órgãos públicos. Todavia, enquanto o F2S BC é voltado exclusivamente para escolas da Colúmbia Britânica, o F2CC agrega um maior leque de instituições em todo o Canadá. Assim, o F2CC é uma proposta mais ampla e o F2S BC é parte dela.

Sendo assim, existem diversos mediadores que fazem parte da sociedade civil e que colaboram diretamente para que ações vinculadas à rede F2CC sejam desenvolvidas em escolas da Colúmbia Britânica. Mesmo que atualmente existem diversos documentos elaborados por órgãos do Governo Provincial que defendem uma maior inserção de alimentos frescos, saudáveis e locais na dieta dos alunos, na verdade, os principais responsáveis pelos projetos desenvolvidos nas escolas são pessoas e instituições que não estão diretamente vinculados ao corpo administrativo estatal. Em outros termos, a sociedade civil tem sido o principal vetor para a ocorrência de mudanças no modelo de alimentação que é desenvolvido por escolas da rede pública de ensino na região metropolitana de Vancouver.

Nessa seara, conforme as entrevistas que foram realizadas para o presente trabalho, existem quatro motivações principais para o desenvolvimento de ações vinculadas à rede F2CC em escolas de Metro Vancouver: suporte pedagógico, apoio à saúde dos estudantes, contribuição com o meio-ambiente e apoio à economia local. Muitas vezes elas aparecem interconectadas, contudo, para efeito didático, na sequência é feita uma discussão sobre cada uma delas dentro de suas particularidades.



No que se refere ao suporte pedagógico, diversos trabalhos já destacaram que programas de *Farm to School* possuem potencial para se converter em ferramentas de ensino nas escolas onde são aplicados (AZUMA; FISHER, 2001; JOSHI; AZUMA; FEENSTRA, 2008; KLOPPENBURG; HASSANEIN, 2006, entre outros). Nessa pesquisa, constatou-se que ações vinculadas à rede F2CC desenvolvidas em escolas de Metro Vancouver têm contribuído para a implementação dos *Prescribed Learning Outcomes* (Resultados de Aprendizagem Prescritos - PLOs), que trazem as orientações para o ensino em escolas públicas da Colúmbia Britânica desde o *Grade K* (Jardim de Infância) até o *Grade 12* (último ano do Ensino Médio).

Na Colúmbia Britânica, as escolas são obrigadas a oferecer aos alunos a oportunidade de aprender todo o conteúdo dos PLOs, todavia, lhes é dada a liberdade para atingir esse objetivo através de caminhos diversificados. Ou seja, no que se refere ao alimento é possível relacioná-lo a temas como educação doméstica, ciclo biológico, agricultura e outros. O modo como isso se dá depende das políticas adotadas na escola e principalmente, da disposição dos educadores. No *Catalogue of Learning Resources* (Catálogo de Recursos de Aprendizagem), por exemplo, existe um item sobre alimento e nutrição para as *Grades 8, 9, 10, 11 e 12*. Nele, são oferecidos exemplos de como aplicar atividades práticas em sala de aula para ensinar aos alunos lições sobre um consumo saudável de alimentos (BC MINISTRY OF EDUCATION, 2015). Essa é uma oportunidade que pode ser utilizada pelos educadores para inserir ações vinculadas à rede F2CC como parte do Currículo Escolar. Esse leque de possibilidades fica evidente no depoimento de B. M., que além de diretor da *BC Food Systems Network* (Rede de Sistemas Alimentares da Colúmbia Britânica) também é educador:

Ele [o alimento] se encaixa em todos os lugares, certo? Na Colúmbia Britânica, os professores têm bastante autonomia. Existem alguns resultados de aprendizagem que eu tenho que atingir, mas como eu vou atingi-los é totalmente minha responsabilidade. "O que a planta precisa?" Eu posso dar [ao aluno] uma folha de resultados que lhe diz "sol" e "água" ou eu posso levá-lo para fora, na horta. Como professor, essa é a minha escolha (B. M. Diretor da *BC Food Systems Network* e Educador - Vancouver - 07/08/2015).



No caso do *Project Chef*, por exemplo, constata-se que a Educação Alimentar tem sido utilizada como um instrumento para que se aplique o conteúdo do Currículo Escolar da Colúmbia Britânica nas escolas que recebem esse projeto.

O que tenho feito é ido em frente com todo o currículo e vinculado o que fazemos com os diferentes resultados de aprendizagem nos diferentes guias curriculares da Colúmbia Britânica. [...] eu tenho amarrado o que fazemos com os diferentes *Integrated Research Packages* (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Sendo assim, no Currículo Escolar da Colúmbia Britânica existe uma abertura para que o alimento seja utilizado como um tema transversal por meio do qual os professores podem trabalhar o desenvolvimento de diversas habilidades que são requeridas aos estudantes<sup>84</sup>.

Outra motivação que foi percebida nas entrevistas realizadas para o presente trabalho foi o impacto positivo que ações de *Farm to School* geram na saúde dos estudantes que participam dos projetos a ele vinculados. Sobre isso, diversos trabalhos têm destacado como o *Farm to School* pode ser um vetor de combate a problemas cada vez mais frequentes no público infantil como a obesidade, o diabetes e outros (AZUMA; FISHER, 2001; BEETS et al., 2012; JOSHI; AZUMA; FEENSTRA, 2008; VOGT; KAISER, 2008, por exemplo). Na Colúmbia Britânica existe o *BC Healthy Schools* (Escolas Saudáveis da Colúmbia Britânica), que é um projeto por meio do qual visa-se fazer com que as escolas localizadas nessa província contribuam para a saúde física, mental, social e intelectual dos estudantes (BC MINISTRY OF HEALTHY; BC MINISTRY OF EDUCATION, 2013). O *BC Healthy Schools* é baseado em quatro guias, sendo que um deles, o *Healthy Eating Action Guide* (Guia de Ação para uma Alimentação Saudável) trata exclusivamente da importância das escolhas alimentares para que as escolas contribuam com a saúde dos educandos (BC MINISTRY OF HEALTHY; BC MINISTRY OF EDUCATION, 2014)<sup>85</sup>. Assim,

---

<sup>84</sup> Vale destacar que, no decorrer dessa pesquisa estava sendo elaborado um novo Currículo Escolar para a Colúmbia Britânica. Uma das discussões que pautavam esse processo era a possibilidade de usar o alimento como um recurso pedagógico interdisciplinar.

<sup>85</sup> Além do *Healthy Eating Action Guide*, também existem o *Healthy Living Action Guide* (Guia de

percebe-se que o desenvolvimento de ações vinculadas à rede F2CC pode contribuir sobremaneira para que as escolas de Metro Vancouver cumpram com esse objetivo.

Com o desenvolvimento das ações de *Farm to School*, os estudantes são incentivados a conhecerem e ingerirem outros tipos de alimentos, além dos *Junk Foods*.

O que nós vemos, é que, quando as crianças estão cultivando sua própria comida ou vindo de onde vem sua comida, fazendo visitas a fazendas etc., elas estão mais inclinadas a escolha de frutas e legumes e assim, você pode ver um aumento da ingestão de alimentos [saudáveis] e isso é realmente importante... eles comem menos batatas fritas, e mais batatas reais, então, eu acho que há definitivamente uma relação com a saúde, por causa da capacidade de fazer melhores escolhas em torno de alimentos integrais [...] (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Isso possui grande importância na medida em que se percebe que cada vez mais as crianças se alimentam de produtos processados, a tal ponto de já não conhecerem os alimentos em seu estado natural (SCHLOSSER, 2001). Evidentemente, isso tem potencial para diminuir, mesmo que parcialmente, a hegemonia que as grandes corporações exercem sobre o mercado de alimentos.

Atualmente, as crianças não sabem mais o que é comida de verdade, eles não sabem que uma cenoura é uma raiz que cresce no subsolo. Elas não entendem que uma cenoura pode ser roxa e amarela e repleta de nós em seu formato, que ela não é somente aquele pequeno troço formatado dentro de um saco. Você sabe, isso é ... Então, nós queremos que eles entendam o que é comida de verdade, queremos expô-los para a mais ampla variedade de alimentos à base de plantas possível, ao longo da semana. Nós queremos que eles aprendam a amar legumes e grãos integrais e nós queremos que eles sejam capazes de fazer isso por eles mesmos, e nós queremos que eles sejam capazes de envolver os seus pais nesse processo, bem como, que é por isso que temos de 35 a 40 pais voluntários que estão conosco a cada semana (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Sendo assim, um dos principais resultados da implementação de ações de

---

Ação para uma Vida Saudável), o *Healthy Relationships Action Guide* (Guia de Ação para Relações Saudáveis) e o *Healthy Practices Action Guide* (Guia de Ação para Práticas Saudáveis).

*Farm to School* é a aproximação dos estudantes de produtos frescos que podem colaborar para que eles tenham uma dieta alimentar mais saudável. Eles não são conscientizados apenas sobre os efeitos nocivos que os *junk foods* podem causar em sua saúde, mas também sobre os aspectos positivos do aumento da ingestão de frutas e legumes. Entende-se que essas lições aplicadas na escola podem influenciar também o modelo de alimentação ao qual as crianças se submetem em suas casas. Por isso, tais projetos também possuem por premissa incentivar a participação dos pais como facilitadores voluntários.

Também se destacam dentre as motivações para a implementação de ações vinculadas à rede F2CC em escolas de Metro Vancouver os menores impactos ambientais que estão atrelado à produção local de alimentos (FOLEY et al., 2011; WEBER; SCOTT, 2008). Sobre isso, vale destacar que desde 2010, a Colúmbia Britânica tem trabalhado para reduzir suas emissões de gás carbônico, como forma de contribuir com o combate ao aquecimento global. Devido ao fato de que os sistemas alimentares contribuem sobremaneira para a pegada de carbono (ROJAS et al., 2011; SAGE, 2012), o Governo Provincial entende que programas de Educação Alimentar desenvolvidos pela comunidade escolar podem ser valiosos instrumentos para atingir esse objetivo (BC MINISTRY OF ENVIRONMENT, 2010).

No *Learning Lab* envolvendo o *Vancouver School Board*, o *Farm Folk City Folk* e a rede F2S BC, por exemplo, valoriza-se a aquisição de produtos que sejam cultivados através de métodos que tragam menor impacto ao meio ambiente. Não existe a obrigação de que eles sejam orgânicos, todavia, eles devem ao menos possuir a certificação de *Good Agricultural Practices* (Boas Práticas Agrícolas), que é um modelo gerenciado pelo Governo Provincial para atestar a boa proveniência dos produtos. De tal modo, o cuidado com o meio-ambiente também é uma referência para a implementação de ações de *Farm to School* em Metro Vancouver.

[...] eu, provavelmente diria que um meio-ambiente saudável é um dos objetivos gerais, pois busca-se ter certeza de que há menos caminhões na estrada ou menos emissões de carbono que estão indo para obter comida do ponto A ao ponto B. Mas também para o longo prazo, como saúde física e mental dos mais pequenos e jovens; para garantir que eles sejam pessoas que têm valores, que

eles pensam sobre comida em termos de ambiente ou em termos de sustentabilidade [...] (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Nessa perspectiva, as ações de *Farm to School* criam e fortalecem circuitos-curtos de produção e comercialização de alimentos, contribuindo com a diminuição de impactos ambientais que são causados pelo transporte deles em carros e caminhões, conectando distantes pontos (EDWARDS-JONES et al., 2008; SONNINO, 2010; WEBER; SCOTT, 2008).

Por fim, dentre as motivações para a implementação de ações de *Farm to School* em Metro Vancouver também se destaca o apoio à economia local, especialmente aos pequenos agricultores, haja vista que isso pode representar para eles uma nova oportunidade de mercado ou então, um canal de divulgação dos seus produtos (CONNER et al., 2012; IZUMI; WRIGHT; HAMM, 2010b; MATTS et al., 2015; SANGER; ZENZ, 2004).

O *Project Chef*, por exemplo, prioriza a aquisição de produtos locais para a implementação de cursos de Educação Alimentar em escolas de Metro Vancouver, mesmo que nem sempre os agricultores locais ofereçam preços melhores.

Alguns agricultores nos dão um bom preço, um preço melhor do que no mercado de produtos locais, porque eles acreditam no que estamos fazendo, e querem nos apoiar. Alguns não. Queremos apoiá-los, e se alguém merece o dinheiro, ele o recebe. Então, eu não vou explorar o agricultor. Eu vou explorar o estabelecimento comercial, mas eu não vou explorar o agricultor (risos). Então, eu tento aceitar o que eles estão dispostos a nos dar, nós começamos a produzir algum contato, não tanto quanto eu gostaria, mas nós buscamos desenvolver relações com eles. Então, eu posso telefonar para eles e dizer: "Você sabe que eu preciso de duas libras a mais do que o regular, você poderia colocá-la de lado para mim? Eu não posso chegar lá até sábado à tarde". Por isso temos um bom relacionamento com os nossos agricultores (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Assim, uma das estratégias é estabelecer relações com agricultores locais. Desse modo, os projetos de Educação Alimentar efetivados por essa ONG em escolas da região metropolitana de Vancouver não focam somente no consumo de alimentos, que é uma das últimas etapas do ciclo alimentar, mas também no

suporte aos produtores da Colúmbia Britânica. Com isso, o *Project Chef* visa demonstrar aos estudantes a importância social que os agricultores locais possuem. Isso se faz de grande relevância, haja vista que cada vez mais a prática agrícola tem deixado de despertar o interesse dos jovens. Cerca de 50% dos agricultores da Colúmbia Britânica possuem mais de 59 anos, ao mesmo tempo em que apenas 5% possui menos do que 34 (FRASER BASIN COUNCIL, 2010). Além do mais, também existe o entendimento de que o dinheiro que é investido na aquisição de produtos locais acaba revertendo-se para o bem da própria comunidade, pois contribui para a movimentação do comércio local, além de causar menores impactos no meio-ambiente, como já abordado anteriormente.

Também se constata que a maior proximidade entre agricultores e consumidores pode contribuir para que sejam criados maiores laços entre a comunidade.

[...] realmente, um grande motivador para nós é em torno da comunidade, Vancouver é uma das cidades mais solitárias do mundo. Existe um enorme pedaço da área ao leste [da cidade] tentando transformar-se e a comida é uma forma de atração, ela é capaz de envolver pessoas de diferentes origens e assim, mesmo talvez não falando a mesma língua e não sendo do mesmo lugar que você, elas ainda podem compartilhar uma refeição junto contigo e se envolver. (M. S. Diretor do *Fresh Roots* - Vancouver - 18/08/2015, tradução nossa).

Desse modo, mesmo tendo como uma de suas principais características a mudança das relações de consumo de alimentos, ações vinculadas à rede F2CC também têm feito com que as escolas da região metropolitana de Vancouver tenham uma maior preocupação com o suporte que podem oferecer para a economia local. Dado esse fato, o poder de compra das escolas é utilizado para que os agricultores locais possam comercializar parte da sua produção. Mesmo que nem sempre isso represente para eles uma melhoria de renda, tal oportunidade serve ao menos como um meio de divulgação dos seus produtos perante a comunidade escolar.

Por outro lado, no que se refere aos desafios para a implementação de ações de *Farm to School* em colégios públicos de Metro Vancouver, conforme as entrevistas realizadas para o presente trabalho, os principais são: restrições

orçamentárias das escolas, fraco interesse dos agricultores locais/poucas opções de alimentos locais, dificuldade na composição da equipe encarregada de efetivar os projetos nas escolas e a resistência dos administradores a mudanças. Assim como ocorre no caso das motivações, vários desses desafios aparecem interligados em diversas ocasiões.

Sobre as restrições orçamentárias, muitas escolas colocam como empecilho para a implementação de ações de *Farm to School* o fato de que o alimento adquirido através de grandes fornecedores como a *Sysco* e a *Gordon Food Service* acaba sendo mais barato, além de trazer menores encargos burocráticos. Contudo, nesses casos não se leva em consideração que essas empresas não possuem políticas que privilegiem a compra de produtos cultivados localmente e que, além disso, elas prezam pela oferta de produtos com baixo preço em detrimento de produtos ricos em nutrientes, fato que evidentemente repercute negativamente na saúde dos alunos.

O baixo montante de recursos que as escolas possuem para prover a alimentação dos seus alunos, a ausência de um programa de alimentação escolar unificado em âmbito federal e as poucas linhas de financiamento para os projetos apresentados pelas ONGs são alguns dos principais obstáculos que limitam o alcance da rede F2CC em escolas de Metro Vancouver. Como resultado disso, dezenas de escolas ainda não possuem projetos de *Farm to School* e além do mais, alguns projetos são interrompidos prematuramente sem atingir os objetivos que haviam sido traçados para eles. Essa preocupação é expressa na colocação da fundadora e diretora do *Project Chef*.

O ideal é que cada criança tivesse acesso a um programa de Educação Alimentar para saber mais sobre comida, como fazer comida e como compartilhar os alimentos. Eu acredito que isso não está acontecendo, e eu não acho que vamos ver isso acontecer por causa do financiamento, o que é a linha de fundo, a nossa barreira, a nossa única barreira é o financiamento! (B. F. Fundadora e Diretora Executiva do *Project CHEF* - Vancouver - 23/07/2015, tradução nossa).

Como uma alternativa para driblar o baixo orçamento destinado ao custeio da alimentação dos seus estudantes, algumas escolas têm implementado o *Cost Recovery Model* (Modelo de Recuperação de Custos) (VANCOUVER SCHOOL

BOARD, 2015b). Nesses casos, é cobrada uma pequena taxa dos alunos por refeição, a qual, em muitos casos, não cobre sequer o preço que foi pago para a aquisição dos alimentos juntos aos agricultores locais ou aos grandes fornecedores. Porém, nas compras de alimentos seguintes, as equipes escolares tentam reaver esses valores, adquirindo os produtos por um menor preço. Esses são exemplos de situações onde, através de recursos oriundos do Governo Provincial e de entidades particulares, as escolas subsidiam parcialmente a refeição dos estudantes através da adoção de modelos de *Farm to School*. Mesmo que tais medidas ainda sejam tímidas na tentativa de modificar os sistemas alimentares escolares, ao menos elas facilitam o acesso dos alunos a alimentos com maior potencial nutricional.

Outro obstáculo para a implementação/consolidação de programa de *Farm to School* em Metro Vancouver é a dificuldade em encontrar produtos locais a um preço que se enquadre no orçamento das escolas. Isso porque, os produtos locais tendem a ser mais caros, haja vista que não são comercializados em grande escala como acontece no caso dos grandes fornecedores que abastecem os colégios. Além do mais, o baixo poder de compra das escolas é um dos motivos para que vários agricultores não se interessem por se integrar a essa proposta de mudança das relações de consumo do público infantil.

[...] o volume do alimento que as escola necessitam, por vezes, é muito pequeno, por isso, não faz sentido econômico para o agricultor participar, porque os agricultores são muito ocupados durante o dia, eles trabalham em outros compromissos, com toda a sua comercialização em diferente canais, de modo que também pode representar, por vezes, uma barreira para as escolas para acessar comida local, porque às vezes não vale à pena para os agricultores (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa).

Além disso, também existem os casos em que ocorre o inverso disso, ou seja, as escolas apresentam a demanda, porém, não existem agricultores locais com uma produção suficiente para atendê-la. Apesar de isso ser menos frequente em Metro Vancouver, alguns entrevistados citaram que esse tem sido um dos principais obstáculos para a consolidação da rede F2CC no interior da Colúmbia Britânica, onde existe maior dificuldade para o desenvolvimento de práticas

agrícolas.

Ainda discutindo a questão das restrições orçamentárias, conforme a Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk*, tem sido cada vez mais frequente que escolas desenvolvam ações de *Farm to School* adquirindo menos produtos de agricultores locais e usando mais suas hortas como fonte de abastecimento.

Particularmente, no presente momento, o ponto de entrada para as escolas aqui na Colúmbia Britânica tem sido as hortas; as escolas estão muito animadas para ensinar as crianças a cultivar alimentos, porque isso não é mais parte de nossa cultura. [...] essas escolas estão querendo plantar alimentos com suas crianças e usar essa comida que eles estão cultivando em seus programas de refeições e não necessariamente se vinculando com os agricultores e os sistemas alimentares locais (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Assim, as escolas têm usado suas próprias hortas para o fornecimento de alimentos aos seus alunos. Evidentemente, essas hortas não são capazes de cobrir totalmente as necessidades alimentares das escolas, por isso, ainda existe o contato com os grandes fornecedores. Todavia, as hortas escolares têm sido um caminho para que projetos de *Farm to School* comecem a ser desenvolvidos em escolas de Metro Vancouver, abrindo espaço para que no futuro ocorram mudanças de maior repercussão.

Outro desafio para o desenvolvimento de projetos de *Farm to School* em escolas Metro Vancouver é a formação das equipes escolares encarregadas desenvolvê-los. Primeiramente, as escolas têm que identificar um líder, ou seja, uma pessoa responsável por divulgar a ideia para os demais membros da comunidade escolar, “[...] em seguida, elas também têm que construir uma forte equipe, que seja bem dinâmica e incluía os sujeitos-chave da escola, os quais precisam ser envolvidos para que ela seja bem-sucedida” (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa). Podem compor as equipes encarregadas da implementação dos projetos de *Farm to School* professores, nutricionistas, cozinheiros e seus auxiliares, diretores, pais de alunos e outros.

Assim, somente o trabalho das ONGs não é suficiente para que os projetos



de *Farm to School* sejam bem-sucedidos nas escolas, por isso, é necessário que dentro das mesmas existam pessoas que estejam dispostas a trabalhar para a modificação do modelo convencional de alimentação escolar. Ocorre que, a maior parte dos projetos de *Farm to School* esbarram nas limitações das ações de voluntariado, principalmente a ausência de retorno financeiro. Como os distritos escolares, as escolas e os professores não são obrigados a aderir a ações de *Farm to School*, o desenvolvimento de tais projetos depende de adesões voluntárias.

[...] muitas vezes, esses projetos são executados por voluntários e, por vezes, eles são sobrecarregados. O suporte financeiro para o coordenador destes projetos na província e nos distritos escolares é inexistente. Nós os ajudamos com nossas concessões de infraestruturas e de equipamentos, dizemos que elas podem usar um pouco desse dinheiro para pagar o coordenador, mas isso não é suficiente, isso é apenas um pequeno reforço, não é suficiente para apoiar o programa de maneira contínua (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa).

Ocorre que muitas vezes existe a disposição por parte de um ou mais professores e não existe reciprocidade por parte dos diretores, sendo o inverso também verdadeiro. A isso soma-se o fato de que como a adesão aos projetos de *Farm to School* se dá voluntariamente, sendo que a falta de pessoas que se dediquem exclusivamente para a implementação dessa proposta nas escolas faz com que os resultados apareçam mais lentamente.

[...] operacionalmente não há ninguém sentado no escritório do *School Board* pensando "como posso desenvolver atividades de *Farm to School* no distrito?" Não há ninguém que esteja pensando sobre isso. Então, o que acontece é que no Canadá, na Colúmbia Britânica, e eu tenho certeza que isso é verdade em todo o país, mesmo do outro lado, até mesmo é verdade entre as diferentes províncias, cada escola é uma espécie de feudo. Portanto, o diretor controla a escola como uma entidade própria e dentro da escola os professores operam suas salas de aula como sua própria entidade. Portanto, não há uma política "de baixo para cima". Então, a diretoria da escola pode dizer "hey nossa política é implementar *Farm to School*", mas nenhum diretor ou professor tem que integrar isso em seus próprios planos de aula, por isso, nós temos esse problema, onde os professores queriam isso, mas a diretoria da escola não tinha alguém que era claramente encarregado de descobrir como fazer isso acontecer. E então, quando a diretoria da escola queria fazê-lo, não havia nenhum

professor necessariamente disposto a se envolver diretamente (M. S. Diretor do *Fresh Roots* - Vancouver - 18/08/2015, tradução nossa).

Nesses termos, devido ao fato de o Farm to School não ser uma política institucionalizada nos *school boards*, mas um agregado de ações com objetivos comuns, diretores e professores não são obrigados a aplicar projetos que tenham essa perspectiva. Evidentemente, esse é um grande obstáculo para que essa proposta se expanda pelos distritos escolares de Metro Vancouver.

Portanto, pelo que foi apresentado até aqui, constata-se que ações vinculadas à rede F2CC em escolas de Metro Vancouver têm trazido como preocupação a necessidade de se reconfigurar os sistemas alimentares escolares. Para isso, são aplicados projetos que possuem dentre os seus elementos centrais a Educação Alimentar dos estudantes, o apoio aos agricultores locais e o fomento das hortas escolares. Todavia, tais ações ainda esbarram em obstáculos econômicos e políticos-organizacionais.

#### **7.2.1.2 - O F2CC na UBC, *campus* de Vancouver: a UBC Farm abastecendo pontos de venda do UBC Food Services e o UBC Hospital**

Para a rede F2CC, as unidades acadêmicas podem desempenhar um relevante papel no fortalecimento das estratégias de compra pública de alimentos produzidos localmente. Tal leitura é sustentada pelo fato de que esses espaços de produção e transmissão do conhecimento possuem um alto poder de compra, além de desenvolverem atividades de pesquisa e extensão que podem contribuir com o desenvolvimento da agricultura local (SIERRA YOUTH COALITION, 2014). Em Metro Vancouver isso pode ser percebido na UBC, *campus* de Vancouver<sup>86</sup>, onde parte da produção da *UBC Farm* (fazenda experimental) é vendida para unidades de comercialização de alimentos que funcionam no *campus* e também para o *UBC Hospital* (hospital universitário). Em outros termos, no *campus* de Vancouver da UBC são desenvolvidas atividades de *Farm to Campus* e *Farm to Hospital*, através do protagonismo da *UBC Farm*.

---

<sup>86</sup> Além do *campus* de Vancouver, a UBC possui o *campus* de Okanagan, que possui 8.300 estudantes.

O *campus* de Vancouver da UBC possui 41.365 estudantes de graduação, 10.081 estudantes de pós-graduação, 4.700 professores e 9.512 funcionários. Assim, a comunidade acadêmica é formada por 65.658 pessoas (UBC, 2015). A maior parte das políticas de alimentação dessa unidade acadêmica são gerenciados pelo *UBC Food Services* (Serviços de Alimentação da UBC). Ele é responsável por mais de 9.000 refeições que são servidas diariamente nas residências acadêmicas, onde vivem mais de 4.500 estudantes; em pontos de venda como cafés, bistrôs, restaurantes, *food trucks* (comidas vendidas em caminhões) e também em ocasiões especiais como coquetéis para eventos científicos, reuniões acadêmicas e outros (UBC, 2015b).

A UBC possui algumas aberturas regimentais que lhe permitem contribuir com a aquisição de produtos locais. O documento *UBC's Sustainability Academic Strategy* (Estratégia de Sustentabilidade Acadêmica da UBC), por exemplo, ao mesmo tempo em que pontua a sustentabilidade como um objetivo para os diversos tipos de atividades que são desenvolvidas no interior dos *campus* dessa universidade, também destaca como a produção, a compra e a comercialização de alimentos podem contribuir para isso (UBC, 2009). De maneira mais específica, o documento *UBC Sustainable Campus Food Guide* (Campus Sustentável Guia Alimentar da UBC) traz orientações para que estudantes, professores e funcionários contribuam para que a UBC produza um sistema alimentar que preencha as necessidades da presente geração sem comprometer as gerações futuras. São destacadas várias medidas que podem ser adotadas para atingir esse objetivo como a diminuição do consumo de carne, o aumento do consumo de produtos orgânicos, a preferência pela aquisição de produtos que tenham o selo de *Fair Trade* (Comércio Justo) e o mais importante para efeito desse trabalho, o estabelecimento da meta de fazer com que a UBC se torne um líder na adoção de práticas sustentáveis de compra de alimentos (UBC, 2013).

Vale ressaltar ainda, que cerca de 53% dos alimentos que são adquiridos pelo *UBC Food Services* é cultivado ou processado a pelo menos 250 km de distância, além de que na última década houve uma aumento de 100% na aquisição de maçãs orgânicas, ovos oriundos de galinhas criadas fora de gaiolas e aves locais (UBC, 2014). Isso contribuiu para que em 2012, a UBC fosse a

primeira universidade a receber o prêmio *Golden Carrot* (Cenoura de Ouro), que é oferecido pela rede F2CC, reconhecendo sua excelência na promoção de ações de *Farm to Cafeteria*.

Um elemento central na promoção de ações de *Farm to Cafeteria* na UBC, campus de Vancouver, é a *UBC Farm*, que é integrada à *Faculty of Land and Food Systems* (Faculdade da Terra e Sistemas Alimentares) e administrada pelo *Centre for Sustainable Food Systems* (Centro para Sistemas Alimentares Sustentáveis). Ela possui 24 ha, localizados no sul do *campus* universitário. Nela são cultivadas mais de 200 espécies de frutas, vegetais e ervas, além de experiências com a produção de mel e ovos e a criação de animais no sistema de pasto aberto. Apesar de não ter certificação orgânica, a *UBC Farm* desenvolve sua produção de acordo com os requisitos da *British Columbia Certified Organic Management Standards* (Normas de Certificação de Gestão Orgânica da Colúmbia Britânica), além de ser fiscalizada anualmente por um *Environmental Health Officer* (Oficial de Saúde Ambiental)<sup>87</sup>. Devido a isso, são adotadas práticas como a convivência com alguns insetos considerados benéficos, a retirada manual de ervas daninhas e outros. Na Figura 23 constam algumas imagens da *UBC Farm*.

---

<sup>87</sup> Conforme as entrevistas, o processo de certificação da *UBC Farm* está em andamento.

Figura 23 - *UBC Farm*

Fotografia: Estevan L. F. Coca - Junho de 2015.

Os principais canais de comercialização da *UBC Farm* são: i) três feiras realizadas aos sábados e às terças na própria *UBC Farm* e às quartas, ao lado da *UBC Bookstore* (Livraria da UBC); ii) sistema de *Community Support Agriculture* (Agricultura Apoiada pela Comunidade - CSA), em que pessoas físicas pagam uma taxa de C\$ 550 para receber uma vez por semana, durante vinte semanas consecutivas (verão e outono), uma cesta com produtos cultivados através de métodos orgânicos pela *UBC Farm* e; iii) vendas de atacado, incluindo ações de *Farm to Cafeteria*.

Desde 2003, a *UBC Farm* tem se inserido em atividades de *Farm to Cafeteria*, vendendo parte de sua produção para unidades de comercialização de alimentos localizadas no próprio *campus* da UBC, em Vancouver. O primeiro cliente foi a rede de restaurantes Sage Bistrot, especializada em comidas finas. Nesse primeiro ano foram comercializados cerca de C\$ 1.100 em variados tipos de verduras e legumes. Ou seja, a *UBC Farm* inseriu-se em ações de *Farm to Cafeteria*, primeiramente, através da venda de produtos alto valor, destinados a um limitado nicho de consumidores (UBC, 2014). Isso se deu porque, nesse

período, a produção da *UBC Farm* ainda era pequena, limitando-se a poucos produtos de alto valor comercial que “[...] só poderiam ser comprados por esse restaurante muito chique” (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistema Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015). Em 2006, em outra ação pontual, a *UBC Farm* também passou a fornecer beterraba e abóbora para elaboração de pizzas pela lanchonete Pie R Squared, que funciona no *Union Student Building* (Prédio da União Estudantil).

Todavia, foi no ano de 2007 que a inserção da *UBC Farm* em ações de *Farm to Cafeteria* se tornou mais intensa. Nesse ano, o chefe de cozinha Steve Golob, que era encarregado das refeições servidas no Vanier Hall (conjuntos de residências estudantis), estabeleceu uma parceria com a *UBC Farm* para que as refeições ali preparadas fossem compostas predominantemente por alimentos saudáveis e de origem local. Com isso, os cerca de 2.500 estudantes que se alimentavam no *Vanier Hall* diariamente, pagando cerca de C\$ 5,90 por refeição, passaram a contribuir com a manutenção e expansão da *UBC Farm*.

Esse chefe queria tornar as refeições mais locais e com o gosto melhor, por isso, ele passou a buscar descobrir se ele poderia obter o mesmo tipo de produto que o Sage Bistrot estava usando, porque ele pensou que se eles tinham estas cenouras realmente agradáveis, que eram laranjas e roxas, ele também queria. Mas ele foi informado de que, basicamente, a *UBC Farm* não poderia fornecer, porque nós ainda não tínhamos esse nível de produção. Mas, mesmo assim, ele telefonou para a *UBC Farm* e, em seguida, o gerente de produção, disse: “Oh bem, não podemos dar-lhe tudo o que quer, mas nós vamos dar-lhe um pouco”. E assim, o relacionamento começou lentamente e em pequena escala (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistema Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015).

Contudo, dali em diante, a *UBC Farm* passou por um processo de reestruturação para poder ampliar sua escala de produção afim de atender não só os projetos de *Farm to Cafeteria*, como também outros canais de comercialização. Dentre essas mudanças, destacam-se a priorização de outros tipos de produtos, além dos que eram destinados a nichos de mercado e a aquisição de refrigeradores para poder comercializar também em períodos de entressafra. Com isso, atualmente, somente em vendas realizadas junto ao *UBC Food Services*, a *UBC Farm* obtém anualmente C\$ 25,000.

De tal modo, a relação da *UBC Farm* com projetos de *Farm to Cafeteria*, primeiramente, se deu através de ações de *Farm to Campus*. Atualmente, ela também tem buscado inserir-se em estratégias para ampliar as vendas para o *UBC Hospital*, o qual é administrado pela *Vancouver Coastal Health*, possuindo, dentre seus números cerca de 800 funcionários e mais de 21.000 atendimentos por ano (VANCOUVER COASTAL HEALTH, 2015).

[...] ultimamente, estamos focados mais especificamente na exploração agrícola para o Hospital, que é um subconjunto do movimento *Farm to Institution*, e a razão para isso é que, pensamos que como um projeto específico da UBC, existe um relativo sucesso do *Farm to Cafeteria* nas residências universitárias, porém, o *Farm to Hospital* tem obtido pouco sucesso, por isso, agora, nós estamos centrando nossos esforços nisso (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015).

O consumo de alimentos do *UBC Hospital* é gerenciado pela empresa multinacional Sodexo, que possui como principal fonte de aquisição de produtos a *Gordon Food Services*. Através do projeto-piloto *Farm to Healthcare*, financiado pelo banco *Vancity*, ficou estabelecido que durante o biênio 2015-2016 esse distribuidor daria preferência aos produtos cultivados pela *UBC Farm*, como forma de incrementar o sistema alimentar universitário (SINE et al., 2014).

Dentre as principais motivações para as ações de *Farm to Hospital* está a contribuição que uma alimentação saudável pode oferecer para o processo de recuperação daqueles que estão passando por um período de tratamento médico em unidades de saúde. Isso pode ser percebido no exemplo citado pela Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm*.

[...] eu recebi uma carta de uma pessoa do norte da Colúmbia Britânica que ficou no hospital por um longo tempo e, basicamente, disse que a parte mais difícil de estar num hospital é a comida, porque era muito deprimente, era uma ideia de comida que não era comida, era tudo congelado, e era preciso apenas esquentá-la no micro-ondas para você comê-lo e a qualidade é muito desagradável (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015).

Contudo, vale ressaltar que no caso da comercialização com hospitais existe um desafio a mais, “[...] porque as normas de segurança alimentar são mais rigorosas. Geralmente, alguns hospitais têm orçamentos mais baixos e por isso, a prestação de serviços de alimentação é bem menos flexível” (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015). Isso se dá porque, no Canadá os hospitais adotam a *Hazard Analysis Critical Control Point* (Ponto de Controle e Análise Crítica de Riscos - HACCP), que é recomendada pelo *Codex Alimentarius Commission* (Comissão de Códigos Alimentares), da ONU. Esse conjunto de normas refere-se não só ao produto final, mas também ao seu processo de produção. Atender ao HACCP tem sido o grande obstáculo para que a *UBC Farm* se consolide como um importante fornecedor de alimentos para o *UBC Hospital* (SINE et al., 2014).

Assim, as ações de *Farm to Cafeteria* que têm sido desenvolvidas no *campus* de Vancouver da UBC possuem como elemento central a *UBC Farm*, que apesar de ter diversas estratégias de inserção no mercado, na verdade, é um espaço de produção do conhecimento, ou seja, sua função primária não é atuar como empresa. Devido a isso, dentre as motivações que estão por trás dessas iniciativas destacam-se a criação de novas oportunidades de mercado para agricultores locais, o apoio a economia local e a oferta de alimentos de qualidade para pessoas que são atendidas por instituições públicas.

[...] nós somos um centro agrícola de pesquisas em sistemas alimentares e temos um programa de formação de agricultores. Vemos o *Farm to Institution* como uma espécie de elo perdido no sistema alimentar, porque as instituições são financiadas com dinheiro público, de modo a que o dinheiro local e dinheiro do contribuinte local devem apoiar também as economias locais. [...] Então, a *UBC Farm* gostaria de ver a comida institucional tornar-se mais socialmente justa, por exemplo, as pessoas que estão em escolas ou hospitais ou até mesmo prisões merecem se alimentar com comida local e de alta qualidade como qualquer outra pessoa [...] (S. L. Coordenadora de Comunicação e Extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da *UBC Farm* - Vancouver - 16/06/2015).

De tal modo, essas ações desenvolvidas no *campus* de Vancouver da UBC são exemplos de como os sistemas alimentares de unidades acadêmicas podem



ser utilizados para a expansão de ações de *Farm to Cafeteria*.

### **7.3 - Apontamentos gerais sobre a contribuição da rede F2CC para a “segunda geração” da soberania alimentar em Metro Vancouver**

As ações vinculadas à rede F2CC que têm sido implementadas em Metro Vancouver são um exemplo de como na atualidade, em países considerados ricos, existe uma forte mobilização de setores da sociedade civil com o intuito de influenciar os sistemas alimentares locais. Visando aumentar o consumo de produtos frescos e saudáveis em instituições públicas, tais ações têm contribuído para a criação de novas oportunidades de mercado para agricultores locais. Ou seja, acredita-se que o estabelecimento de circuitos-curtos de produção e comercialização de alimentos através das compras institucionais pode trazer benefícios para a economia local e a saúde pública.

Especialmente no caso das escolas, as quais representam a maior parte das ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver, as entrevistas apontaram que a contribuição da sociedade civil é fundamental para a implementação de políticas de *Farm to Cafeteria*.

Um dos motivos para isso é que as escolas não possuem material humano suficiente para tocar os projetos, sendo necessária a contribuição de voluntários que vêm de fora da comunidade escolar.

[...] a equipe não pode existir apenas dentro dos muros da escola, porque, na Colúmbia Britânica, as escolas estão tão sobrecarregadas em termos de trabalho que eles estão pedindo aos professores para estender seus horários de trabalho, além do trabalho extracurricular que já apoiam e assim, as escolas não podem tomar frente nesse trabalho. Às vezes elas até fazem com sucesso, mas é um professor que está trabalhando muito mais do que deveria estar trabalhando. Assim, as escolas realmente têm a parceria com a sociedade civil, os pais e as organizações de da comunidade, e é daí que vem uma grande quantidade de energia para sustentar os programas (V. P. Coordenadora da rede F2S BC e Representante Provincial da rede F2CC - Vancouver - 18/06/2015, tradução nossa).

Também vale destacar que a principal fonte de financiamento para tais ações não é o Poder Público, mas sim, empresas de capital privado, por meio de

ações sociais realizadas por grandes empresas. Devido a isso, o vínculo com a comunidade é fundamental para o funcionamento dos projetos de *Farm to School* em Metro Vancouver.

Especialmente em Vancouver, dispomos de grupos comunitários que estão se mobilizando, defendendo e trabalhando através de um grau muito maior do que qualquer outro dentro do sistema escolar. Isso não quer dizer que não temos parceiros e líderes dentro do sistema escolar, mas o dinheiro que tem sido usado para este trabalho em grande parte vem de fora, vem da comunidade, vem dos parceiros [...]. Eu gostaria que essa carga não fosse exclusiva da comunidade, porque, como eu disse a você antes, é realmente difícil gerar uma mudança verdadeira e duradoura quando você não está trabalhando com uma estrutura (A. C. Gerente de Parcerias Estratégicas e Desenvolvimento do *Farm Folk City Folk* - Vancouver - 16/06/2015, tradução nossa).

Já no caso do *campus* de Vancouver da UBC, o protagonismo para a implementação de ações de *Farm to Campus* e *Farm to Hospital* vinculadas à rede F2CC tem sido da *UBC Farm*, que é um espaço de construção do conhecimento com potencial para influenciar decisões tomadas em outras escalas do Poder Público. Isso indica que existe uma complexa rede de relações entre instituições, *stakeholders*, ONGs e outros grupos de sociedade civil que têm caracterizado a implementação de ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver.

Com base em tais pressupostos, no Quadro 10 é apresentada uma síntese de motivações e desafios para a implementação de ações articuladas pela rede F2CC em Metro Vancouver.

**Quadro 10 - Síntese das motivações e desafios para a implementação de ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver**

<b>Tipo de ação</b>	<b>Motivações</b>	<b>Desafios</b>
<i>Farm to School</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade pedagógica;</li> <li>- Apoio a saúde dos alunos;</li> <li>- Contribuição com o meio ambiente;</li> <li>- Suporte à economia local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restrições orçamentárias das escolas;</li> <li>- Baixo interesse dos agricultores locais;</li> <li>- Baixa disponibilidade de produtos locais;</li> <li>- Dificuldades para a formação das equipes;</li> <li>- Resistência dos administradores a mudanças.</li> </ul>
<i>Farm to Campus</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio a atividades de pesquisa e extensão;</li> <li>- Contribuição com o meio ambiente;</li> <li>- Suporte à economia local;</li> <li>- Disponibilidade de produtos de melhor qualidade em lugares onde a comunidade acadêmica se alimenta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilidade de produtos;</li> <li>- Preço das refeições;</li> <li>- Dificuldade para a formação de equipes;</li> </ul>
<i>Farm to Hospital</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio a atividades de pesquisa e extensão;</li> <li>- Contribuição com o meio ambiente;</li> <li>- Suporte à economia local;</li> <li>- Oferta de produtos frescos e saudáveis para os pacientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento das normas de segurança alimentar;</li> <li>- Disponibilidade de produtos.</li> <li>- Preços das refeições;</li> <li>- Dificuldade para a formação de equipes.</li> </ul>
Org.: Estevan Coca, 2015.		

Portanto, em Metro Vancouver a rede F2CC tem contribuído com a implementação da “segunda geração” da soberania alimentar destacando a importância do “consumo consciente” em instituições públicas para que seja criada uma alternativa ao regime alimentar corporativista.

## Conclusão

Mesmo que com intensidades e características diferentes, no mundo todo têm sido observados problemas como a crescente miséria que assola agricultores familiares/camponeses, a perda de conhecimentos tradicionais aplicados à produção agrícola e o paradoxo entre a fome e a obesidade. Isso surge como consequência do crescente domínio capitalista sobre o sistema alimentar global. Na maior parte do mundo, as etapas do processo de alimentação têm sido moldadas pela economia capitalista, fazendo com que seu aspecto mercantil se sobressaia em relação à sua importância como um bem essencial à vida humana. Ou seja, o regime alimentar corporativista articula diferentes escalas com o intuito de manter e expandir seu projeto de poder. Essa conjuntura faz com que os sistemas alimentares sejam um dos principais exemplos das desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo no contexto atual.

Por isso, essa tese foi desenvolvida com o objetivo de discutir alternativas a tal contexto. Visou-se destacar como através das compras públicas de alimentos, o Estado e a sociedade civil podem contribuir para a ocorrência de mudanças na correlação de forças que configura os sistemas alimentares em suas diversas escalas.

Foi demonstrado como desde a Segunda Revolução Industrial, em 1850, o alimento tem sido utilizado como um recurso geopolítico para que as grandes potências capitalistas – sejam elas estados-nação ou empresas – mantenham e/ou expandam seu poder. Desde esse período, podem ser observados três regimes alimentares. O primeiro, que contemplou o período entre a Segunda Revolução Industrial e 1930 se caracterizou pela relação entre o alimento e o sistema colonial. As colônias produziam grande parte dos alimentos consumidos pelos trabalhadores das indústrias localizadas nas metrópoles e também consumiam parte dos bens manufaturados gerados por eles. O segundo regime alimentar foi de 1950 até meados da década de 1980 e se caracterizou pela adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, contribuindo com o êxodo rural. Nesse período também se destacou a adoção de subsídios agrícolas pelos países considerados ricos. Desde então, tem se configurado o terceiro regime de

alimentação global, também denominado como regime alimentar corporativista. Dentre suas características destaca-se o crescente poder de grandes corporações que controlam os sistemas alimentares em suas diversas escalas e manifestações. Por meio dele tem ocorrido a padronização da alimentação em escala global, através do maior consumo de bens processados, fato que tem causado uma série de prejuízos à saúde pública e ao meio ambiente. Assim, a teoria dos regimes alimentares denota que no capitalismo o alimento não tem sido tratado como um bem social, mas como mercadoria. Nesse trabalho, ela foi interpretada sob um viés geográfico, destacando como no capitalismo, o alimento é usado como recurso de poder através de um poderoso processo de articulações escalares.

Todavia, esse processo não tem ocorrido de forma linear e sem contestações. Pelo contrário, em diversas partes do mundo têm sido observadas ações que visam contestar o uso capitalista do alimento e os nefastos efeitos que estão atrelados a isso. A mais significativa delas é a proposta alternativa de soberania alimentar, que tem ganhado grande repercussão desde que passou a ser defendida pela coalização internacional de movimentos camponeses *La Via Campesina*, no ano de 1996. Apesar de ocorrer na escala local, a soberania alimentar é uma articulação escalar que envolve também os governos nacionais, o sistem-mundo e outros.

No decorrer dos anos, o conceito de soberania alimentar tem sido modificado, sendo presenciadas diferentes narrativas escalares. Primeiramente, ele foi entendido como o controle do processo de alimentação de sua população por cada Estado-Nação. Focava-se principalmente em pontuar como a soberania alimentar poderia contribuir para melhorar a condição de vida dos agricultores pobres do Hemisfério Sul. Atualmente, defende-se a soberania alimentar como um direito de cada povo, ou seja, ela é abordada na escala da comunidade. Além disso, essa proposta alternativa também tem sido defendida por grupos de consumidores urbanos, especialmente em países tidos como desenvolvidos no Hemisfério Norte, o que foi lido nessa tese como um dos componentes de sua “segunda geração”.

Em suma, fazem parte da proposta alternativa de soberania alimentar

elementos como: reforma agrária, valorização do trabalho feminino, criação de mercados voltados para os agricultores familiares/camponeses, maior proximidade entre produtores e consumidores (re-espacialização do alimento) e produção sob bases agroecológicas. Ela visa romper com o padrão produtivista que tem orientado a agricultura no regime alimentar corporativista, destacando a importância do alimento na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Por isso, a ideia central que perpassou esse trabalho foi a de que a soberania alimentar tem se constituído como uma alternativa ao regime alimentar corporativista. Foi demonstrado que enquanto no regime alimentar corporativista predomina a função econômica do alimento, na soberania alimentar o destaque é a sua dimensão ética. A soberania alimentar surge como uma reação ao fato de que o capitalismo não tem sido capaz de democratizar os sistemas alimentares. Sendo o capitalismo hegemônico, ainda persistem diversas incoerências que vão desde a dificuldade que muitos agricultores familiares/camponeses encontram para permanecer na terra até o precário acesso a alimentos de qualidade por parte dos consumidores de baixa renda.

Para a implementação da soberania alimentar a participação do Estado é de fundamental importância. Por isso, tem sido cada vez mais clara a opção dos defensores dessa proposta alternativa em disputá-lo e não negá-lo, como defendem correntes ortodoxas do marxismo ou então, diminuir ao máximo sua participação, como consta nas propostas neoliberais. Isso testifica que apesar de ocorrer no local, a soberania alimentar é implementada por meio de uma articulação com outros níveis escalares. Reconhecendo tal fato, nesse trabalho foram estudadas as contribuições de duas propostas que visam aumentar o consumo de alimentos por instituições públicas: o PAA, no Brasil e a rede F2CC, no Canadá.

O PAA é um exemplo de como o Estado pode contribuir para a implementação da soberania alimentar através de políticas públicas que visam modificar algumas das regras que delimitam os mercados de alimentos, ferindo, mesmo que parcialmente, a hegemonia do agronegócio e seu processo de controle das escalas do processo de alimentação. Ele se constitui como a única

política de compra pública de alimentos no mundo que trata os agricultores familiares/camponeses como grupo de produtores prioritários. Para isso, o Governo Federal brasileiro compra parte da produção desses sem a ocorrência de licitações, obedecendo aos preços do mercado. Ao mesmo tempo, parte desses produtos é doada para pessoas em condição de vulnerabilidade social, o que faz com que o PAA seja uma política pública estruturante, ou seja, ele não foca em apenas uma dimensão da realidade. Isso indica que o PAA não pode ser lido dentro dos parâmetros neoliberais que têm orientado a maior parte das políticas públicas aplicadas pelos estados-nação na atualidade.

O PAA é parte da incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil, a qual consiste na implementação de políticas públicas em conjuntos de municípios com forte coesão social e econômica com o intuito de superar a pobreza. Esses são denominados pelo Governo Federal brasileiro como territórios. Todavia, a leitura do território que embasa essas abordagens valoriza mais sua função operacional do que conceitual. São exemplos de políticas públicas com essas características o PTR e o PTC. Nelas, busca-se fazer com que através de uma sinergia entre representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais sejam criadas as condições propícias para que essas áreas estagnadas economicamente ganhem maior dinamicidade. Porém, essa estratégia possui como principal limitação não levar em consideração os conflitos entre as classes sociais que vivem nos territórios. Por exemplo, essa proposta falha ao acreditar que representantes do agronegócio e da agricultura familiar/camponesa podem entrar em consenso para que ocorra o desenvolvimento do conjunto de municípios onde estão instaladas. Entrementes, o que se observa na realidade é que tais segmentos possuem distintas propostas de desenvolvimento para o campo. A realidade tem mostrado que o caráter expansionista do agronegócio tem colocado em condição de subalternidade a agricultura familiar/camponesa. Isso faz com que no Brasil a abordagem territorial do desenvolvimento tenha forte caráter compensatório e pouca capacidade para contribuir com a alteração do *status quo*.

Por outro lado, como parte das contradições que caracterizam o Estado no capitalismo, o PAA, mesmo estando dentro do PTC, tem apresentado um grande

potencial para contribuir com a emancipação de parte dos agricultores familiares/camponeses, rompendo com a hegemonia das grandes corporações onde é implementado. Isso pôde ser percebido no presente trabalho pela análise do PAA em dois territórios da cidadania: o Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná e o Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Apesar de grandes diferenças que são geradas pelas características que a Questão Agrária apresenta nesses territórios da cidadania, em ambos pôde-se perceber que o PAA tem contribuído com a aplicação da proposta alternativa de soberania alimentar por meio de dois eixos: i) a criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses, contribuindo com garantia e/ou o aumento de sua renda e; ii) a melhoria da alimentação de pessoas em condição de vulnerabilidade social no campo e na cidade, devido ao maior consumo de alimentos com maior valor nutricional. Os proponentes melhoram sua alimentação porque parte da produção que tem como destino o PAA é consumida pela própria família e os beneficiários passam a ter acesso a alimentos que antes não compunham sua dieta como frutas, verduras e legumes, muitos dos quais produzidos sem o uso de agrotóxicos.

No Cantuquiriguaçu, o PTC tem sido implementado desde 2008 e é organizado pelo CONDETEC. Num primeiro momento, houve uma efetiva participação dos movimentos socioterritoriais do campo no colegiado territorial, o que contribuiu para que fossem conquistadas importantes políticas públicas para a agricultura familiar/camponesa desse território da cidadania. São exemplos, um dos *campus* da UFFS, no assentamento 08 de Junho, em Laranjeiras do Sul e massivos investimentos na cadeia leiteira. Contudo, com a diminuição de recursos destinados ao PTC nos últimos anos, essa participação tem sido menos efetiva. De tal modo, ao analisar o Cantuquiriguaçu percebe-se que ultimamente o PTC tem tido somente um potencial compensatório. Apesar de possibilitar às classes subalternas discutir sobre quais políticas públicas são mais importantes para a região em que vivem, essa política pública não tem sido dotada de um montante de recursos financeiros capaz de contribuir diretamente para a ocorrência de mudanças estruturais.

Já o PAA tem sido implementado desde 2004 nesse território da cidadania,



contribuindo para a diminuição da hegemonia das grandes corporações e para a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar. Dentre os principais benefícios trazidos pelo PAA constam: a formação/fortalecimento de cooperativas e associações formadas por agricultores familiares/camponeses; a diversificação produtiva das unidades de produção dos proponentes; a garantia de renda; a diminuição da penosidade do trabalho; uma relação de maior proximidade entre os produtores e os consumidores de baixa renda e o acesso a alimentos de maior valor nutricional no campo e na cidade. Contudo, ainda são desafios a serem superados para uma maior efetividade dessa política pública: a descontinuidade, as exigências fitossanitárias, o baixo valor da cota anual e a falta de estrutura de algumas comunidades rurais. Em outros termos, o PAA tem trazido uma importante contribuição para que os agricultores familiares/camponeses do Cantuquiriguaçu contribuam com a alimentação de pessoas de baixa renda, através de circuitos-curtos de produção e comercialização de alimentos. Entretanto, essa política pública ainda beneficia poucos agricultores familiares/camponeses e está limitada por entraves burocráticos e estruturais.

No Pontal do Paranapanema, o PTC também tem sido implementado desde 2008, através do CODETER. Diferentemente do Cantuquiriguaçu, nesse período, em nenhum momento os agricultores familiares/camponeses representados pelos movimentos socioterritoriais tiveram a hegemonia dentro desse colegiado territorial. As principais decisões têm sido tomadas por membros do Poder Público, especialmente os órgãos que prestam assistência técnica nos assentamentos rurais. Isso tem sido fundamental para que essa estratégia de articulação de políticas públicas tenha gerado poucas mudanças na correlação de forças entre os agricultores familiares/camponeses e o agronegócio desde quando começou a ser implementada.

O PAA tem sido desenvolvido no Pontal do Paranapanema desde 2006 e do mesmo modo como ocorre no Cantuquiriguaçu, ele tem trazido alguns elementos da proposta alternativa de soberania alimentar. Seus impactos são mais perceptíveis nos municípios com assentamentos rurais, o que indica que essa política pública tem trazido uma valiosa contribuição para que os assentados

permaneçam na terra, dependendo menos de políticas assistencialistas. Além desse, também podem ser observados dentre os aspectos positivos: a formação/fortalecimento de associações e cooperativas formadas por agricultores familiares/camponeses, a valorização do trabalho feminino; a diversificação produtiva, a melhoria de renda dos proponentes e o consumo de alimentos com maior valor nutricional por parte de pessoas de baixa renda no campo e na cidade. Por outro lado, o PAA apresenta como limitações no Pontal do Paranapanema: baixo valor das cotas anuais a que os proponentes têm direito; fraca comercialização de bens processados, fato que possibilitaria obter maior renda por meio dessa política pública e dificuldade dos proponentes em cumprir com as especificações fitossanitárias. De tal modo, no Pontal do Paranapanema o PAA tem trazido uma valiosa contribuição para romper a hegemonia das grandes cooperações, através do protagonismo dos assentamentos rurais, porém, ele tem esbarrado em entraves burocráticos e infraestruturais.

Assim, pela análise do desenvolvimento do PAA nos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema, é possível compreender que apesar de ainda ser limitada, essa política pública tem contribuído para que sejam criadas alternativas ao regime alimentar corporativista. Em ambos conjuntos de municípios, o agronegócio ainda possui grande participação na condução do modelo de desenvolvimento para o campo. Isso influi negativamente na configuração dos seus sistemas alimentares, tornando-os dependentes de alimentos produzidos em outras regiões para suprir a demanda de sua população. Contudo, com o PAA tem sido possível fazer com que os agricultores familiares/camponeses contribuam com a alimentação de pessoas de baixa renda. O PAA é um exemplo de como uma política pública pode contribuir para que o objetivo da soberania alimentar de criar circuitos-curtos de produção e consumo de alimentos seja efetivado. Isso traz benefícios para a economia local, a saúde pública e o meio-ambiente.

Evidentemente, apesar de através do PAA ficar claro que o Estado pode contribuir sobremaneira para a implantação da soberania alimentar, ele deve ser entendido apenas como uma etapa para esse fim. O motivo é que essa política pública deve ser acompanhada de uma proposta de desenvolvimento da

agricultura que leve em consideração o fato de que os agricultores familiares/camponeses exercem um papel fundamental para a oferta de alimentos saudáveis para a população e a conservação do meio ambiente. O PAA deve ser visto como um caminho para que esses pequenos produtores avancem para além do mercado institucional de alimentos e encontrem outros meios para comercializar sua produção para a população das comunidades onde vivem.

Por seu turno, a rede F2CC foi analisada com base no resultado de sua implantação em Metro Vancouver, na província da Colúmbia Britânica. Pôde-se perceber que ela é um exemplo de como a sociedade civil tem contribuído para a implementação de alguns elementos da proposta alternativa de soberania alimentar, através do incentivo ao consumo crítico de alimentos em instituições públicas. Nesse sentido, escolas, unidades acadêmicas e hospitais são estimulados a adotarem políticas de compra de alimentos que levem em consideração fatores como a prioridade para os agricultores familiares/camponeses que residem próximos a eles; produtos cultivados sob bases sustentáveis; construção de hortas em suas próprias instalações, o que no caso das escolas e unidades acadêmicas possui até mesmo um valor pedagógico; dentre outros.

Como expressado nesse trabalho, o consumo crítico de alimentos é o principal componente da “segunda geração” da soberania alimentar. Através dele, os consumidores escolhem seus alimentos não apenas com base no preço deles, mas também em outros aspectos que denotam à sua dimensão ética. Contudo, apesar de sua importância, o consumo crítico de alimentos deve ser visto como um fator secundário, haja vista que a maior necessidade para que ocorram mudanças estruturais no sistema alimentar global é a promoção da agricultura familiar/camponesa e da Agroecologia em detrimento do agronegócio. Isso viria acompanhado por um processo de mudança em que o alimento não seria mais tratado como mercadoria e sim, como um bem social que deve ser acessado por todas as pessoas, independente da classe social a qual elas pertencem.

Em Metro Vancouver, existem diversos tensionamentos na condução do sistema alimentar local. O agronegócio tem sido visto pelo governo provincial como uma referência fundamental para o direcionamento do modelo de

desenvolvimento para o campo. O principal mote para isso é a busca por incrementar o comércio com países asiáticos, especialmente a China e o Japão. Ao mesmo tempo, seguindo uma tendência de outros países tidos como desenvolvidos, existe um aumento exponencial do consumo de alimentos processados e de baixo valor nutricional, especialmente entre as crianças. Também possui conotação negativa o grande número de pessoas que têm buscado auxílio em bancos de alimentos. Por outro lado, ações que visam estimular o consumo crítico de alimentos podem ser observadas em espaços como os mercados de produtores locais, as hortas e pomares urbanos e os conselhos de políticas alimentares.

Ações vinculadas à rede F2CC têm se constituído como mais um elemento nessas disputas. Essa pesquisa destacou como elas têm sido desenvolvidas em escolas, pelo modelo de *Farm to School* e na UBC, pelos modelos de *Farm to Campus* e *Farm to Hospital* sob o protagonismo da *UBC Farm*, que é a fazenda experimental dessa unidade acadêmica. Por meio de uma série de atividades, a rede F2CC tem contribuído para que essas instituições adotem políticas alimentares que rompem com o modelo hegemônico que tem sido delimitado pelo regime alimentar corporativista.

Vale ressaltar que muitas das ações vinculadas à rede F2CC em Metro Vancouver têm sido efetivadas pelo protagonismo de ONGs. Essas são mantidas por recursos vindos de particulares e também de alguns níveis de governo. Por um lado, a atuação dessas ONGs demonstra que o Estado tem relegado à sociedade civil a tarefa de sanar parte dos problemas que caracterizam o sistema alimentar de Metro Vancouver, assumindo uma perspectiva neoliberal. Por outro lado, elas podem ser vistas como autênticas ações de contestação vindas da sociedade civil contra o domínio que as grandes corporações têm exercido sobre os sistemas alimentares no contexto neoliberal. Contudo, em linhas gerais o que se observa é que mesmo que a grande maioria dessas ONGs não possuem o objetivo de contribuir para a ocorrência de mudanças estruturais, na verdade, elas têm sido uma importante referência para que seja estimulado o consumo crítico de alimentos em Metro Vancouver.

A pesquisa destacou que no desenvolvimento de ações vinculadas à rede

F2CC em escolas de Metro Vancouver podem ser observados alguns resultados positivos. Dentre eles, o que mais se destaca é a criação de uma oportunidade pedagógica, devido ao fato de que o alimento é um tema transversal que pode ser abordado por meio de diferentes áreas do conhecimento. Com isso, ao mesmo tempo em que o alimento serve para que sejam abordados alguns dos assuntos básicos que compõem o currículo escolar, os professores também aproveitam para conscientizar os alunos acerca dos problemas que são gerados pela hegemonia das grandes corporações no terceiro regime de alimentação global. Outro aspecto positivo é a contribuição com a saúde dos alunos, devido ao fato de que, além de a rede F2CC possibilitar a eles o consumo de alimentos nutritivos nas próprias escolas, ela também os motiva a fazê-lo em suas próprias casas. Observa-se também o fomento da economia local, devido ao fato de que alguns dos alimentos consumidos nas escolas são produzidos por agricultores familiares/camponeses que vivem na própria região. Por fim, merece destaque a colaboração com o meio-ambiente, em razão de que ao incentivar a produção local de alimentos, as ações vinculadas à rede F2CC diminuem a emissão de gases carbono gerados no transporte, assim como a utilização de produtos químicos que caracterizam a agricultura capitalista.

Entretanto, a efetivação de ações vinculadas à rede F2CC em escolas de Metro Vancouver possui obstáculos como as restrições orçamentárias das escolas, o que muitas vezes as impele a buscar a aquisição de alimentos mais baratos, mesmo que eles não sejam mais nutritivos; o baixo interesse dos agricultores locais, que encontram em outros canais de comercialização melhores oportunidades financeiras; a baixa disponibilidade de produtos locais; as dificuldades para a formação de equipes escolares, em razão de os funcionários e professores não serem obrigados a integrar ações organizadas pela rede F2CC e a resistência dos administradores a mudanças.

Já no que se refere às ações de *Farm to Campus* e *Farm to Hospital*, em Metro Vancouver a referência é a UBC. Como parte de sua meta de atingir a sustentabilidade, ela tem buscado aumentar o consumo de alimentos produzidos pela *UBC Farm*, sua fazenda experimental, em cantinas, restaurantes e no *UBC Hospital*.

Primeiramente, a *UBC Farm* implementou uma política de comercialização de seus alimentos pelo modelo de *Farm to Campus*, onde cantinas e restaurantes localizados em sua unidade de Vancouver adquiriam produtos de alto valor comercial. Posteriormente, ainda tendo como referência o modelo de *Farm to Campus*, os produtos da *UBC Farm* também passaram a compor as refeições servidas nas residências estudantis, o que representou uma maior popularização dessa iniciativa. Acredita-se que a adoção dessas iniciativas tem trazido resultados positivos para a *UBC Farm*, para os restaurantes e cantinas e os próprios estudantes. Para a primeira, a adoção de ações de *Farm to Campus* tem representado uma nova oportunidade de mercado, justificando sua importância não só como um espaço de ensino e pesquisa na unidade acadêmica de Vancouver, mas também como fornecedora de alimentos. Para os segundos, constata-se a possibilidade de contribuir com a produção de alimentos dentro da própria unidade acadêmica, o que serve também como uma forma de atrativo para os alimentos que eles comercializam. Já para os estudantes, a principal importância reside no fato de que os alimentos comercializados pela *UBC Farm* através do modelo *Farm to Campus* são de grande valor nutricional. Todavia, constam-se entre os obstáculos para uma maior efetividade dessas iniciativas a dificuldade na formação de equipes para sua implementação; os preços dos alimentos, que tendem a ser mais caros do que os convencionais e o fato de que a produção da *UBC Farm* não é suficiente para suprir toda a alimentação da UBC, em Vancouver.

O modelo de *Farm to Hospital* começou a ser implementado apenas recentemente, por isso, seus resultados ainda são apenas parciais. O principal mote dessa iniciativa tem sido fazer com que a *UBC Farm* torne-se uma das fornecedoras de alimentos do *UBC Hospital*. Por um lado, essa ação possui a importância de fazer com que a adoção de uma alimentação saudável na unidade hospital contribua com uma mais efetiva recuperação dos pacientes. Por outro lado, existe a dificuldade de atingir as especificações sanitárias para a comercialização de alimentos em hospitais. Mesmo assim, a *UBC Farm* tem avançado na tentativa de fazer com que o *UBC Hospital* seja para ela mais uma oportunidade de mercado.

De tal modo, em Metro Vancouver a rede F2CC tem funcionado, primeiramente, como um meio de implementação da proposta alternativa de soberania alimentar por meio do consumo crítico de alimentos. Além disso, como um de seus objetivos secundários, ela também tem contribuído para que os pequenos produtores locais possam acessar o mercado institucional de alimentos.

Nesses termos, o estudo do PAA e da rede F2CC possibilitou compreender que essas ações de compras públicas de alimentos podem ser vistas como referências da caracterização da soberania alimentar como uma alternativa ao regime alimentar corporativista. Evidentemente, o PAA e a rede F2CC possuem diversas limitações e por isso, não podem ser vistos como a completa efetivação da soberania alimentar. Contudo, ao criarem alternativas ao domínio que tem sido exercido pelas grandes corporações na produção e no consumo de alimentos, eles contribuem diretamente com a sua efetivação.

Tanto o PAA como a rede F2CC possuem como elementos centrais de suas propostas a constituição de circuitos-curtos de produção e comercialização de alimentos, fato que vem ao encontro da premissa básica da soberania alimentar que é fazer com que cada comunidade controle seu próprio processo de alimentação. Com isso, visam estabelecer uma dinâmica espacial diferente da que tem sido gerada pelo regime alimentar corporativista, onde muitas vezes os alimentos percorrem milhares de quilômetros até chegar ao consumidor final.

No caso do PAA, foi demonstrado como ele tem sido efetivado em municípios com fortes características rurais, que estão inseridos em políticas de desenvolvimento territorial implementadas pelo Governo Federal brasileiro. Por sua vez, a rede F2CC foi abordada com base em sua efetivação numa área metropolitana, onde, evidentemente, existe uma urbanização mais acentuada. Esses dois exemplos servem para que se compreenda que independentemente da localidade e das características que o capitalismo possui num determinado contexto, cada vez mais, as soluções para os problemas que têm sido gerados pelo regime alimentar corporativista passam pela criação de canais de maior proximidade entre os produtores e os consumidores, ou seja, faz-se necessário repensar a dinâmica espacial do processo de alimentação, articulando escalas. Para isso, é importante a ação do Estado, como mostrado no estudo do PAA e da

sociedade civil, como é o caso da rede F2CC.

Esses exemplos servem também para que se compreenda que na atualidade se faz ainda mais evidente que a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar não pode ser discutida sem se levar em consideração a unidade dialética entre o campo e a cidade.

No caso do PAA, percebe-se que devido ao seu caráter estruturante, a compra de produtos de origem familiar/camponesa e sua doação para pessoas de baixa renda, resulta na busca pela solução de problemas que são ao mesmo tempo do campo e da cidade porque estão interligados. A persistência da fome na cidade pode ser entendida como uma consequência da mercantilização do processo de alimentação pelas grandes corporações, o qual, como mostrado nessa tese, é o principal motivo para o crescente êxodo rural.

Assim, ao mesmo tempo em que o PAA contribui para que os agricultores familiares/camponeses encontrem no mercado institucional uma nova oportunidade de comercialização dos seus produtos, ele também cria a possibilidade de doar esses para instituições na cidade e no campo que atendem pessoas em condição de vulnerabilidade social.

No caso da rede F2CC chama atenção o incentivo para que os espaços urbanos se tornem não apenas consumidores de alimentos, mas também produtores dos mesmos. Isso pode ser percebido em algumas escolas onde como parte de ações que visam estimular o consumo crítico de alimentos, são criadas hortas e pomares. Além desses espaços servirem como laboratórios a céu aberto, a produção obtida por meio deles também contribui com a alimentação dos estudantes. A *UBC Farm* funciona sob bases semelhantes. Ela está localizada na área urbana de Vancouver e além de funcionar como um espaço de ensino e pesquisa também tem se qualificado como um dos principais fornecedores de alimentos para a comunidade acadêmica.

Em suma, essas experiências que têm contribuído com a efetivação da proposta alternativa de soberania alimentar indicam que para a superação dos diversos problemas que têm sido causados pelo regime alimentar corporativista se faz necessária a construção de uma nova Geografia do processo de alimentação. É preciso que o direcionamento da relação espaço-tempo da



alimentação pela ótica mercantil que tem caracterizado o regime alimentar corporativista seja substituída por uma relação com maior apelo ético.

Dentre os pontos não abordados aqui e que poderão compor trabalhos futuros, destacam-se: i) o vínculo do PAA com outras políticas públicas de compra institucional de alimentos no Brasil, especialmente o PNAE, e também na América Latina e na África, como parte do processo de reconhecimento da importância de tal iniciativa pela FAO; ii) as diferentes compreensões sobre a escala local que embasam ações que contêm componentes da proposta de soberania alimentar, especialmente dentre os países considerados ricos e; iii) as similaridades e diferenças entre a compra pública de alimentos para alimentação escolar no Brasil e no Canadá.

Enfim, o que se constata é que essa tese traz uma contribuição para a discussão sobre políticas públicas e a sociedade civil na Geografia. O alimento é abordado como um tema transversal que denota a validade de vários conceitos geográficos (território, região, globalização, escala, por exemplo) para a interpretação da realidade atual.

## Referências

AGARWAL, B. Food sovereignty, food security and democratic choice: critical contradictions, difficult conciliations. **Journal of Peasant Studies**, Hague v. 41, n. 6, p. 1247–1268, 2014.

AKRAM-LODHI, A. H. Accelerating towards food sovereignty. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 563–583, 2015.

AKRAM-LODHI, A. H. How to build food sovereignty. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

ALKON, A. H.; MARES, T. M. Food sovereignty in US food movements: radical visions and neoliberal constraints. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 29, n. 3, p. 347–359, 2012.

ALKON, A. H.; NORGAARD, K. M. Breaking the food chains: an investigation of food justice activism. **Sociological Inquiry**, Ypsilanti, v. 79, n. 3, p. 289–305, 2009.

ALLEN, P.; GUTHMAN, J. From “old school” to “farm-to-school”: Neoliberalization from the ground up. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 23, n. 4, p. 401–415, 2006.

ALONSO-FRADEJAS, A. et al. Food sovereignty: convergence and contradictions, conditions and challenges. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 431–448, 2015.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. A. Agroecology, small farms, and food sovereignty. **Monthly Review**, Nova Iorque, p. 102–114, 2009.

ALY JÚNIOR, O.; FERRANTE, V. B. A execução da Reforma Agrária no governo Lula (2003-2010): avanços e impasses no estado de São Paulo. **Retrato de Assentamentos**, Araraquara, v. 15, p. 15–62, 2012.

AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU. **Plano Diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 2003.

ANDERSON, M. The role of US consumers and producers in food sovereignty. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

ANDRÉE, P. From food security to food sovereignty in Canada: resistance and authority in the context of neoliberalism. In: ANDRÉE, P. et al. (orgs.). **Globalization and food sovereignty: global and local change in the new politics of food.** Toronto: University of Toronto Press, 2014.

ANDRÉE, P. et al. (orgs.). **Globalization and food sovereignty: global and local change in the new politics of food.** Toronto: University of Toronto Press, 2014.

ARANA, A. R. A.; BOIN, M. N. Reflorestamento com eucalipto, fonte alternativa de renda sustentável no Pontal do Paranapanema. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 155–170, 2013.

ASARI, A. Y.; PONTE, K. F. Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo? **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 163–173, 2001.

AZUMA, A. M.; FISHER, A. **Healthy farms, healthy kids: evaluating the barriers and opportunities for Farm-to-School programs.** 2001. Disponível em: <<http://www.foodsecurity.org/healthy.html>>. Acesso em: 11 de nov. 2015.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimento em dendê no Pará.** Berlim: Ministério Alemão da Educação e Pesquisa Científica (BMBF), 2013.

BANCO MUNDIAL. **Agriculture for development - world development report 2008.** Washington, 2008.

BARBOSA JÚNIOR, R.; COCA, E. L. F. The WTO's international multilateral trade system and its effects on the production and consumption of food. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 16, n. 150, p. 42–49, 2015.

BAVIERA, M.; BELLO, W. Food Wars. **Monthly Review**, Nova Iorque, v. 61, n. 03, 2009.

BC ASSOCIATION OF FARMER'S MARKETS; UNIVERSITY OF NORTHERN BRITISH COLUMBIA. **Economic and social benefit assesement.** Vancouver, 2012.

BC MINISTRY OF AGRICULTURE. **B.C. Agrifoods: a strategy for growth.** Abbotsford, 2012.

BC MINISTRY OF AGRICULTURE. **2013 Export Highlights**: British Columbia agrifoods. Victoria, 2013.

BC MINISTRY OF EDUCATION. **Curriculum Packages by grade**. 2015. Disponível em: <<http://www.bced.gov.bc.ca/irp/gc.php?lang=en>>. Acesso em: 16 de set. de 2015.

BC MINISTRY OF ENVIRONMENT. **Carbon neutral B.C. - transforming B.C's public sector**. Victoria, 2014.

BC MINISTRY OF HEALTH, P. AND P. H. D.; BC MINISTRY OF EDUCATION. **Guidelines for food & beverage sales in BC Schools** Victoria Province of British Columbia, , 2013.

BC MINISTRY OF HEALTHY; BC MINISTRY OF EDUCATION. **What is a healthy school?** 2013. Disponível em: <<http://healthyschoolsbc.ca/about/what-is-a-healthy-school/>>. Acesso em: 16 de set. 2015.

BC MINISTRY OF HEALTHY; BC MINISTRY OF EDUCATION. **Healthy Eating Action Guide**. 2014. Disponível em: <<http://healthyschoolsbc.ca/media/22185/he-action-guide-final.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2015.

BECATTINI, G. Italian Industrial Districts: problems and perspectives. **International Studies of Management & Organization**, Cuny, v. 21, n. 1, p. 83–90, 1991.

BECKIE, M. A.; KENNEDY, E. H.; WITTMAN, H. Scaling up alternative food networks: farmers' markets and the role of clustering in western Canada. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 29, n. 3, p. 333–345, 2012.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2003.

BEETS, M. W. et al. Translating Policies Into Practice: A Framework to Prevent Childhood Obesity in Afterschool Programs. **Health Promotion Practice**, Chicago, 2012.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52–81, 2011.

BERNSTEIN, H. Food sovereignty : a skeptical view. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente. p.1-21, 2011.

BORRAS JÚNIOR., S. M. **La Vía Campesina**: un movimiento en movimiento. Amsterdam: Transnational Institute; Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

BORRAS JÚNIOR, S. M. Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges – an introduction. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 1, p. 5–31, 2009.

BORRAS JÚNIOR, S. M. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 8, n. 2-3, p. 258–289, 2008.

BORRAS JÚNIOR, S. M.; FRANCO, J. C. Global land grabbing and trajectories of Agrarian change: a preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 12, n. 1, p. 34–59, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008a.

BRASIL. Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008b.

BRUNETO, E. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), , 2010. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/As-perspectivas-e-problemas-do-Programa-de-Aquisicao-de-Alimentos-entrevista-egidio-brunetto>>

BURCH, D.; LAWRENCE, G. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 267–279, 2009.

BURNETT, K.; MURPHY, S. What place for international trade in food sovereignty? **Journal of Peasant Studies**, Hague, p. 1–20, 2014.

CAMPBELL, C. **Forever farmland**: reshaping the ALR for the 21st century. Vancouver: David Suzuki Foundation, 2006.

CAMPOS, A. DE; BIANCHINI, V. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Ed.). **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 10-17.

CANADA HEALTH. **Eating well with Canada's Food Guide**. 2011. Disponível

em: <[http://www.hc-sc.gc.ca/fn-an/alt\\_formats/hpfb-dgpsa/pdf/food-guide-aliment/view\\_eatwell\\_vue\\_bienmang-eng.pdf](http://www.hc-sc.gc.ca/fn-an/alt_formats/hpfb-dgpsa/pdf/food-guide-aliment/view_eatwell_vue_bienmang-eng.pdf)>. Acesso em: 16 de set. de 2015.

CARVALHO, H. M. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim DATALUTA**, 2014.

CARVALHO, H. M. **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A segurança alimentar e a fome no Brasil: contribuição ao debate. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN, C. (eds.). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 165.

CASTRO, J. DE. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, J. DE. **Fome**: tema proibido. Petrópolis: Vozes, 1983.

CASTRO, J. DE. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTE, M. B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

CAZELLA, A. A.; ZIMMERMANN, S. A.; LEITE, S. P. A gestão do Programa Territórios da Cidadania no Brasil: análise das ações e políticas implementadas. **Revista Perspectivas Rurales**, Heredia, v. 11, n. 22, p. 71–107, 2013.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.ceagesp.gov.br/entrepotos/interior/presidente-prudente/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: EdUNESP, 2004.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. DA; STOLCKE, V. (eds.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133–164.

CHRISTOFFOLI, P. I.; SANTOS, C. S. Desafios da Agroecologia no território Cantuquiriguaçu. Apontamentos sobre uma metodologia de transição agroecológica no meio rural paranaense. In: VII Seminário de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná. **Anais...** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2014.

CITY OF VANCOUVER. **Greenest city**: 2020 action plan. Vancouver, 2012.

CITY OF VANCOUVER. **What feed us:** Vancouver Food Strategy. Vancouver, 2013.

CLAEYS, P. The right to food: many developments, more challenges. **Canadian Food Studies**, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 60–67, 2015.

CLAPP, J. **Food security and international trade:** unpacking disputed narratives. Roma, 2015.

CLEMENTS, E. A. Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs : PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 28–50, 2015.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique.** 2013. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements\\_fernandes-2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf)>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

COATES, J. Build it back better: Deconstructing food security for improved measurement and action. **Global Food Security**, v. 2, n. 3, p. 188–194, 2013.

COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária:** análise dos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

COCA, E. L. F. A territorialidade dos projetos de assentamento federal (PA) no território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 6, n. 2, p. 199–220, 2013.

COCA, E. L. F. O Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA ) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 165–182, 2015a.

COCA, E. L. F. O desenvolvimento territorial no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). **Revista da ANPEGE**, Presidente Prudente, v. 10, n. 13, p. 107–130, 2015b.

COCA, E. L. F. As disputas paradigmáticas e o conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas-MS**, Três Lagoas, n. 21, p. 52–78, 2015c.

CODETER - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA (CODETER). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território Pontal do Paranapanema.** São Paulo, 2010.

CONDETEC - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CANTUQUIRIGUAÇU. **Território Cantuquiriguaçu - Paraná: Plano Safra Territorial 2010-2013**. Laranjeiras do Sul, 2011a.

CONDETEC - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CANTUQUIRIGUAÇU. **Plano Territorial da cadeia produtiva alimentos processados - Território Cantuquiriguaçu PR**. Laranjeiras do Sul, 2011b.

CONDON, P. M. et al. Agriculture on the edge: strategies to abate urban encroachment onto agricultural lands by promoting viable human-scale agriculture as an integral element of urbanization. **International Journal of Agricultural Sustainability**, Essex, v. 8, n. 1, p. 104–115, 2010.

CONNER, D. et al. You can know your school and feed it too: Vermont farmers' motivations and distribution practices in direct sales to school food services. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 29, n. 3, p. 321–332, 2012.

COOPAVEL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CASCAVEL. **A COOPAVEL**. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/institucional>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. Curitiba, 1993.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CASCAVEL (COOPAVEL). **A COOPAVEL**. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/institucional>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

CORREIO DO POVO DO PARANÁ. **Baixa produção de frutas, legumes e hortifrutigranjeiros preocupa técnicos agrícolas**. 2014. Disponível em: <<http://www.jcorreiodopovo.com.br/exibenoticia.php?id=baixa-producao-de-frutas-legumes-e-hortifrutigranjeiros-preocupa-tecnicos-agricolas->>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

COSTA, J. G. **O processo educativo no projeto Saberes da Terra do território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

COSTA, F. A. A Questão Agrária na Amazônia e os desafios estratégicos do novo desenvolvimento. In: COSTA, W. M.; SILVA, D. L.; BECKER, B. (eds.). **Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia**. São Paulo: EdUSP, 2007.

CPI/SP - COMISSÃO PRÓ-ÍNDÍIO DE SÃO PAULO; MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. **Mercado institucional: avaliação de programas no Brasil**. São Paulo,



2014.

COTULA, L. et al. **Land grab or development opportunity?** Agricultural investment and international land deals in Africa. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2009.

CRISTANCHO GARRIDO, H. C. Abordagem territorial da segurança alimentar : articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 51–69, 2015.

CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.18, n.1, p.1-10, 2011.

De SCHUTTER, O. The agrarian transition and the “feminization” of agriculture. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

De SCHUTTER, O. **The Power of Procurement**. Roma, 2014.

De SCHUTTER, O. Don't let food be the problem. **Foreign Policy**, Washington, 2015a.

De SCHUTTER, O. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. **Open Democracy**, Londres, 2015b.

DESMARAIS, A. A. Peasants speak - the Vía Campesina: consolidating an international peasant and farm movement. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 29, n. 2, p. 91–124, 2002.

DESMARAIS, A. A. The Via Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty. **Canadian Woman Studies/les cahiers de la femme**, Toronto, v. 23, n. 1, p. 140–145, 2003.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina**: globalization and the power of peasants. Halifax/London: Fernwood/ Pluto Press, 2007.

DESMARAIS, A. A. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies**, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

EDELMAN, M. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 0, p. 1–20, 2014.

EDWARDS-JONES, G. et al. Testing the assertion that “local food is best”: the challenges of an evidence-based approach. **Trends in Food Science and Technology**, Colney, v. 19, n. 5, p. 265–274, 2008.

ERICKSEN, P. J.; INGRAM, J. S. I.; LIVERMAN, D. M. Food security and global environmental change: emerging challenges. **Environmental Science & Policy**, Devon, v. 12, n. 4, p. 373–377, 2009.

ESQUINAS-ALCÁZAR, J. Eliminar a fome requer inteligência e ética. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. XIV, 2014.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **Farm to Cafeteria: BC communities share paths to success**. Vancouver, 2012.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **Local Foods - Canadian schools, campuses, and health care facilities speak up**. Fredericton, 2013a.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **Strategic Plan ( 2013-2016 )**: a living document Farm to Cafeteria Canada. 2013b.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **School Gardens : Dig In !** 2014a.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **Farm to School : Dig In !**, 2014b.

F2CC - FARM TO CAFETERIA CANADA. **Learning Labs** 2014c.

F2S BC - FARM TO SCHOOL BC. **What is Farm to School?** 2015. Disponível em:

<<http://farmtoschoolbc.ca/modules.php?name=Farmentoschool&pa=showpage&pid=40#.VkNCZfmrTIU>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos : uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67–78, 2000.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

FAIRBAIRN, M. Framing transformation: the counter-hegemonic potential of food sovereignty in the US context. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 29, n. 2, p. 217–230, 2012.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS.

**Declaration of the World Summit on Food Security.** Roma, 2009.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **La inversión agrícola contribuye a contener el éxodo rural.** 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/newsroom/es/news/2006/1000313/index.html>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food and Agriculture.** Roma: FAO, 2014.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Las compras públicas a la agricultura familiar y la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe.** Santiago, 2015.

FARM FOLK CITY FOLK. **Who we are.** 2015. Disponível em: <<http://www.farmfolkcityfolk.ca/who-we-are/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafio.** Brasília: IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2010.

FAVARO, J. L.; MONTENEGRO-GÓMEZ, J. R. Processo de gestão social na política de desenvolvimento territorial do território da cidadania Paraná Centro: emancipar ou legitimar? In: XII Jornada do Trabalho. **Anais...** Curitiba: CEGET - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, 2011.

FEAGAN, R. The place of food: mapping out the “local” in local food systems. **Progress in Human Geography**, Manchester, v. 31, n. 1, p. 23–42, 2007.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FELICIANO, C. A. **Territórios em disputa: terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FELÍCIO, M. J. O território imaterial do campesinato. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, p. 1-10, 2010.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness.** Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2008a.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008b. p. 173–224.

FERNANDES, B. M. A Geopolítica da Questão Agrária mundial. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, p. 1–5, 2009a.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (eds.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: FLOR, F. H.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (eds.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19–34.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil**. Roma: FAO, 2012.

FIRST CALL: BC CHILD AND YOUTH ADVOCACY COALITION. **British Columbia**: 2014 Child Poverty Report Card. Vancouver, 2014.

FODOR, Z. **Peope systems in support of food systems: the neiborhood food justice network movement in Vancouver, British Columbia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes e Planejamento). University of British Columbia, Vancouver.

FOLEY, J. A. et al. Solutions for a cultivated planet. **Nature**, Londres, v. 478, n. 7369, p. 337–342, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PF investiga suposto desvio de verbas federais por entidades ligadas a sem-terra**, 2009. Disponível em: <<http://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/859771/pf-investiga-suposto-desvio-de-verbas-federiais-por-entidades-ligadas-a-sem-terra>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

FOOD BANKS CANADA. **Hungercount 2014**. Toronto, 2014.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni, 2007.

FRASER BASIN COUNCIL. **Working together in the Lower Mainland**. Vancouver: 2010. Disponível em: <<papers3://publication/uuid/89D3C2BC-7950-492B-BE98-C6D49B64F5E6>>. Acesso em: 15 de set. de 2015.

FRESH ROOTS. **Our story**. 2015. Disponível em: <<http://freshroots.ca/our-story/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

FRIEDMAN, H.; MCMICHAEL, P. The rise and decline of national agricultures,

1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. XXIX, n. 2, p. 93–117, 1989.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**, Londres, v. 197, p. 29–57, 1993.

FRIEDMANN, H. Scaling up : Bringing public institutions and food service corporations into the project for a local , sustainable food system in Ontario. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, n. 24, p. 389–398, 2007.

FSC - FOOD SECURE CANADA. **Healthy food for healthy kids - making the case for a children and couth food policy for Canada**. Toronto, 2012.

FSC - FOOD SECURE CANADA. **What we do**. Disponível em: <<http://foodsecurecanada.org/who-we-are/what-we-do>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

GALINDO, E. P.; SAMBUICHI, R. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Compras de produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (ed.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 184–207.

GET LOCAL BC. **The benefits of eating locally**. 2015. Disponível em: <<http://www.getlocalbc.org/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

GIBB, N.; WITTMAN, H. Parallel alternatives: Chinese-Canadian farmers and the Metro Vancouver local food movement. **Local Environment**, Boston, March 2015, p. 1–19, 2012.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

GODFRAY, H. C. J. et al. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, Nova Iorque, v. 327, n. 5967, p. 812–818, 2010.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio - SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

GÖRGEN, S. A. Agrocombustíveis. In: CALDART, R. S. et al. (eds.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 53–59.

GRAEUB, B. E. et al. The State of Family Farms in the World. **World Development**, Ann Arbor, v. xx, 2015.

GRISA, C. Desenvolvimento local , políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA ). In: 47º Congresso SOBER. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

GVFB - THE GREATER VANCOUVER FOOD BANK. **About us**. Disponível em: <<https://www.foodbank.bc.ca/about-us>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford, 2005.

HENRY, P. A. Agrochemicals, suicide ideation and social responsibility. **Issues in Social Science**, Las Vegas, v. 3, n. 2, p. 61, 2015.

HINRICHS, C. C. Regionalizing food security? imperatives, intersections and contestations in a post-9/11 world. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 29, p. 7–18, 2013.

HOLT GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **The Journal of peasant studies**, Hague, v. 38, n. 1, p. 109–144, 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Food security, food justice, or food sovereignty. **Food First - Backgrounder**, Oakland, v. 16, n. 4, 2010.

HOLT-GIMENEZ, E.; SHATTUCK, A. The Agrofuels Transition: restructuring places and spaces in the global food system. **Bulletin of Science, Technology & Society**, Toronto, v. 29, n. 3, p. 180–188, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - análise do consumo**

**alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013.** Rio de Janeiro, 2013.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. **Diagnóstico socioeconômico do território Cantuquiriguaçu.** Curitiba, 2007.

IZUMI, B. T.; ALAIMO, K.; HAMM, M. W. Farm-to-School Programs: Perspectives of School Food Service Professionals. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, San Diego, v. 42, n. 2, p. 83–91, 2010.

IZUMI, B. T.; WRIGHT, D. W.; HAMM, M. W. Farm to school programs: exploring the role of regionally-based food distributors in alternative agrifood networks. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 27, n. 3, p. 335–350, 2010a.

IZUMI, B. T.; WRIGHT, D. W.; HAMM, M. W. Market diversification and social benefits: Motivations of farmers participating in farm to school programs. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 26, p. 374–382, 2010b.

J. W. MCCONNELL FAMILY FOUNDATION. **Public Health Association of British Columbia/Farm to Cafeteria.** Montreal, 2014.

J. W. MCCONNELL FAMILY FOUNDATION. **About.** Disponível em: <<http://www.mccconnellfoundation.ca/en/about>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

JAMES, F.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012.

JOSHI, A.; AZUMA, A. M.; FEENSTRA, G. Do Farm-to-School Programs Make a Difference? Findings and Future Research Needs. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, Morristown, v. 3, n. 2-3, p. 229–246, 2008.

KAPPELER, A. Perils of peasant populism: why redistributive land reform and “food sovereignty” can’t feed. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), *The Journal of Peasant Studies*, 2013.

KATZ, S. **The revolution will not be microwaved:** inside america’s underground food movements. White River Junction: Chelsea Green Publishing, 2006.

KAUTSKY, K. **The Agrarian Question.** London: Zwan Publications, 1988.

KERSSEN, T. M. Food sovereignty and the quinoa boom: challenges to sustainable re-peasantisation in the southern Altiplano of Bolivia. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 489–507, 2015.

KJÆRÅS, K. E. A. **Planning for urban sustainability: a case study of urban farming in Vancouver as an urban sustainable and ecological resilient practice**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). University of Oslo, Oslo.

KLOPPENBURG, J. **Seeds, sovereignty, and the Vía Campesina: plants, property, and the promise of Open Source Biology**. Saskatoon, 2008.

KLOPPENBURG, J.; HASSANEIN, N. From old school to reform school? **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 23, n. 4, p. 417–421, 2006.

KNEEN, B. **From land to mouth: understanding the food system**. Toronto: NC Press Limited, 1995.

KNEEN, C. Mobilisation and convergence in a wealthy northern country. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 37, n. 1, p. 229–235, 2010.

KOC, M. et al. Getting civil about food: the interactions between civil society and the State to advance sustainable food systems in Canada. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, Morristown, v. 3, n. 2-3, p. 122–144, 2008.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala: Declaração da Via Campesina**. 1996.

LA VIA CAMPESINA. **Os camponeses e as camponesas da Via Campesina dizem: basta de violência contra as mulheres**. Brasília, 2012.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina: international peasant movement**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

LE MOAL, M. **Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba.

LEAL, G. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio - SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA ) no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 147–164, 2015.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.



LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2009.

LEE, M. R. F.; EISLER, M. C. Steps to sustainable livestock. **Nature**, Londres, v. 507, p. 32–34, 2014.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **RESR**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 645–666, 2013.

LESLIE, B. **Food security and food sovereignty - the case of British Columbia**. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes). Athabasca University, Athabasca.

LIMA, T. Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais? Um exame da experiência dos EUA. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, n. 118, p. 1–27, 2014.

MacDONALD, D.; WILSON, D. **Poverty or prosperity: indigenous children in Canada**. Ottawa, 2013.

MACIEL, M. C. **Tupanciretrã: Deus passou por aqui**. 2009. Um estudo sobre as relações entre os movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema/SP. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. Rio de Janeiro, 2006.

MALUF, R. S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & saúde coletiva**, Brasília, v. 20, n. 8, p. 2303–12, 2015.

MANSFIELD, B. **Wake up call: California drought & B.C.'s food security**. Vancouver: Vancity, 2014.

MARQUES, M. I. M. **O novo significado da Questã Agrária**. In: V Simpósio Internacional e VI Simposio Nacional de Geografia Agraria. **Anais...** Universidade Federal do Pará, Belém: 2011

MARRE, J. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre, 1991.

MARSHALL, D.; PERKINS, J. H. **Geopolitics and the Green Revolution: wheat,**

genes, and the Cold War. New York: Oxford University Press, 1997.

MARTIGONI, L. **Lazer no assentamento rural Oito de Junho**: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pato Branco.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. **Communist manifesto**. Harmondsworth: Penguin, 1967.

MASSEY, D. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (ed.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 176–185.

MATTS, C. et al. Farmer perspectives of Farm to Institution in Michigan: 2012 survey results of vegetable farmers. **Renewable Agriculture and Food Systems**, Cambridge, 2015.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Brasília: NEAD, 2009.

MAZZINI, E. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

McMICHAEL, P. **Development and social change**: a global perspective. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

McMICHAEL, P. Reframing development: global peasant movements and the new Agrarian Question. **Canadian Journal of Development Studies**, Ottawa, v. 27, n. 4, p. 471–483, 2006.

McMICHAEL, P. A food regime analysis of the “world food crisis”. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009.

McMICHAEL, P. Historicizing Food Sovereignty: a Food Regime Perspective. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

McMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein’s way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2014.

McMURTRY, J. J. The Political Economy of Procurement. **Project Muse**, Baltimore, v. 40, n. May, p. 26–38, 2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais - Série Documentos Institucionais 02-2005**. Brasília, 2005.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania**. Brasília, 2008.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Abordagem territorial do desenvolvimento: perspectivas e desafios a partir da experiência do Programa Territórios da Cidadania**. Brasília, 2012.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Brasília, 2010.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **PAA Data**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

MEAL EXCHANGE. **Student leadership for local food in Ontario's campuses - 2013-2015**. Ontário, 2015.

METRO VANCOUVER. **Metro Vancouver Sustainability Framework**. Vancouver, 2010.

METRO VANCOUVER. **Regional Food System Strategy**. Vancouver, 2011.

METRO VANCOUVER. **Farming in Metro Vancouver**. Burnaby, 2014.

METRO VANCOUVER. **Metro Vancouver**. Disponível em: <<http://www.metrovancouver.org/>>. Acesso em: 16 de set. de 2015.

MI YOUNG PARK, C.; JULIA; WHITE, B. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 37–41, 2015.

MIELITZ, C. Dez anos de PAA e a constituição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (ed.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 58–73.

MONDRAGÓN, H. Megaprojectos e territorios indigenas. In: CENTRO DE

COOPERACIÓN AL INDÍGENA (CECOIN); ORGANIZACIÓN INDÍGENA DE ANTIOQUIA (OIA); ÉTNICOS, O. I. DE P. P. DE D. Y D. (eds.). **La tierra contra la muerte**. Conflictos territoriales de los pueblos indígenas en Colombia. Bogotá: CECOIN, 2008. p. 381–401.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. The impact of transnational “ big food ” companies on the South : a view from Brazil. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 7, p. 1–5, 2012.

MONTENEGRO-GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

MORAES, V. DE. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do Estado**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

MOREIRA, E. R. F.; BONOLO, F.; TARGINO, I. Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. In: VINHA, J. F. S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (eds.). **DATALUTA: Questão Agrária e coletivo do pensamento**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 249–264.

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Plano Camponês. Vitória, 2012.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Carta à Presidenta Dilma Rousseff**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/02/13/leia-carta-do-mst-a-dilma.html>>. Acesso em 11 de nov. de 2015.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudos de Sociologia Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 106–138, 2012.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. DE. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Ciência e Cultura - Alimento**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 34–38, 2010.

NEGRÃO, J. J. DE O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São

Paulo, 1996.

NESTLE, M. **Food politics: how the food industry influences nutrition and health.** Los Angeles: University of California Press, 2002.

NEWMAN, L.; POWELL, L. J.; WITTMAN, H. Landscapes of food production in agriburbia: Farmland protection and local food movements in British Columbia. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 39, p. 99–110, 2015.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política.** São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **EUA questionam isenções e ações de programas sociais brasileiros.** 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,eua-questionam-isencoes-e-acoes-de-programas-sociais-brasileiros-imp-,1079321>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

O IMPARCIAL. **Supermercados faturam R\$ 1,1 bilhão na região.** 2014. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/supermercados-faturam-r-11-bilhao-na-regiao>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

OLIVEIRA, A. U. DE. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GeoUsp (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228–244, 2015.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** New York, 1948.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação.** Roma: FAO, 1996.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Millennium Development Goals.** Disponível em: <[www.un.org](http://www.un.org)>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World urban perspectives.** New York, 2014.

OSTRY, A.; MORRISON, K. A health and nutritional evaluation of changes in agriculture in the past quarter century in British Columbia: Implications for food security. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 7, n. 6, p. 2653–2665, 2010.

PANAGARIYA, A. Agricultural liberalisation and the least developed countries: Six fallacies. **World Economy**, Nottingham, v. 28, n. 9, p. 1277–1299, 2005.

PAPA FRANCISCO. **Lumen Fidei**. Roma: Vaticano, 2013.

PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/ PR. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 13, n. 26, p. 107–123, 2006.

PATEL, R. Food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v.36, n. 3, p.663-673, 2009.

PATEL, R. C. Food Sovereignty : power, gender , and the right to food. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 6, p. 1–4, 2012.

PECHLANER, G.; OTERO, G. The Third Food Regime : Neoliberal Globalism and Agricultural Biotechnology in North America. **Sociologia Ruralis**, Basel, v. 48, n. 4, p. 351–371, 2008.

PEET, R. Imaginários do desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (eds.). . **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19–38.

PEÑA, K. Institutionalizing food sovereignty in Ecuador. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

PEOPLE'S FOOD COMMISSION. **The land of milk & money: the national report of the People's Food Commission**. Kitchner, 1980.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. et al. (eds.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687–691.

POKHAREL, B. P. Constitutionalization of the struggle for food sovereignty in Nepal: success, prospects and challenges. In: **La Via Campesina's Open Book: celebrating 20 years of struggle and hop**. Jakarta: Via Campesina, 2013. p. 1–4.

POLLAN, M. **The omnivore's dilemma**. New York: Penguin, 2007.

PORT METRO VANCOUVER. **About us**. Disponível em: <<http://www.portmetrovancover.com/about-us/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

PORTAL KAINGANG. **Terra Indígena Rio das Cobras**. Disponível em:

<[http://www.portalkaingang.org/index\\_rio\\_cobras.htm](http://www.portalkaingang.org/index_rio_cobras.htm)>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

PORTO, S. I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): 10 anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (ed.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 34–57.

PRITCHARD, W. Shifts in food regimes, regulation, and producer cooperatives: insights from the Australian and US dairy industries. **Environment and Planning A**, Londres, v. 28, n. 5, p. 857–875, 1996.

PROJECT CHEF. **Project CHEF: Cook Healthy Edible Food**. Disponível em: <<http://www.projectchef.ca/index.html>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

PROJECT CHEF. **Project CHEF: Cook Healthy Edible Food**. Disponível em: <<http://www.projectchef.ca/index.html>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

PROVINCIAL AGRICULTURAL LAND COMMISSION OF BC. **Land ownership in the ALR**. Disponível em: <<http://www.alc.gov.bc.ca/alc/content.page?id=650C876AD9904910B4807D9DCCB1F067>>. Acesso em: 12 j de nov. de 2015.

PHABC - PUBLIC HEALTH ASSOCIATION OF BC. **A fresh crunch in school lunch: the BC Farm to School Salad Bar guide**. Vancouver, 2012.

PHABC - PUBLIC HEALTH ASSOCIATION OF BC. **Farm to School: stories from the field in Greater**. Vancouver, 2013a.

PHABC - PUBLIC HEALTH ASSOCIATION OF BC. **Scaling up local food procurement in Greater Vancouver schools: recommendations following an analysis of programs, policy and practice**. Vancouver, 2013b.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. B. . **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema - região do Pontal do Paranapanema-SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

RAMOS FILHO, E. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

RAMPAZO, A. V. **O simbolismo das identidades naufragadas no território Cantuquiriguaçu**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade

Estadual de Londrina (UEL), Londrina.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 104–127, 2013.

RAY, C. Territory, structures and interpretation — Two case studies of the European Union's LEADER I programme. **Journal of Rural Studies**, , Aberystwyth, v. 14, n. 1, p. 79–87, 1998.

REDE DATALUTA. Relatório DATALUTA. In: VINHA, J. F. S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (eds.). **DATALUTA: Questão Agrária e coletivo do pensamento**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

RIBAS, A. D. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema: uma "leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

RICHES, G. Food banks and food security: welfare reform, human rights and social policy: lessons from Canada? **Social Policy and Administration**, Malden, v. 36, n. 6, p. 648–663, 2002.

RIGBY, D.; CÁCERES, D. Organic farming and the sustainability of agricultural systems. **Agricultural Systems**, Londres, v. 68, n. 1, p. 21–40, 2001.

ROBBINS, M. J. Exploring the "localisation" dimension of food sovereignty. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 449–468, 2015.

ROJAS, A. et al. Toward food system sustainability through school food system change: Think & eatgreen at school and the making of a community-university research alliance. **Sustainability**, Basel, v. 3, n. 5, p. 763–788, 2011.

ROMAN-ALCALÁ, A. Occupy the farm : a study of civil society tactics to cultivate commons and construct food sovereignty in the United States. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

ROMANO, J. **A fome que dá lucro**. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=238>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

ROSA, R. et al. A CEAGESP de Presidente Prudente e a gestão dos resíduos vegetais. In: Fórum Ambiental da Alta Paulista. **Anais...** Presidente Prudente:



ANAP, 2012.

ROSELEN, J. E. **Mapa do leite no Estado de São Paulo**, 2005. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/mapa-do-leite-no-estado-de-sao-paulo-31862n.aspx>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

ROSSETO, O. C.; GIRARDI, E. P. Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal Brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 15, n. 21, p. 135–161, 2012

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 135–144.

SAGE, C. **Environment and food**. New York: Routledge, 2012.

SANGER, K.; ZENZ, L. **Farm to Cafeteria connections: marketing opportunities for small farms in Washington State**. Washington: WSDA, 2004.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55–76, 2007.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial : entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4 (número especial), p. 9–21, 2007.

SCHANBACHER, W. Conceptualizing the human right to food in the food sovereignty. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

SCHIAVONI, C. The global struggle for food sovereignty: from Nyéléni to New York. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 3, p. 682–689, 2009.

SCHLOSSER, E. **Fast food nation: what the all-American meal is doing to the world**. London: Penguin, 2001.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 37, n. 2, p. 379–405, 2010.

SCHRENER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**. Um estudo sobre os processos

de organização da vida cotidiana nos assentamento rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 1, p. 171–196, 2009.

SHANIN, T. A definição de camponês : conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1–21, 2005.

SIERRA YOUTH COALITION. **On-Campus Food Systems: production, distribution & best practices**. Ottawa, 2014.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (ed.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 114–151.

SILVA, A. A. **Multidimensionalidade das unidades territoriais camponesas do município de Teodoro Sampaio**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. DEL; FRANÇA, C. G. **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

SILVA, M. L. T. **Projeto alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016.

SINE, E. et al. **LFS 450 : Final Project Report for the Farm-to-Healthcare Project**. Vancouver, 2014.

SIQUEIRA, W. V. **The school system in Canada: comprehensions toward the implementation of a national program**. Vancouver, 2014.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (ed.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132–175.

SOBREIRO FILHO, J. . **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

SONNINO, R. Escaping the local trap : insights on re- localization from school food reform escaping the local trap: insights on re-localization from. **Journal of**

**Environmental Policy & Planning**, Wageningen, v. 12, n. July 2011, p. 37–41, 2010.

SOUZA, M. J. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (eds.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57–72.

SRDC - SOCIAL RESEARCH AND DEMONSTRATION CORPORATION.  
**Evaluation of the Farm to School Salad Bar Initiative**. Vancouver, 2010.

STATISTICS CANADA. **2011 Census**. 2015a. Disponível em: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/index-eng.cfm>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

STATISTICS CANADA. **2011 Census of Agriculture**. 2012b. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/daily-quotidien/120510/dq120510a-eng.htm>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

STATISTICS CANADA. **Health at a glance: breastfeeding trends in Canada**. 2013. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/82-624-x/2013001/article/11879-eng.htm#n14>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

STATISTICS CANADA. **Average household expenditure, by province (Canada)**. 2014. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/tables-tableaux/sum-som/l01/cst01/famil130a-eng.htm>>. Acesso em: 28 de abr. de 2016.

STÉDILE, J. P. Capitalismo e política alimentar: o mundo não pode ser um grande supermercado. **Envolverde: Jornalismo & Sustentabilidade**, São Paulo, 2013.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. DE. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEEL, C. **Hungry city: how food shapes our lives**. London: Chatto & Windus, 2008.

STOPFORD, J.; STRANGE, S.; HENLEY, J. **Rival states, rival firms. Competition for world market shares**. London: Cambridge University Press, 1991.

STUCKLER, D.; NESTLE, M. Big food , food systems , and global health. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 6, p. 4–7, 2012.

SUMPSI, J.-M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea e América Latina. In: ALMEIDA FILHO, N.; ORTEGA, A. C. (eds.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 63–91.

TAKAGI, M.; SANCHEZ, A.; SILVA, J. G. Programa de Aquisição de Alimentos: um embaixador do Brasil contra a fome. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (ed.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 18–33.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE. **Farm To School Sprouts in British Columbia!** Vancouver, 2010.

THE BRITISH COLUMBIA HEALTHY ALLIANCE. **Politics**. 2015. Disponível em: <<http://www.bchealthyiving.ca/what-we-do/policy/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. O novo ambiente institucional na agroindústria canvieira paulista, no âmbito da câmara setorial e a luta pela terra. Uma peleja para a classe trabalhadora. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 14, p. 3–38, 2013.

THOMPSON, O. M. et al. Farm to School Program participation : an emerging market for small or limited- resource farmers ? **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, Morristown, n. March 2015, p. 37–41, 2014.

TOMLINSON, I. Doubling food production to feed the 9 billion: A critical perspective on a key discourse of food security in the UK. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 29, p. 81–90, 2013.

TOUSSAINT, E.; MILLET, D. **¿Por qué un hambre galopante en pleno siglo XXI?** 2009. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=ES&cod=38392>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 10–27, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2009.

TURPIN, M. E. A Alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por

meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20–42, 2009.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **Exploring and exemplifying sustainability - UBC 's Sustainability Academic Strategy**. Vancouver, 2009.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **UBC Farm**: from a student-run initiative to leading a Farm-to-Institution Movement. 2014. Disponível em: <<http://ubcfarm.ubc.ca/2014/07/23/from-a-student-run-initiative-to-leading-a-farm-to-institution-movement/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **UBC Sustainable Campus Food Guide**. Vancouver, 2013.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **Scaling up**: the evolution of the UBC Dining Hall. 2014. Disponível em: <<http://ubcfarm.ubc.ca/2014/01/23/scaling-up-the-evolution-of-the-ubc-dining-hall/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **UBC overview & facts**. Disponível em: <<https://www.ubc.ca/about/facts.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015a. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

UBC - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. **UBC Food Services**. Disponível em: <<http://www.food.ubc.ca/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

UBC. Exploring and Exemplifying Sustainability; UBC 's Sustainability Academic Strategy. p. 30, 2009.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2014**. New York, 2014.

UNIPONTAL - UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA. **Plano da Unipontal é uma iniciativa inédita na região**. Disponível em: <<http://unipontal.com.br/site/plano-da-unipontal-e-uma-iniciativa-inedita-na-regiao/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

UNION OF CONCERNED SCIENTISTS. **Hospitals and healthy food**. Washington: Johns Hopkins Center for Livable Future, 2014.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pod o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 140–151, 2001.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

Van der PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development

through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 39, n. 1, p. 133–173, 2012.

VANCOUVER COASTAL HEALTH. **UBC Hospital**. 2015. Disponível em: <[http://www.vch.ca/locations-and-services/find-locations/?site\\_id=164](http://www.vch.ca/locations-and-services/find-locations/?site_id=164)>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

VANCOUVER FOOD POLICY COUNCIL. **About**. 2015. Disponível: <<http://www.vancouverfoodpolicycouncil.ca/about/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.

VANCOUVER SCHOOL BOARD. **Sustainability framework for the Vancouver School Board**. Vancouver, 2014.

VANCOUVER SCHOOL BOARD. **Our district**. Disponível em: <<http://www.vsb.bc.ca/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015a.

VANCOUVER SCHOOL BOARD. **The Vancouver School Board resource allocation review**. Vancouver, 2015b.

VANCOUVER SUN. Who will feed Vancouver's 2,000 hungry school kids? **Vancouver Sun**, 2015.

VIEIRA, F. B. **Via Campesina**: um projeto contra-hegemônico? Simpósio Lutas Sociais na América Latina. **Anais...**Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

VINHA, J. F. S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA ). **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 183–203, 2015.

VOGT, R. A.; KAISER, L. L. Still a time to act: A review of institutional marketing of regionally-grown food. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 25, n. 2, p. 241–255, 2008.

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista. **Perspectivas**, Araraquara, v. 20, n. 21, p. 69–85, 1998.

WEBER, C. L.; SCOTT, H. Food-Miles and the Relative Climate Impacts of Food Choices in the United States. **Environmental Science & Technology**, Berkeley, v. 42, n. 10, p. 3508–3513, 2008.

WEISS, B. Configuring the authentic value of real food: Farm-to-fork, snout-to-tail, and local food movements. **American Ethnologist**, Nova Iorque, v. 39, n. 3, p. 614–626, 2012.

WEKERLE, G. R. Food justice movements: policy, planning, and networks.

**Journal of Planning Education and Research**, Tallahassee, v. 23, n. 4, p. 378–386, 2004.

WELSH, J.; MACRAE, R. Food citizenship and Community Food Security: Lessons from Toronto, Canada. **Canadian Journal of Development Studies**, Ottawa, v. 19, n. 4, p. 237–255, 1998.

WHITE, B. et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 39, n. 3-4, p. 619–647, 2012.

WIEBE, N.; WIPF, K. Nurturing food sovereignty in Canada. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A. (eds.). **Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems**. Halifax/Winnipeg: Fernwood Publishing, 2011. p. 1–12.

WILKINS, J. L. Eating right here: moving from consumer to food citizen. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 22, n. 3, p. 269–273, 2005.

WITTMAN, H. Reconnecting agriculture and the environment: food sovereignty and the agrarian basis of ecological citizenship. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. (eds.). **Food sovereignty: reconnecting food, nature and community**. Halifax/Winnipeg: Fernwood Publishing, 2010. p. 91–104.

WITTMAN, H. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society: Advances in Research**, Wageningen, v. 2, n. 1, p. 87–105, 2011.

WITTMAN, H. From protest to policy : The challenges of institutionalizing food sovereignty. **Canadian Food Studies**, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.

WITTMAN, H.; BARBOLET, H. “Super, natural”: the potential for food sovereignty in British Columbia. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A. (eds.). **Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems**. Halifax/Winnipeg: Fernwood Publishing, 2011. p. 220.

WITTMAN, H.; BECKIE, M.; HERGESHEIMER, C. Linking local food systems and the social economy ? Future roles for farmers’ markets in Alberta and British Columbia. **Rural Sociology**, Iowa, v. 77, n. 1, p. 36–61, 2012.

WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Agrarian Change**, Osford, 2015.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. **Food sovereignty: reconnecting food, nature & community**. Black Point: Fernwood/Food First, 2010.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. **Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems**. Winnipeg: Fernwood Publishing, 2011.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. Agreement establishing the World Trade Organization.1994.

ZIEGLER, J. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ZIMOLOG, H. R. **Mudanças socioeconômicas através do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade Península do Cavernoso em Candió - PR**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Pato Branco.